



Linguagens  
e Saberes na  
Amazônia

# nova revista amazônica

REVISTA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM  
LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA (PPLSA)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ / BRAGANÇA

DOSSIÊ

## Narrativas, mulheres trabalhadoras e agriculturas amazônicas

Estudos sobre políticas  
para mulheres no Brasil

Um *bricoleur* no mangue:  
natureza, imaginário e a produção  
de saberes no manguezal

Mulheres em coletivo na  
comunidade do Tamatateua,  
possibilidades de transição  
agroecológica na resex  
marinha Caeté-Taperaçú

E mais

jun2023

Volume XI, número 3  
ISSN 2318-1346

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E  
SABERES NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME XI – NÚMERO 03 – DEZEMBRO 2023 – ISSN –  
2318-1346 QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

## NOVA REVISTA AMAZÔNICA

### DOSSIÊ “NARRATIVAS, MULHERES TRABALHADORAS E AGRICULTURAS AMAZÔNICAS”

#### APRESENTAÇÃO

*Kátia Barros Santos*

*Samuel Antônio Silva do Rosário*

*David Junior de Souza Silva*

*Sebastião Rodrigues da Silva Junior* \_\_\_\_\_ 04

#### ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PARA MULHERES NO BRASIL (2016-2021)

*Thiago Almeida Vieira*

*Denise Castro Lustosa*

*Lorena Almeida Vieira*

*Helionora da Silva Alves* \_\_\_\_\_ 09

#### “EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR”: MULHERES EM COLETIVO NA COMUNIDADE DO TAMATATEUA, POSSIBILIDADES DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU, BRAGANÇA-PA

*Daniele de Sousa Silva*

*Roberta Sá Leitão Barboza*

*Abel Pojo Oliveira*

*Josinaldo Reis do Nascimento* \_\_\_\_\_ 23

#### A SUBALTERNIDADE FEMININA, TRANSGRESSÃO E ABANDONO DE IRENE NO ROMANCE *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA* DE DALCÍDIO JURANDIR

*Priscila Garcia Balieiro*

*José Rosa dos Santos Júnior* \_\_\_\_\_ 38

#### UM AMBIENTE CONSTRUÍDO? APORTES DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL PARA REFLETIR A PRÁTICA DE FAZER SANEAMENTO NO BRASIL

*Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa*

*Tânia Guimarães Ribeiro* \_\_\_\_\_ 47

**UM BRICOLEUR NO MANGUE: NATUREZA, IMAGINÁRIO E A PRODUÇÃO DE SABERES NO MANGUEZAL**

*Marcus Vinicius Cunha Oliveira* \_\_\_\_\_ 62

**EMERGÊNCIA DE NOVIDADES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ EXTRATIVO MANEJADO: O CASO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RIBEIRINHOS**

*Renato dos Prazeres Rodrigues*

*Monique Medeiros* \_\_\_\_\_ 82

**A CONSTRUÇÃO DE UM DESIDRATADOR DE ALIMENTOS NA ABORDAGEM DE CONTEÚDOS DA MATEMÁTICA**

*Luis Andrés Castillo Bracho*

*Ivonne C. Sánchez* \_\_\_\_\_ 102

**O GRITO DE UM POVO: BREVE ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG) – 1963-2016**

*Vanderlei Vaselezk* \_\_\_\_\_ 112

**A DEFESA DA DEMOCRACIA E DA FÉ CRISTÃ SEGUNDO A “FRENTE CONSERVADORA DE MARABÁ-PA”**

*Omar Alejandro Garcia Mendoza*

*Jerônimo da Silva e Silva* \_\_\_\_\_ 129

**SEÇÃO LIVRE**

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/18 ATRAVÉS DO TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, DE UMA ESCOLA EM TRACUATEUA, PARÁ, AMAZÔNIA – BRASIL**

*Rafaela Santos Rosário*

*Luis Basílio Bouza Nunez Junior*

*Marcos Ferreira Brabo*

*Norma Cristina Vieira* \_\_\_\_\_ 145

**PRIMEIROS SOCORROS: DESAFIOS E NECESSIDADES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA)**

*Carlos Alberto Sousa da Silva*

*Sergio Ricardo Pereira Cardoso* \_\_\_\_\_ 157

**“POESIA-EXPERIÊNCIA”: PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DA CRÍTICA E TRADUÇÃO DE MÁRIO FAUSTINO NO *JORNAL DO BRASIL***

*Thiago André Veríssimo* \_\_\_\_\_ 169

**ENSAIO ETNOGRÁFICO**

**GRADES URBANAS EM BELÉM DO PARÁ**

*Gutemberg Armando Diniz Guerra*

*Samuel Antanio Silva do Rosario* \_\_\_\_\_ 183

**SABER TRADICIONAL: PRODUÇÃO DE FARINHA NO QUILOMBO ABACATAL (ANANINDEUA-PA, AMAZÔNIA)**

*Danilo Gustavo Silveira ASP* \_\_\_\_\_ 193

**RESENHAS**

**GOSTO DE AMAZÔNIA – JAMBO ROSA**

*Kátia Barros Santos* \_\_\_\_\_ 203

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, cara leitora,

Você tem em mãos mais uma edição da Nova Revista Amazônica. Apresentamos o Dossiê intitulado: **NARRATIVAS, MULHERES TRABALHADORAS E AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**. Neste, trazemos textos que refletem a diversidade de estudos e pesquisas na região Amazônica. Nele, você encontrará uma gama de temas que demonstram o quanto nós, pesquisadores e pesquisadoras da Amazônia buscamos refletir e pautar questões pertinentes a essa realidade. Do debate acerca da democracia aos cuidados com a saúde no ambiente escolar, bem como temas voltados para a organização das mulheres e sua participação na política são debatidos nas próximas páginas.

No texto **Estudos sobre políticas para mulheres no Brasil (2016-2021)**, **Thiago Almeida Vieira, Denise Castro Lustosa, Lorena Almeida Vieira e Helionora da Silva Alves** traçam uma análise das políticas públicas de enfrentamento e eliminação das desigualdades de gênero a partir de pesquisas e publicações sobre o tema. As autoras e autores se pautam em apurada revisão da literatura, para apresentar o panorama da legislação e das políticas, programas e planos que contemplem equidade nas relações e direitos entre mulheres e homens. Os dados revelam que há uma gama de estudos sobre políticas públicas e mulheres, e que estes vêm crescendo a cada ano, com destaque para o ano de 2021, com a maioria de publicações sobre a temática. Demonstram ainda a necessidade de estudos que avaliem as condições de vida das mulheres brasileiras, no que diz respeito a saúde, educação, violência e trabalho.

No artigo **“Eu me organizando posso desorganizar”**: **mulheres em coletivo na comunidade do Tamatateua, possibilidades de transição agroecológica na Resex marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-Pa, de Daniele de Sousa Silva, Roberta Sá Leitão Barboza, Abel Pojo Oliveira e Josinaldo Reis do Nascimento** observam um retrato da luta de mulheres pescadoras, marisqueiras, agricultoras de uma comunidade rural bragantina, se organizando para além das questões produtivas. Mulheres que vêm ocupando seu espaço na vida pública participando dos processos coletivos relacionados a suas comunidades como é o caso desta que fazem parte da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, construindo alternativas de renda, ampliando suas redes de sociabilidade, buscando “aperfeiçoar as relações políticas e reforçar o sentimento de pertencimento à comunidade”. Neste sentido, via o projeto Paneiro do Mangal, elas vêm caminhando na perspectiva de discutir a melhoria de renda, ampliando a produção, melhorando sua autoestima e fortalecendo seus vínculos sociais e políticos, “a partir de práticas sustentáveis, passando a ser exemplo e apoio para mulheres de outras comunidades”.

Na sequência, tem-se o artigo **A subalternidade feminina, transgressão e abandono de Irene no romance *Chove nos campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir, Priscila Garcia Balieiro e José Rosa dos Santos Júnior** trazem à tona um debate acerca da subalternidade da mulher na literatura, especificamente no livro citado acima do premiado escritor paraense Dalcídio Jurandir. Destacam que na obra, escrita em meados do século XX, a sociedade paraense tinha por referência de matrimônio o casamento em bases patriarcais, tendo o homem como o centro da família e às mulheres cabiam cuidar da família e obedecer aos caprichos daquele. *Irene*, personagem do romance, se recusa a esse papel. Para a família de *Irene*, o apropriado seria ela se casar com *Eutanázio*, homem mais velho e de posses, porém *Irene* não concorda com essa relação e, no decorrer da história, acaba ficando grávida de *Resendinho*, que posteriormente vai embora de Cachoeira. Os autores destacam como o escritor retrata as condições de vida na Amazônia, especialmente das mulheres, no caso de Irene. Uma moça que se contrapõe aos padrões comportamentais da época, que resiste. E mesmo assim, “não está imune às opressões do patriarcado. Engravidada de Resendinho e ele a abandona, a personagem não fica chorando pela falta de seu namorado, mas é julgada pela família e pela sociedade de Cachoeira”.

O próximo escrito, **Um ambiente construído? aportes da sociologia ambiental para refletir a prática de fazer saneamento no Brasil**, Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa e Tânia Guimarães Ribeiro discutem como os pressupostos da sociologia ambiental podem auxiliar na análise de como a política e projetos de saneamento básico são elaborados. As autoras se pautaram em pesquisa de campo realizada junto às lideranças do Movimento Pró Lago Verde, na Terra Firme, Belém, Pará, no decorrer da obra de macrodrenagem do referido canal. As autoras enfatizam que na elaboração dessa política, o poder público e sua equipe técnica deve considerar a realidade do local, ouvindo a população, seus “repertórios e narrativas construídas [...] acerca da noção de saneamento”, vistos que esses moradores além de conhecerem o lugar tem também suas próprias representações sobre sociedade e natureza.

No artigo **Um bricoleur no mangue: natureza, imaginário e a produção de saberes no manguezal**, o autor Marcus Vinicius Cunha Oliveira discorre sobre a construção do imaginário de mariscadores de caranguejo da localidade de Bacuriteua, em Bragança, Pará. Essa vila se localiza no meio da estrada Bragança-Ajuruteua, aquela que dá acesso à famosa praia de Ajuruteua. A estrada, fruto do “progresso” capitalista, ao mesmo tempo, em que encurtou a distância para a praia, aterrou 26 km de manguezal. No texto, o autor discute como essa população lida com esse processo, visto que, se por um lado a rodovia reduziu as distâncias, por outro, além do aterro do mangue, facilitou o acesso a um maior número de tiradores de caranguejo, aumentando a exploração desse recurso. O autor analisa como essa mudança produz rupturas e continuidades, num *bricoleur* de saberes, partindo da hipótese de que “há a introdução de novos elementos culturais a partir da abertura da rodovia, conquanto há a permanência de práticas de uma cultura local, como os métodos de coleta, o conhecimento ecológico, a mitologia”, demonstra que essa população não está presa no tempo, eles ressignificam suas práticas e reconstróem suas perspectivas a partir das observações e experimentações que vão fazendo no cotidiano “experiências não menos importantes ou valorosas quanto os conhecimentos organizados pela ciência moderna”.

Outra leitura que o leitor pode apreciar é o artigo **Emergência de novidades na produção e comercialização de açaí extrativo manejado: o caso de uma associação de produtores ribeirinhos** os autores Renato dos Prazeres Rodrigues e Monique Medeiros discutem sobre o processo de comercialização de açaí orgânico por parte de uma associação de produtores de açaí de Cametá-Pa. Os mesmos destacam os desafios da empreitada pela associação em virtude do produto, antes de uso regional, como parte do hábito alimentar do paraense, hoje se transformou num produto de aceitação nacional e mesmo internacional, aumentando a demanda pela fruta. Os produtores locais se organizaram numa associação para ampliar a comercialização do açaí orgânico a partir do manejo de espécies nativas e firmaram parceria com uma indústria já estabelecida na região que tem acesso ao mercado internacional, ampliando com isso a comercialização de seus produtos. Resultados desse processo demonstram que a “novidade” da criação da associação valorizou economicamente o açaí para os produtores que estão associados, por outro lado, há questões estruturais que limitam o alcance da associação para outros produtores continuam “presos” a lógica dos atravessadores lhe causando uma dependência econômica em relação a estes.

Em **A construção de um desidratador de alimentos na abordagem de conteúdos da matemática** de Luis Andrés Castillo Bracho e Ivonne C. Sánchez têm um debate sobre o uso de um desidratador solar para uso na agricultura, especialmente na lógica da permacultura. O objetivo dos autores foi “identificar saberes matemáticos e físicos específicos na construção do desidratador solar, relacionando-os aos conteúdos disciplinares escolares”. No texto há uma descrição da construção e funcionamento do equipamento e os autores apontam os saberes matemáticos como o uso de paralelas e ângulos, presentes na construção do instrumento, destacando a importância do mesmo em lugares onde não há energia elétrica disponível, bem como o reconhecimento desses saberes e dessas práticas culturais pela academia e pela escola

como forma de valorização dos mesmos numa perspectiva de construir “um ensino e uma aprendizagem integradora da diversidade de saberes”.

O artigo **O grito de um povo: breve análise da trajetória da confederação nacional dos trabalhadores na agricultura (CONTAG) - 1963-2016, o autor Vanderlei Vaselezk** discorre sobre a trajetória de atuação da CONTAG, destacando sua criação e consolidação nos anos da ditadura militar e as várias lutas travadas como defensora do movimento camponês em meio as mudanças operadas no cenário político brasileiro, manteve a luta pela reforma agrária e incorporou nos anos mais recentes, o tema do gênero, na luta por melhores condições de vidas das mulheres no campo.

E em leitura seguinte, o artigo **A defesa da democracia e da fé cristã segundo a “frente conservadora de Marabá-Pa, de Omar Alejandro Garcia Mendoza e Jerônimo da Silva e Silva** discutem a formação de um movimento que vem ganhando força no Brasil, o artigo analisa como os membros da “Frente Conservadora de Marabá” constroem suas identidades e como estes atuam, por meio de redes sociais, para defender aquilo que chamam de “valores democráticos, liberais e cristãos”. Tal texto chama atenção pelo fato de que no universo democrático em que vivemos, que permite a pluralidade de pensamentos e ações, esses movimentos exploram o potencial das mídias digitais para difundir seus ideais e valores de democracia, porém deturpando conceitos, divulgando inverdades, potencializando discursos que podem conduzir a conflitos ou ampliar os já existentes.

A organização desta edição especial “Narrativas, mulheres trabalhadoras e agriculturas amazônicas” buscou articular as muitas vozes coletivas, acadêmicas de pesquisadores e pesquisadoras que fazem pesquisa no território Amazônico, suas análises e produções dão grande potencial a produção do saber em nossa região, sobretudo levam a outros campos um aporte teórico e prático das dinâmicas produtivas dos povos, da natureza e outras formas narrativas de viver. Assim, deixamos nesta edição da Nova Revista Amazônica muitas escritas que podem alargar o conhecimento dos leitores. Leiam, inspirem-se e debruçem-se em novas pesquisas.

## **Sobre os Organizadores**

### **Prof. Ma. Kátia Barros Santos (UFPA)**

Doutoranda no INEAF - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, UFPA, no PPGAA - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (2019) - PPLSA/UFPA/Bragança. Especialista em Educação para Relações Étnico-raciais (2010). Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Pará (2010). Secretária Executiva da Nova Revista Amazônica (2022). Participa do grupo de pesquisa Cartografias dos Processos Decoloniais Literários e Linguísticos Latino-Americanos (CARDILLA) criado no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 2020. Experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: letramento, práticas educacionais, pesquisa etnográfica, saberes tradicionais e memórias, prática docente no Ensino Fundamental e no Ensino Superior. E-mail: katiabarrosatm@gmail.com

### **Prof. Dr. Samuel Antônio Silva do Rosario (IFPA)**

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (UFPA). Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Especialista em Matemática (UFPI), Ciências Naturais (UFPI), Ciências humanas e

sociais aplicadas (UFPI), Ensino de Matemática e Ciências Naturais (FCV) e Ciências Biológicas (FAERPI). Graduado em licenciatura em Matemática (UEPA), Física (IFPA/FAFIBE), Química (FAVENI), Ciências Biológicas (UNIASSELVI) e possui bacharelados em Ciências da Natureza (UNESA) e em Ciências Exatas (UNESA). Sua área de atuação e interesse abrange Educação em Ciências e Matemáticas, incluindo Saberes da Tradição, Etnofísica, Etnomatemática e a aplicação da Informática na educação. Participa dos Grupos de Pesquisa GEPREF (Grupo de Estudos e Pesquisa em Rede para o Ensino de Física) e GPSEM (Grupo de Pesquisa sobre Práticas Socioculturais e Educação Matemática). É membro da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). E-mail: samuel.rosario@ifpa.edu.br

### **Prof. Dr. David Junior de Souza Silva (UNIFAP)**

Professor Adjunto do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor Permanente e atual Coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIFAP (PROFHISTÓRIA/UNIFAP). Professor Permanente do Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política da UNIFAP (PPCULT/UNIFAP). Professor Permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO/UNIFAP). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA). Editor-Gerente da Revista PRACS - Revista de Ciências Sociais da Unifap, desde 2019. Tutor do Programa de Educação Tutorial - Conexão de Saberes (PET-Ciências Sociais). Pós-Doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal do Amapá (PPGH/UNIFAP) (2020 a 2022). Doutor em Geografia (IESA/UFG). Mestre em Sociologia (UFGD). Bacharel em Ciências Sociais (UFMS). Atualmente é também Vice-Coordenador da Licenciatura em Sociologia DFCH/UNIFAP. Experiência em Ciências Sociais, realizando investigações sobre Comunidades Tradicionais, Movimentos Étnicos e Sociologia da Amazônia; e em Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais. Foi coordenador do Bacharelado em Ciências Sociais DFCH/UNIFAP (2017-2018). Foi coordenador da Licenciatura em Sociologia em EAD (DEAD/UNIFAP) (2022). É Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas (CNPq/UNIFAP). Coordenador do Núcleo de Estudos em Etnopolítica e Territorialidades da Amazônia - NETTA/UNIFAP. Membro da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia. Integrante da Red Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales [RedMet]. E-mail: davi\_rosendo@live.com

### **Prof. Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Junior (UFPA)**

Doutor em Sociologia (UFPA-2013). Mestre em Ecologia de Ecossistemas Costeiros (UFPA-2008). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFPA-1995). Professor Associado II da Faculdade de Educação do Campus de Bragança (UFPA). Professor do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, Estado, Movimentos Sociais. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e Diversidade na Amazônia (GUEAJA). E-mail: sebast@ufpa.br

## **DOSSIÊ AMAZÔNIA**

## ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PARA MULHERES NO BRASIL (2016-2021)

Thiago Almeida Vieira<sup>1</sup>  
Denise Castro Lustosa<sup>2</sup>  
Lorena Almeida Vieira<sup>3</sup>  
Helionora da Silva Alves<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo retrata políticas públicas de enfrentamento e eliminação de todas as formas de desigualdades de gênero. Para tanto, esta revisão sistemática da literatura apoiou-se em artigos publicados por revistas indexadas no *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), visando revisar a produção científica sobre políticas para as mulheres no território brasileiro de 2016 a 2021. Neste estudo, citamos os problemas identificados por pesquisadoras e pesquisadores ao se debruçarem sobre políticas para as mulheres. Ficou evidente a existência de várias leis, políticas públicas e programas e planos decorrentes, que contemplem equidade nas relações e direitos entre mulheres e homens. Contudo, ainda há carência de novos estudos que continuem a avaliar as condições vividas por mulheres no Brasil, em várias áreas, como saúde, educação, violência, trabalho, organização política, entre outras.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Gênero. Bibliometria.

## STUDIES ON POLICIES FOR WOMEN IN BRAZIL (2016-2021)

### ABSTRACT

This article describes public policies to combat and eliminate all forms of gender inequalities. To this end, this systematic literature review was based on articles published by journals indexed in the Scientific Electronic Library Online (Scielo), with the aim of reviewing scientific production on policies for women in Brazil from 2016 to 2021. In this study, we cite the problems identified by researchers when focusing on women's policies. Several laws, public policies, and resulting programs and plans contemplate equity in relations and rights between women and men. However, there is still a lack of new studies that continue to evaluate the conditions experienced by women in Brazil in various areas, such as health, education, violence, work, and political organization.

**Keywords:** Public policies. Gender. Bibliometrics.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

## INTRODUÇÃO

Historicamente, aos homens era conferido e reconhecido o papel de provedor da família, e às mulheres a atribuição com o cuidado do lar e amor à família, trabalho este silenciado e invisível, causador de relações assimétricas entre os sexos (SOUSA; GUEDES, 2016). A legitimidade nos espaços de liderança e de produção do saber do sujeito masculino,

---

<sup>1</sup> Pós-Doutor pelo Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being (CinTurs) da Universidade do Algarve (UAlg). Professor da Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa). E-mail: thiago.vieira@ufopa.edu.br

<sup>2</sup> Pós-Doutora pela Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra). Professora da Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa). E-mail: denise.lustosa@ufopa.edu.br

<sup>3</sup> Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/Ufopa). Administradora e Advogada. E-mail: lore\_vieira@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Pós-Doutora pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora da Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa). E-mail: helionora.alves@ufopa.edu.br

por uma lógica de ordem simbólica androcêntrica, por exemplo, é recorrente em discursos e práticas institucionais, privando o protagonismo das mulheres (FURLIN, 2016).

Observa-se que ainda há acúmulo de posições estratégicas por homens em cargos de direção e representação, muito em função de terem mais tempo para experimentar e ganhar aprendizado para esses cargos (LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2016). Contudo, estes autores alertam que não se pode naturalizar a ideia de que os homens sejam mais preparados para cargos de direção, e alertam para o fato de que muitas vezes mulheres com a mesma experiência e aprendizado, são preteridas para esses cargos diretivos por esta naturalização. A participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado, contudo, a carga de responsabilidade familiar entre homens e mulheres ainda é bastante desigual, causando diferentes impactos na qualidade de vida das mulheres (MADALOZZO; BLOFIELD, 2017).

O sexismo e o racismo são fatores estruturais que ao provocar hierarquização social, ajudam a aumentar a vulnerabilidades em saúde, cabendo ao Estado tomar iniciativas de inclusão, a partir de programas e ações voltados às populações vulneráveis e a redução das disparidades entre grupos, incluindo medidas de saúde a toda a população (WERNECK, 2016).

Frente à realidade em que homens e mulheres vivenciavam os mesmos problemas de forma distinta, políticas públicas específicas para mulheres e que proponham soluções práticas para acabar com estas desigualdades sociais e culturais, tem sido cada vez mais demandadas (CORDEIRO, 2017). No Brasil, as políticas públicas com ênfase em gênero ganharam maior destaque com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, ainda sendo necessário que haja uma convergência em estudos sobre gênero e política pública (FARAH et al., 2018).

Políticas públicas com esta ênfase visam aumentar a eficiência e a eficácia de ações de enfrentamento e eliminação de todas as formas de desigualdades entre os sexos, superando a pobreza, fortalecendo políticas sociais de emprego e de educação (MOREIRA et al., 2018). Estudos sobre as diferenças entre homens e mulheres, nas relações de gênero, poderão então apoiar a formulação e ajustes de políticas para a promoção de equidade de gênero. Pelo exposto, foi objetivo revisar a recente produção científica sobre políticas para as mulheres no território brasileiro.

## **1 METODOLOGIA**

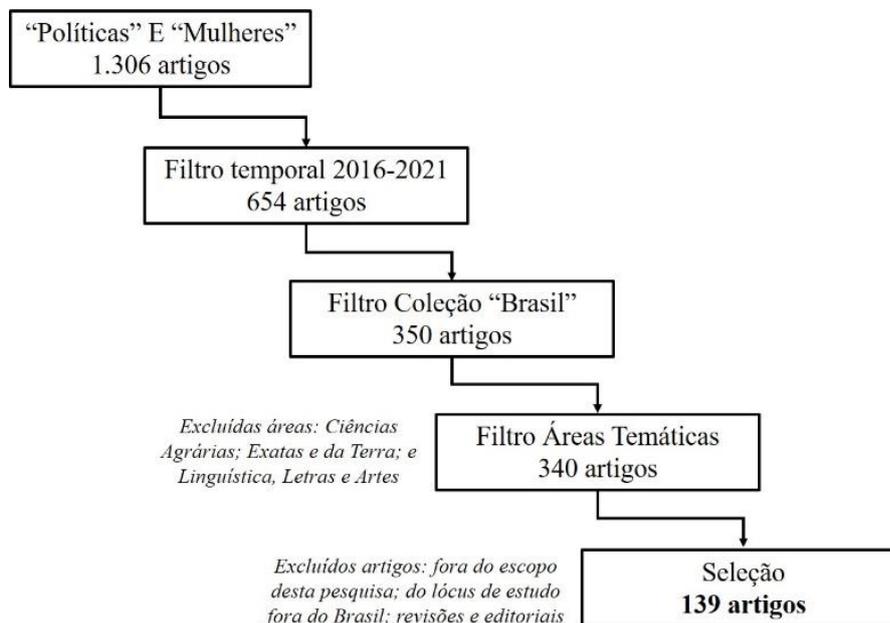
Esta revisão sistemática da literatura apoiou-se em artigos publicados por revistas indexadas no *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Os termos indexadores da busca foram: “Políticas” E “Mulheres”. Foi utilizado como filtro o período de publicação (2016 e 2021), e artigos inseridos na Coleção “Brasil”.

A partir disso realizou-se leitura inicial dos títulos e resumos, a fim de identificar a pertinência dos trabalhos quanto ao escopo desta pesquisa, sendo excluídos por exemplo, trabalhos com foco em políticas e mulheres de outros países, que não o Brasil, ou trabalhos que não estivessem no objetivo proposto supracitado, editoriais e revisões.

## **2 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

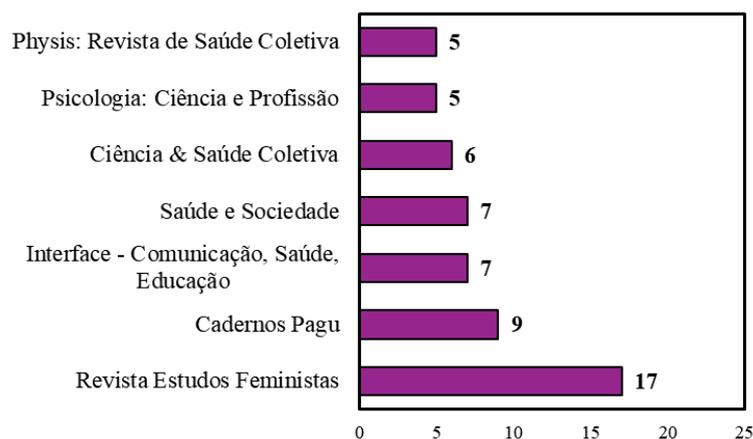
### **2.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

A busca por artigos sobre Mulheres e Políticas, em revistas indexadas à base Scielo, levou a 340 trabalhos publicados entre 2016 e 2021, sendo que 201 foram excluídos por não tratar do tema no Brasil ou por não abordar aspectos de políticas para mulheres. Foram analisados 139 artigos (Figura 1).

**Figura 1** - Busca de artigos sobre políticas e mulheres no contexto brasileiro.

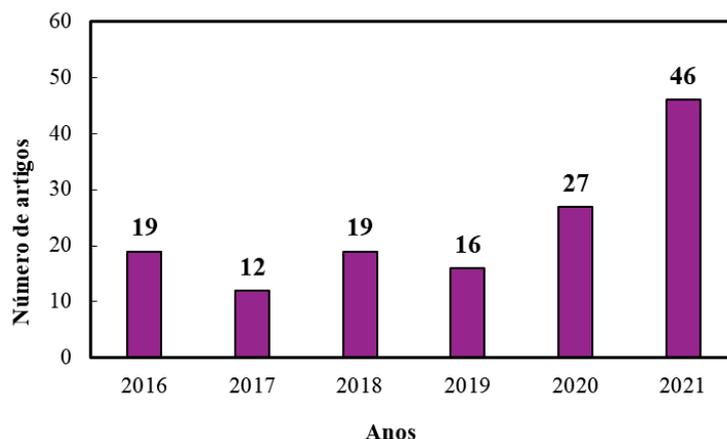
**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do *Scientific Electronic Library Online* (2022).

Os artigos analisados foram publicados por 58 periódicos, sendo que 40,3% dos artigos foram publicados sete destas revistas, com destaque para a Revista Estudos Feministas (Figura 2). Com relação aos anos de publicação, o ano de 2021 foi o que mais teve artigos publicados e analisados sobre a temática em tela (Figura 3).

**Figura 2** - Principais periódicos conforme número de artigos publicados sobre políticas e mulheres no contexto brasileiro.

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do *Scientific Electronic Library Online*.

**Figura 3** - Evolução de publicação de artigos sobre políticas e mulheres no contexto brasileiro.



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do *Scientific Electronic Library Online*.

## 2.2 ANÁLISE QUALITATIVA DOS ESTUDOS DE MULHERES E POLÍTICAS

O Programa Bolsa Família foi apontando como importante instrumento de política pública para a diminuição da pobreza em lares brasileiros. Este programa paga benefício preferencialmente, visando atender demandas de alimentação e habitação das famílias beneficiárias, áreas que merecem atenção especial do governo para esforços de políticas públicas estas são as principais áreas para as quais o governo deve direcionar esforços, em termos de políticas públicas (ROCHA; MATTOS; COELHO, 2018). Estes autores inferem ser necessário fortalecer ainda programas de segurança alimentar, sobretudo os que possibilitem a oferta de produtos alimentares adequados, como legumes, verduras, frutas e carnes.

Outra política citada foi o Benefício de Prestação Continuada, que visa contribuir com bem-estar social e que concede aos idosos e deficientes graves que vivem em famílias pobres uma pensão vitalícia, sendo que entre 2002 e 2014, o número de beneficiários com deficiência dobrou e o número de beneficiários idosos mais que triplicou (FONSECA; FIETZ, 2018). As autoras mostram que a assistência, às pessoas vulneráveis e com deficiências, fornecida pelo Estado tem sido relevante, mas ainda insuficiente.

Enquanto legislação, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é reconhecida como norma legal para proteger as mulheres da violência oriunda de das desigualdades de gênero. Neste sentido, também foi citada Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que foi criada pelo Ministério da Saúde, em parceria com diversos setores da sociedade, priorizando a promoção da atenção para mulheres em situação de violência (VIEIRA; HASSE, 2017).

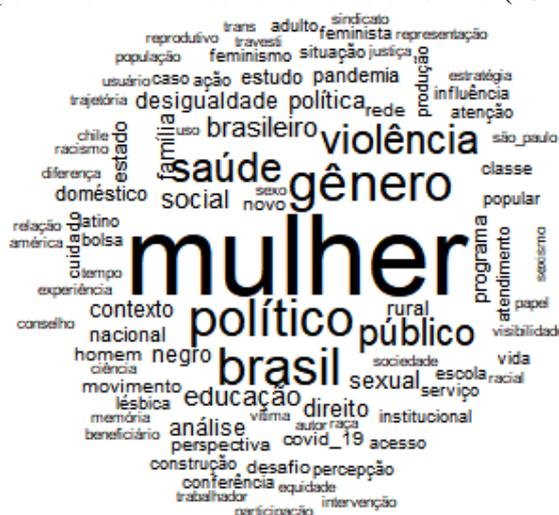
Ainda sobre saúde, foram citadas ainda a Política Nacional Sobre Drogas, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, que Maciel et al. (2020) mostram que grande parte das políticas públicas brasileiras sobre uso de substância psicoativas é desenvolvida com base em estudos com a população masculina, mesmo que o número de mulheres usuárias de drogas como o crack, venha aumentando, sendo necessário que políticas públicas contemplem estratégias de acolhimento e de intervenção que considerem as diferenças de gênero.

Importante destacar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), que aprovada em 2011, apresentou caráter inovador pela participação de movimentos sociais – relacionados ao campo, à floresta e às águas – e que vem atuando na defesa da saúde pública (BERTONCELLO; BADALOTTI; KLEBA, 2020).

Para o campo, ainda foi citado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que por meio de sua linha de crédito para Mulheres, proporcionou o acesso ao crédito a elas, aumentando sua inserção social e econômica, e oportunidades para que se empoderassem no espaço de produção rural (ESTANISLAU et al., 2021).

Uma nuvem de palavras foi montada com as palavras-chave utilizadas pelos artigos, para ilustrar os principais temas discutidos nos artigos (Figura 4). A partir dela, observamos que além de mulher e político(a), é presente o conteúdo sobre gênero, violência, saúde, educação, etc.

**Figura 4** - Nuvem de palavras formada a partir de palavras-chaves utilizadas pelos artigos publicados sobre políticas e mulheres no contexto brasileiro (2016-2021).



**Fonte:** Elaborado pelos autores, por meio do Iramuteq, a partir de dados do *Scientific Electronic Library Online*.

Sobre a temática de saúde, a percepção de boa saúde por mulheres foi significativamente menor que as observadas por homens, podendo ser atribuída às diferenças biológicas e sociais, que levam uma dupla jornada de trabalho, além da menor participação no mercado de trabalho (CASTRO; STADUTO, 2019). Estes autores destacam que as mulheres, frequentemente, apresentam mais “doenças de curta duração, doenças agudas e transitórias, tais como infecções das vias respiratórias superiores, gastroenterite e doenças infecciosas de curta duração, [...] doenças crônicas de menor mortalidade, tais como artrite, sinusite crônica, problemas digestivos, anemia, problemas de tireoide ou vesícula, enxaqueca, colite e eczema” (CASTRO; STADUTO, 2019, p. 867).

Ainda sobre saúde, ao tratar de infecções por Zika vírus (ZIKAV), Rego e Palácios (2016) a estudaram o direito das mulheres em optarem pelo aborto e a assistência para uma legião de crianças com síndromes neuropáticas e suas famílias. Estes autores mostram que a medicina relata graves condições clínicas e sérios impactos sobre o desenvolvimento das crianças afetadas. Além disso, mostram que as políticas para resolver esta situação ainda são insuficientes: problemas na qualidade dos cuidados disponíveis às crianças; parca formação de fisioterapeutas em estimulação precoce; baixa ajuda financeira às famílias mais pobres. Para eles, a cooperação internacional pode contribuir para minimizar as infecções e ajudar a controlar este problema social.

Os direitos sexuais e reprodutivos também foram alvo de estudo, mostrando que são as políticas públicas de saúde e educação as mais preocupadas com esta temática (MISKOLCI; PEREIRA, 2019). Estes autores mostram que o dismantelamento de políticas destas áreas só agravará as desigualdades de classe e étnico-raciais. Mostram ainda que estes ataques têm

sido feitos por grupos anti-igualitários e que contribuem inclusive com o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde, com vistas seu fatiamento para a exploração do mercado.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS (2021), cerca de 30% das mulheres acima dos 15 anos de idade já sofreram violência física e/ou sexual de um parceiro íntimo ou não. Hoje, no Brasil existem vários documentos que visam combater a violência contra a mulher, mas ainda carecem de efetivação por parte do estado e diversos atores nos âmbitos dos governos e da sociedade (VIEIRA; HASSE, 2017).

No caso do Brasil, mais especificamente na realidade da cidade de Fortaleza no estado do Ceará, violência física, psicológica/moral, tortura, econômica e/ou negligência, além da violência sexual foi mais frequente em mulheres vítimas de violência intrafamiliar (NUNES; LIMA; MORAIS, 2017). Ainda nesta cidade, Nunes e Morais (2016) mostraram o caso de três mulheres que sofreram violência sexual e engravidaram. As autoras evidenciaram que as participantes somente buscaram o serviço de saúde após perceberem que estavam grávidas e de tentarem interromper a gestação por métodos clandestinos e sem êxito. Por fim, elas destacam que é importante conhecer a política de responsabilidade do Ministério da Saúde para o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, que assiste o atendimento e interrupção da gestação.

A violência contra a mulher é um problema extremamente grave, ocasionando a deterioração de sua saúde, integridade física e violação dos direitos humanos (MOREIRA et al., 2016). Estes autores mostram que, fruto de políticas públicas, os programas de transferência de renda condicionais proporcionam melhorias nas condições socioeconômicas de famílias em situação de vulnerabilidade, mas poderiam ser mais eficientes na diminuição da violência contra as mulheres, se este programa preconizasse visitas periódicas das mulheres e seus cônjuges junto ao Programa de Apoio Integral à Família – PAIF.

Ainda com relação à violência contra as mulheres, esta problemática é mais complexa e também singular quando se trata do meio rural, que comumente não se tem reconhecimento suficiente nas pesquisas científicas no Brasil, como também pela falta de dados estatísticos sobre a violência contra a mulher, o que leva à manutenção de um silêncio (SCOTT et al., 2016). Este problema também foi relatado por Moreira et al. (2016) que acrescentam ainda que as mulheres no meio rural que possuem baixa escolaridade e rendimentos menores aos do cônjuge são as mais propensas a sofrerem violência domiciliar, merecem maior atenção do poder público.

Ademais, nestas áreas ainda são escassos os acessos das mulheres aos equipamentos institucionais de políticas de enfrentamento da violência, ora pela ausência de delegacias especializadas, ora pela conseqüente dificuldade de cumprimento da Lei Maria da Penha, realidade agravada pelas precárias condições de estruturação de redes institucionais locais – policiais e jurídicas (SCOTT et al., 2016). Para estes pesquisadores, a criação e fortalecimento de rede de parceiros pode ajudar a diminuir esta realidade do campo. Além disso, é importante que os profissionais que estão à frente do atendimento de mulheres vítimas de violência sejam treinados e capacitados para melhor trabalhar com esta realidade (PEDROSA; ZANELLO, 2016). Estas autoras concluem mostrando que as políticas públicas, desde os formuladores, passando pelos executores e fiscalizadores, deve ser profissionalizada e apoiada em conhecimentos teórico práticos, fugindo-se da atuação baseada na intuição.

Destaca-se avaliação feita em estudo de Cordeiro (2017), que ao avaliar o programa de abrigo para mulheres ameaçadas de morte em Pernambuco, levantou alguns desafios, dentre eles: a dificuldade no cumprimento de metas, como o resgate da cidadania, empoderamento e autoestima da mulher, que podem ser consideradas inexecutáveis frente ao pouco tempo em que as mulheres passam nas casas-abrigo, variando com o grau de violência ao qual elas estiveram submetidas; e o mais questionador, se é a mulher ameaçada quem de fato deve ser retirada de seu contexto social.

Ainda sobre este assunto, cientistas mostram que os governos parecem não estar no caminho certo para eliminar a violência contra mulheres e meninas, sendo urgente investir em intervenções multissetoriais eficazes, fortalecer a saúde pública, sobretudo no que tange programas voltados à violência entre parceiros íntimos; investimentos em pesquisas específicas sobre violência contra a mulher, respeitando padrões éticos e de segurança (SARDINHA et al., 2022). Neste sentido, as políticas públicas devem contemplar o fortalecimento das esferas educacionais, a fim de contribuir com o combate à discriminação por sexo, gênero e raça; com os serviços de acolhimento dessas mulheres vitimadas; e promover o não julgamento, incluindo o abortamento humanizado decorrente do estupro (CAMPOS et al., 2017). Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, por exemplo, preconiza ainda que quanto à educação das mulheres, que elas sejam segmentadas em grupos, como camponesas, indígenas, negras, quilombolas, ribeirinhas, adultas que pararam de estudar sem finalizar o ensino fundamental (LEMOS et al., 2017).

Invisível aos olhos da sociedade, merece destaque o tratamento e políticas para saúde de mulheres e seus filhos em prisões. Diuana, Corrêa e Ventura (2017) expõem que é necessário pensar em ações legais que esclareçam o poder que a administração penitenciária tem sobre a vida destas mulheres e seus filhos, sendo urgente ampliar os recursos para atenção à maternidade e à infância na prisão, por meio de políticas públicas específicas. Estas autoras mostram que ações devem ocorrer para minimizar ou acabar com a realidade de restrição do poder decisório das mães e até a separação compulsória dos filhos.

Para agravar, além de falta de políticas públicas ou ineficiência das existentes, o volume de recurso destinada para combater um problema social é um forte entrave. Bohoslavsky e Rulli (2020) mostram que medidas de austeras e de consolidação fiscal provocam o enfraquecimento de ações do Estado à violência sofrida pelas mulheres, ilustrando que para o caso brasileiro, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 95, novos abrigos para mulheres não têm sido construídos desde 2017, mesmo tendo o Brasil uma das maiores taxas de feminicídio do mundo.

Com a pandemia de COVID-19, as mulheres ficaram mais vulneráveis à violência doméstica, agravada pelo isolamento social pode ser um agravante e por isso é urgente que as políticas públicas se ajustam para garantir que mulheres tenham maior controle sobre a renda e bens produtivos, proporcionando também melhorias segurança alimentar (SOUSA; DITTERICH; MELGAR-QUIÑORES, 2021).

A pobreza, desigualdade entre regiões brasileiras, falta de trabalho e salários dignos, ineficiência do Estado na proposição e execução de políticas públicas para a proteção de direitos fundamentais e humanos das mulheres têm favorecido a ocorrência de casos de exploração sexual de mulheres por meio da mercantilização de seus corpos (SOUSA, 2016).

Ao estudar comparativamente a experiência do feminismo negro no Brasil e em Guiné-Bissau, Figueiredo e Gomes (2016) lembram que o movimento feminista vinha denunciando condições de vida das mulheres negras, a invisibilidade das mulheres negras no processo histórico, bem como a hipersexualização do corpo feminino negro. As autoras mostram que ainda existem discriminação, até mesmo envolvendo políticas públicas, como é o caso de reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, comparada à reserva de vagas para alunos negros nas universidades, mostrando que a primeira política é mais aceita que a segunda.

Sobre o processo de educação, Vasconcelos et al. (2016) propuseram refletir sobre formação de profissionais da área da saúde, a partir da Rede Cegonha, no Ministério da Saúde, que visa a defesa que mulheres, suas crianças e familiares, como protagonistas no processo de produção cogenerada de saúde materna e infantil. As autoras então sugeriram alguns caminhos que poderão apoiar a formação deste profissional: (micro)políticas educacionais em

sintonia com necessidades locais, valorizando equipes técnicas, gestores/as e usuários/as; cogestão dos serviços de saúde, uma vez que são espaços também de formação; articulação de redes de saúde, envolvendo formação e discussão entre serviços e entre redes de atenção; visitas técnicas a serviços de referência, fomentando a troca de experiências, de práticas locais; socialização/publicização das experiências formativas no Sistema Único de Saúde.

A formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde (SUS) não é uma questão nova, mesmo assim, continua sendo uma preocupação recorrente de gestores/as, instituições educativas e profissionais de diversos campos de fazer-saber, sobretudo, os campos da Saúde Pública e da Educação. A distância entre aquilo que comumente chamamos de formação teórica e o cotidiano do trabalho nos serviços de saúde é tema corriqueiro em processos de formação de trabalhadores/as do SUS.

Em estudo sobre a formação de médicos na Universidade Estadual de Campinas, Silva et al. (2018) mostram que as mulheres foram maioria, fenômeno que pode ser fruto das reduções de barreiras de acesso ao ensino superior, e mais ainda, pelo processo de afirmação das mulheres no mercado de trabalho; mas ainda com desigualdades de gênero no exercício da profissão, como maior oferta de cargos permanentes e de prestígio aos homens.

Fernandes, Gimenes e Domingues (2017) apontam que atenção especial tem que ser dada às políticas de educação e outras sociais, por exemplo as de assistência social. Os autores ao estudarem o contexto do estado de São Paulo, mostram que a garantia de Educação Infantil às crianças permite estimular o pleno desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo e social, bem como contribuiria com a inserção das mães no mercado de trabalho.

Com relação à economia oriunda do trabalho da mulher, estudo com mulheres empreendedoras do Brasil, mostrou que ainda existem dificuldades de abertura de empreendimentos por mulheres, e pouco estudadas pelas pesquisas científicas (MACHADO et al., 2016). Estes autores sugerem novos estudos que avaliem as diferenças na criação de empreendimentos por mulheres e homens, bem como a necessidade de políticas públicas que visem a preparação de mulheres que desejam ser empreendedoras.

O trabalho relacionado a recursos naturais, há aumento observado na participação das mulheres na pesca no estado do Mato Grosso, de modo que elas também têm assumido a organização e posições de liderança junto à organização social estudada (FAÇANHA; SILVA, 2017). Contudo, estas autoras fazem um alerta que este aumento possa estar associado à possibilidade de recebimento de benefícios sociais como seguro desemprego, pago aos pescadores no período do Defeso (quando não se pode pescar algumas espécies de peixe, para garantir a reprodução), e assim aumentar a renda familiar.

Ainda com relação a recursos naturais, o trabalho associativo de mulheres e política de fomento à Economia Solidária mostrou resultados promissores para a geração de renda a partir do agroextrativismo da castanha no Amapá (SANTOS, 2021). A autora mostra, contudo, que ainda há precariedade na articulação de políticas de fomento à economia solidária com outras políticas, como as sociais.

Ainda com relação ao trabalho, cabe destacar a forte contribuição que as mulheres dão ao trabalho comunitário, que não é mercantilizado, nem doméstico (SORJ, 2016). De acordo com esta autora, este tipo de é uma construção política, apoiado por políticas sociais, que entende e atribui às comunidades e aos indivíduos o papel de corresponsáveis pelo desenvolvimento e bem-estar social, com especial contribuição e participação de mulheres.

Percebe-se que o atendimento das políticas públicas tendo as mulheres como público-alvo aponta para um caminho de avanço da democracia, reconhecendo o ser humano, independentemente de serem mulheres ou homens devem ter os mesmos direitos, porém com necessidades específicas a serem tuteladas pelo Estado (CORDEIRO, 2017). Deve-se estimular políticas públicas de gênero, pois contribuem com distinção dos processos de socialização entre homens e mulheres, considerando a natureza dos conflitos dessas relações,

e para assim criar possibilidades para o desenvolvimento das mulheres, a partir de sua autonomia e empoderamento (BRANDT; LAVARDA; LOZANO, 2017).

As pesquisas e as políticas que visem a equidade de gênero devem possuir uma proposta interseccional, uma vez que a participação da mulher envolve também marcadores importantes como raça/cor, classe, geração, localidade (LIMA; COSTA, 2016). A participação da mulher em debates sobre políticas públicas, como nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, deve ser sempre fomentada e fortalecida. De acordo com Petinelli (2017), a inclusão política será maior e mais plural quando houver participação direta e/ou por meio de representantes nesses espaços, que devem assegurar representação da pluralidade de atores sociais (categorias estatais e não estatais), sendo espaços mais inclusivos, e eliminando a dominância de grupos politicamente mais influentes nestas conferências. Isso porque arranjos que privilegiam a representação de um ou outro ator, em espaço de interação participativa, levaria a desigualdades de influência nessas conferências (SILVA, 2018).

As questões políticas foram conquistadas pelas mulheres há mais de um século, a fim de garantir e formalizar seus direitos perante a legislação de cada país (BRANDT; LAVARDA; LOZANO, 2017). O protagonismo político da mulher, a partir da organização sindical foi mostrado por Fraccaro (2017), que evidencia que depois dos movimentos grevistas, tendo São Paulo como exemplo, a igualdade entre mulheres e homens passou a ser presente nas lutas dentro das fábricas, nos sindicatos e dentro do movimento operário. No Brasil, a organização sindical das mulheres tem relação com a aproximação delas com o feminismo, destaque para as décadas de 1970 e 1980, quando se tem um campo comum de luta, fortalecendo-se os processos e os mecanismos de filiação feminina, pleito por ocupar espaços na representação sindical e maior participação nas estruturas de poder (FERREIRA et al., 2018). A partir desses movimentos ficou clara a necessidade em se debater sobre justiça social e legislar e sobre a mulher trabalhadora no Brasil (FRACCARO, 2017).

Por fim, concorda-se com o pensamento de Moreira et al. (2018), quanto só ser possível alcançar a equidade universal de direitos entre homens e mulheres, quando todas as pessoas sejam respeitadas em sua diversidade e dignidade, sendo dever do Estado a garantia de direitos de todos, viabilizando-a por meio de políticas públicas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas sociais no território do Brasil impulsionam o desenvolvimento de pesquisas constantes, com proposição de resolução destes. O diagnóstico destes problemas deve fomentar a criação ou ajustes de políticas públicas setoriais. Neste estudo, procurou-se ilustrar os problemas citados pelos pesquisadores ao se debruçarem sobre políticas para as mulheres.

Ficou evidente a existência de várias leis, políticas públicas e programas e planos decorrentes, que contemplem equidade nas relações e direitos entre mulheres e homens. Há, por outro lado, uma carência de novos estudos que continuem a avaliar as condições vividas por mulheres no Brasil, em várias áreas, como saúde, educação, violência, trabalho, organização política, entre outras.

Ações do Estado devem de imediato atuar para que profissionais que executam políticas públicas para as mulheres sejam constantemente capacitados e qualificados, evitando-se assim a perpetuação de atendimentos que ainda segreguem e excluam. Isto também deve valer para a contratação dos novos profissionais que forem atuar na execução de serviços no âmbito destas políticas. Esta profissionalização deve levar em conta que os serviços públicos para as mulheres requerem conhecimentos específicos e novas tecnologias.

Sugere-se ainda que as políticas públicas tenham metas menos abrangentes, sendo possibilitando aferi-las, bem como os resultados alcançados. Isso proporcionará melhores processos de avaliação e ajustes das políticas. Por fim, mas não menos importante, deve-se atentar que as políticas que visem equidade entre homens e mulheres, devem ser políticas com abordagem em gênero, incluindo as mulheres em todas suas formas, origens e sexualidades.

## AGRADECIMENTO

Os autores agradecem à Universidade Católica Dom Bosco, pela oportunidade da escrita deste artigo no âmbito da conclusão da especialização em Educação, Diversidade e Inclusão Social, do primeiro autor.

## REFERÊNCIAS

- BERTONCELLO, A.; BADALOTTI, R. M.; KLEBA, M. E. Ação coletiva e políticas públicas: mulheres camponesas na construção da Política de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. **Interações**, v. 21, n. 3, p.543-558, 2020. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2172>
- BOHOSLAVSKY, J. P.; RULLI, M. Covid-19, instituciones financieras internacionales y continuidad de las políticas androcéntricas en América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, e73510, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n273510>
- BRANDT, J. Z.; LAVARDA, R. A. B.; LOZANO, M.-A. S. P. L. Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 64-87, 2017. <https://doi.org/10.1590/0034-7612147905>
- CAMPOS, C. H.; MACHADO, L. Z.; NUNES, J. K.; SILVA, A. R. Cultura do estupro ou cultura antiestupro? **Revista Direito GV**, v. 13, n. 3, p. 981-1006, 2017. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>
- CASTRO, B. N.; STADUTO, J. A. R. Percepção de saúde no Brasil: uma análise das diferenças por sexo dos trabalhadores. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 855-884, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art10>
- CORDEIRO, N. Ação governamental e direitos das mulheres: abrigo para mulheres ameaçadas de morte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 259-294, 2017. <https://doi.org/10.1590/0103-335220172308>
- DIUANA, V.; CORRÊA, M. C. D. V.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 727-747, 2017. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300018>
- ESTANISLAU, P.; GOEBEL, M. A.; STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. Distribuição espacial das propriedades agrícolas lideradas por mulheres no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, e222800, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222800>

FAÇANHA, C. L.; SILVA, C. J. Caracterização da Colônia de Pescadores Z2 de Cáceres em Mato Grosso. **Interações**, v. 18, n. 1, p. 129-136, 2017. [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1\(10\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1(10))

FARAH, M. F. S.; DINIZ, A. P. R.; MARCONDES, M. M.; YOUSSEF, L. M.; SILVA, M. C. F. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 428-443, 2018. <https://doi.org/10.1590/1679-395164868>

FERNANDES, F. S.; GIMENES, N.; DOMINGUES, J. R. Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 320-341, 2017. <https://doi.org/10.1590/198053144175>

FERREIRA, M. O. V.; ORSATO, A.; SANOTS, L. P.; CORONEL, M. C. V. K. Abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Rev. bras. Estud. pedagog.**, v. 99, n. 252, p. 404-428, 2018. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i252.3398>

FIGUEIREDO, A.; GOMES, P. G. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 909-927, 2016. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>

FONSECA, C.; FIETZ, H. Collectives of care in the relations surrounding people with 'Head troubles': family, community and gender in a working-class neighbourhood of southern Brazil. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 1, p. 223-243, 2018. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v8i18>

FRACCARO, G. C. C. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 76, p. 73-90, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-04>

FURLIN, N. Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais "masculinos". **Cadernos Pagu**, n. 48, e164816, 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600480016>

LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D. C. G.; CASTELAR, M.; REIS JUNIOR, L. P.; NOGUEIRA, T.; PIANI, P. P. F. UNESCO, mulheres e biopoder no Brasil: alguns apontamentos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 3, p. 224-230, 2017. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i3/1052>

LIMA, B. S.; COSTA, M. C. Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios. **Cadernos Pagu**, n. 48, e164805, 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600480005>

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; GIMENES, E. R. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 789-822, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201692>

MACHADO, H. P. V.; GAZOLA, S.; FABRICIO, J. S.; ANEZ, M. E. M. Women entrepreneurs: reasons and difficulties for starting in business. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 3, p. 15-38, 2016. <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n3p15-38>

MACIEL, L.; SCHNEIDER, J. A.; CHAMBART, D.; GRASSI-OLIVEIRA, R.; HABIGZANG, L. F. Percepções de Profissionais sobre Atendimentos em Saúde para Mulheres Usuárias de Crack. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e192955, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192955>

MADALOZZO, R.; BLOFIELD, M. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família?. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 215-240, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p215>

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, e180353, 2019. <https://doi.org/10.1590/Interface.180353>

MOREIRA, M. I. C.; BRITO, C. D.; OLIVIEIRA, C. M.; ALVES, C. E. R. Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 234-242, 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5545>

MOREIRA, G. C.; MATTOS, L. B.; TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, D. A. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 46, n. 4, p. 973-1002, 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-4161464977gled>

NUNES, M. C. A.; LIMA, R. F. F.; MORAIS, N. A. Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 956-969, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003652016>

NUNES, M. C. A.; MORAIS, N. A. Estupro e gravidez: Relatos das vivências de mulheres antes e após o desfecho da gestação. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 4, p. 468-476, 2016. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160045>

PEDROSA, M.; ZANELLO, V. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, e32ne214, 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne214>

PETINELLI, V. A quem servem as conferências de políticas públicas? Desenho institucional e atores beneficiados. **Opinião Pública**, v. 23, n. 3, p. 612-646, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017233612>

REGO, S.; PALÁCIOS, M. Ética, saúde global e a infecção pelo vírus Zika: uma visão a partir do Brasil. **Revista Bioética**, v. 24, n. 3, p. 430-434, 2016. <https://doi.org/10.1590/1983-80422016243141>

ROCHA, M. A.; MATTOS, L. B.; COELHO, A. B. Influência do Programa Bolsa Família na alocação de recursos: uma análise considerando a presença de mulheres no domicílio.

**Economia e Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 997-1028, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art11>

SANTOS, K. P. The women of castanha do Alto Cajari: empowerment by the solidarity economy. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, e00661, 2021. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200066r1vu2021L4AO>

SARDINHA, L.; MAHEU-GIROUX, M.; STÖCKL, H.; MEYER, S. R.; GARCÍA-MORENO, C. Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. **The Lancet**, v. 399, n. 10327, p. 803-813, 2022.

SCOTT, P.; NASCIMENTO, F. S.; CORDEIRO, R.; NANES, G. Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 851-870, 2016. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p851>.

SILVA, M. L. A. M.; AMARAL, E.; MACHADO, H. C.; PASSERI, S. M. R. R.; BRAGANÇA, J. F.

SILVA, V. P. Atores e sua capacidade de influência nas políticas setoriais a partir de conferências nacionais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 1-26, 2018. <https://doi.org/10.1590/1678987318266803>

SORJ, B. Social policies, community participation and the deprofessionalization of care. **Cadernos Pagu**, v. 46, p. 107-128, 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460107>

SOUSA, L. R. M.; DITTERICH, R. G.; MELGAR-QUINÓNEZ, H. A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, e200651, 2021. <https://doi.org/10.1590/interface.200651>

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>

SOUSA, T. R. Tráfico de mulheres e exploração sexual: análise sobre o atendimento às vítimas. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 2, p. 270-280, 2016. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00200012>

VASCONCELOS, M. F. F.; NICOLOTTI, C. A.; SILVA, J. F.; PEREIRA, S. M. L. R. Entre políticas (EPS - Educação Permanente em Saúde e PNH - Política Nacional de Humanização): por um modo de formar no/para o Sistema Único de Saúde (SUS). **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 59, p. 981-991, 2016. <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0707>

VIEIRA, E. M.; HASSE, M. Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 60, p. 52-62. <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0357>

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>

WHO – World Health Organization. **Violence against women prevalence estimates, 2018**. 2021. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1347689/retrieve>, Acesso em: 07 mar. 2022.

**“EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR”: MULHERES EM COLETIVO NA COMUNIDADE DO TAMATATEUA, POSSIBILIDADES DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU, BRAGANÇA-PA**

Daniele de Sousa Silva<sup>1</sup>  
Roberta Sá Leitão Barboza<sup>2</sup>  
Abel Pojo Oliveira<sup>3</sup>  
Josinaldo Reis do Nascimento<sup>4</sup>

[...] “Aí minha véia, deixa a cenoura aqui  
Com a barriga vazia não consigo dormir”  
E com o bucho mais cheio comecei a pensar  
**Que eu me organizando posso desorganizar**  
**Que eu desorganizando posso me organizar**  
**Que eu me organizando posso desorganizar”.**

(SCIENCE, Chico. Da lama ao Caos. *In*: Chico Science & Nação Zumbi: da lama ao caos. 1994)

### RESUMO

Esta pesquisa ocorreu de setembro de 2022 a novembro de 2023 junto às mulheres do coletivo feminino Mulheres Guerreiras da comunidade de Tamatateua, Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperacu, localizada cerca de 18 km da cidade de Bragança/PA. O objetivo foi compreender a gênese do coletivo de mulheres dessa comunidade, seus resultados individuais e coletivos, bem como, de que modo elas têm ocupado os espaços políticos na comunidade e na Resex. Para isso, realizou-se observação participante e quatro mulheres do coletivo foram entrevistadas. Destaca-se que a primeira autora deste trabalho é moradora da comunidade e integrante do coletivo de mulheres estudado na presente pesquisa. Fundado em 2019, o coletivo configura-se como uma oportunidade para as mulheres terem sua atuação visível para além da rotina doméstica, estabelecendo/ampliando suas redes de apoio e parcerias com várias instituições. Ele tornou-se fundamental para contribuir com alternativas de geração de renda, melhorar a autoestima, aperfeiçoar as relações políticas e reforçar o sentimento de pertencimento à comunidade. O projeto Paneiro do Mangal, um dos frutos dessas parcerias, vem incentivando a ampliação da produção nos quintais, através de ações de aprimoramentos que vão desde técnicas de manejo de suas hortas à implantação de microssistemas agroflorestais, realizando intercâmbios e alicerçando a transição agroecológica dos “quintais produtivos”. Em última análise, esses processos são lentos, graduais e perpassam pelo fortalecimento interno e externo, individual e coletivo. As mulheres do coletivo vêm criando e estabelecendo relações de solidariedade, formas de autogestão coletiva e assim construindo relações diferentes com o mundo do trabalho e com o ambiente, calcadas em seus

---

<sup>1</sup> Graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança), [danieledesousasilva29@gmail.com](mailto:danieledesousasilva29@gmail.com), ORCID: 0009-0007-3964-9041.

<sup>2</sup> Doutora, Universidade Federal do Pará (UFPA- Campus Bragança), docente da Faculdade de Engenharia de Pesca e dos Programas de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (UFPA- Campus Bragança); em Estudos Antrópicos na Amazônia (UFPA-Campus Castanhal) e Agricultura Familiares (UFPA-Belém), Coordenadora do grupo de Pesquisa ESAC e do LABPEXCA/UFPA (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Pesqueira de Comunidades amazônicas), [robertasa@ufpa.br](mailto:robertasa@ufpa.br), ORCID: 0000-0003-2367-553X.

<sup>3</sup> Doutor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança), membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (ETTHOS/IFPA), [abelpojo@ifpa.edu.br](mailto:abelpojo@ifpa.edu.br), ORCID:0009-0009-6529-9107.

<sup>4</sup> Doutor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança), LABCRIA-Laboratório de Extensão, Comunicação e Experimentação Audiovisual do IFPA- Campus Bragança, membro dos Grupos de Pesquisa: Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (ETTHOS/IFPA) e Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC/UFPA), [josinaldo.reis@ifpa.edu.br](mailto:josinaldo.reis@ifpa.edu.br). ORCID: 0000-0002-1255-1884.

saberes e fazeres, a partir de práticas sustentáveis, passando a ser exemplo e apoio para mulheres de outras comunidades.

**Palavras-chave:** Coletivo de mulheres. Resex Caeté-Taperaçu. Transição agroecológica.

**“I ORGANIZE MYSELF THEN I CAN DISORGANIZE”: WOMEN IN COLLECTIVE IN THE COMMUNITY OF TAMATATEUA, POSSIBILITIES FOR AGROECOLOGICAL TRANSITION IN THE CAETÉ-TAPERACU MARINHA RESEX, BRAGANÇA-PA**

**ABSTRACT**

From September 2022 to November 2023 this research took place with women from the female collective Mulheres Guerreiras from the Tamatateua community, the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, located approximately 18 km from the city of Bragança/PA. The objective was to understand the genesis of the women's collective in this community, its individual and collective results, as well as how they have occupied political spaces in the community and in the Resex. To do so, a participant observation was carried out and four women from the group were interviewed. It is important to highlight that the first author of this work is a resident of the community and member of the women's collective studied in the present research. Founded in 2019, the collective was configured as an opportunity for women to have their role visible beyond the domestic routine, establishing/expanding its support networks and partnerships with several institutions. Becoming essential to contribute to alternative income generation, improve self-esteem, improve political relationships and strengthen the feeling of belonging to the community. The Paneiro do Mangual project, fruit of these partnerships has encouraged the expansion of production in backyards, through actions to improve management techniques for their vegetable gardens and implement agroforestry microsystems, performing exchanges and building the foundations for the agroecological transition of “productive backyards”. Ultimately, these processes are slow, gradual and encompass internal and external, individual and collective strengthening. The women of the collective have been creating and establishing solidarity relationships, forms of collective self-management and thereby building different relationships with the world of work and the environment, based on their knowledge and activities, based on sustainable practices, becoming an example and support for women from other communities.

**Keywords:** Collective of women. Caeté-Taperaçu Resex. Agroecological transition.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 45% do total de alimentos produzidos nos países em desenvolvimento são realizados por mulheres camponesas. Essa importantíssima participação feminina pode ter representado um crescimento de até 30% na produção agrícola dos últimos anos. Os dados mais recentes apontam que, dos cerca de 58,5 milhões de pessoas que trabalham no setor agrícola, aproximadamente 21% são mulheres (FAO, 2022). Contudo, é necessário destacar dois pontos. Primeiro, que essas mulheres quase sempre exercem uma dupla jornada de trabalho, atuando no ambiente doméstico e na lavoura. Segundo, que 90% dos ganhos financeiros de suas produções agrícolas são reinvestidos na educação e no bem-estar de seus familiares, o que as fortalece politicamente na luta para diminuir as desigualdades de gênero no campo e contribui diretamente para a segurança alimentar do planeta (FAO, 2018).

No Brasil as mulheres camponesas são responsáveis também pelo manejo dos denominados “quintais produtivos”, onde cultivam hortaliças e frutíferas, criam pequenos animais, beneficiam alimentos e produzem artesanato. Nesta assertiva, é relevante destacar a importância dessas atividades desenvolvidas historicamente pelas mulheres na agricultura,

construindo assim uma resiliência essencial para um desenvolvimento equitativo e sustentável (PILLETT, 2017).

Embora contribuam para a geração de renda e para a conservação da agrobiodiversidade, como nos mostram Abrantes et al. (2013), de modo geral os trabalhos por elas desenvolvidos ainda se mantêm na “invisibilidade”.

Muito em função desse contexto, a Agroecologia vem se configurando como um campo potencial para o fortalecimento político de mulheres camponesas e, conseqüentemente, tem promovido o enfrentamento de sua condição de vulnerabilidade/invisibilidade e a luta pela conquista de mais respeito, tanto na esfera pessoal como familiar, bem como nos campos produtivo e político (MOREIRA, 2019).

Diante do exposto, compreendemos que o diálogo entre as perspectivas agroecológica e feminista torna-se um caminho necessário para o enfrentamento político e científico a alguns dos desafios cotidianos vivenciados por mulheres camponesas da Amazônia. E, quando organizadas em coletivos, as mulheres camponesas se inserem em práticas agroecológicas e juntas lutam pela valorização de suas práticas produtivas e pelo reconhecimento político em suas comunidades (SILIPRANDI, 2007). Estes coletivos se engajam em movimentos sociais em prol de pautas ambientalistas, que por meio de trocas de experiências vão aprimorando suas técnicas de manejo e aumentando sua renda, e seus resultados acabam reverberando para todos os demais membros da família (CARDOSO, 2022).

Dessa forma, processos de transição agroecológica contribuem com o fortalecimento e a construção da autonomia das mulheres do meio rural e começaram a desconstruir o olhar machista historicamente arraigado em relação às mulheres; estes processos também se tornaram essenciais no fortalecimento das relações afetivas entre comunidade e natureza (BUTTO, 2010).

Pelas próprias peculiaridades, a Agroecologia vem se consolidando como um campo de conhecimentos com potencial de estabelecer um novo paradigma para o desenvolvimento rural, por articular estratégias tradicionais de manejo agrícola, onde o respeito, o cuidado, o valor ao tempo de produção e o descanso da natureza são elementos indispensáveis. Desta forma, a Agroecologia claramente se apresenta como um campo transdisciplinar, holístico, aberto aos aprendizados e conhecimentos produzidos em dessemelhantes disciplinas científicas (CAPORAL et al., 2011).

Em síntese, Caporal et al., (2011, p. 80) afirmam que:

É importante reter o entendimento da Agroecologia com uma ciência do campo da complexidade. Uma ciência que, ao contrário dos esquemas cartesianos, procura ser integradora, holística e, por isso mesmo, mais apropriada como orientação teórica e prática para estratégias capazes de fazer avançar a construção de agriculturas mais sustentáveis e de modelos de desenvolvimento rural mais sustentáveis. A Agroecologia vai além da simples aproximação entre Agronomia e Ecologia. Deste modo, ademais de incorporar conhecimentos e saberes populares, são fundamentais os conhecimentos científicos oferecidos por diferentes disciplinas para o desenho de agroecossistemas e agriculturas mais sustentáveis, que é o que importa do ponto de vista da conservação do planeta e da sobrevivência das espécies.

É nesta perspectiva, de valorização dos saberes e fazeres, que os processos de transição agroecológica têm chamado a atenção de mulheres em vários lugares do mundo, sobretudo na Amazônia, onde organizadas em coletivos, como cooperativas, elas veem sua autonomia econômica e política como uma realidade cada vez mais constante (SALES, 2007; RIBEIRO, 2014).

Em Bragança, nordeste do Estado do Pará, em comunidade agropesqueira do maretório<sup>5</sup> da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, iniciativas que apoiam uma transição agroecológica a partir dos “quintais produtivos” estão sendo bem aceitas, como é o caso engendrado por um coletivo de mulheres da comunidade do Tamatateua (SOUSA, 2024).

Criado em 2019, a partir de uma iniciativa fomentada pela organização não-governamental Rare Brasil<sup>6</sup>, um coletivo de mulheres se uniu inicialmente em torno dos chamados “Clubes de Poupança”, que são grupos que visam contribuir com mudanças nos hábitos de gestão financeira e planejamento orçamentário de suas integrantes, isso a partir de conceitos de alfabetização financeira em seu dia a dia, e então foi ampliando seus horizontes organizacionais e políticos de forma significativa, com resultados positivos e evidentes (CARDOSO, 2022).

Destes novos horizontes, emergiram parcerias com instituições externas à comunidade, dentre elas o projeto “Painho do Mangal<sup>7</sup>”, que, apoiando o escoamento dos alimentos cultivados nos quintais das mulheres integrantes do coletivo, e contribuindo com os processos de transição agroecológica dos “quintais produtivos”, tem seus resultados reconhecidos para além da comunidade (CARDOSO, 2022; SOUSA, 2024; NASCIMENTO et al., 2023).

Compreendendo essa conjuntura, esta pesquisa objetivou compreender a gênese do coletivo de mulheres da comunidade do Tamatateua, seus resultados individuais e coletivos, analisando a representatividade feminina nos espaços políticos na comunidade e na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu a partir da ótica de suas integrantes.

## 1 O PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo ocorreu ao longo do período de setembro de 2022 a novembro de 2023, na comunidade agropesqueira do Tamatateua, localizada a cerca de 18 km da cidade de Bragança, nordeste do Pará (Fig. 1).

Desde 2005, Tamatateua é uma das 52 comunidades que compõem o entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Essa Resex possui uma área total de aproximadamente 42.489,17 hectares (BRASIL, 2005).

Nessas comunidades, uma parcela considerável da população, formada basicamente por pescadores e pescadoras artesanais, camponeses e camponesas, produz/reproduz seus modos de vida diretamente ligados à extração e à comercialização dos recursos pesqueiros e da agricultura de pequena escala, constituindo um verdadeiro maretório (NASCIMENTO, 2021).

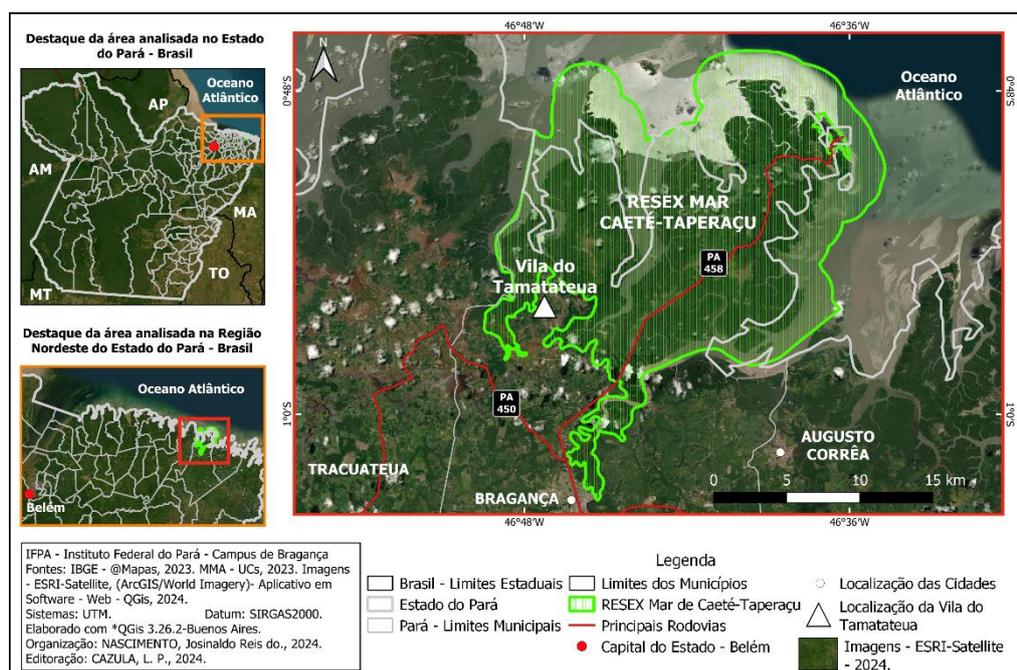
**Figura 1:** Localização da comunidade do Tamatateua, Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/PA.

---

<sup>5</sup> Espaços geográficos costeiros/estuarinos habitados, usados, autogeridos por populações tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais e/ou cogeridos. Esses trabalhadores e trabalhadoras vivem muito tempo de sua existência sob as águas, sofrendo influências diretas dos regimes das marés, dos ciclos lunares, dos ventos e suas dinâmicas costeiras. A partir desses elementos, edificam contratos sociais, práticas produtivas e societárias que se emanam para além da pesca como atividade produtiva, mas que a partir dela incorporam dimensões simbólicas, culturais, éticas elaboradas a partir das relações de compadrio e do respeito mútuo, uma trama de significados do universo pesqueiro que ajuda a tecer suas espiritualidades e religiosidades, imbricadas nos elementos da natureza (NASCIMENTO, 2021, p. 199-200).

<sup>6</sup> A Rare do Brasil é uma organização da sociedade civil fundada em 2014, com atuação na promoção da pesca artesanal sustentável ao longo do setor costeiro e marinho brasileiro. A organização vem implementando o programa “Pesca para Sempre” em diferentes países do mundo, e no Brasil foca nos esforços do programa “Pesca para Sempre” no estado do Pará, fomentando a gestão baseada na comunidade para a pesca costeira (Disponível em: <https://www.facebook.com/rarebrasil/>. Acesso em: 04 mar. 2024).

<sup>7</sup> O projeto apresenta a denominação por realizar a comercialização dos produtos em cesta confeccionada com folha de palmeira, conhecida localmente com painho; e por se tratar de uma comunidade situada às margens do mangal/manguezal.



Fonte: A pesquisa

Atualmente, segundo as estimativas dos agentes comunitários de saúde (ACS), vivem na comunidade do Tamatateua cerca de 518 famílias, em sua maioria pescadores artesanais e agricultores familiares, uma média de 4 pessoas por unidade familiar, resultando em aproximadamente 2.072 moradores. Analisando pesquisas de Oliveira (2005) realizadas na comunidade no final da década de 1990 que registrava cerca de 1.500 habitantes, os que nas últimas três décadas o número de moradores cresceu cerca de 72 %.

A trajetória metodológica que alicerça esta pesquisa combinou abordagens participativas e qualitativas (MINAYO, 1994).

Neste propósito interativo, o tempo de convívio no cotidiano da comunidade por parte de alguns autores, e a naturalidade de uma das autoras, permitiu lançarmos mão da observação participante como um método para subsidiar melhores compreensões acerca das realidades e processos organizacionais das mulheres da comunidade diretamente envolvidas na pesquisa. É oportuno ressaltar que este método consiste basicamente na participação do pesquisador em atividades cotidianas relacionadas aos sujeitos pesquisados, a fim de obter análises mais apuradas dos seus aspectos de vida por meio da observação de eventos sociais em seus contextos naturais, intervindo o mínimo possível na sua dinâmica (POUPART et al., 2008).

Em seguida, a partir dos objetivos propostos na pesquisa, foi elaborado um roteiro contendo 16 indagações. Em setembro de 2023, em situações diversas, 4 mulheres do coletivo foram entrevistadas separadamente pela primeira autora, moradora da comunidade e integrante do coletivo de mulheres estudado. Sendo estas interlocutoras agricultoras, pescadoras, aposentadas, artesãos, estudantes e donas de casa, com faixa etária entre 20 e 73 anos.

É oportuno destacar que todas as entrevistadas foram esclarecidas sobre os propósitos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); mesmo assim, optamos por identificá-las ao longo do texto pelos pseudônimos de: Entrevistada I, Entrevistada II, Entrevistada III e Entrevistada IV.

Após as transcrições, os dados foram analisados e categorizados. Teoricamente, o estudo foi embasado na literatura científica que discute transição agroecológica, gênero em unidades de conservação, movimentos sociais e alternativas de geração de renda (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; ANOKO, 2008; GOHN, 2010; CARDOSO, 2022).

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres que têm suas falas colhidas e registradas nesta pesquisa são da comunidade do Tamatateua, no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. A Caeté-Taperaçu é uma das 14 Unidades de Conservação (UC) desta modalidade existentes no litoral do Estado do Pará; juntas, elas correspondem a uma área total de aproximadamente 329.740,80 hectares, formando um verdadeiro cinturão de unidades de conservação de uso sustentável no litoral amazônico (NASCIMENTO, 2021; BRASIL, 2024).

Nestas RESEX Marinhas do litoral da Amazônia, existe algo em torno de 350 comunidades pesqueiras, onde vivem aproximadamente 40.200<sup>8</sup> famílias de extrativistas, agricultores, pescadores e ribeirinhos.

Nestas comunidades, historicamente, as mulheres protagonizam o plantar, o cuidar e o preservar a partir de saberes-fazeres que perpassam gerações. Porém, é imprescindível considerar que, quando não acompanhadas por um processo de conscientização coletiva, várias atividades que estas mulheres realizam não são reconhecidas como trabalho “produtivo”.

Tomemos como exemplo as pesquisas conduzidas por Maneschy (1995) e por Silva e Maneschy (2020) junto às pescadoras do litoral da Amazônia, em que consta o fato de muitas mulheres não considerarem como trabalho o que fazem na pesca, na agricultura, já que, em muitos casos, estes trabalhos são realizados para/com pessoas próximas, dentro do ciclo familiar, ou seja, no âmbito doméstico. Desta maneira, estas atividades são desqualificadas, não são valoradas economicamente e, portanto, acabam não recebendo o *status* de “trabalho produtivo”. Na comunidade do Tamatateua, não é diferente: as mulheres trabalham no cultivo de roças, na pesca extrativa e nas atividades domésticas e muitas vezes não têm o devido reconhecimento.

É neste contexto que, em 2019, com o surgimento do coletivo de mulheres “Guerreiras de Tamatateua”, elas começaram a participar mais ativamente de diversas discussões sociais, políticas e culturais no Tamatateua, em comunidades circunvizinhas e em outras RESEX marinhas do litoral paraense. Sobre a importância deste processo de formação, nos contou uma de nossas interlocutoras: “[...] isso é uma forma de a gente tá se reunindo, né? com as outras mulheres, né? buscar conhecimento, as mulheres não é só pra ficar dentro de casa, mas pra ter esse reconhecimento fora, através do grupo de mulheres [...]” (ENTREVISTADA II).

Sob este prisma, as mulheres entrevistadas durante a pesquisa, afirmaram não haver experiência de participação em organização coletiva anteriormente a existência da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA). Esta associação que compartilha a gestão da unidade de conservação com o estado, é, de certo modo, o primeiro contato com este sentimento de coletividade mais orgânica entre elas, o que mesmo com todas as fragilidades organizacionais da categoria de pescadores e pescadoras, vem se consolidando desde a constituição do coletivo de mulheres.

Tanto nas reuniões na ASSUREMACATA, quanto nas do Conselho Deliberativos, algumas das integrantes do coletivo participam ativamente, porém, é evidente que estes espaços políticos são frequentados majoritariamente pelos homens. Por mais que medidas que visem garantir uma maior participação das mulheres vem sendo implementadas, uma pequena minoria das mulheres das comunidades do entorno da RESEX frequenta essas reuniões, e quando isso acontece, as possibilidades de elas opinarem quando não organizadas em coletivos, é muito menor, pois ali são tratados quase sempre problemas organizacionais, produtivos e financeiros, dos quais historicamente elas estão “distantes”. Contexto completamente diferente do visto na

---

<sup>8</sup> Os cálculos foram realizados por uma estimativa do número total de usuários e média de 4 pessoas por família. Fonte: Dados compilados a partir de documentos das Associações dos Usuários das RESEX Marinhas (ASSUREMAS) e relatórios oficiais até 2023.

comunidade do Tamatateua, onde elas organizadas em coletivo, tem cada vez ocupado os espaços políticos na comunidade e extrapolam as fronteiras da Caeté-Taperaçu.

A partir dos dados das entrevistas verificamos que este processo de organização proporcionou um pontapé inicial para a valorização dos conhecimentos e direitos que as mulheres detêm, mas que vivem adormecidos dentro da limitação de um estereótipo gerado pelo machismo. A partir destas colocações, compreende-se que a criação do coletivo foi uma oportunidade para as mulheres da comunidade terem a atuação efetivamente visível para além da rotina doméstica, fazendo de sua união um mundo de possibilidades, até então, desconhecido.

Nessa lógica de superação, afirma-se o coletivo, formado por mulheres de perfis diversos, de faixa etária de 20 a 73 anos; agricultoras, pescadoras, donas de casas e estudantes; muitas nasceram e cresceram na comunidade, enquanto outras se incorporaram à dinâmica local a partir de casamento com moradores. É importante destacar que, com o passar do tempo, o coletivo incorporou alguns homens, maridos e filhos das “guerreiras” (Fig. 2).

**Figura 2:** Integrantes do coletivo de mulheres “Guerreiras” do Tamatateua, Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu.



Fonte: A pesquisa

No tocante ao papel exercido por seus maridos, uma de nossas entrevistadas destaca que havia mais mulheres; porém, com o tempo, algumas desistiram de participar, principalmente por interferência dos homens:

[...] o marido faz com que elas venham a desistir, porque tem mulher ainda que tem esse olhar pra viver só dentro de casa, e a gente não quer isso, a gente tem que buscar, como já falei, conhecimento, e se a gente ser dona [...] da nossa própria vontade de querer buscar, e teve muitas mulheres que desistiram pelo fato de ter um homem, ainda existe, infelizmente, que a gente vive numa sociedade que as mulheres ainda são submissas (ENTREVISTADA II).

Deste modo, percebe-se que uma das lutas iniciais do coletivo de mulheres do Tamatateua era, sobretudo, sair da zona de submissão característica do patriarcado que as cerca, sobretudo às pescadoras amazônicas, e vêm historicamente sequestrando seus valores, autorrespeito, visibilidade social e independência (VIEIRA et al., 2015; PIRES; RIAL, 2023).

Este “jogo assimétrico”, tal como destacam Vieira et al., (2015, p. 248) em pesquisas junto a outras comunidades da RESEX marinha Caeté-Taperaçu, é de lutas e disputas para re-existirem<sup>9</sup>, e por meio da coletividade as mulheres do Tamatateua foram criando mecanismo que pudessem contribuir na busca de caminhos rumo à independência e à valorização do trabalho, como a partir de ações dos “Clubes de Poupança”. Estes processos de fortalecimento emergiram de forma sutil, mas são vivos e potentes, se considerarmos a médio e longo prazo, como elucidado por uma de nossas interlocutoras:

Esse grupo de poupança é onde a gente vai, é todos meses, a gente vai deixar o nosso, depositar o nosso dinheiro lá, depositar o nosso dinheiro e em mês sim e um mês não tem um sorteio, bingo, que aí aquele dinheiro que a gente faz tudo vai pra dentro do nosso, coisa que a gente tem lá um cofre. Quando chega no final de dezembro, a gente tira aquele dinheiro que vai servir pra alguma coisa pra gente [...], quando chegar final de dezembro, você não tá aperreada, né, e aí aquilo ajuda muito, é pra nós, é tudo individual, por exemplo; vamos supor assim, que final do mês eu poupar duzentos reais ou cento e cinquenta, eu já tenho um saquinho mesmo apropriado já com o meu tudinho lá, e quando é o negócio de bingo, tem outro saquinho de novo que já é do bingo que não mistura um com outro e volta tudo pra mim. Aí quando é a quantidade que você dar, é que vai receber de volta no final de ano, é só uma forma de poupar pra gente ter uma segurança quando chega dezembro pra ti ter um dinheirinho. [*breve silêncio...*] mas é uma forma da gente se reunir e se sentir mais forte, né? (ENTREVISTADA II).

Para além disso, percebemos nas falas de nossas interlocutoras que as estratégias do “Clube de Poupança”<sup>10</sup> foram aos poucos avançando para outras táticas de fortalecimento coletivo, como lembrou a Entrevistada IV: “No meio de tudo isso, a gente fazia reunião, oficina de artesanato, viagens...e aí, eu gosto muito do projeto... eu participo até hoje!”.

Então, se evidencia o percurso recordado por outra de nossas colaboradoras:

[...] as mulheres se juntaram, né? e chamaram para fazer reunião, a gente foi e fizemos o grupo primeiro da poupança, aí depois da poupança saiu o ‘Painho do Mangal’. Aí a gente tem participado de várias reuniões, vários projetos aqui na comunidade, a gente tá dentro, participando (ENTREVISTADA I).

Neste ínterim, o coletivo de mulheres foi estabelecendo parcerias com instituições de ensino, pesquisa e organizações do terceiro setor, como: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA, Universidade Federal do Pará-UFPA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBIO, Rare Brasil, Instituto Nova Amazônia-INÁ, entre outros.

Estas parcerias se mostraram fundamentais para proporcionar alternativas de geração de renda, melhorar a autoestima, aperfeiçoar as relações políticas e reforçar o sentimento de pertencimento identitário das mulheres integrantes do coletivo, abrindo os caminhos para que os seus quintais funcionassem como verdadeiros “quintais produtivos”, vislumbrando processos de transições agroecológicas.

---

<sup>9</sup> “[...] mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, posto que não se reage, simplesmente, à ação alheia, mas, sim, a algo que pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 47).

<sup>10</sup> Clubes incentivados pela ONG RARE com intuito de incentivar a realização de reserva de dinheiro de forma individual e coletiva.

Dentre as alternativas geradas a partir da ampliação das redes de apoio do coletivo de mulheres, o projeto “Painheiro do Mangal” merece destaque, fruto destas parcerias que foram se alargando, desde seu início, incentivando a ampliação da produção dos quintais das mulheres do grupo. Através de ações (que visam desde ao aprimoramento de técnicas de manejo de suas hortas à implantação de microssistemas agroflorestais, mutirões e rodas de conversas com acadêmicos do curso de Agroecologia do IFPA Campus Bragança) se realizaram verdadeiros intercâmbios de conhecimentos e técnicas que vêm alicerçando os caminhos de um processo de transição agroecológica dos “quintais produtivos” (Fig. 3).

Neste particular, além de criar oportunidades reais de encurtamento da cadeia produtiva de alimentos, apoiando o escoamento de alimentos frescos, comercializados diretamente aos consumidores da cidade de Bragança e até para outros municípios, o “Painheiro do Mangal” se mostrou uma forma efetiva de aumentar a renda das mulheres que fazem parte do coletivo.

**Figura 3:** Roda de conversa sobre transição Agroecológica e recuperação de solos com professores e estudantes do curso Tecnólogo em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA - Campus Bragança, realizado em 2023.



**Fonte:** A pesquisa

Na tentativa de identificar os desdobramentos, impressões e compreensões das ações do coletivo, o “Painheiro do Mangal” parece estar muito vivo em um lugar de destaque, como explicou a Entrevistada II:

[...] é aonde a gente vende nossos produtos, a gente faz o paineiro e aí coloca lá dentro, enche de produto dentro do paineiro e aí a gente vende, o pessoal aqui quer, ‘ah, eu quero um paineiro pra sábado’, [...] manda a lista, eu quero um tanto, eu quero isso, quero de galinha, eu quero de macaxeira, eu quero fruta, eu quero de caranguejo [...], ali vai tudo naquele paineiro e a gente monta o paineiro.

E daí dar o preço, a gente faz entrega mesmo, e aí o dinheiro vem pra nossa mão. Por exemplo, eu quero fazer um paineiro, mas eu não tenho todos os produtos, mas aí a gente reúne todas as mulheres, eu tenho isso, a mulheres fala ‘eu tenho uma galinha’, a outra já fala ‘eu tenho abóbora’, ‘eu tenho a macaxeira’, monta tudo dentro do paineiro e aí a gente avalia o preço dos produtos delas, e quando a gente... é ver o dinheiro, cada uma pega o seu (ENTREVISTADA II).

Desta forma, no “Painheiro do Mangal” os alimentos, antes cultivados em seus quintais apenas para o consumo da própria família, agora, ressignificados a partir dos debates e reflexões do coletivo, ganham a perspectiva da comercialização direta, e seus ganhos são econômicos e políticos.

A partir dos dados que emergiram nas entrevistas, é possível compreender que, para além dos resultados individuais e coletivos de fortalecimento da renda a partir da comercialização direta dos paineiros com produtos dos quintais, constatamos que as mulheres estão indo aos poucos participando dos espaços representativos da comunidade, na igreja, na escola, no comitê comunitário<sup>11</sup> e no conselho deliberativo da RESEX marinha Caeté-Taperaçu.

Este e outros fatores têm repercutido, direta e indiretamente, nas interpretações sobre os processos de mudanças ocorridos na maneira como elas se veem e se compreendem em seu meio, como destacou uma de nossas entrevistadas:

[...] mudou porque muitas coisas eu não sabia, né?! Às vezes a gente viaja, a gente vai pra Belém, que nem mês de junho, a gente foi em Belém, a gente levou um monte de coisa que a gente tinha, produto da gente mesmo, produto que a gente faz, né?! A gente levou farinha de tapioca, farinha com coco, beiju, macaxeira, bolo, mel, óleo de coco, [...] aí a gente foi e tudo isso é através dos projetos, né?! Porque a gente foi chamado pra ir pra lá e contar o que a gente faz na comunidade da gente, apresentar o nosso trabalho” (ENTREVISTADA I).

Nessa ótica, compreende-se que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres da comunidade do Tamatateua vão ganhando proporções maiores, levando-as a transitar por lugares antes não pensados por elas, a exemplo da participação na 2ª edição da “Bial das Amazôniaas”, realizada em Belém/PA em junho de 2023 (Fig. 4). Desta maneira, reforçando a importância de seus esforços coletivos pela valorização e reconhecimento, mostrando aos consumidores a origem e o processo por quais passam os alimentos que chegam à mesa das pessoas e apresentando as responsáveis pela produção.

**Figura 4:** Participação do coletivo de Mulheres do Tamatateua na 2ª edição da “Bial das Amazôniaas”, realizada em Belém/PA em junho de 2023.



Fonte: A pesquisa

Em consequência disso, o coletivo ganha proporção de representatividade na comunidade, os moradores começam a procurá-las para garantir seus produtos, ouvir e aprender os conhecimentos que as mulheres possuem (Fig. 5). Essa procura não é somente pela

<sup>11</sup> Pequenos núcleos coletivos de debates que funcionam como representações políticas dos extrativistas nas comunidades. Desses coletivos saem as representações de base comunitária para os conselhos deliberativos das RESEX (NASCIMENTO, 2021).

comunidade, mas pelas universidades, comunidades vizinhas e eventos locais e regionais, como bem destacou uma de nossas interlocutoras:

Ah, eles olham porque a gente tem os projetos [...], aí eles chamam a gente pra ir apresentar os projetos da gente, que nem esse mês passado veio o pessoal dali da comunidade do Retiro pra cá e eles queriam até vim participar desse negócio aí (se refere ao curso de artesanato com fibras de bananeira) aí a gente tem assim um conhecimento muito grande fora (ENTREVISTADA I).

**Figura 5:** Palestra sobre empoderamento feminino na turma do 7º ano, na Escola E. F Brasileiro Felício da Silva, comunidade do Tamatateua, RESEX marinha Caeté-Taperaçu.



**Fonte:** A pesquisa

Contudo, a conquista de espaço político pelas mulheres dentro da comunidade do Tamatateua é um processo lento, que vai ganhando visibilidade aos poucos: os olhares e interesses sobre as 22 integrantes coletivo mulheres “Guerreiras” do Tamatateua ganham outros contornos, a comunidade passou a vê-las de outra maneira, a partir de perspectivas inteiramente novas, valorizando seus conhecimentos e atuação, tanto que curiosamente 3 homens passaram a integrar o grupo. As mulheres acreditam que a participação de homens em um coletivo delas podem ajudá-los a se desconstruírem do machismo e ajudarem a formar novas gerações de homens mais conscientes.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se estuda o reconhecimento e a representatividade política de mulheres em comunidades agro pesqueiras da Amazônia, observamos que são lentos, graduais, constantes e perpassam um processo de fortalecimento interno e externo, individual e coletivo, sempre mediado por um arcabouço cultural, alicerçado em um patriarcado historicamente arraigado que precisa ser rompido.

Nesse sentido, não podemos pensar num modelo único de organização que seja extensivo às pescadoras do litoral da Amazônia como um todo: devemos pensar em modelos que surgem das práticas, das adaptações de acordo com as especificidades sociais, históricas, culturais, econômicas e ambientais de cada comunidade.

Diante disso, compreende-se que as parcas conquistas políticas, econômicas e sociais alcançadas pelo coletivo de mulheres da comunidade do Tamatateua são fruto de um processo lento e que vai ganhando visibilidade aos poucos, a partir de uma sólida rede de relações institucionais estabelecida no maretório a fim de romper as amarras patriarcais enraizadas há gerações; é um processo árduo, porém possível a partir da coletividade.

Mulheres que, organizadas em coletivos, abraçam oportunidades que chegam às suas comunidades (por meio de projetos e atividades proporcionadas por parcerias com instituições governamentais, universidades e movimentos sociais locais, regionais e nacionais) e assim têm mais chances de lograr êxitos a partir da consolidação destas redes de apoio que vão se estabelecendo, a exemplo do “Clube de Poupança” e o “Painho do Mangal”.

Os coletivos de mulheres estabelecidos nas RESEX Marinhas do litoral da Amazônia são, cada vez mais, presentes na dinâmica social destas UC, suas lideranças vêm assumindo postos cada vez mais de destaque nas instâncias decisórias, participando diretamente de debates que propõem assegurar os direitos aos maretórios e o acesso a políticas públicas, que buscam a preservação do bem viver.

As mulheres guerreiras da comunidade do Tamatateua vêm, ao longo dos últimos anos, se mobilizando, criando e restabelecendo as já existentes relações de solidariedade, concebendo formas de autogestão coletiva e assim construindo com seus saberes e fazeres relações diferentes com o mundo do trabalho e com o ambiente a partir da inserção de práticas sustentáveis, reafirmando uma resposta crucial: sem feminismo, não há Agroecologia.

Assim, pontes estão sendo tecidas rumo a uma nova ordem social, articulada, por sua vez, com a valorização de suas atividades e as atividades agroecológicas, antes vistas, somente, como autoconsumo em seus quintais, tornando-se “quintais produtivos”, passando a ser exemplos de geração de renda, fortalecimento político e apoio para mulheres de outras comunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Karla Karolline de Jesus et al. Os meios de comercialização do excedente do quintal produtivo: desenvolvendo uma ação humana sustentável. In: ENCONTRO REGIONAL DA SOBER NORDESTE, 8., 2013, Parnaíba. **Anais [...]**. Parnaíba: Sober, 2013. v. 8, p. 1-16.

ANOKO, Julienne Saratou Ngoundoung. **Gênero e equidade nas áreas protegidas de África Ocidental**. 1 ed. Lisboa: União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e a Fundação Internacional do Banco de Arguim (FIBA), 2008.

BRASIL. **Decreto s/nº de 20 de maio de 2005. Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 97, p. 8-10, v. 1, 23/05/2005. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2005/05/23](http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2005/05/23). Acesso em: 01 de mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.959 de 21 de março de 2024. Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 97, p. 4-6, v. 1, 22/03/2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11959.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11959.htm). Acesso em: 24 de mar. 2024.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Eds.). **Autonomia e Cidadania: Políticas de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 11-34.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./mai. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In:* CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Ed.). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, p. 45-80, 2011.

CARDOSO, Rosely Reis. **Paneiro do Mangal: uma experiência do grupo de mulheres da comunidade do Tamatateua, maretório da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu**. 2022, 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) - Instituto Federal do Pará, Bragança, 2022.

FAO. FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations International Fund for Agricultural Development. **Trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo**. 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/nutricao-na-midia/fao-trabalho-das-mulheres-rurais-e-essencial-para-a-seguranca-alimentar-no-mundo/>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

FAO. FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations International Fund for Agricultural Development. **United Nations Children's Fund United Nations World Food Programme**, World Health Organization Rome, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/publicacoes/pt>. Acesso em: 01 de mar. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 11, n. 2, p-145-166, 1995.

MARINHO, Wanessa Assunção. Sem feminismo não há agroecologia: uma análise da participação de lideranças de movimentos sociais na plenárias das mulheres no IV ENA. **Cadernos de Agroecologia** - Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, v. 15, n. 3, p.1-9, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Ed.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Sarah Luiza. S. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**. 2021. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis et al. Paneiro do Mangal: r-existência feminina em direção à agroecologia no maretório da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. *In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA*. 2023. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CBA, 2023. v. 19, p. 1-5.

OLIVEIRA, Rosete da Silva. O saber local do uso do espaço: um passeio etnográfico em Tamatateua. *In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Ed.). Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal*. Belém: ed. UFPA/NUMA, 2005. p. 105-118.

PILLETT, Edileuza Amoras. A participação das mulheres na Reserva Extrativista Caeté/Taperaçu na comunidade de Taquandeuá-Bragança/PA. **Amazôn., Rev. Antropol. (Online)** v. 9, n. 1, p. 388 - 412, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5496>. Acesso em: 05 fev. 2024.

PIRES, Vilselia; RIAL, Carmen. “Pescadoras, não, somos pescadeiras”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 11, n. 1, p. 213-227, jan/jun. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *In: CECENA, Ana Esther. (Ed.). De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: Editora Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008. p. 37-52.

POUPART, Jean.; DESLAURIERS, Jean-Pierre.; GROULX, Leonel.; LAPERRIERE, Anne.; MAYER, Robert.; PIRES, Álvaro. (Ed.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito. As mulheres dos castanhais e a sobrevivência na Amazônia brasileira: organizações de mulheres na reserva extrativista do rio Cajarí no Amapá. *In: 18º ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO-REDOR*, 8., 2014. Pernambuco. **Anais [...]**. Pernambuco: REDOR, 2014. v. 18, p. 1756-1774. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/783>. Acesso em: 08 de fev. 2024.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.15, n. 2, p. 437-433, mai./ago. 2007.

SILIPRANDI, Emma. **Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais**. Revista brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007.

SILVA, Ana Patrícia Reis da; MANESCHY, Maria Cristina. Desenvolvimento e Equidade de Gênero? Experiência de um Projeto de Geração de Renda para Mulheres em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, Dossiê Mulheres Amazônidas: DEMOCRACIA, RESISTÊNCIAS, CONSTRUÇÃO DE SABERES. p. 16-18, jul./dez. 2020.

SOUSA, Jean Sousa de. **Mulheres e quintais da Amazônia Costeira Paraense: um estudo de caso sobre o projeto Paneiro do Mangal**. 2024. 110 f. Dissertação (Mestrado em

Linguagens e Saberes na Amazônia - PPLSA) - Universidade Federal do Pará-UFPA, Bragança, 2024.

VIEIRA, Norma Cristina et al. Trabalho e gênero em comunidades extrativistas da costa paraense. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1, p. 233-252, jan./jun. 2015.

## A SUBALTERNIDADE FEMININA, TRANSGRESSÃO E ABANDONO DE IRENE NO ROMANCE *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA* DE DALCÍDIO JURANDIR

Priscila Garcia Balieiro<sup>1</sup>  
José Rosa dos Santos Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho propõe análises sobre questões de gênero, trazendo para as discussões a subalternidade feminina, a partir da personagem Irene na obra *Chove nos Campos de Cachoeira* (1991) de Dalcídio Jurandir. As análises da personagem mostram como a mulher amazônica foi colocada em segundo plano na sociedade, de forma subalterna aos desejos e caprichos do homem patriarcal. O romance marajoara não coloca Irene como protagonista, mas por essa personagem permear os desejos de posse e sexuais do protagonista Eutanázio, ela tem uma participação contundente na narrativa. É a partir das análises da realidade da personagem que enfatizamos nossas críticas à subalternidade feminina no contexto amazônico e à condição da mulher em um sistema opressor que a coloca como submissa e silencia a presença de suas vozes violentamente. Para nossas discussões teóricas nos fundamentamos em Maria Luzia Alvares (2009), Gayatri Spivak (2014), Gerda Lerner (2019), Oyèrónké Oyèwùmí (2021), dentre outros.

**Palavras-Chave:** Literatura das Amazônias. Gênero. Subalternidade feminina.

### FEMALE SUBALTERNITY, TRANSGRESSION AND ABANDONMENT OF IRENE IN THE ROMANCE *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA* BY DALCÍDIO JURANDIR

### ABSTRACT

This work proposes analyzes of gender issues, bringing female subalternity into discussions, based on the character Irene in the work *Chove nos Campos de Cachoeira* (1991) by Dalcídio Jurandir. Analysis of the character shows how the Amazonian woman was placed in the background in society, subordinate to the desires and whims of the patriarchal man. The Marajoara novel does not place Irene as the protagonist, but because this character permeates the possession and sexual desires of the protagonist Eutanázio, she has a strong participation in the narrative. It is from analyzes of the character's reality that we emphasize our criticisms of female subalternity in the Amazonian context and the condition of women in an oppressive system that places them as submissive and silences the presence of their voices in a violent way. For our theoretical discussions we are based on Maria Luzia Alvares (2009), Gayatri Spivak (2014), Gerda Lerner (2019), Oyèrónké Oyèwùmí (2021), among others.

**Keywords:** Literature of the Amazons. Gender. Female subalternity.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

---

<sup>1</sup> Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); Especialista em Linguagem e Educação: uma abordagem textual, discursiva e variacionista pela UFPA/Cametá (2012); Especialista em Políticas públicas para a juventude - PROJovem Urbano pela Universidade do Estado do Pará - UEPA (2012) e Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (2009). E-mail: priscilagbalieiro@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Literatura e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Campus Marabá Industrial. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras (POSLET) do Instituto de Linguística, Letras e Artes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: juliteratta@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O Pará, no período em que Dalcídio Jurandir escreveu *Chove nos Campos de Cachoeira*, conforme a professora e pesquisadora paraense Maria Luzia Alvares (2009), em seu artigo *Educação e (in)submissão feminina no Pará*, apresentava uma relação de gênero bem demarcada em seus papéis sociais. Alvares afirma que no início do século XX, em nosso estado, havia desigualdades extremas entre os gêneros masculino e feminino, pois os homens se julgavam superiores às mulheres e isso era refletido no silêncio das vozes femininas. No entanto, elas foram aos poucos quebrando paradigmas e se mostrando insubmissas ao sistema patriarcal.

Desse modo, as mulheres naquele período romperam com o padrão estabelecido, tanto socialmente quanto culturalmente, embora sem haver uma consciência crítica em relação ao modelo de submissão. Haja vista que, segundo Alvares (2009), a dicotomia masculino-feminino era tida como natural e as submissões da mulher, como algo inerente à sociedade. A autora afirma que:

Nas décadas de 1910 e 1920, os textos femininos publicados na imprensa, surgem com entonações enfáticas e o tema recorrente da “missão materna” é percebido como “dever” da mulher reprodutora, ora como “missão divina” / obrigação / sujeição biológica. A preocupação com a educação da mulher tem, na observância a essa “missão/submissão”, o reforço principal, visto que, além de mãe, ela deverá exercer outras funções no lar, como esposa/companheira do homem e como educadora dos filhos, para quem deve constituir-se em “modelo”, principalmente para as filhas – “esposas e mães de amanhã” (ALVARES, 2009, p. 213).

Havia um modelo feminino, que era apresentado como sendo “o padrão de comportamento feminino” a ser seguido. Era uma “educação” direcionada ao gênero feminino contendo as normas do “bem viver” das mulheres, seguindo um modelo uniforme como se todas as destinatárias fossem iguais. O primeiro artigo analisado em sua pesquisa foi do autor Vilhena Alves (1887), publicado em um periódico que circulava em Vigia-Pará e, após dez anos (1893) foi publicado em um jornal da capital intitulado “A mulher”. Nele consta a missão da mulher sendo mãe de família, a importância da mulher em manter-se virgem para o casamento. Culto e veneração à “mãe de família”, à “dona do lar” e à “esposa idolatrada”, obtenção de conhecimento para agir em sua casa com a finalidade de “multiplicar o alimento”.

A personagem Irene de *Chove nos Campos de Cachoeira* rompe com muitos estigmas, não vê o matrimônio eurocêntrico/patriarcal como um ideal de vida, como as mulheres de sua família. Mesmo que sua mãe e avó aprovelem o relacionamento da jovem, ela não quer para si um homem como Eutanázio.

Assim, a personagem Irene muito nos oferece como discussões acerca da temática abordada, vistas a seguir. E para tanto, nos referenciamos nos pressupostos teóricos de Maria Luzia Alvares (2009), Gayatri Spivak (2014), Gerda Lerner (2019), Oyèrónké Oyèwùmí (2021), dentre outros.

### 1 A SUBALTERNIDADE, TRANSGRESSÃO E ABANDONO DE IRENE

Uma personagem jovem, com aproximadamente quatorze anos, não estuda, supõe-se que seja pela educação precária da época, filha de D. Tomázia. Segundo Santos (2010), uma típica adolescente pelo modo que pensa, age e se comporta perante as pessoas, suas risadas e malcriação revelam seu jeito de menina mulher, descritas pela voz do narrador, com muita naturalidade.

Irene é intitulada no segundo capítulo do romance como “Irene, Angústia e Solidão”. Seu rosto é descrito sempre suado, por estar em contato com a natureza e andando pelos

pomares e campos, uma espinha no canto do nariz, os cabelos mal arrumados, os seios visíveis em sua roupa, descalça, os dentes perfeitos. A imagem dela, descrita tanto pelo narrador como por Eutanázio, mostra Irene uma jovem mulher de personalidade forte e que não poupava ninguém de seus insultos e todos tinham reclamações dela. Na cena que segue, há vários xingamentos para seu admirador Eutanázio e seu avô, o que revelam, em parte, os traços temperamentais da jovem:

— Irene! Irene! Essa atrevida! Seu Cristóvão veio da rede para tomar um pouco d'água, pois há uma hora que pedia sem ser atendido. Irene gritava na cozinha. No fundo queria os presentes. Seu Cristóvão quis atirar uma acha de lenha nas pernas de Irene, mas não pôde se abaixar para apanhar a acha. Bateu inutilmente os pés e Irene correu para o banheiro rogando pragas a Eutanázio e chamando velho gosmento pro avô. — Por que esse diabo velho não morre? Por que esse gosmento velho não estica logo a perna? Fechou-se no banheiro. Na varanda, uma discussão tomou pé por causa da má-criação de Irene, da tolerância de D. Tomázia, da falta de humanidade das moças para com seu Cristóvão que não podia ter sossego na sua rede na sala (JURANDIR, 1991, p. 13).

Seu eterno admirador Eutanázio, escritor de cartas, é um homem de 40 anos, com uma doença incurável, solitário e melancólico, sem expectativa de vida. O amor que sentia por Irene era o que o mantinha vivo. Quando ela recebia os presentes dele, achava tudo sem valor e sua mãe desaprovava sua atitude “[...] ela num safanão jogou com os troços no soalho e largou uma porção de axi! axi! cuche, com isso tudo, era! D. Tomázia correu pra cima da filha com a chinela. Irene deu um berro. [...]” (JURANDIR, 1991, p. 13). Mas usava os presentes que ganhava dele. “[...] Irene mesmo não podia fazer uma hostilidade contínua porque era tolhido pelo desejo de umas chinelas, duns sapatos, um corte, que sua mãe arranjaría por intermédio de Eutanázio [...]” (JURANDIR, 1991, p. 17).

De acordo com Santos (2010), na visão de Eutanázio Irene é vida, é jovem, é feliz, é inocente dos males do mundo. Ele se encantou pela naturalidade e inocência dela, justamente o seu oposto. Ela tem a vida inteira para viver e ele, em estado terminal. Nutria um sentimento confuso por ela, uma mistura de amor e ódio por não ser correspondido e não se achar digno de sua amada. Não tinha nada a oferecer, somente a morte, e ela zombava desse sentimento toda vez que ele ia à sua casa para vê-la e admirar sua beleza. Por essa relação construída em meio ao amor e ao deboche, a jovem menina se torna o bem e o mal em sua vida:

Vai para a casa de seu Cristóvão puxado pelo riso de Irene. Aquele riso é um tentáculo. Como uma corrente que o enrolasse pelo pescoço e fosse arrastando ele para o suplício daquela varanda de seu Cristóvão olhando as moças discutirem jogo, modas, vida alheia, disputarem restos de pão, brigarem por duzentos réis desaparecidos de cima do oratório. Irene morava lá e a melhor maneira de se livrar da lembrança de Irene é estar na casa dela, debaixo daquele riso fustigante (JURANDIR, 1991, p. 11).

O desejo de Eutanázio por Irene mostra uma prática comum não apenas nos interiores do Pará como mundo afora: um homem mais velho casar-se com uma jovem mulher. Essa prática enraizada no Ocidente do mundo firmará o homem numa posição ainda mais forte de dominador, de viril e principalmente como forma de subjugação da mulher, a fim de hierarquizar corpos e mentes. Oyèrónké Oyèwùmí (2021) ao fazer análises históricas de seu povo, a sociedade iorubá, mostra que hierarquizar corpos em sua comunidade foi estratégia da hegemonia do Ocidente. De acordo com a autora:

Indiscutivelmente, o gênero tem sido um princípio organizador fundamental nas sociedades ocidentais. Intrínseca à conceituação de gênero está uma dicotomia na qual macho e fêmea, homem e mulher, são constantemente classificados em relação de uns contra os outros. Está bem documentado que as categorias de macho e fêmea na

prática social ocidental não estão livres de associações hierárquicas e oposições binárias nas quais macho implica privilégio e fêmea subordinação (OYĒWUMÍ, 2021, p. 69).

As oposições binárias incutidas, primeiramente, no Ocidente e difundidas mundo afora, principalmente em comunidades das Américas e da África, fizeram com que a marginalização da mulher, do feminino fosse visto por todos, por muito tempo e ainda persiste, como algo normal e natural. E como afirma Oyĕwùmí, assim como em seu povo, essas hierarquizações que subordinam a mulher são oriundas dos conceitos ocidentais de gênero, os colocando como atemporais e universais. Dessa forma, nos lugares mais distantes dos centros hegemônicos, essa prática de subjugação dos corpos femininos continua fortalecida e muitas de nós fomos/são sucumbidas nesse sistema segregador.

Irene sabe que seu corpo é visto por Eutanázio a partir do viés hegemônico que subjuga os corpos femininos, percebe que ele a julga como mercadoria, como se estivesse à venda. E mesmo que essa visão venha disfarçada de um sentimento de amor que ele julga nutrir por ela, a jovem Irene percebe as verdadeiras intenções de Eutanázio, a necessidade de tê-la como se fosse um troféu para preencher seu vazio de homem fracassado e não aceita ser objeto de troca.

Irene não aceitava que seu corpo fosse objeto de prazer de Eutanázio. Ela lhe retribuía com desdém, desprezo e um sorriso que deixava Eutanázio com sentimentos contraditórios, ora queria-a em seus braços, ora desejava matá-la. “[...] Mas Irene ri como se o triturasse. Irene volta a rir. As mãos ficam frias. Coragem um dia de matar Irene? Não será talvez uma liberação [...]” (JURANDIR, 1991, p. 10). O sorriso de Irene produzia uma confusão nos seus sentimentos, pois, ao mesmo tempo em que incomodava e lhe causava raiva, também produzia desejo, admiração.

De certa forma, causava-lhe vergonha pela sua condição, um homem mais velho, não tinha dentes, cheio de marcas de feridas, os braços cheios de titingas, o sorriso morno, trêmulo e com uma doença incurável, psicologicamente: contemplativo e silencioso. Não havia nada em Eutanázio que chamasse a atenção de Irene e autêntica como era, não omitia seus sentimentos. Assim, ele sentia-se nu perante os deboches de Irene e isso lhe causava sofrimento e nojo de si. Eutanázio também era masoquista, sentia prazer em sofrer. Todos os sentimentos ruins que Irene sentia por ele causavam-lhe um contentamento em sofrer.

Percebendo o sentimento daquele homem, D. Dejanira, avó da jovem, aproveitava a situação para o explorar financeiramente. E em nome desse amor, Eutanázio dava-lhe constantemente dinheiro para ajudar nas despesas domésticas, além de comprar presentes para Irene. “[...] D. Dejanira havia ficado com os trinta mil-réis! Nem o arroz doce de Mariana, nem o remédio para a asma do seu Cristóvão” (JURANDIR, 1991, p. 120). A mãe, assim como a avó de Irene servia de antídoto para manter a ilusão e o encanto de Eutanázio, tentava fazer com que o “homem de quarenta” não percebesse o desprezo que sua filha nutria em relação a ele:

D. Tomázia queria ocultar aquela antipatia que Irene tinha por Eutanázio. Queria de qualquer forma sustentar Eutanázio em sua casa não para casar com a filha, mas para acudi sempre as necessidades da filha, da família, era lógico. — Seu Eutanázio, me desculpe essa menina. Veio D. Dejanira e D. Tomázia com a vassoura, explicava: — Esse Resendinho e depois... Compadre vai desculpando. Falta de criação não foi da minha pane, mas pau que nasce torto... Espere aí, compadre, vou fazer um café para nós... — Não senhora... Eutanázio adivinhou logo o que queria dizer a prodigalidade dum café às dez horas da manhã [...] (JURANDIR, 1991, p. 120).

Mas para a mãe e a avó de Irene, oferecer a menina/mulher como objeto de troca era normal, poderia tirá-las um pouco do sufoco, caso Eutanázio continuasse a frequentar a casa delas. Elas sempre tentam apaziguar o desdém da menina e encobrir a possível paixão dela por

Resendinho. O sorriso de Irene faz Eutanázio olhar para si e suas intenções e que esse sentimento não é o que ela merece nem o que ela deseja:

Irene, se soubesse, daria a sua gargalhada. Quando ela ria, a boca, um pouco grande, não se abria, mas arreganhava, era o termo de Eutanázio, e apesar de ser uma criatura moça e bonita era uma máscara odiosa. Um riso que o cortava todo, caía nos nervos como vidro moído. À noite, muitas vezes, quando os seus nervos se arrepiam e sentem-se só, sem amigos, sem pensamentos, sem saudade, os risos de Irene voltam tenebrosos. Os risos o cortam como chicotadas. E se Irene soubesse que ele agora está com “aquilo”, então a antipatia dela aumentava, o nojo maior. Ela exclamaria o seu habitual Axi! E cuspiria para o lado. Só vivia cuspiendo. Seus olhos ocultavam sombras ruins, perversidades latentes. Os seios tinham um certo impudor, agrediam. (JURANDIR, 1991, p. 09).

Irene transgride uma norma pré-estabelecida, mesmo jovem, não aceita a possibilidade de um relacionamento com Eutanázio e o despreza com veemência. Ao ter a possibilidade do matrimônio tão desejado pelas suas irmãs, tias, mãe e avó, Irene rejeita o padrão de vida patriarcal para a mulher e, em momento algum, ela demonstra interesse em casar com alguém. Ela foge à regra das mulheres tanto de sua casa como da sociedade cachoeirense, não tem pretensões do matrimônio, ao contrário de sua tia Bitá.

A condição subalterna de Irene a faz aceitar os presentes de Eutanázio, mesmo não gostando dele, ela aceita e usa os presentes baratos que ele lhe oferecia e, ao mesmo tempo, em sua frente debocha e o critica pela sua condição de homem doente e por intencionar um relacionamento amoroso. E ele, mesmo sabendo do envolvimento dela com outro homem, continuava a fazer as visitas à jovem em sua casa, e somente após a doença ter se agravado é que deixou de frequentar aquele ambiente familiar que tanto lhe causava prazer e sofrimento.

Nota-se que o narrador faz rodeios em volta desta personagem, como todas as mulheres do romance são apresentadas através da fala masculina, almejando um relacionamento conjugal para ter amparo familiar e social. Com Irene, não vemos essa incessante busca e não demonstra nenhum tipo de afeição para com seu admirador. Quando Irene se dirige a Eutanázio por espalhar fofoca sobre seu namoro com Resendinho, ela expõe seus sentimentos e suas intenções em relação a ele:

Irene encontrou Eutanázio logo ao pé da escada: — Olhe seu Eutanázio. Saiba o senhor que eu não sou moça para estar na boca de quem quer que seja. Sei que o senhor se gaba aí de mim, mas andar dizendo que... Dizendo mal de mim com Resendinho, isto é de se tomar uma providência. Se tiver vergonha, faça favor, não fale mais comigo! Triste uma pessoa gabola e falando dos outros! Pois já vou comunicar a mamãe que o senhor anda dizendo que Resendinho... Isto passa de abuso e digo mesmo, axi! Que eu namore consigo. Se enxergue! E se dizendo amigo de mamãe, falando de mim com o Resendinho. Quando Resendinho chegar ele será sabedor, será. Deixe de ser gabola, tire isso de sua cabeça de que eu vou lhe namorar. Só se o mundo se acabasse. — Irene dá uma risada e ao mesmo tempo franze a cara com os olhos maus sobre Eutanázio. Irene voltou-se e correu para debaixo da casa e Eutanázio nada fez senão sorrir para D. Tomázia. O dia nascera fatal (JURANDIR, 1991, p. 120).

O amor e a admiração que Eutanázio nutria por Irene era tão grande e intenso que ele só morreu após a visita da jovem, grávida de quatro meses, e nesse momento o sentimento de Eutanázio deixou de ser contraditório. Santos (2010) discorre sobre o momento da morte de Eutanázio e a imagem da Irene quando é comparada à Virgem Maria pela gravidez e a serenidade visível em seu rosto, sem maldades. Não havia mais aquele sorriso e foi nesse momento que percebeu a quem direcionava seus sentimentos e desejos, a antiga Irene, a má, a malcriada, a insensível, e percebe que aquele sorriso havia se eternizado em suas lembranças:

Irene estava bela com a sua gravidez de terra inundada, O silêncio dela era uma voz que [o] percorria tudo com doçura e desespero. Seus olhos cobriam-no de maternidade, de vida em germinação, de beleza. Ele queria beijar, se ajoelhar diante daquele ventre poderoso e amado da Criação. Deixou talvez de sentir qualquer revolta ou ódio. Mas ficou maior a consciência de sua miséria e de sua culpa. Viu que levava de Irene o riso mau, aqueles modos, o olhar, tudo que constituía a “outra” Irene, a sua Irene, a inimiga. Não, não era a mesma. Não era a mesma que o levava para as caminhadas noturnas, para Felícia, para aquele fundo de rede na saleta, para aquela insondável necessidade de degradação. Irene era outra. Seria capaz de amar essa desconhecida? De cair pelos caminhos, de furtar trinta mil-réis de Felícia, de morrer afinal, por uma Irene assim sem o riso, o olhar, a maldade da outra? E Irene continuou sobre ele, com o seu hálito, o seu cheiro de maternidade, tranqüila e doce no seu silêncio. Eutanázio virou a cabeça para a parede. Os olhos se fecharam como se em si mesmos procurassem a Irene perdida. D. Tomázia que, nesse último instante, espiava da porta, pensa logo que ele, agora sim, poderá morrer consolado (JURANDIR, 1991, p. 160).

A gravidez de Irene retrata uma realidade de muitas adolescentes que engravidam e são colocadas na situação de ter que cuidar sozinha de uma criança sem, na maioria das vezes, a ajuda financeira e afetiva dos pais. No caso de Irene, isso se agrava pelo fato de pertencer a uma família extensa que vivia com dificuldades financeiras e constantes brigas. A jovem, pela sua ingenuidade, nem se preocupa com o futuro que o meio irá lhe impor, uma sociedade que a colocará à margem independentemente de ter ou não a maternidade sem a experiência do casamento:

— Grávida, é! A senhora está grávida! — Levantou-se. Raquel e Henriqueta encararam-no, sem entender. Ainda pôde ver os olhos de Bitá, as mãos de D. Tomázia suspensas na sombra, Irene com os olhos crescidos sobre ele (bela, nunca esteve tão bela) e a luz a um sopro maior do vento, apagou-se subitamente. — Grávida! — Era como um arranco, um soluço, uma tosse estranha que saía dele naquela sombra enquanto, confusas, as moças procuravam, a um só tempo, acender o candeeiro (JURANDIR, 1991, p. 139).

Irene é, portanto, uma personagem adolescente que protagoniza um capítulo da obra, intitulado com o seu nome e sua mais forte característica, “*Irene e o riso de Irene*”. Torna-se difícil ler o romance e esquecer-se desta jovem-mulher-adolescente, cuja construção e descrição nos possibilitam criar e olhar os gestos, e muitos sorrisos desta criação literária dalcidiana que mesmo construídas sob olhar masculino, re/desvela um mundo de dor e sofrimento, uma sociedade etnocêntrica e patriarcal no contexto das Amazônias.

A personagem nos convida a pensar sobre a realidade de muitas adolescentes que se tornaram mães, em uma fase de suas vidas, que estavam precisando de proteção e cuidado para somente então amadurecerem e tornarem-se mulheres preparadas para realizarem suas escolhas em relação à profissão, família. Mas veem-se em um lugar onde necessitam ter uma postura que vai além de suas experiências adquiridas e terão de contar com o apoio familiar, se assim houver.

Vale ressaltar, que na obra, Resendinho foge de Cachoeira deixando Irene sem apoio e mesmo assim ela não fica sofrendo pela falta dele e faz questão de exibir sua barriga de mulher grávida. Ela tenta transgredir a norma do patriarcado, mas fica evidente que ela sofrerá por isso, julgada pela família e pela sociedade, será uma vida difícil para ela e para o filho. Logo, essa criança terá apenas o amparo de seus familiares maternos e com a família sendo numerosa e com poucos recursos financeiros terá que se adaptar a essa situação que poderá resultar em maiores conflitos e com isso frustrações para Irene e para a criança que poderá viver em um círculo vicioso de abandono e miséria.

Verificamos que um dos principais motivos que levam as personagens do romance a sofrer as mazelas mencionadas, em toda essa sessão, parte de sua condição de mulher em um sistema opressor. Notamos que elas estão condicionadas numa constante de dor e sofrimento, que coloca a figura masculina com vantagens, advindas do patriarcado. Sistema este que constrói identidades fixas para o ser humano com base na fisionomia e na biologia dos corpos na tentativa de subjugar, menosprezar, subalternizar pessoas e assim sustentar a base colonialista/capitalista/eurocêntrica/patriarcal.

## **2 FIGURAÇÕES DA PERSONAGEM IRENE NO ROMANCE *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA***

A jovem personagem Irene não sonha com casamentos e, ao contrário desdenha de Eutanázio que tem pretensões matrimoniais com ela. Porém, a mãe da menina, D. Tomázia, quer e ver melhores condições de vida financeira no possível contrato social patriarcal da filha com o homem. A autora Gerda Lerner (2019), em *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, aponta que:

Mulheres, mesmo as mais seguras, bem-nascidas e autoconfiantes, viam-se como pessoas dependentes da proteção do homem. Este é o mundo feminino do contrato social: mulheres cuja autonomia lhes é negada dependem de proteção e se empenham para conseguir o melhor acordo possível para elas mesmas e para seus filhos (LERNER, 2019, p. 109)

Nas palavras de Lerner (2019), às mulheres cabe a busca do melhor acordo possível para seus filhos também. A mãe, sabendo da condição social do pai de Eutanázio e que ele tentava comprar os sentimentos da jovem, percebe aí uma melhoria de vida para si e para a filha.

Em Irene temos a figura da mulher que não deseja para si o casamento patriarcal, ela vê suas irmãs e tias nessa busca incessante, mas não demonstra que esse é o seu ideal de vida. E mesmo tendo esse posicionamento, ela não está imune às opressões do patriarcado. Engravidada de Resendinho e ele a abandona, Irene não fica chorando pela falta de seu namorado, mas é julgada pela família e pela sociedade de Cachoeira.

Observemos que Dalcídio Jurandir ao pautar a vida sofrida da população pobre da Amazônia paraense, trouxe várias temáticas da mulher nesses contextos. Em *Chove nos Campos de Cachoeira*, como todo o Ciclo do Extremo Norte, a presença feminina é constante e decisiva para o desenrolar da narrativa. As denúncias sociais são fortemente abordadas no romance, revelando nos contextos amazônicos a opressão capitalista/hegemônica/patriarcal ao demonstrar as condições de vida precárias em que se encontravam os habitantes da região, principalmente as mulheres relegadas a profundas condições de subalternidades.

As representações femininas de *Chove nos Campos de Cachoeira* nos dão uma dimensão não somente da alteridade feminina como de toda complexa construção acerca da identidade na Amazônia. Não uma identidade fixa e criada pela hegemonia, mas uma identidade em permanente construção que abre espaço para o novo, que vê na diferença nossa completude. Antônio Sidekum ao tratar das diversas formas de reconhecermos a alteridade, diz que:

Se o reconhecimento da alteridade absoluta do outro homem dependesse, em sua raiz, do temor de perder o ganho materialista ou, em termos de economia, em conservar interessadamente nosso ser, a História, certamente, jamais teria sofrido fracassos. No entanto a experiência histórica em relação a alteridade é outra (SIDEKUM, 2003, p. 291).

Processos hegemônicos tendem a negar a diferença, o diverso, o plural para dar abertura apenas a modelos prontos, criados para estigmatizar, excluir e perpetuar o pensamento e a

permanência da elite. Na busca pelo reconhecimento da alteridade, vemos que somos constantemente atravessados por diversos processos históricos, culturais, político-sociais, sendo assim, a identidade não pode ser engessada.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance *Chove nos Campos de Cachoeira* descortina as mazelas sociais vivenciadas pelas mulheres no interior da Amazônia. Com uma temática atual, o romance nos mostra a subalternização da mulher em um sistema colonial/patriarcal opressor. Irene, uma menina/mulher marajoara, amazônida, latino-americana, tenta romper os estigmas pré-estabelecidos para ela, não aceita o matrimônio, não se curva aos caprichos de um homem mais velho que ela. No entanto, por estar dentro de um sistema opressor, não consegue rompê-lo por completo, será julgada pela sociedade que a colocará como culpada por todas as mazelas enfrentadas advindas de sua subalternização feminina.

As raízes do colonialismo são tão profundas na sociedade que fica difícil mensurar a abrangência de suas mazelas nas pessoas postas à margem. Por meio de um processo enviesado, se classificam pessoas, grupos, regiões, tudo o que nos cerca tem classificação e valor, do ponto de vista do hegemônico. Este, configurando um padrão de beleza e poder, instaura a figura do dominador com as características: europeu, homem, branco, pertencente à elite capitalista. A partir desse modelo, os que não se enquadram nele são postos como inferiores.

Ao tratarmos do feminismo decolonial na literatura produzida na Amazônia, percebemos o quanto estamos distantes desse modelo eurocêntrico, pensado justamente para nos excluir. A mulher amazônida, então, está, como analisa Gayatri Spivak (2014), abaixo de várias camadas de subalternidades: mulher, distante dos centros hegemônicos, num processo excludente que se fixa como histórico.

Assim, vemos que é necessário romper a visão dicotômica de um modelo de classificação binária, em que se estabelecem padrões aceitáveis para a sociedade, baseados numa colonialidade de gênero, subjugando classes para manter a hegemonia do colonizador/moderno. Segundo Lerner (2019),

O pensamento patriarcal é construído de tal modo em nossos processos mentais, que não podemos excluí-los se não tomarmos consciência dele, o que significa um grande esforço. Assim, quando pensamos sobre o passado pré-histórico das mulheres, estamos tão presos ao sistema explicativo androcêntrico, que o único modelo alternativo que vem de imediato à cabeça é o oposto. Se não era patriarcado, então só pode ter sido matriarcado. É certo que havia diversas maneiras de homens e mulheres organizarem a sociedade e compartilharem poder e recursos (LERNER, 2019, p. 65).

Portanto, questionar esses padrões pensados unicamente para excluir é de fundamental relevância para construirmos uma sociedade verdadeiramente plural, que inclui todos e vê na diferença nossa maior força. Da mesma forma que as questões de gênero, a raça e a classe são constitutivas do capitalismo/hegemônico/patriarcal e, atualmente com a ascensão violenta da face mais cruel do neoliberalismo, torna-se ainda mais urgente pautarmos o feminismo.

A situação de Irene, no romance, chama a atenção, pois a realidade dela é realidade de muitas nos interiores da Amazônia, como a gravidez na adolescência, o casamento com homens mais velhos e a questão das péssimas condições sociais são denunciadas através dessa personagem. Ela experimenta o abandono por parte do pai de seu filho, realidade que, ainda hoje, é recorrente, ocasionando sérios problemas sociais. Também observamos, no romance e nas reflexões teóricas, que a sexualidade da mulher é tida, ainda hoje, como elemento de subjugação.

Irene transgride a norma do patriarcado, não quer se sentir presa, dependente do masculino, ela rejeita todas as investidas de Eutanázio, com veemência. Ao ser abandonada

pelo pai de seu filho, não fica lamentando a perda de um possível casamento por engravidar e exhibe sua barriga para todos de Cachoeira. Mas Irene, possivelmente, irá sofrer as consequências de um sistema opressor.

## REFERENCIAL TEÓRICO

ALVARES, Maria Luzia Miranda. **Histórias, saberes, práticas:** os estudos sobre mulheres entre as paraenses. Rev. NUFEN, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 105-133, jun. 2010.

ALVARES, Maria Luzia Miranda. Educação e (in)submissão Feminina no Pará. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Universalismo e Localismo:** movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. ICSA/UFPA/ Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SANTOS, Isabel Medianeira Rodrigues dos. **Chove nos Campos de Cachoeiras: O Primeiro Romance Moderno da Amazônia.** (TCC); [SI]: UFRGS, 2010. Disponível em [www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29095/000775555](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29095/000775555). Acesso em 21 abr. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SIDEKUM, Antônio (Org.). **Alteridade e multiculturalismo.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

## UM AMBIENTE CONSTRUÍDO? APORTES DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL PARA REFLETIR A PRÁTICA DE FAZER SANEAMENTO NO BRASIL

Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa<sup>1</sup>  
Tânia Guimarães Ribeiro<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre como os pressupostos da sociologia ambiental, sobretudo o debate entre as correntes do construcionismo social e do realismo, acerca dos problemas ambientais pode auxiliar na análise de como a política e projetos de saneamento básico são elaborados, bem como busca auxiliar em uma reorientação da política a partir da análise de dados obtidos em pesquisa de campo realizada, sobre a obra de macrodrenagem do Canal Lago Verde, afluente do Rio Tucunduba, junto às lideranças do Movimento Pró Lago Verde, na Terra Firme, bairro da cidade de Belém, Pará. Dessa forma, a metodologia, de cunho qualitativo, envolveu a revisão de referências da Sociologia Ambiental (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014; GUIVANT, 2002; HANNIGAN, 2009; MATTEDI, 2015) e do saneamento básico (SOUZA, 2015, BORJA, 2016; REZENDE; HELLER, 2008). A partir do histórico da política a nível nacional e reflexão sobre as tendências e características que baseiam muitas práticas da engenharia, principal área que concretiza o saneamento, atesta-se que a perspectiva construcionista da sociologia ambiental, que compreende as preocupações com o meio ambiente como resultado de construções políticas, culturais, sociais, econômicas pode e deve se articular aos preceitos que o realismo abraça, isto é, de analisar fatos concretos que se desdobram mediante uma série de acontecimentos, independentes da suposição que se faz deles. A vertente realista teve como principais expoentes os acadêmicos Dunlap e Catton, criadores do Novo Paradigma Ecológico, NEP, que visava o estudo das relações entre meio ambiente e sociedade. Assim, conclui-se que devem ser considerados os repertórios e narrativas construídas pela sociedade acerca da noção de saneamento, pois estes refletem as próprias representações sobre sociedade e natureza, que se encontram intimamente entrelaçadas em tal política.

**Palavras-Chave:** Sociologia Ambiental. Construcionismo social. Política de Saneamento. Movimentos Sociais. Movimento Pró Lago Verde.

## A BUILT ENVIRONMENT? CONTRIBUTIONS OF ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY TO REFLECT THE PRACTICE OF PERFORMING SANITATION IN BRAZIL

### ABSTRACT

The article aims to reflect on how the assumptions of environmental sociology, especially the debate between the currents of social constructionism and realism, regarding environmental problems can help in the analysis of how basic sanitation policies and projects are developed, as well as seeking to assist in a reorientation of policy based on the analysis of data obtained in field research carried out on the macro-drainage work on the Lago Verde Canal, a tributary of the Tucunduba River, together with the leaders of the Pró Lago Verde Movement, in Terra Firme, a neighborhood in the city of Belém, Pará. That way, the methodology, of a qualitative nature, involved the review of references from Environmental Sociology (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014; GUIVANT, 2002; HANNIGAN, 2009; MATTEDI, 2015) and basic sanitation (SOUZA, 2015, BORJA, 2016; REZENDE; HELLER, 2008). Based on the history of policy at national level and reflection on the trends and characteristics that underpin many engineering practices, the main area that implements sanitation, it is clear that the constructionist perspective of environmental sociology, which understands concerns about the

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia e Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará. E-mail: cffessoa@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFPA, Coordenadora do Projeto Território, Participação e Conservação Ambiental/Cnpq. E-mail: taniagr@ufpa.br

environment as The result of political, cultural, social and economic constructions can and must be linked to the precepts that realism embraces, that is, to analyze concrete facts that unfold through a series of events, independent of the assumption made about them. The realistic aspect had the main exponents the academics Dunlap and Catton, creators of the New Ecological Paradigm, NEP, which aimed to study the relationships between the environment and society. Like this it is concluded that the repertoires and narratives constructed by society regarding the notion of sanitation must be considered, as they reflect the representations of society and nature, which are closely intertwined in such policy.

**Keywords:** Environmental Sociology. Social constructionism. Sanitation Policy. Social movements. Pro Lago Verde Movement.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

## INTRODUÇÃO

O distanciamento entre sociedade e natureza remonta as gêneses do pensamento moderno, quando a racionalidade passa a orientar de forma hegemônica o conhecimento e as ações em sociedade. A natureza, vista sob um viés da instrumentalidade racional, serviu fortemente como provedora de riquezas para sustentar um progresso que se pretendia ser ilimitado.

Esse modelo de pensamento influenciou não apenas sistemas econômicos e políticos, mas conduziu o olhar de áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais, para um horizonte estritamente social de um crescimento irrestrito, racional e linear. Sucedeu-se um cerco do panóptico, isto é, o olhar centrado no progresso ilimitado, como Leff (2001) que expurgou do horizonte das Ciências Sociais a crise ambiental que se assevera e adquire um caráter global.

Nessa direção, a análise do social pelo social foi fortemente abalada quando da crise ambiental na década de 1970, pois, passou a requerer novos paradigmas de observação, com reorientação de metodologias, teorias e do próprio objeto da Sociologia, em particular, para dar conta dos novos fenômenos sociais e ambientais que se colocaram à época.

A partir dessas reconfigurações, a Sociologia Ambiental foi se consolidando como um campo preocupado com as relações que permeiam sociedade e ambiente. Assim, percorrendo caminhos epistemológicos em busca da reconciliação dessas duas esferas ontológicas, entrelaçando saberes dentro e fora da academia, ao questionar postulados clássicos e incorpora contribuições de outras áreas do conhecimento. Trata-se, portanto, de construir um diálogo interdisciplinar, entre saberes e *outras racionalidades*.

No presente artigo, busca-se argumentar que os pressupostos que formam a Sociologia Ambiental compõem um conjunto de reflexões, conceitos e interpretações importantes para analisar as práticas, na sociedade e em um ambiente socialmente construído. Bem como, esse campo de análise pode elaborar questionamentos e propor novas diretrizes ao desenho de políticas públicas de infraestrutura no Brasil, como no caso escolhido, a política de saneamento básico.

Dessa forma, a metodologia considerou a revisão bibliográfica a partir de autores da Sociologia Ambiental (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014; GUIVANT, 2002; HANNIGAN, 2009; MATTEDI, 2015) e sobre o saneamento básico (SOUZA, 2015, BORJA, 2016; REZENDE; HELLER, 2008), além de incorporar os dados obtidos em pesquisa de campo sobre a obra de macrodrenagem do Canal Lago Verde, afluente do Rio Tucunduba, junto às lideranças do Movimento Pró Lago Verde, na Terra Firme, bairro da cidade de Belém, Pará. Além desta introdução e considerações finais, o artigo está estruturado em duas partes, a primeira desenvolve os principais aspectos que envolveram as origens da Sociologia Ambiental, e reflete sobre as tendências do construtivismo e do realismo que figuram nas análises e atuação desse campo. A segunda parte apresenta, num primeiro momento, um breve histórico da política

brasileira de saneamento básico e, posteriormente, se dedica à reflexão de como os paradigmas da Sociologia Ambiental podem orientar outros formatos de elaboração de políticas de saneamento, driblando a tendência tecnocêntrica que predomina nas políticas e projetos da área, analisando o processo social que envolve o saneamento básico, a partir da obra de macrodrenagem, em curso no afluente do Rio Tucunduba.

## **1 A SOCIOLOGIA AMBIENTAL: RUPTURAS E REENCONTROS DENTRO DE UMA CIÊNCIA**

Em 1968 o meio ambiente figurou como um dos elementos centrais das discussões de um grupo de heterogêneo, representando vários setores da sociedade. O Clube de Roma, como ficou conhecido, consistiu em uma reunião realizada na cidade de mesmo nome e era formado originalmente por trinta figuras de grande representatividade à época, como especialistas de diferentes áreas do conhecimento e empresários de vários países, que levantavam questões, projetando cenários futuros sobre a vida no planeta.

O Clube de Roma surgiu mediante um contexto no qual passados os “trintas anos gloriosos” das potências ocidentais<sup>3</sup>, a sociedade começava a sentir os efeitos do modelo de produção sobre os níveis de poluição, as taxas de desigualdade social e violência urbana, o uso desenfreado dos recursos naturais e os prejuízos sobre seu estilo e qualidade de vida (PIVELLO, 2007). Ao mesmo tempo, no contexto internacional despontavam distintas pautas demandadas pelos chamados novos movimentos sociais (SCHERER-WARREN; KRISCHKE, 1987), tais como a questão de gênero, de raça, da democratização da educação e sobre o ambiente.

As preocupações ambientais circulando ainda em espaços mais restritos, se baseavam, sobretudo, no uso planejado dos recursos naturais, reconhecendo-se a limitação destes e que, para garantia da sobrevivência do planeta novas formas de exploração desses recursos deveriam ser formuladas. Isso ficou evidenciado no relatório “Os limites do Crescimento” de 1972, produto das reuniões do Clube de Roma. O relatório articulava quatro grandes eixos, a saber: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais (Camargo, 2002 apud Gonçalves, 2005). Dessa forma, observa-se a relação correspondente que passa a ser feita entre ambiente e sociedade, a partir dos problemas e impactos gerados pelo desenvolvimento industrial.

O incessante crescimento econômico almejado pelas sociedades modernas, mobilizou distintas formulações teóricas. Nas Ciências Sociais, mais especificamente dentro do horizonte sociológico, a preocupação com a questão ambiental se insere como objeto de pesquisa por volta da década de 1970, diante da crise ambiental global que alterou as configurações sociais e políticas da época.

Dada a ausência de um corpo teórico próprio que auxiliasse na compreensão do quadro instalado, autores como Alan Schnaiberg e James O’Connor retomaram clássicos da Sociologia, sobretudo ao esquema marxista na intenção de observar possíveis elementos ecológicos em suas produções (ALONSO; COSTA, 2002).

A dimensão ambiental no escopo das análises sociológicas expôs que as descrições acerca da sociedade moderna consistiam fortemente em um conjunto de relações sociais que se reproduzia de forma independente da natureza” (MATTEDI, 2015, p. 147). De fato, as intenções clássicas da Sociologia da construção de um objeto e métodos próprios, a fim de

---

<sup>3</sup> Estes anos correspondem ao período do Pós-Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1945 a 1975, caracterizado pelo forte crescimento econômico, notadamente dos países Europeus e Estados Unidos. Baseado no modelo fordista de produção, a economia alcançou alta produtividade e altos salários da classe média, proporcionando também a alta do consumo, assim como, desenvolveu-se um sistema de benefícios sociais, conhecido como Estado de Bem-Estar Social.

torná-la uma verdadeira ciência no século XIX, visavam sua autonomia e também autoridade, perante outras áreas do conhecimento, para tratar de assuntos estritamente sociais.

Hannigan (2009) sintetiza as duas principais explicações da degradação ambiental. Sendo a primeira de cunho ecológico e a segunda uma explicação da economia política. Pode-se dizer que as explicações ecológicas das causas da degradação ambiental remontam à ecologia humana, modelo teórico que teve origem nos 1920, a partir do sociólogo Robert Park, em Chicago, Estados Unidos. Essa corrente, inicialmente preocupada com o meio ambiente natural, passou a perceber a interferência humana, principalmente com o desenvolvimento urbano e poluição industrial, como a fonte do desequilíbrio biológico.

Porém, influenciados fortemente pela teoria do biólogo Charles Darwin, Park e seus colaboradores viam que o comércio havia intensificado a luta pela existência, e acreditavam que os impactos da interferência do homem poderiam guiar a sociedade a um rumo futuro superior, no qual adaptação, mudanças e novo equilíbrio seriam condições obrigatórias (HANNIGAN, 2009).

Hannigan (2009) aponta que a ecologia humana priorizou fatores sociais e culturais, celebrando a capacidade de dominação da natureza pelo homem. Mesmo a ecologia humana utilizando da linguagem e do universo normativo da ecologia biológica, seu ponto forte foi ter mobilizado aspectos da organização socioculturais das sociedades humanas em um contexto científico fortemente marcado por noções mais tradicionais da ecologia.

Na vertente de explicação da economia política apontada por Hannigan, a contribuição de Alan Schnaiberg é descrita como possivelmente a mais influente na Sociologia Ambiental, que aborda a relação entre capitalismo, Estado e meio ambiente. De teor marxista e neoweberiano, o modelo teórico denominado de Cadeia de Produção por Schnaiberg, compreende os problemas ambientais internos à sociedade moderna industrial, como o resultado de uma necessidade própria do sistema econômico de produzir lucro de forma incessante, mesmo quando isso representa “expandir o ecossistema ao ponto no qual excede seus limites físicos de crescimento, ou sua capacidade de carga” (HANNIGAN, 2009, p. 40)

Schnaiberg, portanto, compreende a degradação ambiental dentro da lógica capitalista de produção, apontando as contradições características desse tipo de sistema. O autor chama a atenção para a tensão dialética que passa a ocorrer entre a cadeia de produção e as demandas de proteção ambiental que se consolidam nas sociedades industriais.

Dentre as diferentes vertentes que se formam dentro da Sociologia Ambiental<sup>4</sup>, destacamos aqui o importante debate entre as escolas construcionista e realista, que envolveu uma série de críticas e defesas entre elas. A concepção do construtivismo se preocupa em entender de que maneira as pessoas dotam de significado e sentido o mundo a sua volta. Isto é, o julgamento social do que possa vir a ser um problema ambiental não consiste apenas em referências a fatos objetivos acerca da natureza, mas sim de demandas que são construídas no bojo social. O que se propõe nessa vertente é a “necessidade de entender os conflitos que não só atravessam as relações entre peritos e leigos, mas também dividem a própria comunidade científica” (GUIVANT, 2002, P. 74), e sem desconsiderar que há uma realidade objetiva dos fenômenos naturais.

A vertente realista teve como principais expoentes os acadêmicos Dunlap e Catton (GUIVANT, 2002; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014), criadores do Novo Paradigma Ecológico, NEP, que visava o estudo das relações entre meio ambiente e sociedade, o qual argumentava que os ecossistemas junto a sociedade influenciariam, em certa medida, as ações e práticas. Isso aponta para uma objetividade das ações dos indivíduos mediante a imposição desses elementos em conjunto.

---

<sup>4</sup> Em grande monta, podemos sintetizar as várias vertentes da sociologia ambiental assim: a) Realismo; b) construtivismo ou construcionismo; c) materialismo durkheimiano; d) materialismo marxista; e) pós-materialismo; f) “sociedade de risco”; g) modernização ecológica; h) “híbridos” (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

De acordo com Fleury (2014), o NEP se caracterizaria pelas premissas de que os seres humanos são apenas uma das muitas espécies que de maneira interdependente estão envolvidas nas comunidades bióticas que moldam nossa vida social; b) as complexas ligações entre causa e efeito e o *feedback* na trama da natureza (*web of life*) produzem muitas consequências não voluntárias a partir da ação social intencional (FLEURY, 2014, p. 39).

Aos construtivistas dirigiu-se a crítica de que suas interpretações deixariam em segundo plano a objetividade real dos impactos ambientais, na medida que se preocupavam com as interpretações atribuídas às causas dos mesmos. A isso, os construcionistas contrapõem argumentando que é necessário focar mais detidamente os processos políticos, sociais e culturais que criam os mecanismos de percepção, negação e afirmação de um estado de crise (HANNIGAN, 2009).

Guivant (2002) salienta que as divergências entre as duas concepções, construtivista e realista, feitas de maneira sutil ou não, atravessam o campo da Sociologia ambiental de forma geral, englobando pressupostos acerca dos elos existentes entre sociedade e natureza, entre as ciências sociais e naturais, bem como, entre os leigos e peritos da questão. A autora explica que uma das maiores críticas que a corrente realista fez ao construcionismo social é de que essa corrente é afetada por um relativismo sobre as verdades dos problemas ambientais, o que poderia levar a uma espécie de letargia política. Por seu turno, diz a autora, os construcionistas argumentam que não cabe aos realistas “falar pela ‘natureza’, porque os conhecimentos são parciais e baseiam-se em julgamentos de valor” (p. 74), de modo que busca desfazer o determinismo do homem sobre a natureza que por muito tempo se manteve na produção do conhecimento e práticas relacionadas ao meio ambiente.

Entendemos que a visão construcionista, abarcando as críticas da vertente realista, traz contribuições importantes para uma análise mais complexa dos exemplos empíricos que a Sociologia vem explorando, delineando-os como conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004). A partir dos quais, as disputas pelo uso e posse dos territórios e seus recursos naturais e materiais colocam em oposição grupos sociais com capitais sociais, econômicos e políticos desiguais e diferentes. São lutas entre comunidades tradicionais e grandes empresas globalizadas, por exemplo, a luta contra a investida da monocultura da indústria papeleira *Stone Container* na Costa Rica ou a ampla defesa pelos rios de grupos originários face a instalação de hidrelétricas, tal como acontece no Chile entre mulheres *pehuenches* e a companhia espanhola *Endesa* (MARTINEZ-ALIER, 2011). Mas também entre os grupos urbanos vulneráveis e as grandes obras implantadas pelo Estado. Experiências que marcam a realidade de várias regiões no sul global, tais como a campanha “Alternativas ao extrativismo”, idealizada pela Rede Peruana por uma Globalização com Equidade (Redge) no Peru e o movimento das cidades transicionais, que focam sua atuação com vistas à redução do consumo de derivados do petróleo nos Estados Unidos e Inglaterra, dentre tantos outros exemplos (SVAMPA, 2016). E assim, a perspectiva de síntese entre a análise realista e a construtivista podem iluminar, também, os nossos achados empíricos.

A análise da questão ambiental se debruçou avidamente com os efeitos das atividades relacionadas com o suposto “normal” funcionamento do sistema social, garantidor da aceleração do desenvolvimento econômico. O que antes era pensado como um problema estético passou a ser visto como uma ameaça à saúde e ao bem-estar e enquanto um risco tecnológico, constituindo uma outra experiência da alta modernidade, nomeada como a sociedade do risco (BECK, 2010). Nesse sentido, a reivindicação de reformas e mudanças sociais passou a fazer parte do léxico de movimentos intelectuais, políticos e sociais, engendrando a formulação de novas explicações, conceitos e métodos. Sobretudo, no campo da Sociologia, isso significou ponderar considerações epistemológicas, metodológicas e normativas e ontológicas da disciplina.

## 2 POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO: HISTÓRICOS NO BRASIL E NOVOS OLHARES

Almeida e Premebida (2014), sugerem que sob o olhar sociológico, o ambiente é expresso como um campo estruturado de representações sociais fundado sobre um sistema de valores sociais, uma ideologia em seu sentido literal. Um ponto interessante a ser ressaltado, que os autores bem observam, é a reunião de áreas e disciplinas já consolidadas nos estudos sobre a problemática ambiental dentro das ciências sociais, tais como a Ecologia Humana, Sociologia dos Recursos Naturais, Sociologia Urbana, Sociologia do desenvolvimento, dentre outras.

Ou seja, a Sociologia Ambiental pode ser compreendida como uma proposta interpretativa que busca a superação dos determinismos sociológicos e científicos, de sua herança clássica. E nesse desafio foi-se costurando a reconexão de áreas outrora distanciadas propositalmente, com vistas a garantir a autonomia e autoridade da Sociologia como argumentado antes.

Esse processo de retradução da problemática ambiental é o que assegura a particularidade de uma Ciência Social inclinada a estudar o ambiente, integrando quadros conceituais de áreas de conhecimento e atuação distintas. Foi dessa forma que o saneamento passou a ser compreendido como uma dimensão ambiental e não somente uma técnica de planejamento da questão urbana, ou de engenharia, etc (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

O direito a um meio ambiente sadio e equilibrado foi incluído no rol dos direitos humanos, a partir da década de 1970, compondo dessa forma, os direitos de terceira geração. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio manifestaram a importância do saneamento básico para os direitos humanos.

Dessa forma, entende-se neste trabalho que o meio ambiente possui uma relação intrínseca com a dignidade humana, sendo um dos correspondentes diretos das necessidades humanas. De acordo com o Artigo 225 da Carta Magna,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

E ao olhar para essa relação, argumentamos que os serviços de saneamento são instrumentos que dão suporte ao atendimento das necessidades básicas e elementares dos indivíduos. Ainda que o saneamento tenha adquirido relevância mundial ao longo das décadas e o Brasil seja signatário de diversos pactos e relatórios sobre a ampliação dos serviços, o país ainda apresenta índices alarmantes, principalmente quando se considera a população sem acesso à água, uma porcentagem de 15,8% o que representa mais de 32 milhões de pessoas e, de esgotamento sanitário, sendo 44%, mais especificamente 90.276.796 pessoas sem este direito básico (PAINEL SANEAMENTO, 2023).

Definido na Lei nº 11.445/2007, o saneamento básico se configura como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas (BRASIL, 2007).

É, portanto, um serviço elementar a vida em sociedade, que garante maior qualidade de vida, tanto em seus aspectos sociais e ambientais, pois sua baixa cobertura gera degradação ambiental e, considerando que o ambiente se constrói social e culturalmente, os impactos decorrentes de tais problemas afetam os grupos sociais.

No Brasil, geralmente o histórico político de saneamento é organizado em fases. Pessoa (2022) reflete sobre seis fases que serão apresentadas adiante, sendo a primeira datada do período colonial, com ausência de serviços planejados e estruturados pelo Estado, prevalecendo soluções individuais.

Mesmo com a existência de problemas relacionados ao abastecimento de água, esgotamento entre outros, não havia uma legitimidade política e social para tratá-los adequadamente. Na segunda fase, dada a epidemia de doenças, as interpretações que passaram a ser feitas sobre o saneamento, o colocavam como um elemento preventivo. Logo, o Estado se responsabilizou pelos serviços com abrangência e qualidade mínimas e depois transferiu a quase totalidade das atividades para empresas de capital estrangeiro que atuavam no país, ficando responsável apenas pela regulação das concessões.

A terceira fase se caracterizou por políticas nacionais de saúde pública no Brasil. As primeiras tentativas de organização formal do saneamento estiveram fortemente articuladas às questões de saúde. Havia uma centralização das ações públicas em prol da saúde e do combate às endemias. Na quarta fase, por volta da década de 1940, o setor de saneamento se desvinculou da saúde. Um marco importante foi a criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (1940). Isto pode ser entendido como uma resposta às profundas transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais o país estava passando. A migração das populações rurais impulsionou um intenso crescimento das cidades, o que por sua vez, impactou fortemente as estruturas de serviços de saneamento e moradia (INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO, 2020).

A quinta fase pode ser caracterizada pela comercialização dos serviços. Diferentes modelos de gestão foram experimentados, como autarquias e empresas de economia mista, caracterizando o incremento da industrialização do país na década de 1950.

A partir de 1964, com a ditadura militar, se criou o BNH (Banco Nacional de Habitação) para agenciar financeiramente o setor. Nesse contexto, a política urbana nacional foi utilizada estrategicamente com vistas ao crescimento econômico e manutenção do novo regime (REZENDE; HELLER, 2008).

Na última fase, a partir da segunda década do século XXI, passa a se discutir a questão da universalização do saneamento, num movimento fortemente influenciado pelas resoluções de organismos internacionais como a ONU. Em 2013 o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) foi aprovado, com metas de curto e longo prazos, a fim de universalizar o acesso ao saneamento no país.

Compreende-se então que desde a origem de sua institucionalização, os serviços de saneamento carecem de uma coordenação mais ampla e efetiva entre os entes federativos, além da responsabilidade da execução da política oscilar entre poder federal e as gestões municipais.

## 2.1 REPENSAR A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SANEAMENTO: DIÁLOGOS A PARTIR DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL E DE GRUPOS SOCIAIS PERIFÉRICOS

Um aspecto bastante contestável na execução da política de saneamento se refere ao ínfimo estímulo da participação da sociedade nas tomadas de decisão e discussões acerca da formulação e implementação de políticas públicas no setor. Isso se relaciona diretamente ao caráter tecnocêntrico tradicionalmente empregado em tais políticas, que tendem a desconsiderar as condições sociais, culturais e ambientais das localidades alvos de projetos e obras de saneamento.

Em concordância com o construcionismo, que assegura que é arriscado se pautar em certezas absolutas baseadas na opinião de uma cabeça científica, pois problemas ambientais resultam também de dinâmicas sociais de definição, negociação e legitimação, compreende-se que se fortalece uma visão reducionista da realidade, orientada à promoção de soluções

universais, desconsiderando a existência de situações particulares e a necessidade da participação social (NEVES SILVA et al, 2018).

Na realidade amazônica, em um bairro situado em uma das 6 áreas de baixada da capital paraense<sup>5</sup> Belém, a introdução de uma obra de macrodrenagem marcou o início de uma transformação nas vidas dos habitantes, enquanto simultaneamente reforça a continuidade do caráter tecnocrático, que marca as intervenções do Estado em obras de infraestrutura urbana. Trata-se do Projeto de Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba - Canal Lago Verde que teve início no ano de 2023, no bairro Terra Firme, Belém-PA.

O Lago Verde possui uma extensão de mil duzentos e setenta e seis metros, é afluente do Rio Tucunduba, importante rio urbano da cidade de Belém e que é responsável pelo abastecimento da segunda maior bacia hidrográfica da capital, a Bacia do Tucunduba. O bairro em que está situado, Terra Firme, teve seu desenvolvimento ancorado em um processo de ocupação espontânea e desordenada, carente de serviços de infraestrutura urbana, saneamento básico e habitação<sup>6</sup>, resultado de um processo histórico e social que fomentou o surgimento de extensas comunidades urbanas.

A luta por direitos básicos à localidade acumula décadas de existência e em 2021, as reivindicações dos moradores se organizaram em torno do Movimento Tucunduba pró Lago Verde, que surgiu em um contexto de preocupação com o futuro do território e o comprometimento do bem-estar dos indivíduos que o habitam.

O movimento carrega preocupações sociais e ambientais que não se dissociam, apontando para um segundo viés da problemática ambiental defendida por Amaral (2009)<sup>7</sup>, referente a uma abordagem da relação sociedade e meio ambiente, atravessada por políticas públicas. Isto é, como a ausência de políticas inibe o acesso equitativo a serviços básicos, como acesso à água tratada, saneamento ambiental, e principalmente oportunidade de emprego e renda, que minimize os impactos de suas atividades ao meio ambiente.

A atuação do Movimento no território das moradias do afluente Lago Verde se ergue - tendo em vista que é um processo que está sendo construído e avançando continuamente - mediante uma preocupação com o futuro do território, com o comprometimento do bem-estar das famílias e crianças que habitam a vizinhança, mas também com o presente vivenciado.

O movimento socioambiental em questão fornece uma potente possibilidade de analisar como as demandas de base da população são articuladas, e como ganham projeção ao espaço público, mediante uma parcela da população que se organiza coletivamente. Dessa forma, as reivindicações do movimento, podem ser lidas como um mecanismo que expressa e atesta a manifestação de desigualdades socioambientais, e que afetam a vida dessa população.

---

<sup>5</sup> De acordo com as contribuições de Trindade Jr (2000), as baixadas constituem espaços segregados, alagados ou sujeitos a alagamentos, e centralmente localizados que concentram os principais locais de reprodução da mão-de-obra de baixo poder aquisitivo que passou a integrar o espaço urbano de Belém. Envolve, além das suas especificidades físicas e territoriais, aspectos socioculturais e, sobretudo, políticos. Pois tais áreas são palco de atuações de movimentos populares urbanos e dos interesses políticos do poder local (TRINDADE JR., 2000).

<sup>6</sup> Favelas e Comunidades Urbanas são territórios originados das diversas estratégias utilizadas pelas camadas populares para viabilizar, geralmente de forma autônoma, suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidas à garantia do direito à cidade. Para identificação das favelas e comunidades urbanas o IBGE utiliza os seguintes critérios: Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; e, pelo menos, um dos critérios como ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos, Localização em áreas com restrição à ocupação, predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2024, p. 54-56).

<sup>7</sup> Para Amaral (2009), a problemática ambiental no Brasil possui externalidades negativas expressas em dois vieses. O primeiro se relaciona às práticas das grandes indústrias, que poluem e degradam o meio ambiente, bem como não consideram a finitude dos recursos naturais.

Além disso, ao tensionar a dinâmica de intervenção do Estado no meio ambiente mediante obras de infraestrutura, o Movimento fornece críticas sobre a concepção de natureza e saneamento básico socialmente estabelecidos e aponta novos horizontes conceituais e práticos à atuação estatal e de seus agentes técnicos.

É neste sentido, que se acredita que uma das correntes que guiaram e guiam a sociologia ambiental pode ser um auxílio no sentido de reorientar a forma de se fazer a política de saneamento no Brasil, reforçando a necessidade de articular empiricamente as relações que permeiam natureza e sociedade, uma vez que o saneamento tem em suas diretrizes o ordenamento territorial junto a qualidade do ambiente e o bem-estar dos cidadãos.

Se pretende, assim, estimular uma ampliação do que se compreende por saneamento, pois a compreensão que se constrói a respeito de determinado elemento reflete a forma que ele é operacionalizado e concretizado na sociedade. É assim com narrativas conflitantes sobre a natureza, que acabam se tornando – ou não - pilares de modelos de desenvolvimento. Assim também ocorre com o saneamento e tantas outras políticas que implicam em consequências sociais e ambientais.

Sobre o processo de instauração do movimento, uma das integrantes elucida que

O Movimento Tucunduba Pró Lago Verde com esta denominação, ele surge em 2021 [...]. As lutas pelo lago verde são lutas de décadas, dessa ocupação nesse afluente do Tucunduba. Mas foi através do incentivo e da participação no Fórum Permanente de Participação Popular, o Tá Selado<sup>8</sup>, uma iniciativa da prefeitura de Belém, que fez protagonizar a luta dos moradores do bairro da Terra Firme. Então, nós fomos escolhidos conselheiros do bairro e através desses encontros, neste Fórum, nós começamos a apresentar o Lago Verde como uma demanda prioritária (Interlocutora A.L. 2023).

Os principais pontos de tensão entre os representantes do Estado e os moradores do Lago Verde podem ser sintetizados em dois principais pontos: o ínfimo incentivo à participação e escuta das famílias, que serão diretamente afetadas pela intervenção, na construção e elaboração do projeto. E o desconhecimento do Plano de Remanejamento das famílias afetadas, devido ao não compartilhamento por parte da Secretaria de Obras Públicas (SEOP). Uma das representantes do movimento Tucunduba pelo Lago Verde, durante a apresentação pública do projeto reafirmou que a luta dos moradores não se opunha ao projeto apresentado pelo Estado, mas que não se sentiam respeitados em sua completude enquanto agentes ativos dentro de sua realidade social.

Isso concretiza um aspecto contestável e persistente na execução da política de saneamento básico, relacionado ao ínfimo estímulo da participação da sociedade nas tomadas de decisão e discussões acerca da formulação e implementação de políticas públicas no setor. Isso pode ser entendido como uma consequência do caráter tecnocêntrico tradicionalmente empregado em tais políticas, que tendem a desconsiderar as condições sociais, culturais e ambientais das localidades alvos de projetos e obras de saneamento.

Ademais, a implementação da obra no Lago Verde desvaloriza e subestima os vínculos que os moradores possuem com o território, desfazendo laços comunitários e ignorando que a produção e reprodução dos seus modos de vida estão profundamente conectados àquela localidade. Em conversas informais com um dos representantes do Movimento, seu José relatou a uma das autoras que famílias vizinhas foram compulsoriamente remanejadas para um bairro na porção oposta ao da Terra Firme. Essa escolha de atuação do Estado tem gerado entre os

---

<sup>8</sup> O programa Tá Selado é uma iniciativa da Prefeitura de Belém, no Governo de Edmilson Rodrigues (2021-atual) que propõem reunir o governo e moradores de Belém para avaliar propostas prioritárias que vão orientar a gestão da cidade, as quais comporão a elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outros.

moradores um clima de constante estresse e ansiedade, gerando aflições e angústias devido à incerteza de seus futuros.

Dessa forma, apresentamos no quadro abaixo as práticas tradicionais da engenharia que ainda permeiam muitos projetos de saneamento a partir das contribuições de Souza (2015). Em um esforço de sintetizar as características apresentadas pela autora, busca-se a partir de um olhar sociológico, refletir potenciais colaborações que a sociologia ambiental pode dar “à prática de fazer engenharia” (SOUZA, 2015).

**Quadro 1.** Características e Impactos das práticas de engenharia na política de Saneamento Básico

| <b>Característica</b>   | <b>Impactos</b>   |
|---|---|
| Viés Tecnista   | Fortalece a ideia de supremacia da técnica na “salvação” da sociedade, independente das políticas elaboradas.   |
| Técnica neutra, apolítica   | Desconsiderando que a técnica se constitui na materialização de políticas   |
| Resistente ao diálogo entre teoria e prática                            | Ausência de reflexão sobre a eficácia, a efetividade e a eficiência das ações   |
| Conhecimento reducionista   | Não compreende a realidade em sua complexidade e se desdobra em práticas limitadas.   |
| Ignora técnicas locais adaptativas                                      | Ignora as técnicas locais baseadas na cultura local, impondo novas técnicas, que muitas vezes não são absorvidas pela população.  |
| Não promove o diálogo do saber técnico-científico com o popular         | Agentes não compreendem que a solução de engenharia passa pelo conhecimento de realidades que só podem ser descritas por quem as vivencia, refletindo em projetos que não incorporam condições e modos de vida.   |
| “Ditadura tecnológica” - Projetos pautados em concepções convencionais, | Pensamento único e padronizado que orienta a construção de redes de distribuição de água, de coleta de esgotos, de drenagem de águas pluviais, assim como a construção de aterros sanitários, sem considerar as diferentes realidades sociais e ambientais. |
| Primazia da viabilidade econômica para elaboração dos projetos          | Rejeita atores sociais que não dispõem de capacidade de pagamento pelo serviço, resultando em uma forma de exclusão social.   |

**Fonte:** Souza, 2015. Elaborado pela autora, 2023

Souza (2015) argumenta que se faz necessário compreender essas características, ainda predominantes nas engenharias, que atuam com o saneamento, se se pretende reorientá-las para novos rumos<sup>9</sup>. A autora entende que no interior das engenharias deve haver uma guinada rumo ao “movimento emergente de revisão dos paradigmas em nível mundial, considerando alguns determinantes como a crise ambiental, energética e da água, entre outros” (SOUZA, 2015, p. 102).

Para além dessa reorientação nas engenharias, defendemos que as áreas em questão devam procurar aportes em outras áreas do conhecimento para promover maior amplitude de compreensão da realidade social. A sociologia ambiental é uma área que se mostra favorável a essa interconexão, tanto em termos de conhecimentos científicos e não-científicos, uma vez que se propõe a analisar as dinâmicas sociais que permeiam lógicas específicas da relação da sociedade com o ambiente.

No caso da obra supracitada no território do Lago Verde, um cenário de ocultamento compulsório se instalou no início imediato da obra. Na manhã do dia 30 de janeiro de 2023, os

<sup>9</sup> No caso específico do trabalho da autora, a nova direção proposta ao saneamento básico é a promoção da saúde, englobando um conceito social de saúde, ampliando o escopo preventcionista, bem como a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente como norteadora da realização de obras e projetos da política pública (SOUZA, 2015).

moradores foram surpreendidos com a chegada do maquinário para a realização da obra, e a paisagem com a qual estavam habituados foi demolida. A desconsideração com as particularidades do local levou abaixo dinâmicas de interação e relações que se estabeleceram no entorno de uma pequena praça autoconstruída por um dos moradores. Em uma nota de Repúdio do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, tem-se o seguinte

Sem nenhum aviso prévio, nem com o movimento representativo dos moradores e nem diretamente com os moradores, chegou às margens do igarapé na confluência com Passagem Comissário com uma **máquina destruindo tudo**, arrancando árvores de castanholas, plantadas pelos moradores, derrubando um quiosque, bancos, também feito pelos moradores, quebrando cano de água fazendo a maior lambança. **Esse espaço servia como um espaço de lazer e de encontros para os moradores**, que eles chamavam de pracinha. Pois nessa área não tem nada nesse sentido construído pelo poder público (Reprodução do Movimento Tucunduba Pro Lago Verde no *Instagram*, 2023. Grifos da autora).

Assim, reforçamos a defesa que Hannigan (2009) elabora acerca do construcionismo social, de que o mesmo contribui na formulação de políticas ambientais ao questionar sobre quem são os atores que reivindicam a existências dos problemas ambientais e quem a eles se opõem. O construcionismo, explica o autor, salienta a

habilidade de um discurso em particular (por exemplo, desenvolvimento sustentável) para se transformar hegemonicamente e dessa forma prender o debate. E demonstrando como os atores da indústria e do Estado desenvolvem estratégias retóricas, especialmente durante controvérsias para convencer o público de que os problemas ambientais estão sendo competentemente dirigidos, quando de fato o oposto é verdadeiro (HANNIGAN, 2015, p. 57).

Importa reconhecer que além de um conflito de interesses materiais, um conflito discursivo ocorre na execução da obra. Defendemos que uma leitura mais ampla do social pode superar a tendência de desqualificação da participação social, ainda vista como um acessório às obras físicas que possuem supremacia em relação ao processo social de fazer saneamento (Souza, 2015).

Além da compreensão de serviços e obras de saneamento básico como uma necessidade socioambiental, estes devem ser implantados de maneira que integre a população. Isto é, que espaços de lazer como os autoconstruídos pelos moradores, exposto na nota acima, não sejam suprimidos e vistos como irrelevantes pela técnica presente nessas políticas.

No caso específico em questão do Lago Verde, é imprescindível ressaltar que os moradores, organizados coletivamente, construíram uma proposta de Projeto Socioambiental do Lago Verde, que tampouco foi considerada pelo Estado. O qual, se colocam contra uma visão reducionista da natureza do entorno do Lago Verde, utilizando termos como corredor socioambiental Lago Verde Vivo em contraposição ao discurso estatal que utiliza a nomenclatura “canal do Lago Verde”.

A tendência de desconsiderar a realidade dos rios, deve-se pontuar, é algo que a princípio parece se desfazer perante a luta dos moradores do Lago Verde que compõem o Movimento socioambiental. O que se observa, ao contrário, é um movimento de retorno às dinâmicas da natureza, ou mesmo da inexistência de rupturas com tais dinâmicas, que se efetivam na reivindicação de um projeto de infraestrutura que contemple:

- As práticas desenvolvidas no entorno do Lago Verde. Rotinas de sociabilidade e memórias de afeto com o rio circundante;
- As raízes fixadas no bairro. Os moradores não desejam sair da Terra Firme. A territorialidade construída com todos os elementos que fazem parte de suas vidas fica expressa na máxima de que “não quero que nenhum morador tenha que sair da Terra

Firme. O projeto tem que ser condizente com a história dos moradores” (Morador S. Domingos).

- O Lago Verde enquanto um rio vivo e não como um canal. Verifica-se uma defesa da recuperação das agressões sofridas pelo Lago Verde nas narrativas do movimento, que o vê como um rio, degradado, mas ainda um rio.

Essa guinada narrativa busca desfazer um discurso hegemônico nas políticas de saneamento, que muitas vezes desconsideram a própria natureza como parte integrante da reprodução social e material das populações, entendendo-a como objeto de intervenção técnica apenas. O que contribui para uma ditadura tecnológica e difunde o conhecimento reducionista, no qual o aspecto econômico tem supremacia nos projetos de saneamento.

A retórica do asfalto como via direta ao progresso se baseia na resolução do que é considerado um problema, como a existência de rios urbanos. Como por exemplo na Amazônia, onde essa retórica é decisiva nas atuais políticas de infraestrutura de saneamento, que se traduzem em grandes obras de drenagem. O asfaltamento das vias e canalização de águas expressa o constante anseio por um direito à cidade (BRANDÃO, 2016).

Além disso, essa diretriz foi decisiva na dinâmica de territórios que tiveram sua relação com a natureza enviesada por obras de saneamento, sobretudo a pavimentação de estradas e o enquadramento de rios urbanos nas formas de canais. Isso confirma como a natureza foi representada ao longo do tempo, um elemento externo a sociedade. E essa representação foi articulada de forma intencional, alinhada à expansão do domínio do capitalismo industrial sobre a natureza (MATTEI, 2015).

Nesse sentido, essa representação aponta para um discurso hegemônico, nos termos que Hannigan expõe, nas políticas de saneamento, que muitas vezes desconsideram a própria natureza como parte integrante da reprodução social e material das populações. Assim, entendendo-a como objeto de intervenção técnica apenas. Isso contribui para a própria ditadura tecnológica, e difunde o conhecimento reducionista e privilegia apenas o aspecto econômico nos projetos de saneamento, conforme o que foi elencado no quadro 1.

Assim sendo, o construcionismo social ao reconhecer que a ordem dos problemas ambientais reivindicadas pelos atores sociais não necessariamente corresponde a uma necessidade prática e objetiva, sendo ao invés disso, o resultado de uma agenda de natureza política (HANNIGAN, 2009), pode auxiliar na concepção do porquê investimentos em políticas públicas que considerem as especificidades socioculturais da população alvo não se torna de fato uma diretriz de atuação política.

Além disso, a falta de solidez no funcionamento da política em questão expressa também interesses políticos e econômicos dos grupos que orientam a ação do Estado. Assim, a questão do saneamento atravessa a discussão sobre o caráter do próprio Estado brasileiro. As ações voltadas à essa política possuem relação com as disputas que ocorrem entre projetos opostos de sociedade (BORJA, 2014).

O primeiro deles considera o saneamento básico como um direito social, integrante de políticas sociais promotora de justiça socioambiental, cabendo ao Estado a sua promoção. No segundo projeto, de cunho neoliberal, o saneamento básico é uma ação de infraestrutura ou um serviço, submetido a mecanismos de mercado, quando não se constitui na própria mercadoria. Assim, também no saneamento básico, como na cidade, no campo, na educação, na saúde, na moradia, “o que está em disputa é o projeto de sociedade e, conseqüentemente, o papel do Estado no campo das políticas públicas” (BORJA, 2014, p. 434)

O papel do Estado é fundamental na orientação das políticas, seja de saneamento ou de outro setor. Entretanto, deve se considerar também a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão, suas concepções e interpretações. Nesse tocante, a aprovação da Lei nº 11.445/2007

institui como um dos princípios norteadores da política de saneamento, a participação dos cidadãos dentro do termo de controle social<sup>10</sup>.

Pois, como Guivant (2002) coloca, deve-se questionar sobre as possíveis implicações sociais ao ressaltar a realidade dos problemas ambientais, e relegar a um segundo plano as interpretações, sentidos e significados atribuídos a esses problemas, por uma gama diversa de atores sociais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado, entende-se que a realidade objetiva dos problemas de saneamento no território brasileiro não deve prescindir de uma análise também construcionista da realidade. Que, em seu desenrolar, foi abarcando as críticas realistas, ampliando seu escopo de análise para os determinantes estruturais da realidade, sem deixar de demarcar as especificidades locais. Pois, se se pretende superar os entraves causados à política de saneamento por orientações ainda padronizadas da principal área de atuação de projetos, as engenharias sanitárias e ambientais, deve-se considerar o que os grupos sociais compreendem por ambiente e natureza, bem como as possibilidades objetivas para suas conquistas.

Ademais, deve-se considerar que a maneira pela qual se define a sociedade, se define a natureza (MATEDDI, 2015). Compreender e se debruçar sobre os repertórios e narrativas construídas pela sociedade acerca da própria noção de saneamento se encontra alinhada às próprias conjecturas sobre sociedade e natureza, que se encontram intimamente entrelaçadas nessa política.

Assim, a perspectiva que a sociologia ambiental carrega, de ver as preocupações com o meio ambiente como resultado de construções políticas, culturais, sociais, econômicas pode e deve se articular aos preceitos que o realismo abraça, isto é, de analisar fatos concretos que se desdobram mediante uma série de acontecimentos, independentes da suposição que se faz deles.

Dessa forma, concepções sobre o saneamento, que afetam diretamente seu alcance prático, devem se vincular a análises e práticas comprometidas sobre como as intervenções no espaço da cidade atravessam e moldam relações, sentimentos e o domínio da vida privada de pessoas afetadas por tais intervenções, sendo essencial para mitigar e evitar impactos os mais diversos que possam decorrer das questões associadas ao saneamento. Compreender e se debruçar sobre os repertórios e narrativas construídas pela sociedade acerca da noção de saneamento se encontra alinhada às próprias representações sobre sociedade e natureza, que se encontram intimamente entrelaçadas nessa política

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri et al. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, v. 16, n. 35, jan./abr. p. 14-33, 2014

---

<sup>10</sup> No artigo 3º inciso IV, controle social é indicado como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico” (BRASIL, 2007).

ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB - **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. No. 53, pp.35-78, 2002.

BORJA, P. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 432-447, 2014.

BRASIL. Lei n 11.445/2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**.2007.

FLEURY, Lorena. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 35. 2014.

GONÇALVES, D. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista espaço acadêmico**, v. 5, n. 51, p. 1-7, 2005.

GUIVANT, J. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vo. 19, p. 72-88, 2002.

HANNIGAN, J. Enfoques teóricos contemporâneos para a sociologia ambiental. In: HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 35-60.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. **Saneamento 2020**: presente, passado e possibilidade de futuro para o Brasil. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e Comunidades Urbanas**. (Notas metodológicas n. 01 Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. 2024. Disponível em: [https://eventos.ibge.gov.br/downloads/infofavela2023/tabela\\_encontro\\_favelas\\_e\\_comunidades\\_urbanas.pdf](https://eventos.ibge.gov.br/downloads/infofavela2023/tabela_encontro_favelas_e_comunidades_urbanas.pdf). Acesso em 11 abril 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Brasil**. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>

LEFF, E. Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia “otro” programa de sociologia ambiental. **Revista Mexicana de Sociología**, v.73, n.1, 5-46, jan-mar, 2011.

MATTEDI, M. A Guinada Ambiental na Sociologia: Considerações Epistemológica, Metodológica e Normativa. **Divers@**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 145-154, jul./dez. 2015

NEVES-SILVA, P. et al. **Saneamento: entre os direitos humanos, a justiça ambiental e a promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2018. (Série FioCruz – Documentos Institucionais. Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, 6).

PESSOA, C. **Desigualdade ambiental e saneamento básico na periferia urbana da Amazônia**. 2022 Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. 2022

PIVELLO, V. R. **Breve histórico da evolução do pensamento conservacionista no Brasil**. Laboratório de Ecologia de Paisagem e Conservação – LEPaC. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Vania-Pivello/publication/255651598\\_Breve\\_historico\\_da\\_evolucao\\_do\\_pensamento\\_conservacionista\\_no\\_Brasil/links/55a434ff08ae5e82ab1f3494/Breve-historico-da-evolucao-do-pensamento-conservacionista-no-Brasil.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Vania-Pivello/publication/255651598_Breve_historico_da_evolucao_do_pensamento_conservacionista_no_Brasil/links/55a434ff08ae5e82ab1f3494/Breve-historico-da-evolucao-do-pensamento-conservacionista-no-Brasil.pdf).

REZENDE, S.; HELLER, L. **O saneamento no Brasil: Políticas e interfaces**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SCHERER- WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SOUZA, C. et al. **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.) **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Elefante, 2016

## UM *BRICOLEUR* NO MANGUE: NATUREZA, IMAGINÁRIO E A PRODUÇÃO DE SABERES NO MANGUEZAL

Marcus Vinicius Cunha Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo investiga a produção dos saberes e a construção do imaginário de mariscadores de caranguejo da localidade de Bacuriteua, em Bragança, no Pará. A vila é cortada pela rodovia Bragança-Ajuruteua, empreendimento que aterrou 26km de manguezal entre o município de Bragança e a praia de Ajuruteua, no nordeste do Pará e impactou a vida de centenas de trabalhadores das vilas atravessadas por ela. Com base em jornais, fotografias e relatos orais foram analisadas as representações de natureza de mariscadores de caranguejo, a forma como eles interagem e constroem saberes, elaborando estratégias e táticas para se reproduzirem socialmente e interpretarem o meio em que vivem. Conclui-se que há a produção de saberes tão válidos quanto os conhecimentos produzidos pela ciência moderna, com a introdução de novos elementos culturais a partir da abertura da rodovia, assim como a permanência de práticas de uma cultura local, como os métodos de coleta, o conhecimento ecológico, a mitologia e parte da linguagem dos mariscadores, constituindo assim, um *bricoleur* de saberes.

**Palavras-chave:** Mariscadores de caranguejo. Saberes. Imaginário. Amazônia.

## A BRICOLEUR IN THE MANGROVE: NATURE, IMAGINARY AND THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE MANGROVE

### ABSTRACT

The article investigates the production of knowledge and the construction of the imagination of crab shellfish gatherers in the town of Bacuriteua, in Bragança, Pará. The village is crossed by the Bragança-Ajuruteua highway, a project that filled 26km of mangrove between the municipality of Bragança and the Ajuruteua beach, in the northeast of Pará, and impacted the lives of hundreds of workers in the villages it crosses. Based on newspapers, photographs and oral reports, crab shellfish gatherers' representations of nature were analyzed, the way they interact and construct knowledge, developing strategies and tactics to reproduce themselves socially and interpret the environment in which they live. It is concluded that there is the production of knowledge as valid as the knowledge produced by modern science, with the introduction of new cultural elements since the opening of the highway, as well as the permanence of practices of a local culture, such as collection methods, ecological knowledge, mythology and part of the shellfish gatherers' language, thus constituting a bricoleur of knowledge.

**Keywords:** Crab shellfish gatherers. Knowledge. Imaginary. Amazon.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

### INTRODUÇÃO

Este manuscrito problematiza a produção dos saberes<sup>2</sup>, a ideia de natureza, as visões idílicas e idealizações dos mariscadores de caranguejo da comunidade de Bacuriteua, em

<sup>1</sup> Doutor em história social da Amazônia (UFPA), professor da rede estadual de ensino (SEDUC). Endereço eletrônico: m\_vinicius82@hotmail.com.

<sup>2</sup> Destaco a distinção entre saber e conhecimento para balizar a importância da discussão empreendida aqui. Analisada no texto “A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais” de Daniel dos Santos Fernandes e José Guilherme dos Santos Fernandes (2015), essa tensão entre saber e conhecimento, ressaltam os autores, implica visões e práticas distintas na relação sujeito e objeto de apreensão, diferentes formas de construção da realidade que, no entanto, não deve ter caráter valorativo. O conhecimento é resultado da capacidade de cognição (pensamento e reflexão abstrata), implica em um distanciamento maior entre sujeito e objeto; já o saber,

Bragança, nordeste do Pará. Defende que a construção desse imaginário está intimamente relacionada com as condições ambientais em que os sujeitos estão inseridos, somado a natureza da atividade exercida por eles e à sociedade a qual pertencem. Meu interesse é compreender a concepção de natureza desses indivíduos e de que forma a introdução da rodovia PA 485 (rodovia Bragança-Ajuruteua)<sup>3</sup> afetou a relação homem/natureza, se essa relação foi suplantada, se há a inclusão de novos elementos, ou seja, perceber as mudanças e permanências na cultura local no que concerne a interação homem/natureza em um determinado espaço.

As fontes utilizadas nesse trabalho são as interlocuções orais colhidas durante pesquisa de campo realizada na comunidade entre os anos de 2010 e 2015. São utilizadas observações e fotografias obtidas durante o trabalho etnográfico, inclusive em uma incursão na floresta de mangue, acompanhando os trabalhadores em sua jornada diária de captura do crustáceo. As informações e análises são também resultado da análise de documentos oficiais e periódicos de circulação local e regional.

Por entender a cultura como dinâmica, em constante mudança, e que essas populações ditas “tradicionais” atualizam suas tradições e estão atentas às transformações do seu tempo (OLIVEIRA, 2022), parto da hipótese de que há a introdução de novos elementos culturais a partir da abertura da rodovia, conquanto há a permanência de práticas de uma cultura local, como os métodos de coleta, o conhecimento ecológico, a mitologia e parte da linguagem dos mariscadores, constituindo assim, um *bricoleur*<sup>4</sup> de saberes.

## 1 “O CARANGUEJO É MINA”

muitas dizem assim: ah! O caranguejo se acaba, vai se acabar! Não se acaba não! Não senhor! O caranguejo é mina! O caranguejo, cê pode tirar hoje no buraco e amanhã cê pode ir que tem outro novamente. É! Não se acaba não! (TAVARES DA SILVA, 2010).

A percepção do mariscador Orivaldo Tavares da Silva<sup>5</sup> acerca da diminuição na população do crustáceo *Ucides cordatus* no manguezal bragantino se refere aos impactos após a ação antrópica que atingiu a região a partir da introdução da rodovia PA-458, alvo de preocupações por parte de estudiosos desse ecossistema e das autoridades responsáveis, como o IBAMA, sobretudo em buscar medidas que possam garantir sua preservação. Não obstante, a interpretação de mariscadores, marreteiros e habitantes de localidades próximas ao mangue sobre as explicações e soluções para essa problemática são diversas e estão assentadas em um imaginário peculiar composto por elementos fantásticos e mágicos de uma cultura específica, estimulados pelos elementos que conformam a paisagem local.

Orivaldo da Silva não crê que o caranguejo possa se acabar, acredita que se trata de uma obra “divina” para sustentar o “pobre” e o “rico” e quando ele acabar, acabará também todas as outras criaturas “divinas”, inclusive o homem. Em outra passagem, ele sustenta que o

---

por sua vez, além da capacidade de cognição, inclui afeto e volição, capacidade de decidir e escolher em conduta “consciente”, característico dos povos ditos “tradicionais”.

<sup>3</sup> De acordo com Oliveira (2015), a construção da rodovia não atendia às necessidades do ambiente físico e dos moradores locais, a estrada foi construída sob o aterro de 26 km de manguezais, incluindo o aterramento de vários canais, causando a morte de milhares de espécies animais e vegetais. O empreendimento impediu o processo de irrigação para um dos lados da rodovia e causou a invasão de especuladores imobiliários que ocuparam desordenadamente a faixa do litoral. Por outro lado, cresceu a demanda pelos produtos extrativos, especialmente o pescado, condicionado pelo aumento concomitante de atravessadores que exploram mariscadores de caranguejo e pescadores artesanais abandonados pelo poder público.

<sup>4</sup> Termo de origem francesa que se refere à produção de objetos a partir de fragmentos de outros preexistentes. Assim, foi analogicamente também utilizado por Lévi-Strauss (1989) para se referir à “ciência primeira”, cuja sua composição é heteróclita.

<sup>5</sup> Seu Orivaldo da Silva, conhecido como “Seu Fuzil”, é solteiro, idade 63 anos, ofício de coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 21 de junho de 2010.

caranguejo não se acaba porque “é mina”, hoje ele pode ser retirado do buraco porque amanhã tem novamente.

Bartolomeu Mendonça (2009), ao analisar as percepções de natureza nos povoados de Porto da Roça, no município de Humberto de Campos, no Estado do Maranhão, deparou-se com uma concepção análoga a de Orivaldo da Silva. Ao indagar os moradores daquele povoado sobre a extração do caranguejo, o autor ouviu deles que “quanto mais se tira mais tem” ou então expressam uma fala que é muito corriqueira no povoado no que diz respeito a este crustáceo: “é mina, isto é mina, não acaba nunca”. Mendonça conclui que

O imaginário coletivo local relaciona a constância de disponibilização do recurso com uma fonte que jorra sem parar, como uma nascente que mina da terra de modo constante e ininterrupto, desse modo não importa se aumenta os que bebem dessa fonte, ela continuará jorrando sempre (MENDONÇA, 2009, p. 14).

Em Bragança, igualmente, várias gerações de grupos sociais, há muitos anos, são atendidas pelo sistema ecológico local, que com sua capacidade de regeneração após o uso feito pelos extrativistas suscitam uma interpretação da natureza como perene, auto-regenerável. Uma leitura comum ao universo cultural dos mariscadores de Bacuriteua, esses acontecimentos são entendidos como “naturais”, já para o pensamento empírico-racionalista são resultado de uma experiência mágico-religiosa (ELIADE, 1977).

No estudo sobre os *tiradores* de São Caetano de Odivelas, no Pará, Maneschy (1993a), aponta que, de maneira geral, os tiradores também consideram que os caranguejos são “uma mina”, não se esgotam. Reforçam esta ideia argumentando que, por vezes, não há praticamente nenhum em determinado manguezal, mas logo depois de pouco tempo, eles pululam novamente. Em Augusto Corrêa, no Pará, cidade que fica a 19 km de Bragança, em conversa informal com um aluno da escola municipal Rosa Ataíde, em que leciono e que exerce a atividade de “mariscador”, perguntado sobre a possibilidade de acabar o caranguejo ele usou a mesma frase: “o caranguejo é mina!”. Percebe-se que se trata de um *mundus imaginalis* que não é exclusivo de Bragança, mas tem a ver com a explicitação de símbolos por uma bacia semântica que atinge a extensa faixa litorânea do norte e nordeste do Brasil evocando símbolos relativos aos lugares praticados e de pertencimento (SOUZA, 2013; CERTEAU, 2014; DURAND, 1984; MAFFESOLI, 1994).

As interpretações da natureza de Orivaldo da Silva, em Bragança, assim como as dos outros sujeitos de São Caetano de Odivelas, Porto da Roça e Augusto Corrêa, estão alicerçadas em um sistema cultural presente na memória de sua sociedade e do grupo social em que estão inseridos. É perceptível que a natureza, nesse caso, vai além de uma noção objetiva, atemporal e universal, é uma construção humana que varia de acordo com o espaço e o tempo histórico.

Por outro lado, essa cultura tecida como uma teia complexa de significados (GEERTZ, 1978) é fortemente marcada por esse espaço natural constituído de rios e florestas, um “lugar praticado” onde atuam cotidianamente e que os remete a formas específicas de operações e a uma outra espacialidade, uma experiência “antropológica”, mítica e poética do espaço criando uma memória do lugar (CERTEAU, 2014). O sistema de entrelaçamento entre o homem e a natureza produz um conjunto de conhecimentos e práticas relativos à floresta e organiza a vida do homem, como foi demonstrado por Carneiro da Cunha (2002) na *Enciclopédia da Floresta* a respeito da relação que seringueiros, Kaxinawá, Katukina e Ashaninka mantêm com a natureza.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A Enciclopédia da Floresta, organizada por Manuela Carneiro da Cunha (2002), é um trabalho exemplar ao estabelecer parceria entre o saber científico e o saber oriundo da prática cotidiana. Demonstra o tamanho da importância da floresta para os seringueiros, para os Kaxinawá, Katukina e para os Ashaninka, descrevendo seus costumes, o calendário agrícola, suas atividades, suas mitologias e suas formas de classificação do mundo. Destaco, por exemplo, o anúncio, para os Ashaninkas, das estações de seca e chuva pelo canto de pássaros e o

## 2 O CARANGUEJO COMO DÁDIVA DIVINA

A religiosidade compõe-se também como forte elemento na composição do imaginário dos sujeitos e na mediação da relação do homem com a natureza, sendo usada como justificativa para interpretação e comportamento dos homens frente ao mundo natural. A relação entre religiosidade e concepção de natureza não é nova, sendo demonstrada por Keith Thomas (2010) na constituição da concepção dos homens em relação à natureza na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVIII. Inicialmente, o autor demonstra que a concepção de que “o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades” era defendido por teólogos e intelectuais que recorriam a filósofos clássicos e a Bíblia. A ideia de que a natureza é criação divina e deve atender às necessidades humanas estava na essência dessa interpretação do domínio humano, lugar central do plano divino.

As ideias de natureza em Bacuriteua acompanham essa episteme, são produtos de projeções humanas no mundo natural, fortemente influenciada por valores, crenças e esperanças que dão significado aos elementos e à relação (experiência) que o sujeito estabelece com o ambiente, assim como, esses significados são utilizados para explicar também o mundo ao seu redor.

As narrativas a seguir, de André Tavares, Orivaldo Silva e Manoel Paixão<sup>7</sup>, são exemplares neste aspecto e ao demonstrarem concepções de natureza que estão atreladas a valores e significados peculiares apresentam uma estrutura básica. Sempre que falam da perenidade do caranguejo usam de um valor essencial que não é definido explicitamente, mas que costura toda a história, a simetria (PORTELLI, 2010). Nesse caso, ao serem contestados sobre a alta exploração do crustáceo, o que coloca em questão sua atividade, utilizam-se de argumentos religiosos, o mito da criação, que guarda uma importância não mensurável para sua cultura.

não vai dizer assim que vai se acabar, porque foi *Deus* que deu essa produção pros pobre né? (GAMA, 2010).

[...] hoje em dia é casa que você olha de lado e de outro é pra todo canto, então esse pessoal tem que comer todos os dias, tá entendendo, tá? Não é fácil não cara sustentar todo esse povo, só Deus mesmo né? Mas que Deus deixou não se acaba não, que o dia que se acabar o caranguejo se acaba o peixe, se acaba o sururu, se acaba o boi, se acaba a vaca e se acaba nós também, que nós também, que somos vivente da criação dele [...] (TAVARES DA SILVA, 2010).

Só quando Deus quiser, que nós mesmos, só assim como eu disse só se derrubar o manguezal é que aterra aí se acaba mais se não derrubar os paus do mangar nunca se acaba, só Deus mesmo quando ele quiser, né o caranguejo não é um peixe no mar, não se acaba assim como eles que não quer (PAIXÃO, 2011).

Repete-se, nas narrativas acima, a premissa de que Deus é o responsável pela criação e pelo fim dos recursos naturais, só a vontade divina decidiria pelo fim do caranguejo. O elemento divino é utilizado como justificativa de comportamentos e ações dos homens, retirando-se qualquer possível sentimento de culpa pela escassez do crustáceo que pudesse ser relacionado com a captura feita pelos mariscadores. Ao contrário, acreditam exercer um direito “divino”, argumentando com o mito da criação divina presente no texto bíblico.<sup>8</sup>

---

aparecimento de flores específicas daquela estação, mudanças que determinam as atividades da comunidade, por exemplo, onde devem se estabelecer e quais animais devem caçar. Todo esse conhecimento é argumentado e fundamentado em mitos que os explicam detalhadamente.

<sup>7</sup> Utilizo aqui as três narrativas seguidamente de propósito para que o leitor possa perceber a simetria entre as mesmas.

<sup>8</sup> Amarílis Maria Farias da Silva (2009, p. 74-75), em seu trabalho sobre a presença da mulher extrativista e seus saberes cotidianos na Ilha de Juba, em Cametá, Pará, ao evidenciar os saberes acerca da manipulação de plantas, em especial da andiroba (*Carapa guianensis*), como herança cultural dos povos da floresta, usou uma frase

Como infere Richard André (2005), o conceito de natureza, ao envolver uma série de premissas elaboradas por inúmeros agentes de várias áreas do conhecimento, pode ser objeto de disputa no campo simbólico. Assim, ao elaborar sua concepção de natureza o mariscador usa ideias relativas a seus valores e que justifiquem suas atitudes, comportamentos e convicções. Nesse sentido, a natureza teria sido criada, também, para o usufruto do homem como dádiva de “Deus”, havendo um predomínio do homem sobre o mundo natural a partir de fundamentos religiosos.

As observações referentes à natureza por parte dos mariscadores, todavia, não devem ser encaradas apenas como fruto de uma imaginação fantasiosa, muito menos como um delírio coletivo. O imaginário constrói a realidade e é construído por ela. O imaginário é um “museu” de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas nas diferentes modalidades da sua produção pelo *homo sapiens*, um lugar de “entre saberes” (DURAND, 1996; 2011) e sua construção se dá a partir de um “trajeto antropológico”, num processo de assimilação e modelamento da representação do objeto pelos imperativos pulsionais do sujeito (DURAND, 1984, p. 38). Isso explica as percepções quanto à concepção perene e auto regenerável da natureza, como proposto por Mendonça (2009).

### 3 A CIÊNCIA DO MANGUE

Impulsionados pelos estímulos do meio, esse imaginário expressa o pensamento dos povos tidos como “primitivos”<sup>9</sup>, que é, de acordo com Lévi-Strauss (1989), estimulado por uma “ânsia de conhecimento objetivo” e que, mesmo “não dirigido para realidades do mesmo nível daquelas às quais a ciência moderna está ligada, implica diligências intelectuais e métodos de observação semelhantes” (1989, p. 17). Essa “ânsia” pelo conhecimento é um estímulo ao sistema de compreensões, um “saber fazer” que evolui ao longo do tempo a partir de experiências e observações individuais e coletivas, mediadas pela cultura, considerando fatores ambientais, características comportamentais e a dinâmica ecológica, conformando um Conhecimento Ecológico Local (CEL), que no caso de Ajuruteua, foi muito bem descrito no trabalho de Denis Domingues (2008).

A distinção entre caranguejo “velho” e caranguejo “novo”, o conhecimento do ciclo reprodutivo, da dieta, da nutrição e do sexo do caranguejo são demonstrações de um conhecimento objetivo, como lembrou Lévi-Strauss, de sua ânsia por conhecimento no qual certamente aplicaram as “diligências intelectuais” e “métodos de observações” semelhantes aos da ciência moderna, pois “um conhecimento desenvolvido tão sistematicamente não pode ser função apenas de sua utilidade prática” (1989, p. 23).

O modo como essa interpretação dos mariscadores é conduzido pode sugerir a muitos céticos que superestimam a orientação objetiva de seus pensamentos a julgar tais métodos como “primitivos” ou “selvagens”, na tentativa de desqualificá-los. No entanto, como mostrou Lévi-Strauss, essa questão configura-se como um problema de alteridade e ao cometer “o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que para ele, seu próprio desejo de

---

significativa de Ivanildes Garcia, moradora da Ilha de Juba: “[...] foi Deus quem criou a andiroba pra nós”, demonstrando que essa ideia da criação está presente em diversos cantos da Amazônia entre extrativistas, não só de animais, mas igualmente de plantas.

<sup>9</sup> É do conhecimento deste autor que o termo “primitivo” carrega consigo uma significação pejorativa e reflete um pensamento etnocêntrico muito difundido no passado, sobretudo no século XIX. Porém, optamos por utilizá-lo na mesma perspectiva de Lévi-Strauss (1989), quando tenta referir-se a culturas de grupos que são tidos, apressadamente, como atrasados, ultrapassados ou selvagens. Resolvi usar esse termo também para denunciar que ainda existem indivíduos que entendem o estudo do grupo de mariscadores como temática menos relevante, pois estes são vistos muitas vezes de forma etnocêntrica como população pobre, atrasada e que lhes restou somente a tiragem de caranguejo como alternativa de “sobrevivência” (REIS, 2007).

conhecimento parece mais equilibrado que o nosso” (1989, p. 17). Repetimos o juízo de valor imputado por colonizadores aos povos originários, dessa vez julgamos os saberes “tradicionais” diminuindo-os em relação ao conhecimento “moderno” ligado às normas da ciência moderna.

“O mês de setembro, outubro, dezembro é tudo caranguejo novo, que nem agora, nesse tempo agora. Está saindo só caranguejo novo, ainda não está gordo. Vai estar gordo agora, do mês de março em diante. É que é o caranguejo velho que a gente chama!”, explicou André Tavares da Gama sobre as condições nutricionais do crustáceo e seu ciclo biológico. Tiradores de caranguejo estão atentos aos sinais, aos paradigmas indiciários (GINZBURG, 1989), e essa “observação exaustiva e com o inventário sistemático das relações e ligações pode, às vezes, chegar a resultados de boa postura científica” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 25).

Sobre a época do “defeso”, André Tavares da Gama explica com sua linguagem peculiar:

é tempo mesmo deles, quando chega àquela época, tudo isso foi [...] através que Deus botou, né? Aí quando chega aquele tempo ele se perde assim. Ele sai do buraco, vai brigar com o outro, aí pronto, ele se perde do buraco dele. Aí começa tá andando pra cá, pra acolá e na ocasião que a gente chega nós agarra, né? (GAMA, 2014).

De acordo com sua observação, durante a *andada* os caranguejos saem das tocas para “brigar”. Segundo ele, a “briga” ocorria por conta da disputa entre os caranguejos machos pelas fêmeas e, em seguida, acabam se perdendo, o que resulta suas andanças “pra lá, pra cá”. A busca de uma ordenação que considera o comportamento do animal relacionando-o ao mês, ao sexo e ao tamanho, equipara-se aos métodos científicos. Para Lévi-Strauss, “a explicação científica corresponde sempre a descoberta de uma “ordenação” – toda tentativa desse tipo, mesmo inspirada em princípios “não-científicos”, pode encontrar ordenações verdadeiras” (1989, p. 27). O conhecimento acerca do ciclo biológico reflete seu saber vasto acerca do ecossistema, a partir dessas observações tomam decisões sobre a época e os locais corretos da captura, tendo em vista que no discurso dos mariscadores não se capturam caranguejos fêmeas, *miúdos*, nem na época do defeso, sobretudo a partir da proibição do IBAMA.

Reinaldo Tavares da Silva (2014), observou com relação ao tempo de troca da carapaça do animal:

Quando ele tá, ele... sendo na mudança dele [...] se na mudança dele o período dele que mais é agora olha é janeiro, que nós passemos, que tá eles tão maduro, tão [...] ainda tá no [...] de tirar e agora de outubro pra novembro que ele já tá novo já.

Os mariscadores, segundo Reinaldo Tavares da Silva, evitam retirar o caranguejo no momento da troca de carapaça, que ocorre entre os meses de maio e julho, aqueles que estão de *casco mole*, os caranguejos *novos*, encontram-se, geralmente, mais abaixo daqueles que já estão com a carapaça endurecida, chamados de caranguejos *velhos*. O costume, ao enfiar os braços nos buracos, é identificar os que estão com os *cascos* mais *endurecidos* para retirar. Ao se deparar com aqueles que ainda estão com *cascos moles*, deixam-nos para a próxima captura.

Essas informações acerca do ciclo biológico comprometem também o preço do crustáceo e os lugares a ser explorados. Na época em que *estão de leite* (troca da carapaça) é mais difícil a captura, pois as *tocas* estão geralmente tapadas e os caranguejos com as carapaças moles não podem ser capturados, estão frágeis e podem ser mortos facilmente, especialmente se for usado o gancho. Porém, como esse ciclo não ocorre simultaneamente em todas as áreas de manguezal, por essas épocas os tiradores trocam informações entre si e procuram áreas onde os caranguejos ainda estão velhos. Maria Regina Ribeiro Reis chamou atenção para essa particularidade que envolve a atividade de “tiração de caranguejo”: de acordo com a autora, é fundamental “a experiência do tirador após um longo processo integrativo e adaptativo, baseado na transmissão cotidiana dos saberes [...]” (2007, p. 133).

José Monteiro da Silva (2014), ao falar do aumento da extração de madeira do manguezal após a construção da rodovia, demonstrou seu conhecimento acerca da dieta alimentar do caranguejo:

Pessoal tira muito pau e o caranguejo ele depende dos pau, das folha, que ele come folha, né? Então eles tiram muito pau e aí [...] adonde eles tiram aquele pau desaparece o caranguejo, porque não tem o que ele come, aí ele já vai pra outro setor, pra outro lado e é a única defeito que tem é aí nessa estrada é isso.

Saber que o animal comia as folhas, conhecimento compartilhado por diversos estudos científicos, como o de Ronaldo Adriano Christofolletti (2005), o levava a uma série de outras observações, como reconhecer as áreas em que havia muito caranguejo para retirar e as áreas mais “vasqueiras”, onde não encontraria muitos crustáceos. Esse fator o fez perceber os efeitos negativos que a estrada trouxe ao ecossistema. Sobre essa curiosidade, ou “ânsia de conhecimento” dos considerados “selvagens”, Lévi-Strauss anotou que “de tais exemplos, que se poderiam retirar de todas as regiões do mundo, concluir-se-ia, de bom grado, que as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” (1989, p. 24).

Nesse sentido, o conhecimento de mariscadores não deve ser interpretado como mera reprodução mecânica de seus antepassados, mas como fruto de observações adquiridas em sua labuta cotidiana, na sua relação com o meio e nas interações sociais com seus pares, pois cada mariscador articula a sua história com a experiência do outro, tecendo redes coletivas de memória.

#### 4 O BRICOLEUR DA FLORESTA

Nos saberes reconhecidos a partir das interlocuções com os sujeitos que atuam no mangue é perceptível a combinação de elementos oriundos da cultura local com os de outros universos culturais. É interessante o caso de André Tavares da Gama, que somou suas experiências na labuta e seu imaginário ao conhecimento científico adquirido pelo contato com uma cientista Alemã que esteve com ele alguns anos atrás, configurando uma forma de atividade do *bricoleur*:

Olha [...] agora isso aí [...] eu não vou dizer que vai acabar porque isso... eu acredito que isso é mina! Porque o caranguejo... como agora eles estão é não deixando trazer a fêmea, né? E na época que eu trabalhei com a dona Karen, da Alemanha, ela bateu uma foto, ela disse que a condurua, quando ela desovasse, mais ou menos dava trezentos e sessenta mil caranguejo, a condurua. Quer dizer que a fêmea que produz, o macho não produz, ele faz só “cobrir” ela, mas eu tenho pra mim que não se acaba não! Que isso aí é mina, foi que Deus deixou pro pobre, não se acaba não. Vai ficar mais vasqueiro, mas se acabar, não! (GAMA, 2014).

André utiliza-se de observações produzidas a partir de seu imaginário e de sua experiência, mas não desconsidera os ensinamentos recebidos durante o tempo em que trabalhou com Karen Dieli<sup>10</sup> ao enfatizar que “a fêmea que produz, ele faz só cobrir ela”. Por outro lado, não deixa suas convicções de lado e ressalta: “mas eu tenho pra mim que não se acaba não! Que isso aí é mina! Foi que Deus deixou pro pobre, não se acaba não!”. Ao continuar nosso diálogo, André da Gama (2014) enfatizou que “os caranguejeiro não tira condurua [...] os caranguejeiro profissional que nem eu, que nem meus filho não, não pega nenhuma, porque

---

<sup>10</sup> Karen Dieli, alemã, da universidade de Bremen, Alemanha, estuda a dinâmica e gestão dos ecossistemas costeiros em Bragança, sobre a história de vida e ecologia funcional dos invertebrados marinhos e suas respostas às mudanças ambientais naturais e antropogênicas no nível individual, população e comunidade.

sabe que elas que produz.”. É bastante provável que a não captura da fêmea, *condurua*, contudo, seja uma prática anterior ao contato dos mariscadores com cientistas e que essa percepção acerca da reprodução do crustáceo seja um costume de gerações anteriores a de André Tavares, pois essa prática é bastante recorrente entre os sujeitos que não tiveram contato com pesquisadores e com aqueles que já não exercem essa atividade por conta da idade avançada.

Jose Monteiro da Silva (2014), já não tira caranguejo, porém, diz ele: “logo no início da minha juventude era o caranguejo”, sustentou a família durante muito tempo com essa atividade e ao rememorar reitera sobre a fêmea, “essa a gente não mexe com ela, muitos não mexem com ela, meteu o braço no buraco que já conheceu que é ela, que agarra ela lá no fundo, aquele caranguejo, o pessoal já sabe que ela é uma condurua!”. Além disso, é mister considerar os vínculos criados entre o homem e o seu local de trabalho por meio da experiência, pois como apontou Ipojucan Campos, esses sujeitos “por meio da experiência, montam estratégias que lhes possibilitam estabelecer relações com o meio ambiente e estas proporcionam inevitavelmente vínculos de respeito entre o homem e o seu local de trabalho” (2012, p. 383).

Essa junção do conhecimento científico aliado aos conhecimentos dos tiradores nos reporta às “maneiras de fazer” do cotidiano, elucidadas por Michel de Certeau (2014). De acordo com Certeau, os usuários, a sua maneira, fazem “uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (2014, p. 40). De acordo com Lévi-Strauss, esse *bricoleur* descreve comumente as características do pensamento mítico ou, como prefere chamar, ciência “primeira”, pois este é composto por “um repertório cuja composição é heteróclita e que, mesmo sendo extenso, permanece limitado; entretanto é necessário que o utilize, qualquer que seja a tarefa proposta, pois nada mais tem à mão” (1989, p. 32).

A expressão “cobrir”, usada por André Tavares, representa a função do caranguejo macho durante o processo de acasalamento entre os animais. Essa expressão é corriqueiramente usada na comunidade também para descrever a atuação “ativa”, a penetração, do homem durante a relação sexual.

Ao usar o termo *profissional*, entendo que André Tavares delimita uma categoria específica que detém um arcabouço de conhecimentos adquiridos em aprendizagens de várias gerações, que detém métodos, saberes e técnicas que não podem ser ignoradas e devem ser reconhecidas como qualquer outro profissional. Essa categorização serve, na oportunidade em que foi usado, como espécie de autodefesa ou diferenciação contra outros sujeitos que, ao utilizarem métodos que não são reconhecidos como sustentáveis – o uso do gancho quando o caranguejo está mole ou a captura de fêmeas - e que são alvo de críticas das instituições responsáveis pela preservação do ecossistema, colocam a sustentabilidade de sua atividade em questão.

André Tavares, mesmo ciente das consequências que a captura da *condurua* pode causar à natureza, não abre mão de sua convicção mágico-religiosa baseada no mito da criação; o conhecimento adquirido com a cientista alemã, no entanto, passa a fazer parte de seu discurso em defesa de seus pares, retirando-lhes a responsabilidade da possível redução dos animais no manguezal. Ele usa de uma economia cultural dominante a seu favor, tira proveito, não só no discurso, mas reforça seu conhecimento e passa a incorporar a nova informação.

É interessante destacar o método de reconhecimento das fêmeas pelos mariscadores. De acordo com José da Silva (2014), apenas “meteu o braço no buraco que já conheceu que é ela, que agarra ela lá no fundo”. Reinaldo Tavares da Silva (2014) explica que “é porque o peito dela é mais largo, ela é dessa largura e o caranguejo, o peito dele, do umbigo, que a gente fala, é só um dedinho e a condurua é mais larga”, assim é só tocar que se reconhece a “condurua”. Ao meter a mão no buraco “já sabe que é ela, a furadinha dos picos dela é bem duidinha, mesmo!”. Essa ordenação das características do crustáceo aproxima o método de observação do pensamento do mariscador aos métodos de observação e reflexão da ciência moderna, pois

“toda classificação é superior ao caos, e mesmo uma classificação no nível das propriedades sensíveis é uma etapa em direção a ordem racional” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 30).

Todos os tiradores que entrevistei afirmaram que sabem diferenciar o caranguejo macho da *condurua*, não detendo um conhecimento científico formal, utilizam-se de uma linguagem própria e métodos bem peculiares, cada um à sua maneira, fruto de “propriedades sensíveis”. José da Silva (2014) diz que a diferença entre eles é “por causa do dedo, o dedo dela é muita fininha o dedo dela, sabe? Mais curtinho de que o do caranguejo”. Já Reinaldo da Silva, destaca que o “peito dela é mais largo”. Certeau chamou atenção de que “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (2014, p. 37). Por mais que esses conhecimentos estejam presente no imaginário coletivo, as narrativas quanto às explicações sofrem mutações em âmbitos individuais, ou seja, mesmo ao se referir aos conhecimentos socioculturais do grupo ele imprime suas marcas pessoais no que relata, assim, cada performance verbal será irrepetível.

Outro conhecimento que observei, sobretudo durante minha ida ao manguezal com mariscadores, foi o seu saber geográfico. Sabem exatamente por onde andam, conhecem os igarapés, praias, croas<sup>11</sup> e comunidades por seus nomes, dificilmente se enganam e quando isso ocorre, logo um companheiro indica o caminho correto, conhecimentos que são indispensáveis ante os perigos a que estão expostos.

O perigo, aliás, parece condição intrínseca à atividade, justificada pelo ambiente do manguezal, repleto de raízes, tocos, lama movediça, presença de animais selvagens como cobras, peixes com ferrões envenenados, mas também pelo esgotamento físico ou lesões musculares, o perigo do naufrágio (relatado durante minha ida a campo, como comum e corriqueiro), o risco de se perder no meio de uma paisagem repleta de mangueiros muito parecidos (foi uma das impressões que tive quando estive sozinho no manguezal, quando me afastava dos tiradores; além dos inúmeros relatos de experiências desse tipo). O fato de perder-se no manguezal, na ótica dos mariscadores de caranguejo, está sempre relacionado à presença de seres sobrenaturais que frequentam as florestas, neste caso específico, o temido Ataíde.

## 5 O MANGAL É MUITO VISAGENTO!

*Marcus: Porque o senhor não dormiria lá?*

*Reinaldo: Porque eu não gos... Ixe! O mangal é muito visagento!*

A bacia amazônica foi e continua sendo espaço para as mais maravilhosas estórias e encantados que fazem parte da vida do homem amazônico. Desses rios emergiram botos, iaras, cobras-grandes e vários outros encantados para conviver com o caboclo e com o homem da cidade, de forma indissociável<sup>12</sup>. As florestas, por sua vez, conferem um lugar inigualável para outros tantos contos e lendas que preenchem a identidade cultural do lugar. Simões (2010, p. 11) exalta a floresta como “espaço sintetizador das aventuras, venturas e desventuras do homem” e “tem sido considerada o espaço/refúgio ideal de encantados, entidades mítico/místicas”. A floresta de manguezal, que estaria na intercessão entre o rio e a floresta, não é diferente, conforma mitos que preenchem o imaginário e regulam a vida e o trabalho de inúmeros sujeitos que vivem dos recursos oferecidos por esse ecossistema, como bem demonstrou a interlocução de Reinaldo na citação acima. De modo geral, a interação do mundo

<sup>11</sup> Elevação de terras nos rios e marés criando riscos à navegação.

<sup>12</sup> Para enriquecimento do tema, conferir o trabalho de Márcio Couto Henrique (2008) intitulado “Folclore e medicina popular na Amazônia”, que analisa a partir do conto “filhos do boto”, de Canuto Azevedo, como os contos folclóricos estão saturados de elementos da realidade cultural e podem ser utilizados como testemunhos históricos. Além desse trabalho, conferir a tradução cultural da “lenda do boto” feita por Raymundo Heraldo Maués (2006).

social com a potência subterrânea das imagens determinadas pelas paisagens cria um universo imaginário do qual afloram mitos, fabulações e lendas (Silveira, 2004).

Mostrou Maués (2006) que os encantados da Amazônia estão intimamente associados com à prática xamanística da pajelança cabocla, possuem componentes de ordem mágico-religiosa e são pensados como seres humanos vivos, iguais aos outros, porém com a diferença de que possuiriam poderes sobrenaturais, por conta da sua condição “liminar” de encantado. Para este autor, os encantados, nas crenças populares amazônicas, estão divididos em duas categorias: “do fundo” e “da mata”. Os últimos estão relacionados às florestas, os casos mais recorrentes são “anhangá” e “curupira”; já os “do fundo”, estão relacionados aos rios, e por isso, seriam os mais importantes nas áreas litorâneas (Marajó, Salgado e Bragantina). Conhecidos como “bichos do fundo”, quando se manifestam como animais aquáticos (caso da cobra-grande e boto), são também chamados de “oiaras” quando surgem nas praias e nos manguezais, sob forma humana; ou “caruanas” quando se manifestam de forma invisível (MAUÉS, 2006).

O mito nos remete a um “processo de estruturação” que está sempre em constante mudança, é provável que um historiador os considere produtos da cultura, que vão mudando lentamente na longa duração. O acesso a essa cultura ou a estruturação e, conseqüentemente, ao melhor entendimento do mito, é condicionado pelo estudo empírico, tendo em vista que “supondo-se que elementos idênticos tenham sidos retidos aqui e ali, a experiência prova que pode ter sido por razões diferentes e que, inversamente, elementos diferentes preencham por vezes a mesma função” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 152). Levando em conta essa consideração, foi essencial “estar lá”, tal qual o “novo antropólogo” proposto por Malinowski: “acocorando-se junto à fogueira; olhando, ouvindo e perguntando” (CLIFFORD, 1998, p. 26). Porém, busquei valer-me da etnografia a fim, não de explicar, mas de interpretar as histórias ou “estórias” sem calar os informantes, dando voz a eles, introduzindo suas falas no texto, pois estou ciente de que durante o processo etnográfico há uma constante negociação de duas culturas ou mais, um “diálogo” ou mesmo uma “polifonia” (CLIFFORD, 1998). No campo, além da “heteroglossia”<sup>13</sup>, é necessário estar atento aos sinais, aos mitos, rastros, indícios no homem e na natureza que possam nos dar pistas, o fio condutor do entendimento da realidade do mariscador e da sua relação com o meio, pois há marcas culturais no espaço passíveis de serem lidas como escrituras da sociedade que ali se instalou, trabalha, dá sentido e interage com o ambiente (SILVEIRA, 2004).

Não é possível que, mesmo estando lá, no mangue, possa compreender e enxergar a paisagem tal como um mariscador, pois ela é uma construção cultural (SILVEIRA, 2004). No entanto, é importante perceber a imensa diversidade de sons e imagens que formam o mangue, elementos que instituem uma realidade fantástica e mágica, que enriquecem a imaginação, instigam estórias, lendas e mitos. O mito, como já anotamos, é uma espécie de modelo às várias ações humanas significativas, sempre que se trata de fazer alguma coisa de vivo, de animado, de ordem biológica, psicológica ou espiritual recorre-se ao mito. A vida no manguezal é regulada por uma série de mitos que orientam seus frequentadores, seus comportamentos, hábitos e atividade. Qualquer que seja a sua natureza, o mito é sempre um precedente, um exemplo; não só em relação às ações do homem, mas quanto a sua própria condição (ELIADE, 1977). As escolhas dos lugares e do tempo em que se deve “mariscar”, as estratégias utilizadas no interior do manguezal para não se perderem, os sons e os rastros que ouvem no mangue, para os tiradores de Bacuriteua, sempre está relacionado não só com as limitações físicas do ambiente, mas também pela presença dos seres encantados, elementos simbólicos. Quando estive lá, junto aos mariscadores, presenciei, por exemplo, indicações dos lugares onde o Ataíde

---

<sup>13</sup> De acordo com James Clifford (1998, p. 19), “heteroglossia” foi o termo cunhado por Mikhail Bakhtin para descrever um processo de comunicação entre pessoas de culturas diferentes através da linguagem, em que as pessoas interpretam as outras e a si mesmas, numa diversidade de idiomas.

e a (o) Curupira teriam aparecido e estes lugares eram geralmente descartados para a atividade. Assim, buscavam outras *paragens* onde não corresse o perigo de encontrá-los. Do contrário, se escolhessem um lugar em que um encantado já tivesse aparecido poderiam até ficar ali, desde que não permanecessem sozinhos. O comportamento e as escolhas são regulados por essas crenças.

Considerando as interlocuções que sustentam esse escrito, os perigos encontrados no manguezal foram temas corriqueiramente discutidos e as figuras do Ataíde e do (a) Curupira foram recorrentes. Indagado sobre a recusa em passar a noite no manguezal, Reinaldo da Silva (2014) respondeu: “Ixe! O mangal é muito visagento!”. Essas “visagens” são concebidas como uma força mágica aliada à espíritos malignos que, por outro lado, são consideradas, por alguns autores, mecanismos de proteção natural dos ecossistemas costeiros. Estes encantados, ao povoarem a mente dos pescadores, servem como instrumentos reguladores da vida e dos recursos oriundos dos ecossistemas marítimos e ribeirinhos (FURTADO, 1993; REIS, 2007). Nesse sentido, esse discurso aproxima as visagens da noção de preservação ambiental, tendo em vista que os locais onde foram “vistos” seriam poupados da exploração, o que facilitaria a renovação dos recursos daquela área.

O Ataíde é a figura mais recorrente e temida entre os encantados que povoam o manguezal. Consultamos alguns discursos sobre esse “personagem”, ao qual atribuem uma série de significados, que vão de um encantado que representa instrumento regulador do ecossistema (FURTADO, 1993; OLIVEIRA, 2015; REIS, 2007) até uma “criação religiosa”, uma “forma” que tende a retornar a um arquétipo, que personifica as relações sexuais entre homens, o que não seria bem visto nas comunidades em que este “ser” estaria presente (SOUZA, 2013). Utilizando como suporte essas análises, procurei interpretar os relatos sobre o Ataíde em minhas interlocuções a fim de tentar compreender suas visões idílicas e a influência destas na relação do homem com o meio natural sem, contudo, pretender uma interpretação completa e conclusiva sobre esse encantado, muito menos a intenção de esgotar o conteúdo e a função do mito.

Para compreendê-los, julgo que é essencial uma aproximação com os sujeitos, para tentar viver “experimentalmente” essa história exemplar, por meio do diálogo, da ida a campo, da participação em sua atividade compartilhando dessa experiência, mesmo tendo ciência de que jamais serei um deles. Essa “observação participante” “requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais” (CLIFFORD, 1998, p. 20).

**Figura 1** O Ataíde representado em um bloco de carnaval em Bragança, no ano de 2012.



Fonte: Secretaria de cultura de Bragança, 2012.

As representações orais do encantado são simétricas nas interlocuções. Esse encantado, de acordo com Reinaldo da Silva (2014), é “um bicho muito perigoso”, “cabeludo” e grandão<sup>14</sup>; para André Tavares da Gama (2014) “é um bicho invisível”, que tem mal cheiro, um “homão medonho que tem no mangal”; Manoel Soares da Paixão (2011), por sua vez, o descreve como um “homem grandão cabeludo” de uma “cara enorme e, curiosamente, de “rastros de um bebezinho”. José Monteiro da Silva (2014) descreve-o, também, como um “bicho invisível que vive no mangal”, já Orivaldo da Silva (2010), faz a descrição mais peculiar, que mesmo implícita em outras falas, tenta-se ocultar, concebe-o como “um bicho de pau medonho”. É importante pensar que essas características descritas sobre o encantado devem ser problematizadas, pois tais traços podem evocar significados de uma cultura específica ao mesmo tempo que explicita memórias individuais. Considerando tais descrições, o Ataíde seria uma espécie de ser antropomórfico, talvez uma mistura de macaco com homem de grande porte, de órgão sexual avantajado, como se refere Orivaldo da Silva, com “pau medonho”.

Os relatos do Ataíde feitas pelos informantes condizem com as características gerais dos encantados “do fundo”, registradas por Maués (2006), um “homem grandão”, um “oiara”, ou um “bicho invisível”, um “caruana”, caracteres que reforçam a crença na existência de seus poderes sobrenaturais. Maués destacou a incorporação dos encantados “caruanas” em pajés, com a finalidade da participação em rituais de cura, situação essa que não foi verificada no caso do Ataíde. Porém, o fato de estar invisível e pertencer ao manguezal não deixa de o colocar em paralelo com os “caruanas” apresentados por esse autor.

No trabalho de Camila Souza (2013), alguns de seus interlocutores, além de citar essas peculiaridades, narraram tratar-se de “um homem pretão”, que anda acompanhado por uma mulher branca, loira e de olhos azuis; de acordo com essa autora, tais imagens “evocam, ainda, sentidos que sugerem para o cruzamento de culturas africanas, indígenas e europeia” e que o tamanho avantajado de seu órgão sexual pode evocar “um encadeamento de imagens, no qual, o africano é aquele detentor de um pênis avantajado, vigoroso”; e a mulher branca, de olhos azuis “é tida como parâmetro de beleza” (SOUZA, 2013, 45). Essas características evidenciam, ainda, o cruzamento de “raças”, a presença africana e europeia, que tem influências culturais nas formas de manifestação da pajelança cabocla, marca comum dos “caruanas” (Maés, 2006).

Essas representações, que por vezes evocam conexões entre bases morfológicas dos mitos, evidenciam, por outro lado, particularidades individualizadas nas narrativas, ou seja, componentes estranhos ao estereótipo comum do mito, mesmo que o arquétipo continue sendo o mesmo. A introdução desses elementos pode ser explicada por um processo natural de sobreposição de culturas, pois mesmo que habitem um espaço reduzido, que é o da comunidade, frequentam tempos e espaços diversos. Quando me refiro ao tempo, quero evidenciar as diferentes gerações as quais pertencem os interlocutores. André Tavares e Orivaldo da Silva, por exemplo, já não atuam como mariscadores, trabalharam em um manguezal mais antigo, por outro lado, Reinaldo da Silva e Manoel Soares continuam na ativa, enfrentam um manguezal atual, marcado por influências culturais desse tempo. Quanto ao espaço, é bom lembrar que o manguezal da região, segundo Fernandes (2000), é um dos maiores do planeta, assim, possibilita o deslocamento para distintas e distantes regiões. Cabe aqui ressaltar que “os materiais brutos que o meio ambiente natural oferece à observação e à reflexão são, ao mesmo tempo, tão ricos e tão diversos que, de todas essas possibilidades, o espírito não é capaz de apreender senão uma fracção” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 152).

Essas descrições de fisionomia dependem das circunstâncias dos ocorridos. As descrições de Manoel, que são de segunda mão, pois segundo ele, nunca viu e nem quer ver, foi contada por dois primos que teriam visto o “Ataíde”. Maués (2006) chamou atenção que

---

<sup>14</sup> Idem.

esses eventos sempre ocorrem em um tempo ou espaço mítico, nunca no presente, no lugar ou na vida do próprio informante. De acordo com a versão contada por Manoel Soares, ele seria um “bicho cabeludo”, de “cara enorme” e com um “rastros de bebezinho”, esses traços me levam a imaginar as imagens que os animais do mangue, sobretudo o macaco, podem provocar no imaginário desses sujeitos. Esses animais são temidos e mal vistos pelos tiradores, tanto pelo prejuízo que podem causar, segundo eles ao comerem os caranguejos, como os sustos que promovem com sua movimentação repentina pela floresta de manguezal.

Ao classifica-lo como um “bicho invisível”, além de atribuir poderes sobrenaturais, pode significar a explicação de sons, ruídos, rastros e sinais não identificados por eles, uma vez que é comum ficarem sozinhos no meio da floresta, mesmo quando saem acompanhados, pois durante a coleta, costumam tomar rumos diferentes na procura das tocas. E durante esses momentos é comum ouvir o canto de pássaros, os galhos caindo, o som da maré, do vento batendo nas árvores e no mar, o som produzido pela circulação de animais e dos companheiros pela lama e pelos galhos, é uma mistura de sons que muitas vezes se torna indescritível até mesmo para quem é profundo conhecedor daquele espaço. Porém, como bem explicou Mircea Eliade (1977), o mito não pode ser tomado como simples projeção fantástica de um acontecimento “natural”, o que parece à mentalidade empírico-racionalista um processo “natural” revela-se, na perspectiva mágico-religiosa, como uma cratofonia (lugar de poder ou de sacralidade) ou uma hierofonia (o profano tornou-se sagrado); e é por meio desses espaços que a natureza se torna objeto mágico religioso. Para o mariscador, os acontecimentos, que por muitos são tomados como “naturais”, no manguezal são sempre resultado de uma experiência mágica, fabulosa, fantástica ou sobrenatural, uma obra divina ou de visagens.

Sobre esse aspecto do manguezal Camila Souza sugere:

Os meandros do mangue, com os seus labirintos de árvores detentoras de raízes aéreas e os cursos/canais d'água que variam seus tamanhos de acordo com o movimento das marés é uma paisagem instável, onde a matéria mole e pastosa reina impondo a instabilidade dos corpos, repleta de odores fermentantes e de sonoridades estranhas relacionadas a certos “movimentos” que vão desde os bichos, passando pelos estalos das fermentações do lodo ocre e vivo, ou dos galhos que se quebram ante o peso das pisadas do Ataíde que está oculto, até os seus gemidos quando vaga pelo lugar assombrando os humanos durante a sua faina. O “mangal” representa uma “paisagem do medo” (SOUZA, 2013, p.44-43).

O mito do Ataíde, assim como todos os outros mitos utilizados para explicar os eventos que ocorrem na natureza, jamais deve ser compreendido como obra de uma “função fabuladora” apartada da realidade, os mitos, assim como os ritos, oferecem modos de observação e reflexão que foram, e continuam, exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: “as que a natureza autorizava, a partir da organização e da exploração especulativa do mundo sensível em termos de sensível” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 31).

O Ataíde, segundo os interlocutores, costuma atacar os homens que andam sós e/ou à noite pelo manguezal, ele “mata”, “judia”, “faz aquilo que não presta”, “faz besteira pra pessoa”. Esses discursos podem revelar uma gama de significados diversos, sobretudo se levamos em conta o contexto de “*entre vista*” em que eles foram ditos, ou seja, por trás das respostas está implícita a expectativa de quem interroga, “como um complexo jogo de espelhos cruzados que refletem o modo como ambos se imaginam e se usam respectivamente” (PORTELLI, 2010a, p. 220). Constate-se uma peculiaridade das fontes orais que é a performance em que esses discursos foram proferidos, o que me obriga a reproduzir as palavras das fontes orais conservando o máximo de sua sintaxe e estilo, pois até mesmo o caráter dialógico e imaginativo, longe de considerá-lo impureza, é um fato histórico em si, resultado do encontro dialógico. Porém, isso apenas não basta. Para compreendê-lo e retirar do entrevistado o máximo de informações necessárias é preciso também captar gestos, silêncios,

pausas e qualquer pista ou sinal que possa representar aquilo que o interlocutor quer dizer ou silenciar.

A narrativa de José da Silva (2014) quando interrogado acerca da ameaça que o Ataíde representava é significativa quanto a esse aspecto das fontes orais e suas palavras, expressões e pausas revelam fatos que não quis dizer explicitamente, mas deu um jeito de deixar implícito: o estupro de homens, vítima comum do Ataíde:

Aí [...] porque ele é um bicho invisível, né? E aí ele mexe com a pessoa quando ele aparece pra uma pessoa, ele não aparece... ele não é um bicho que aparece pra muita pessoa, ele aparece pra uma só, uma pessoa, duas pessoas e a função dele é *prejudicar* a pessoa, né? Ele aparece pra pessoa pra *pegar* a pessoa, aí ele vai já fazer *aquilo* [...] se não tiver quem acuda ele vai fazer *aquilo que não presta*.<sup>15</sup>

Quando usa as expressões “prejudicar a pessoa” ou “pra pegar a pessoa”, quando faz uma pausa depois de dizer: “fazer aquilo...”, ou mesmo quando retoma e completa com a frase “fazer aquilo que não presta” tenta ocultar uma ação que é considerada tabu em sua comunidade (SOUZA, 2013), não se sente à vontade para falar sobre o assunto, especialmente para um estranho, não tem palavras para expor ao entrevistador. A voz tremida, a pausa entre uma frase e outra e, por vezes, no meio delas, denuncia uma tensão ocasionada pelo assunto. Em sintonia com Portelli (2010a), entendo que é preciso ler esses textos como uma autenticidade de diálogo e tensão, uma cooperação antagonista que rearticula as relações de poder.

Essa tensão está associada a um enunciado que sempre se repete nos relatos sobre o Ataíde que é o “nunca vi, mas conheço outro que viu”. De acordo com Souza, “o advérbio de negação “nunca” já nos aponta para a reflexão de que ver o Ataíde não é bom, pois, se pressupõe logo que, se alguém encontra com o Ataíde, algo ele faz à pessoa” (2013, p. 36). Essa reflexão é, de fato, válida quando se refere ao mito do Ataíde na localidade do Bacuriteua. José da Silva (2014) fez questão de repetir: “seu... dizendo eles, que eu não sei, né? Nunca vi!” Reinaldo (2014) fez questão de deixar claro no início da conversa: “rapaz teve um primo nosso que viu ele”; e no fim do diálogo: “eles falam, eles falam, quem já viu fala, né? Eu não quero nem vê, nunca na minha vida”. Manoel Soares da Paixão (2011), da mesma forma, enfatiza no início do nosso diálogo: “olha, eu nunca vi, mas eu tive dois parentes lá nesse Bonifácio, lá nessa fazenda, que eu tô falando, dois, é dois primos, primos-irmãos!”.

As narrativas são sempre semelhantes, o narrador nunca é o protagonista, sempre foi o outro que viu, não se compromete e reitera, como fez Reinaldo da Silva, “eles falam”. De acordo com Souza (2013), esse encontro, que sugere de imediato na cultura local que o sujeito foi “violado” pelo Ataíde, representa a imagem de uma relação homoerótica e por isso há intenso distanciamento do fato, pois esta relação não seria bem vista no seu grupo social.

Na contramão dessa perspectiva suscitada por Camila Souza, André Tavares da Gama foi o único interlocutor que, ao contrário dos demais, afirma ter visto e falado com o Ataíde. Aliás, sua narrativa apresentou outras questões distintas das demais narrativas que envolvem o Ataíde, como: aparecer para mais de uma pessoa, aparecer na beira da estrada e conversar com sua potencial vítima. André da Gama (2014) narrou:

Isso aí, na época que eu trabalhava, já pra cá, eu cheguei vê. Foi! Eu cheguei vê! Ele não fez uma besteira pra nós porque eu tava acordado e os meninos tavam dormindo, a dormida era na beira da estrada. Há tempo pra cá a gente ia pra lá, pra vir no outro dia, aí a dormida era na beira da estrada. E nesse tempo lá na ostra nós se deitamos lá na beira da estrada, mas eu não dormi, receando, né? Na beira da estrada as vez passa o bom passa o ruim, né? E aí que quando nós... eu tava acordado lá, sentado, espiando, quando lá vem aquele homem... Eu olhei um homem muito medonho, muito medonho mermo, grandão mermo, aí eu só comigo... digo... pensei logo e disse: esse é o

<sup>15</sup> José Monteiro da Silva, 28 de janeiro de 2014.

Athayde! Aí que quando ele chegou, ele disse: - Ê parceiro! Eu disse: - oba! Aí foi que ele disse assim: - O senhô tem água por aí? Aí eu disse: - Eu tenho! - Dá pro senhô arranja um pouco aí pra mim? - Dá! E os meus companheiro, meus filho, tavu tudo dormindo lá, era meus filhos que tava, tava dormindo tudinho lá. Aí eu agarrei, peguei uma cuia<sup>16</sup>, e eu já tava desconfiando que era ele mermo né. Aí eu peguei uma cuia, botei um carote<sup>17</sup>, assim na cuia e enchi de água e dei pra ele e aí eu disse assim: - Mal pergunta, da onde o senhor vem? Aí ele foi disse assim: - Ah, eu venho da Alemanha! - O senhor vem da Alemanha? - O senhor veio da Alemanha? - E pra onde o senhor vai agora? Ele disse assim: - Eu vim até aqui, daqui eu vou voltar! E ele bebeu a água na cuia, aí ele disse: - O pessoal tão dormindo? - Tão sossegando aí, mas eles não tão dormindo não, tão acordado! Eu já vou chamar eles que eu [...] que nós temo que sair. Eu disse assim pra vê se ele afastava, né? Aí foi que ele voltou, pegou na ponte, que eu olhei já tinha sumido. Ele é invisível!

De acordo com Durand (1984), na base de todo mito se encontra uma dada “matriz arquetípica”, a qual se inclui na categoria verbal, isto é, da ação e do gesto: o verbo exprime a ação, no entanto, o mito é sempre transpessoal, transcultural e metalinguístico, pois como ressaltou Lévi-Strauss (1989), ele é o discurso que melhor se traduz, um processo mítico que manifesta-se pela redundância imitativa de um modelo arquetipo, oposta, conquanto, ao processo de uma demonstração analítica e a uma descrição histórica, ou mesmo de uma narrativa de causa e efeito (ARAÚJO; TEIXEIRA, 2009). O mito, ao transformar-se em narrativa, promove a performance do narrador, que nessas circunstâncias, “pode ficar imerso nas fontes da tradição, ser capaz de imprimir suas marcas pessoais no que relata e pode, ainda, referir elementos relacionados com os avanços socioculturais do grupo.” (SIMÕES, 2010, p. 8). Para Eliade (1977), essas “tonalidades” distintas da efabulação podem ser explicadas, também, pela coloração e pela orientação variável da sensibilidade popular.

Como qualquer narrativa mitológica, a narrativa de André Tavares é rica pelo seu conteúdo, que é exemplar e, como tal, tem um sentido, cria modelos. Mesmo apresentando elementos novos em sua narrativa, como a conversa com o Ataíde sem ser violado e a estrada, por exemplo, demonstra que não está desligado dos estereótipos que um “encontro com o Ataíde” poderia significar para sua reputação perante a comunidade e, nesse sentido, faz questão de ressaltar que ele não “fez besteira”, porque ele estava acordado e não estava sozinho durante o encontro. Sua narrativa serve aos mais novos e aos outros companheiros como ensinamento de que não se deve ir só ao manguezal, não se pode dormir, é preciso estar atento às surpresas e aos perigos daquele lugar, pois “na estrada passa o bom, passa o ruim”, o que não diferencia a sua narrativa, grosso modo, das outras que ouvi. É bom salientar que, qualquer narrativa oral ou escrita “encerram elementos arquetipos, estereotípicos ou míticos” (BURKE, 2002, p. 143).

Por outro lado, não posso abster da tentativa de compreensão de vários elementos novos em seu relato. É significativo o fato de o encontro com o Ataíde ter ocorrido à beira da estrada, local de descanso e de circulação, um novo elemento na paisagem que se torna, assim como os outros, material bruto de observação e reflexão. Observou Lévi-Strauss (1983) que cada cultura constitui em traços distintivos somente alguns aspectos do seu meio ambiente e que não há como saber quais nem para que fins. Ele se serve deles para erigir um sistema entre uma infinidade de outros igualmente concebíveis.

Nesse caso, o que mais surpreendeu foi o diálogo entre André Tavares e o Ataíde, assim como o comportamento do último. Quando perguntado para onde iria, Ataíde teria respondido que iria para a Alemanha, o mesmo lugar de onde teria vindo. Quanto a esse diálogo, não consigo relacioná-lo a outra situação senão ao fato de alguns cientistas alemães, à exemplo de

---

<sup>16</sup> Vasilha feita do fruto da cuieira, da família das Bignomiáceas, depois de esvaziado o miolo. Muito utilizada na região bragantina para armazenar farinha de mandioca, beber água, isca de pesca e muitas outras utilidades.

<sup>17</sup> “Carote” é o termo que utilizam para se referir às garrafas térmicas em que guardam água para beber.

Karen Dieli, terem sido bastantes populares entre alguns pescadores em Bragança, desde 1999, quando houve a implantação do projeto *The Mangrove Dynamics and Management Program - Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM)*, fruto de um acordo de cooperação entre os governos do Brasil e da Alemanha, assinado em 1996. Este projeto tinha por objetivo conhecer e compreender a estrutura e função dos ecossistemas costeiros, particularmente os manguezais. Sua novidade consistiu em utilizar para tal uma abordagem holística e multidisciplinar, que pretendia contribuir para que estes ecossistemas fossem utilizados pelo homem de forma sustentável. Para isso, desenvolveram várias pesquisas sobre aspectos físicos, geoquímicos e meteorológicos do ecossistema, estudos sobre a biologia, ecologia, estrutura genética e dinâmica das principais populações de vegetais e animais que habitam os manguezais e ecossistemas estuarinos e, naturalmente, sobre atividades do homem, sua dependência econômica dos recursos naturais e as consequências ecológicas, sociais e culturais de suas atividades (SILVA; COSTA; SILVA, 2003).

A partir da implantação do projeto vários cientistas alemães chegaram à Bragança e, ao iniciar suas pesquisas passaram a estabelecer contatos de sociabilidade com vários trabalhadores que vivem dos recursos do ecossistema, entre eles os mariscadores. O próprio André Tavares da Gama relatou o contato que teve com uma pesquisadora alemã chamada Karen Dieli. A estudante o contratou várias vezes para levá-la até o manguezal, onde fazia sua coleta para a pesquisa e é bem provável que essa aproximação possa representar uma série de interpretações por parte dos sujeitos, sobretudo por serem oriundos de culturas bastante distintas. Porém, apesar de nos instigar a sugerir explicações, essa relação não basta para explicar o diálogo de André Tavares com o Ataíde e sua associação com a Alemanha.

Reinaldo da Silva (2014), em sua interlocução, relatou experiência parecida, pois também trabalhou para uma pesquisadora alemã, interlocução que trará, todavia, elementos importantes que podem ajudar a entender o diálogo de André Tavares da Gama com o Ataíde:

E tinha uma mulher que eu trabalhava na pesquisa com ela da Alemanha, dessa que a Karen trouxe, eu trabalhei com ela um ano certinho, com ela, ela dormiu três dias no manguezal “sozinha”, coisa que eu achei muita coragem daquela mulher que eu disse que: - eu não fico! Eu com outro eu já não fico!

Uma revelação e ensinamento que o diálogo de André Tavares da Gama com o Ataíde oferece é a esperteza do mariscador ao conseguir enganar o encantado. Segundo ele, ao ser perguntado pelo Ataíde se seus companheiros estavam dormindo ele respondeu: “tão sossegando aí, mas eles não tão dormindo não, tão acordado! Eu já vou chamar eles que eu... que nós temo que sair.” Com essa resposta, teria enganado o Ataíde que, ao saber que seus companheiros estavam acordados, teria decidido ir embora: “Eu disse assim pra vê se ele afastava, né? Aí foi que ele voltou, pegou na ponte, que eu olhei já tinha sumido”. Mesmo em uma situação difícil, frente a frente com o perigo, André Tavares da Gama manteve a calma e com a sua inteligência, ao saber que se estivesse acompanhado não seria atacado pelo “bicho”, conseguiu se livrar do pior.

Com relação a esses arquétipos relacionados à natureza, me deparei à época da pesquisa com um material distribuído nas escolas do município de Bragança intitulado “Cadernos pedagógicos: lendas e mitos do bairro da Aldeia”, produzido por alunos da Universidade Federal do Pará como parte do projeto Grupo Universitário de Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos (GUEAJA), coordenado pelos professores Sebastião Rodrigues e Joana D’Arc Neves, em julho de 2004. O material tem a clara intenção de valorizar a cultura local a partir da divulgação de mitos e lendas do bairro da Aldeia, um dos mais antigos de Bragança, que carrega esse nome por ter sido local de um aldeamento indígena no passado, localizado próximo ao manguezal e ao rio Caeté. Entre as lendas e mitos que o material descreve, encontrei um

intitulado “O monstro do mangue”, que chamou atenção por conta da proximidade que o mesmo tinha com as narrativas dos mariscadores. Ei-lo:

Outro acontecimento que assustava os moradores antigos do bairro da aldeia, era o fato de os animais apanharem durante a noite e de madrugada.

Tio Zé dizia que se escutava um barulho muito estranho, como se fosse pegadas que ninguém conseguia explicar, as galinhas e os galos carcarejavam muito e amanheciam sem as penas das asas, os cachorros e os gatos amanheciam feridos e, as vezes com as orelhas mordidas. O desespero dos moradores era total.

Conta Tio Zé, que tal fenômeno ocorria porque saía do manguezal um monstro muito feio que assustava e batia nos animais pelo fato de seus donos jogarem lixo no manguezal (LOPES; RODRIGUES; FIGUEIREDO; BEATRIZ; DANIELLE; ARAÚJO, 2004).

A história do “monstro do mangue” é interessante para minha análise, no sentido de que se apresenta em conexão com as histórias do Ataíde que ouvi em Bacuriteua. Como o material produzido pelos alunos do curso de Pedagogia tinha fins estritamente didáticos para a Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos, não desconsidero as adaptações realizadas. Certamente, por conta dessa utilidade, alguns elementos da história do Ataíde – isso se, de fato, o monstro do manguezal se inspirava nele - como o “pênis avantajado” e o seu costume em “fazer aquilo” seriam silenciados. No entanto, não é isso que me chamou atenção. O que enriquece o mito e sugere sua adaptação aos estímulos do meio foram as “ações” – o ataque aos animais por exemplo - operadas por ele e, por fim, o “motivo” que o teria levado a praticar as ações. Nessa versão, as galinhas e os galos amanheciam com suas asas depenadas, cachorros e gatos amanheciam feridos e o motivo de tais maldades seria a agressão à floresta pelos moradores do bairro ao jogar lixo no manguezal. O sofrimento dos animais domésticos e de estimação se apresentou como um fato novo, assim como a justificativa para tais ações, contudo, o ideal arquétipo é o mesmo – a proteção do meio ambiente contra a ação inescrupulosa do homem -, a estrutura mitológica se mantém, porém, a narrativa está totalmente adaptada à realidade do narrador e dos sujeitos que teriam vivido tal experiência.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das visões idílicas e do imaginário de um grupo de mariscadores de Bacuriteua demonstrou a importância e a influência da natureza na construção da realidade desses sujeitos e que esse imaginário está relacionado a mitos que regulam seu *modus vivendi*. Assim, sua memória, seus hábitos, suas crenças, costumes e comportamentos que envolvem sua atividade no manguezal estão diretamente associados à sua interpretação dos acontecimentos naturais, especialmente por meio dos mitos que regulam sua interação com a natureza; e também com as mudanças ocorridas em sua sociedade ao longo do tempo, como a introdução da rodovia, a intensificação da pressão mercadológica sobre a demanda do caranguejo e o contato com outros indivíduos e culturas.

Grande parte dessa história é construída em um processo de bricolagem de elementos de universos variados, contradizendo a ideia de que povos que vivem na floresta estão isolados ou parados no tempo, presos a um determinismo ambiental. Estão sim atentos às mudanças, aos acontecimentos da sociedade circundante, constroem e reconstróem suas tradições a partir de uma negociação da realidade. Observam os componentes da natureza, experimentam, criam estratégias e interpretam os acontecimentos ao seu redor a partir de seus valores e experiências obtidas e trocadas nas lides diárias, experiências não menos importantes ou valorosas quanto os conhecimentos organizados pela ciência moderna.

## FONTES ORAIS

## Entrevistas

ALVES, Benedito Faustino da Silva. 21 anos de trabalho no mangue, coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 24 de maio de 2010.

DA SILVA, Reinaldo Tavares. “Seu bolo”, ofício de coletor de caranguejo. Entrevistas realizadas em 21 de junho de 2010 e 22 de maio de 2014.

GAMA, André Tavares da. Idade 57 anos casado, ofício de coletor de caranguejo. Entrevistas realizadas em 12 de maio de 2010 e 28 de janeiro de 2014.

GOMES DA GAMA, Elinaldo. 24 anos, filho de seu André, ofício de coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 12 de maio de 2010.

GOMES DA GAMA, Maria Ironilde. Casada, 55 anos, doméstica, esposa de mariscador. Entrevistas realizadas em 12 de maio de 2010 e 28 de janeiro de 2014.

PAIXÃO, Manuel Soares da. 66 anos, casado, ofício de coletor de caranguejo. Entrevistas realizadas em 24 de maio de 2011 e 28 de janeiro de 2014.

SILVA, José Monteiro da. vulgo “seu Delegado”, 61 anos, casado, atualmente pescador, ex-coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2014.

TAVARES DA SILVA, Orivaldo. “Seu Fuzil”, solteiro, idade 53 anos, ofício de coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 21 de junho de 2010 e 28 de Janeiro de 2014.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRÉ, Richard Gonçalves. Um olhar sobre si mesmo: representações do conceito de natureza. **Revista História Hoje** (São Paulo) V. 3, pp. 1-9, 2005.

ARAÚJO, A.F.; TEIXEIRA, M.C.S. **Gilbert Durand e a pedagogia do imaginário**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 4, pp. 7-13, out./dez. 2009.

BRAGA, Daniel Souza. **Catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba: estereótipos, lutas simbólicas e preconceitos (1960-2010)**. Parnaíba: Vozes, Pretérito & Devir, ano I, volume I, nº 2, 7 p., fevereiro, 2013.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: editora UNESP, 2002.

CAMPOS, Ipojucan Dias. Cotidiano no manguezal: coletores e estratégias de sobrevivência na natureza. **História Oral**, v. 15, n. 1, pp. 381-407, jan.-jun. 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). **Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. A arte de fazer**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHRISTOFOLETTI, Ronaldo Adriano. **Ecologia trófica do caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Ocypodidae) e o fluxo de nutrientes em bosques de mangue, na região de Iguape (SP)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias. Jaboticabal, 2005, 127p.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DOMINGUES, Denis. Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*Ucides Cordatus* Linneaus, 1763) nos manguezais da reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. Universidade Federal do Pará (**Dissertação de Mestrado**), Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, Bragança, 2008.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Arcádia, 1979.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença, 1989.

DURAND, Gilbert. **Campos do imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca da ciência e da filosofia da imagem**. 5ª ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

ELIADE, M. **Tratado da história das religiões**. Lisboa: Cosmos, 1977.

FERNADES, Marcus E. B. et al. Efeito da construção da rodovia PA 458 sobre as florestas de mangue da península bragantina, Bragança, Pará, Brasil. **UKARI**. Vol. 3. Nº1, 2007, pp .55-63.

FERNANDES, Marcus E. B. **Os manguezais da costa norte brasileira**. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003.

FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. A experiência próxima: saber e conhecimento em povos tradicionais. In: **Espaço Ameríndio**. Porto Alegre, vol.9, n.1, p.127-150, jan./jun. 2015.

FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza de. (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. IN: **O saber local, novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LARA, Rubén & COHEN, Marcelo. Sensoriamento Remoto. In: Fernandes, M.E.B. (ed.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira**. Fundação Rio Bacanga. São Luís. 2003, 142p.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa – Portugal: Edições 90, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papiros, 1989.

MAFFESOLI, Michel. **O poder dos espaços de representação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº 116, 1994.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Simbolismo e o boto na Amazônia: religiosidade, religião, identidade. **História oral**, v.9, n.1, p.11-28, jan-jun. 2006, pp.11-28.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. É mina, não acaba nunca: percepções sobre a natureza em três povoados da baía do tubarão – MA. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009, pp. 1-22.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, vol. 5, n. 2, p. 37-48, maio/agosto, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, pp. 17-31, Jan./Abr. 2012.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Cunha. **A estrada para o “progresso”**: política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2015.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Cunha. **Conversa de Pescador**: história e cultura e política em Ajuruteua, Pará (1970-2010). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em história. Belém, 2022.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REIS, Maria R. R. Manguezais, visagens e representações. In: SIMÕES, Maria do Socorro (org.). **Retornando às origens**: caminhos para Bragança. Belém: EDUFPA, 2007.

SILVA, Rommel Benicio Costa da; COSTA, Antonio Carlos Lola da; SILVA, Livia Rejane Gomes da. Desenvolvimento sustentável em ecossistema de manguezais. **Educação ambiental em ação**. On-line, Novo Hamburgo, RS, Nº4, 21/03/ 2003. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=132&class=21>. Consultado em 04 de dezembro de 2014.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva dos contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado (Antropologia Social). UFRGS, 2004, 765p.

SIMÕES, Maria do Socorro. Lendas e mitos da Amazônia. **Revista Litteris Literatura**, n.5, julho, 2010.

SOUZA, Camila da Silva. **Relações de gênero em Bacuriteua (Pa)**: o imaginário homoerótico masculino entre os coletores de caranguejo. Bragança-Pa: UFPA (Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, dissertação de mestrado), 2013, 110p.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## EMERGÊNCIA DE NOVIDADES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ EXTRATIVO MANEJADO: O CASO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RIBEIRINHOS

Renato dos Prazeres Rodrigues<sup>1</sup>  
Monique Medeiros<sup>2</sup>

### RESUMO

A Associação dos Moradores e Produtores de Açaí de Cametá, no Pará, é pioneira no município na organização coletiva de açaí de 41 ribeirinhos associados e na comercialização de açaí certificado como orgânico de 37 associados. As famílias ribeirinhas localizadas no município manejam a agrofloresta de várzea para a produção de açaí e demais matérias-primas pautadas em seus amplos conhecimentos adquiridos através das experimentações. Desde 2008, a Asmopac vem se articulando com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta) e possibilitando aos associados comercializarem seu açaí orgânico em distintos mercados. À luz dessa experiência, este artigo objetiva analisar o papel de parcerias organizacionais que articulam agroextrativistas de açaí do arquipélago cametaense. Entre os meses de agosto e dezembro de 2020, entrevistas com roteiros semiestruturado foram direcionadas aos atores sociais envolvidos na cadeia do açaí extrativo. As análises mostram uma reconfiguração no modo de manejar os açazais dos associados para atender a demanda dos mercados. Por meio da criação da Asmopac e sua parceria com a Camta, estes associados diversificaram seus sistemas agroextrativistas e melhoraram a qualidade de seu açaí. Apesar da importância da existência dessas parcerias, sua consolidação não ocorre isenta de desafios e limitações.

**Palavras-chave:** Agroextrativismo. Manejo de açazais. Organizações Sociais. Limitações participativas.

## EMERGENCY OF NEWS IN THE PRODUCTION AND MARKETING OF MANAGED EXTRACTIVE AÇAÍ: THE CASE OF AN ASSOCIATION OF RIVERINE PRODUCERS

### ABSTRACT

The Association of Residents and Açaí Producers of Cametá, in the state of Pará, is a pioneer in the municipality in the collective organization of açaí by 41 riverine members and in the marketing of açaí certified as organic by 37 members. The riverside families located in the municipality manage the floodplain agroforestry to produce açaí and other raw materials based on their extensive knowledge acquired through experimentation. Since 2008, Asmopac has been working with the Tomé-Açu Mixed Agricultural Cooperative (Camta) and enabling its members to sell their organic açaí in different markets. In light of this experience, this article aims to analyze the role of organizational partnerships that bring together açaí agroextractivists from the Tomé-Açu archipelago. Between August and December 2020, semi-structured interviews were conducted with the social actors involved in the açaí extraction chain. The analysis shows a reconfiguration in how the members manage their açaí trees to meet market demand. Through the creation of Asmopac and its partnership with Camta, these members have diversified their agro-extractive systems and improved the quality of their açaí. Despite the importance of these partnerships, their consolidation is not without its challenges and limitations.

**Keywords:** Agro-extractivism. Management of açaí plantations. Social organizations. Participatory limitations.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (INEAF/UFPA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA). E-mail: renatoadp13.rr@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Agroecossistemas (UFSC/PPGA). Professora Adjunta na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). E-mail: mmedeiros@ufpa.br

## INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, detentora de significativo potencial de produtos da sociobiodiversidade, abriga em seus complexos ecossistemas povos e comunidades tradicionais que manejam e coletam os recursos coexistentes. Dentre os produtos da floresta, os não madeireiros, como fibras, cipós, óleos, plantas fitoterápicas, frutos etc., constituem uma oportunidade real de geração de renda e alimento para as famílias do meio rural (MDA; MMA; MDS, 2009). Ressalta-se que o extrativismo vegetal sustentável dos recursos da sociobiodiversidade contribui para manter a floresta em pé, sendo essencial para a provisão de serviços ambientais e resiliência dos ecossistemas (VIANA, 1999).

Na Amazonia Paraense, em meio a uma riqueza de produtos da sociobiodiversidade, o açaí se destaca como o principal fruto pelo seu elevado potencial de geração de alimento, renda e emprego (NOGUEIRA; SANTANA; GARCIA, 2013), o que tem levado povos e comunidades tradicionais, assim como grandes produtores, a plantarem e manejarem essa espécie. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a expansão do plantio de açais convencionais em ecossistema de terra firme, no estado do Pará, cresceu 775% quando comparados os anos de 2010 e 2022. O quantitativo de hectares cultivados passou de 6.886 para 53.374 de açais plantados com as cultivares BRS Pará e BRS Pai d'Égua, ambas desenvolvidas pela própria empresa. Embora, aproximadamente 90% do açaí produzido no estado, provém do manejo pelos ribeirinhos amazônicos, dos estipes de açazeiros nativos, nos ecossistemas de várzea (EMBRAPA, 2023), sem a utilização dos pacotes tecnológicos promovido pela Revolução Verde. Os ribeirinhos que habitam as várzeas amazônicas, se distinguem dos demais povos tradicionais brasileiros pelo seu modo de vida peculiar atrelado ao profundo conhecimento dos rios e da floresta, indispensáveis na reprodução social dessa categoria, pelo intermédio dos recursos que ambos os ambientes lhes oferecem (PEREIRA; WITKOSKI, 2012; RIBEIRO et al., 2004; RODRIGUES; MEDEIROS, 2023a). O município de Cametá, situado no Nordeste Paraense, banhado pelo rio Tocantins e seus afluentes, possui uma população de aproximadamente 134 mil habitantes, sendo 78 mil pessoas residentes na zona rural. Dessas, 39 mil habitam o arquipélago de mais de 100 ilhas, composto por mais de 12 mil estabelecimentos agropecuários, em ambos, as famílias produzem açaí extrativo manejado que compõem aproximadamente 70% da renda delas, no período da safra, que inicia em agosto e se estende até meados de dezembro (CORRÊA, 2010; FURLANETO; SOARES; FURLANETO, 2020; IBGE, 2023; OLIVEIRA; BRANDÃO; PENA, 2014.). Para além dos produtos florestais do extrativismo vegetal, como madeira, fibras, frutas e oleaginosas, essas famílias ribeirinhas praticam o agroextrativismo baseado no manejo de algumas variedades de espécies frutíferas regionais, como o cacau (*Theobroma cacao*), o cupuaçu (*Theobroma Grandiflorum*), ingá (*Inga edulis*), jambo (*Syzygium malaccense*), limão (*Citrus limon* L.), laranja (*Citrus sinensis* (L.)), banana (*Musa spp.*), manga (*Mangifera indica* L.), dentre outras.

No município, o açaí extrativo manejado sempre constituiu a dinâmica produtiva dos ribeirinhos situados no arquipélago. Anterior à década de 2000, existia apenas a demanda regional por açaí. O uso do fruto se restringia exclusivamente para a elaboração de polpa para o consumo das famílias ribeirinhas e comercialização, nas feiras locais e para os processadores artesanais<sup>3</sup>. Entretanto, com a descoberta da composição nutricional da polpa do fruto, em especial dos antioxidantes presentes nela, o açaí passou a conquistar a aceitação das mais diversas classes sociais, em nível regional, nacional e internacional. Em Cametá, a partir desse ano, como reflexos do aumento do conhecimento desses benefícios pelos consumidores, inovações na cadeia produtiva do fruto emergiram.

---

<sup>3</sup> Despolpam o fruto para a extração do suco, conhecido localmente como “vinho”, para a comercialização aos consumidores locais.

Para atender o mercado nacional e, posteriormente, o internacional, agroindústrias processadoras da polpa de açaí se instalaram em alguns municípios próximos à Cametá, a exemplo de Igarapé-Miri, Mocajuba e Tomé-Açu. Atualmente, Cametá conta com cinco agroindústrias regularizadas. Acompanhando a demanda expressiva do mercado agroindustrial pelo fruto também ocorreram mudanças tanto no manejo dos açazais dos ribeirinhos quanto na organização coletiva desses ribeirinhos para a comercialização do açaí *in natura* para as agroindústrias.

Na ilha Guajará de Baixo, lócus da pesquisa, todas as 81 famílias praticam o manejo do açaí extrativo, algumas com maior, outras com menor interferência na vegetação da agrofloresta nativa. Considera-se que o manejo dos estipes nativos tem garantido a maior produção de matéria-prima (fruto de açaí) e viabilizado o funcionamento das agroindústrias no período da safra do fruto. Entretanto, muito se tem questionado sobre a sustentabilidade socioambiental das unidades familiares produtoras de açaí onde se tem aplicado o manejo intensivo, que resulta na eliminação da maioria das espécies florestais naturalmente consorciadas com os açazeiros, para dar lugar a uma paisagem com a predominância dos estipes de açazeiro, processo este conhecido como “açazização” (HIRAOKA, 1993, p. 5).

No que se refere ao âmbito organizacional, alguns ribeirinhos, percebendo a oportunidade de alcançar mercados para além dos já acessados, fundaram uma associação de apoio à comercialização de açaí extrativo manejado. Entre as experiências coletivas mais expressivas, destaca-se a Associação dos Moradores e Produtores de Açaí de Cametá (Asmopac), criada em 2007, com sede na Ilha Cação, em Cametá-PA. A associação foi constituída a partir da reformulação da Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Ilha Cacoal (Apadic), que foi fundada em 2003, na Ilha Cacoal, em Cametá.

Ressalta-se que a Asmopac é uma organização social pioneira no município de Cametá na organização coletiva de açaí extrativo manejado e na comercialização de açaí certificado como orgânico de 37 de seus 41 associados, distribuídos em 23 ilhas do território cametaense, em 2023. Através de um acordo de cooperação com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), desde 2008, esta tem articulado a certificação dos associados da Asmopac como produtores de açaí orgânico, por meio da certificação a nível institucional pela certificadora IMO Control do Brasil. A partir de 2010, decorrente dessa cooperação, a Camta garante a compra da produção total de açaí orgânico dos associados da Asmopac. Após despolpado na agroindústria da Camta, o açaí é exportado para o Japão, Alemanha, Alemanha, Israel e Estados Unidos. Para garantir a qualidade desse açaí, a Camta presta assistência técnica aos associados, compartilhando conhecimentos sobre o Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (Safta), e promovendo sua realização, com adaptações à realidade dos ecossistemas de várzea.

Irradiando resultados importantes em termos de acesso a informações, melhoria de renda e benefícios coletivos, este artigo objetiva: Analisar os elementos que diferenciam a Asmopac de outras associações do município de Cametá, destacando as oportunidades de escolhas - de práticas produtivas e mercadológicas - que essa organização possibilita aos ribeirinhos envolvidos no manejo de açaí extrativo a ela associados.

Para análise das especificidades do contexto da produção, organização e comercialização do açaí pelos ribeirinhos cametaenses, adotou-se o enfoque teórico da produção de novidades (BULHÕES, 2011; CHARÃO-MARQUES, 2009; GAZOLLA, 2012; GEELS, 2002; 2004; GEELS; SCHOT, 2007; KEMP; ASSELT, 2001; KEMP; SCHOT; HOOGMA, 1998; MEDEIROS, 2011; 2017; MEDEIROS, SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021; MELLO, 2009; NELSON, 1977; 2005; NELSON; ROTMANS; KEMP, 1978; OLIVEIRA, 2014; OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; SCHUMPETER, 1934; WINTER, 2005; 1997). No contexto do açaí extrativo manejado, menciona-se a emergência da Asmopac como uma novidade que poderá influenciar nas escolhas dos ribeirinhos no manejo dos estipes de

açazeiros nativos, na certificação orgânica e no acesso aos mercados. Ademais, mobilizou-se o conceito de “escolha” (Firth, 1974), para auxiliar nas análises da compreensão das motivações que levam os ribeirinhos a realizarem suas escolhas.

A fim de alcançar o objetivo proposto, realizou-se pesquisa empírica nos meses de agosto e de dezembro de 2020. Os dados foram construídos com os interlocutores por meio da realização de entrevistas com roteiro semiestruturado (MICHELAT, 1987). Foram entrevistados o presidente da Camta; a presidenta da Asmopac; 16 ribeirinhos não associados à Asmopac e 3 associados à Asmopac, residentes na ilha Guajará de Baixo. Os ribeirinhos associados à Asmopac serão identificados como associados-intermediários, pois estes atuam na intermediação da produção de açaí dos ribeirinhos não associados, para a associação. Além dos associados-intermediários, atuam nessa cadeia os atravessadores. Os atravessadores, apesar de não serem vinculados à associação, diariamente, nos meses de safra, percorrem os beiradões da ilha para a compra de açaí, para abastecer as agroindústrias. Nesse contexto, tornam-se concorrentes dos associados-intermediários na compra do açaí extrativo manejado dos não associados. Para além dessas duas opções de comercialização, os ribeirinhos não associados, acessaram as feiras e os batedores artesanais locais para a venda do açaí *in natura*.

Ressalta-se que o período pandêmico da Covid-19 dificultou o alcance de uma maior representatividade. A escolha pelo lócus na ilha Guajará de Baixo, se deu por existir nesta ilha ribeirinhos associados e não associados à Asmopac, e ambos envolvidos ativamente no manejo, produção e comercialização de açaí extrativo manejado. A ilha Guajará de Baixo, composta em 2021 por 81 famílias, localiza-se à margem direita do rio Tocantins, com trajeto exclusivo por via fluvial para se chegar na sede, com duração de aproximadamente 1 hora em lanchas motorizadas. Os discursos orais dos informantes, foram anotados no diário de campo e gravados após autorização. Posteriormente, foram transcritos para compor os resultados e discussões do presente artigo.

## **1 EMERGÊNCIA DE NOVIDADES NO CONTEXTO RURAL**

A ideia de que as inovações são uma espécie de ‘motor’ para o desenvolvimento econômico, de modo geral, persiste no mundo neoliberal contemporâneo, embora tenha surgido na primeira metade do século XX (SCHUMPETER, 1934/1985). Inovar segue vinculado à noção de que esta atividade humana trata da realização de novas combinações de recursos, seja pela introdução de um novo bem, de uma nova tecnologia de produção, a abertura de um novo mercado ou a conquista de uma nova fonte de matéria-prima, tendo como finalidade última a proteção aos empreendimentos e a garantia de ‘lucros’ em um sistema capitalista.

Ainda que mantida certa fidelidade à proposta schumpeteriana, muito foi sendo agregado às noções seminais de inovação. Por exemplo, autores como Nelson e Winter (1997) passaram a evidenciar o caráter evolucionário das inovações. Segundo eles, os desenvolvimentos tecnológicos do passado são cumulativos e as inovações, desenvolvidas em períodos temporais específicos, são resultantes da evolução de conhecimentos, habilidades dos indivíduos e rotinas das organizações econômicas. Para além do mercado, Nelson e Winter (2005) salientam que as inovações surgem por influência de distintos fatores, como a pesquisa e o desenvolvimento desencadeados pela organização econômica ou pelo contexto em que a organização está inserida, cabendo à ciência parte da responsabilidade na geração de novos conhecimentos. Essa vertente neoschumpeteriana, no âmbito da economia evolucionária, propõe que inovar também trata da busca de novos hábitos (instituições) frente à necessidade das organizações, sendo este processo resultante de combinações de práxis existentes no ambiente produtivo, apontando para o alcance limitado dos modelos fortemente orientados por funções de produção.

Sem perder o viés evolucionário, aos poucos, foram se transformando as noções de que os processos de produção de inovação estão estritamente ligados ao surgimento de uma tecnologia. Uma destas propostas é a noção de que um 'regime tecnológico' engloba conhecimento científico, práticas de engenharia, processos de produção de tecnologias, características de produtos, habilidades e procedimentos, instituições e infraestruturas; sendo este complexo de interrelações o que constitui a totalidade da tecnologia (KEMP; SCHOT; HOOGMA, 1998). Avançando um pouco mais, surge o debate de que tal 'regime' também incorpora a comunidade externa ao grupo social diretamente envolvido no processo de inovação tecnológica, o que significaria considerar que outros atores (não experts) não necessariamente compartilham as regras e as práticas que constituem o regime tecnológico (GEELS, 2002).

Se multiplicam também as propostas teórico-metodológicas que asseveram a necessidade de incorporar o componente 'social' à análise das transformações tecnológicas, uma delas passa a sugerir a noção de 'regime sociotécnico', que, mantendo uma forte influência institucionalista, se refere a um conjunto semi-coerente de regras (cognitivas, normativas e regulativas), que proporcionam estabilidade por guiar percepções e ações e acabam por estruturar profundamente os sistemas sociotécnicos (GEELS, 2004). A noção de regime sociotécnico é central para o estabelecimento de uma Perspectiva Multinível (PMN), que trata de aprofundar estudos sobre co-evolução tecnológica a partir da ideia de que transições sociotécnicas são vistas como processos que ocorrem em diferentes níveis de organização e estabilidade institucional. A transição seria, aqui, entendida como um processo gradual e contínuo de mudança estrutural dentro de uma sociedade ou cultura (ROTMANS; KEMP; ASSELT, 2001). Geels e Schot (2007) enfatizam que essa perspectiva entende a transição sociotécnica como resultado de alinhamentos entre desenvolvimentos em múltiplos níveis (micro, meso e macro).

Pesquisadores brasileiros também estabeleceram estudos sobre as novidades na agricultura, e se seguiram várias pesquisas e publicações, que vêm tratando de dar visibilidade a processos inovadores com características específicas. Os estudos pioneiros, no Brasil, buscaram:

- Contribuir para um melhor entendimento das transformações sociotécnicas localizadas, tratando das interfaces entre atores e conhecimentos que interferem na formação de nichos de inovação (CHARÃO-MARQUES, 2009);
- Evidenciar as várias conformações organizacionais que podem ser percebidas como novidades (MELLO, 2009);
- Identificar a contribuição de diferentes formas de produção de conhecimentos para o surgimento de novidades (BULHÕES, 2011);
- Analisar a heterogeneidade das expressões da agência e dos projetos dos atores sociais envolvidos na emergência das novidades (MEDEIROS, 2011; 2017);
- Estabelecer uma relação das novidades com a construção social de mercados (GAZOLLA, 2012);
- Relacionar uma multiplicidade de atores e práticas epistêmicas com a emergência de inovações identificadas com as dinâmicas das novidades (OLIVEIRA, 2014).

Um dos elementos em comum entre os trabalhos é que as propostas mantêm a ideia de que os processos que geram espaços (protegidos) para as inovações surgem em oposição a um regime dominante, estabelecendo-se de 'baixo para cima' passam a potencializar dinâmicas co-evolucionárias e/ou as múltiplas interações entre o natural, o técnico e o institucional, o que envolve o desenvolvimento de inúmeras práticas.

Ademais, tais trabalhos, de diferentes formas e intensidade, se inspiram nas concepções de Oostindie e Broekhuizen (2008) acerca da emergência das novidades na agricultura.

Segundo esses autores, uma novidade emerge da capacidade diferenciada dos atores sociais de pensar e incorporar combinações de novas ideias que venham melhorar ou

aperfeiçoar o processo produtivo, seja através de um artefato, de uma rede de cooperação, de acesso a mercados diferenciados, de novas práticas de manejo etc. Ainda para esses autores supracitados, emergência de novidades também depende de um indispensável diálogo entre os conhecimentos adquiridos externamente (tático e científico) e do saber local para a construção de um conhecimento contextual. Na concepção de Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p. 10) o conhecimento contextual é um ingrediente indispensável aos processos de desenvolvimento rural, que valoriza as dinâmicas sociais, técnicas e econômicas endógenas. Por intermédio desse novo conhecimento, enraizado no contexto dos atores sociais, são moldadas as práticas e interações com o meio biofísico (STUIVER, 2008), e as novidades contribuem para um melhor funcionamento dessas interações dentro do sistema (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

Assim, entende-se que as novidades “quebram” regras e se desvinculam da lógica hegemônica, dando autonomia ao ator social local de pensar, articular suas habilidades, agir e realizar modificações possíveis de melhorias, seja no ambiente de trabalho, nos artefatos, nas redes de relações etc., que atendam suas necessidades e anseios (WISKERKE; VAN DER PLOEG, 2004; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020; MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021). Para Oostindie e Broekhuizen (2008), o amplo conhecimento dos atores sociais com o meio biofísico é o que permite uma íntima relação com o contexto local. Desse modo, as novidades emergem como soluções viáveis, capazes de resolver problemas diários presentes no contexto rural. Assim, os atores sociais buscam criar meios inovativos de otimizar o uso dos recursos (OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020).

Desse modo, por meio da coprodução do social com o material, profundamente recíprocos entre sociedade/natureza, os recursos naturais locais, passíveis de novas roupagens na produção de novidades, se reconfiguram, e retroalimentam de forma cíclica no sistema (PLOEG, 2006; OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). Para Oliveira, Grisa e Niederle (2020), apesar da possibilidade de incremento de conhecimentos externos, a emergência de novidades perpassa principalmente por ajustes contínuos locais, decorrentes das condições que os agricultores convivem cotidianamente, no sentido de produzir melhorias. Dessa maneira, novas experiências são traduzidas em novos conhecimentos, que por sua vez inspiram novas práticas (MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021).

Percebe-se que os horizontes da emergência de novidades nos permitem um olhar mais profundo nas relações de transição dos atores sociais com os processos sociotécnicos impostos pelo regime dominante. Por esta razão, acredita-se que através das “lentes” da produção de novidades constrói-se um campo fértil para a análise da cadeia produtiva e organizacional do açaí extrativo, produzido por ribeirinhos amazônicos.

## **2 PARCERIAS EM TORNO DA COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ EXTRATIVO COMO NOVIDADE**

No contexto da comercialização do açaí extrativo manejado pelos ribeirinhos da ilha Guajará de Baixo, anterior à presença dos associados-intermediários e atravessadores nos beiradões, os ribeirinhos que almejavam comercializar, acessavam as feiras das vilas e município cametaense, diariamente para abastecê-las. Devido o açaí ser restrito ao comércio local, a lei da oferta e demanda auferia a incerteza da venda total da produção, nesses espaços. Desse modo, nem todas as famílias manejam os açaizais nativos com o intuito de comercializar o fruto. As trocas de açaí por outros produtos, como a farinha de mandioca, eram recorrentes entre os ribeirinhos das várzeas com os agricultores familiares dos ecossistemas de terra firme, onde se cultivava os roçados de mandioca. Outro modo de troca, era o açaí por mercadorias, entre ribeirinhos e comerciantes.

A partir do ano 2000, com a demanda externa por açaí e a presença dos primeiros atravessadores nos beiradões, os ribeirinhos da ilha de Guajará de Baixo, com a intenção de aumentar a produção, aperfeiçoaram o manejo dos estipes nativos. Entretanto a comercialização ainda acontecia exclusivamente individual nos mercados locais e para os atravessadores. A partir de 2007, com a emergência da Asmopac, a comercialização pelos ribeirinhos associados ganhou-se novas roupagens. Essa associação, afim de possibilitar a comercialização de açaí de seus associados para novos mercados (agroindústrias convencionais) exigentes em maior volume de açaí manejado, organizou coletivamente a produção dos associados e facilitou a venda diretamente para os representantes dessas agroindústrias. Essa ação da Asmopac, desarticulou a comercialização da produção de seus associados para os atravessadores, com isso, alcançou-se um valor monetário de R\$ 3,00 a mais, na lata, como é conhecida localmente a unidade de medida utilizada pelos ribeirinhos na venda do açaí *in natura*. Quando abastecida com o fruto, cada lata pesa 14kg. Ressalta-se que o preço pago por lata pelos atravessadores e associados-intermediários varia constantemente, na safra de 2023, o preço mínimo foi R\$ 35,00 e o máximo R\$ 45,00.

Salienta-se que, para além da Asmopac, atualmente em Cametá, há a presença de cooperativas e associações de agricultores familiares, que vislumbram o acesso de novos mercados para a produção de produtos da biodiversidade. Dentre elas, a Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins (Cart), segue modos operantes semelhantes à Asmopac na comercialização de açaí de seus cooperados às agroindústrias convencionais (SOUZA, 2011). Entretanto, o grande diferencial da Asmopac em relação as demais cooperativas e associações relacionado a comercialização do açaí dos associados, emergiu em meados de 2008, através da formalização de um acordo de cooperação com a Camta, que garantia a compra total do açaí dos associados da Asmopac que cumprissem com algumas exigências. Dentre elas, a Camta, exigia-se açaí orgânico, com isso a própria cooperativa custeou com a certificação dos associados da Asmopac que cumprissem com os requisitos legais da certificadora do Instituto de Mercado Ecológico- IMO Control do Brasil.

Até março de 2023, dos 41 ribeirinhos associados à Asmopac, 37 eram produtores orgânicos. A produção dos não orgânicos permanecia vinculada às agroindústrias convencionais. Ressalta-se que, a Camta exige dos associados da Asmopac a produção de açaí somente nos meses de safra, sendo seis vezes na semana, com no mínimo 800 latas por embarque e quantidade máxima não estabelecida. Enquanto que as agroindústrias convencionais compram em quantidade inferior ou superior ao exigido pela Camta. Nessa relação dos associados da Asmopac, com o mercado de açaí orgânico, o principal atrativo ainda é o valor monetário superior em aproximadamente R\$ 5,00 por lata, em relação ao pago pelas agroindústrias convencionais.

Percebe-se que, nessas possibilidades de mercados, a abertura de novos canais de comercialização possibilitados pela Asmopac, para a venda direta às agroindústrias convencionais e a da Camta, aufere aos associados preços mais justos para o açaí. Em se tratando do açaí orgânico, barganha-se no mínimo R\$ 8,00 em relação a lata de açaí não certificado. Em Guajará de baixo, embora os atravessadores e associados-intermediários, paguem na lata, preço inferior as agroindústrias convencionais e a Camta, estes figuram como importantíssimos nessa cadeia para os não associados, que com a permanência da compra nos beiradões, se distanciam da lei da oferta e demanda para a venda do açaí nas feiras e para os batedores artesanais.

Salienta-se que, essa dialogação com vários mercados, possibilitados pela Asmopac para seus associados, aufere menores riscos e incertezas na comercialização do açaí. Além disso, a cooperação entre Asmopac e Camta, vêm contribuindo para a sustentabilidade socioambiental no manejo de açaí extrativo dos seus associados, decorrente de arranjos produtivos baseados nos Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu (Safta).

### 3 A INFLUÊNCIA DA PARCERIA ORGANIZACIONAL NO MANEJO DE AÇAÍ EXTRATIVO

Decorrente da demanda por açaí em grande volume pelas agroindústrias convencionais, decorrente da eliminação de espécies madeireiras e frutíferas, no ato do manejo pelos ribeirinhos, do açaí extrativo, alguns sistemas produtivos em Guajará de Baixo se aproximam da “açaização”. A parceria entre a Asmopac e a Camta tem retroalimentado estratégias para reverter os prejuízos socioambientais causados pelo manejo predatório. Em julho, mês que antecede a safra do açaí, três técnicos da Camta se deslocam de Tomé-Açu para um barracão comunitário localizado na Ilha Cação, em Cametá, para a realização de palestras envolvendo o manejo sustentável do açaizal.

Segundo a presidenta da Asmopac e o presidente da Camta, os conhecimentos repassados pelos técnicos, aos associados e não associados que participam desses encontros, recaem na diversificação produtiva. No caso dos associados da CAMTA, estes cultivam culturas de ciclo curto, como arroz, milho, feijão, maracujá, mamão e banana, de ciclo médio, a exemplo de pimenta-do-reino, cacau, açaí e dendê, e de longo prazo, como andiroba e mogno (CAMTA, 2021). No caso das orientações aos ribeirinhos cametaenses, os palestrantes da Camta apresentam os modelos de arranjos produtivos, possíveis de serem adotados nas unidades de produção dos ribeirinhos. Para os associados da Asmopac, a modificação dos arranjos para os que melhor atendem suas perspectivas econômicas, sociais e ambientais, passam a ser construídos coletivamente *in lócus*, entre técnico e associado. Segundo a presidenta da Asmopac, os arranjos mais aceitos pelos associados vinculam às espécies vegetais que oferecem algum produto de interesse comercial ou alimentar. Entre as espécies, destacam-se a andirobeira, a ucuubeira, o cacaeiro, o buritizeiro, o murumuruzeiro, e o açaizeiro, entre outras.

Nesses espaços de trocas de conhecimentos táticos e científicos com o saber local, emergem novidades no conhecimento contextual da arte do manejo do açaizal (OOSTINDIE E BROEKHUIZEN, 2008). Segundo Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021), a partir dessas trocas de conhecimentos e experiências, entre atores sociais endógenos e exógenos, emergem possibilidades de uma novidade de desenvolvimento territorial, voltado ao contexto local e para os atores locais.

Para incentivar os associados da Asmopac na diversificação produtiva, a Camta, distribuiu em 2020, mudas de cacau híbrido para os associados plantarem em seus sistemas de produção. Além disso, a cooperativa garante a compra da produção das sementes de oleaginosas e as amêndoas de cacau produzidas pelos ribeirinhos associados. Ressalta-se que após a valorização econômica do açaí, os ribeirinhos eliminaram grande parte dos cacaeiros nativos de suas unidades de produção, no ato do manejo dos açaizais. Atualmente, os associados compreendem a necessidade de reverter os prejuízos ambientais causados pelo manejo intensivo nos açaizais. Esse processo vem se concretizando por meio da implantação e manejo de mudas de essências florestais nas unidades de produção e do reflorestamento às margens dos rios e igarapés.

Essas estratégias, permitiram uma maior possibilidade de renda para os associados. Segundo os associados de Guajará de Baixo, de janeiro a julho, de suas unidades de produção, provém renda com a comercialização da andiroba, do murumuru, da ucuuba e do cacau e, de agosto a dezembro com a venda do açaí. Desse modo, assegura-se a segurança econômica, além da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional das famílias.

Por outro lado, os não associados, apesar de alguns participarem dos momentos presenciais de palestras, entretanto não são assistidos pelos técnicos da Camta, tão pouco têm a garantia de mercado para os produtos da sociobiodiversidade, isso pode ser limitante para a adoção de sistemas mais diversificados. Ademais, as outras cooperativas e associações de

agricultores familiares cametaenses, se diferenciam da Asmopac, por não terem com seus associados o comprometimento com a assistência técnica.

As interações dos atores sociais com meio biofísico, na produção de novidades, aproximam os sistemas produtivos de um funcionamento resiliente e sustentável (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; STUIVER, 2008), semelhantemente como acontece entre técnicos da Camta e associados da Asmopac. Pois, conforme a intensidade do manejo, a natureza responde de formas distintas. Salienta-se, que para produzir açaí consiste na dinâmica da relação homem/natureza. Nos manejos mais intensivos, as possibilidades de geração de renda e alimento, provindas das unidades de produção, restringem-se aos meses da safra do açaí. Diferentemente, a adoção de arranjos produtivos diversificados, distancia os ribeirinhos das incertezas de alimento e renda na entressafra do fruto. Assim, percebe-se à luz da emergência de novidades, o rompimento com as regras do regime dominante, pela produção de um único produto, o açaí (MEDEIROS et al., 2020; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020; MEDEIROS, SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021).

#### **4 POR OUTRO LADO, AS LIMITAÇÕES DA NOVIDADE**

Para Medeiros (2017), nem todos os agentes sociais de uma comunidade participam da emergência de uma novidade ou a aderem. Para a autora supracitada, isso não ocorre apenas pela livre escolha dos atores sociais no processo da construção, mas também pela exclusão por grupos de atores sociais locais. No entanto, quanto mais participativos e ativos os atores sociais forem, mais dotados de conhecimento estes serão, assim os seus discursos passam a ter maiores consonâncias nas comunidades e possibilidades de aceitação por outros atores sociais.

Na realidade da Asmopac, segundo a presidenta, apesar das palestras serem abertas ao público ribeirinho associado e não associado, a maior participação nesse momento de diálogo e orientação ainda é dos associados. Constatou-se que a maioria dos não associados da ilha Guajará de Baixo desconhecem a atuação da Asmopac no território cametaense, assim como as informações a respeito dos eventos promovidos pelas organizações sociais não chegam a esses atores sociais. Salienta-se que o extenso arquipélago cametaense, composto por mais de cem ilhas, limita o alcance da divulgação desses momentos para os ribeirinhos não associados, residentes nas comunidades mais distantes da sede da associação, como é o caso da ilha Guajará de Baixo. Tais afirmações, nos levam a refletir sobre a “invisibilidade” da atuação da associação nesses territórios.

Em Guajará de Baixo, 70% dos não associados entrevistados desconhece a atuação da Asmopac, embora a produção de açaí extrativo manejado desses ribeirinhos seja comercializada para os associados-intermediários da Asmopac e para os atravessadores. Os demais têm conhecimento da Asmopac por intermédio do vínculo constante com os associados-intermediários de Guajará de Baixo. A prática da intermediação, apesar de facilitar a venda do açaí dos não associados, implica no desconhecimento da certificação de açaí orgânico, por todos os não associados.

Diante disso, salienta-se que a invisibilidade da associação se manifesta pela flexibilidade dos não associados comercializarem sua produção, sem restrição, para associados-intermediários, atravessadores, e ainda nas feiras e para os batedores artesanais. No mercado local, não se difere açaí convencional de orgânico, entretanto o grau de maturação é determinante na preferência e na consolidação do valor auferido por lata. O açaí “tuíra”, proveniente de sistemas de produção mais diversificados, detêm maior preferência dos consumidores locais, inclusive o preço torna-se superior ao do açaí orgânico, quando comparado o preço na safra de 2020, a diferença alcançou até R\$ 12,00. Nesse contexto, os associados-intermediários que produzem açaí em sistema diversificado, direcionam a produção de suas unidades entre todas as opções de mercados para o açaí. Percebe-se que, a emergência

da novidade organizacional (Asmopac), não se limita ao mercado dos orgânicos, e eleva a possibilidade de escolhas de acesso aos mercados. Essas estratégias, frente as escolhas de mercados, passam a serem vistas como manobras da emergência de novidades.

Embora percebemos as importâncias da Asmopac no contexto da produção e comercialização de açaí extrativo manejado, 70% dos não associados afirmaram no momento não terem interesse em praticar da venda coletiva do açaí. Pois, segundo eles, independente da participação em organização social, a venda do açaí é garantida pela alta procura. Os quais tinham interesse em se associar, visavam, principalmente, serem contemplados com acompanhamento técnico em suas unidades de produção, a fim do aperfeiçoamento na prática do manejo do açaizal. A melhoria do manejo promovida pela parceria entre as organizações sociais, com maior difusão nas unidades de produção dos associados, pode ser catalisadora para difusão de unidades de produção sustentáveis, visto que os não associados têm interesse por aperfeiçoar essa prática.

Ademais, nas relações sociais, as certezas e incertezas perpassadas nos diálogos dentro da comunidade refletem nas escolhas dos atores sociais na adesão de uma novidade (FIRTH, 1974; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020). No contexto local, constatou-se que a resistência de alguns ribeirinhos em aderir a uma organização social, perpassa pela incerteza da permanência do recebimento do seguro defeso e da bolsa família, após adesão à organização social. Pois, nos diálogos dentro do território, ribeirinhos não associados pronunciam essas informações para outros, colaborando para a invisibilidade da associação quanto ao quantitativo de associados.

A invisibilidade da associação, também perpassa por fatores limitantes, principalmente os relacionados à infraestrutura. Segundo a presidente da associação, os gargalos que impedem a associação de envolver mais ribeirinhos é o quantitativo reduzido de técnicos da Camta que prestam visitas técnicas aos associados da Asmopac, e às altas despesas das idas à campo e no ato da certificação, pagas pelas organizações sociais. Ressalta-se que o percurso de automóvel de Tomé-Açu à Cametá é de aproximadamente 5 horas, e dentro do território cametaense os associados residem em ilhas diferentes e distantes entre si, com locomoção exclusivamente por via fluvial, o que gera altas despesas com combustível e demanda de tempo. Salienta-se que, embora a novidade organizacional esteja reverberando consequências positivas aos associados, fatores a própria escolha da organização limita a participação de mais atores sociais na novidade.

Segundo a presidente da Asmopac, nas unidades de produção, prefere-se associar apenas o responsável pela comercialização, mesmo que o trabalho seja coletivo nas etapas de produção do açaí, conforme mencionado pelos ribeirinhos. De tal modo, por mais que o núcleo familiar seja composto por cinco membros, associa-se apenas o chefe da família, por exemplo. No contexto, as escolhas dos atores ribeirinhos em se associar ou não, se limitam a opção da organização social.

## **5 ESCOLHAS DOS ATORES SOCIAIS NO MANEJO DOS AÇAIZAIS E ALGUMAS INFLUÊNCIAS NA COMERCIALIZAÇÃO**

Segundo Firth (1974), na sociedade capitalista a maioria das relações sociais se constroem por intermédios econômicos, mesmo que em níveis diferentes. Essas relações que envolvem valores econômicos podem ser percebidas nos circuitos de compra ou venda de “produtos” ou “mercadorias” (APPADURAI, 2008). Para Firth (1974), o humano é o principal intermediador da organização econômica, embora esta envolva bens não-humanos, como por exemplo taxas de juros e créditos. Devido a essa complexidade, pela atribuição de valores aos bens e serviços, surgem combinações ou limitações nessas relações, o que implica a necessidade

de organizar esses elementos dentro de um sistema. E são esses valores que determinam as escolhas feitas pelos atores sociais.

Firth (1974), afirma que as escolhas são feitas em relação a outras escolhas, formando um sistema contínuo em sequência de tempo e ação, com uma série de relações envolvidas. Desse modo, Firth (1974) salienta que as escolhas individuais são influenciadas por outras pessoas por intermédio da socialização entre os indivíduos. Quanto mais elevado o nível da intensidade de socialização dentro de uma sociedade, maior será a receptação das escolhas por influências sociais.

Para Firth (1974) apesar das escolhas serem individuais, os atores sociais poderão optar por escolhas semelhantes, podendo assim haver concorrência por recursos, produtos e bens; ou as escolhas podem ser difusas, resultado em nenhuma ou pouca interferência nas escolhas dos outros atores sociais. Entretanto, dentre as possibilidades de escolhas, os atores sociais podem optar por aquelas mais apropriadas para o determinado contexto (FIRTH, 1974). Logo, esses atores sociais tendem a ser conscientes em suas escolhas, por mais que sejam mudadas após se conseguir os objetivos desejados com suas escolhas de momento. No caso da participação em organizações sociais, a escolha dos atores em se associar pode ocorrer devido aos benefícios coletivos provenientes destas organizações.

Para Firth, a maioria das escolhas, em se tratando de relações sociais, são influenciadas por aspectos econômicos, em um campo que envolve bens e serviços, embora não seja o único fator de influência nas escolhas dos atores sociais. A construção de laços de amizade entre vendedor e comprador, pode romper com a escolha econômica, assim como, outros benéficos alcançados, como os ambientais, para além do econômico, por exemplo. Desvinculado do valor monetário, os serviços que não necessariamente possuem um valor econômico, mas social, surgem quando as organizações oferecem aos associados ou à comunidade outros serviços, como uma ação social, oferta de cursos de capacitação, projetos socioambientais, entre outros.

No contexto analisado, a produção e consumo de açaí extrativo manejado sempre esteve presente no contexto das famílias ribeirinhas do município de Cametá-PA. Desde os primeiros habitantes das várzeas estuarinas, o suco ou “vinho” de açaí, como é conhecido localmente, junto com o peixe e a farinha de mandioca, são os principais alimentos consumidos pelas famílias (SOBRINHO, 2005). Para Brondízio (2008), até a década de 1990, o “vinho” de açaí era visto como alimento dos pobres, sendo consumido principalmente pelas classes de baixa renda do estado do Pará. Decorrente disso, o valor do fruto *in natura* e do “vinho” de açaí era insignificante nos mercados e se restringia às feiras locais e processadores artesanais.

Os ribeirinhos, pouco empregavam práticas de manejo nos açaizais nativos para aumento de produção. Predominavam os sistemas extrativistas, com pequenos açaizais localizados ao redor das residências. Para Homma et al. (2006) e Homma (2012), os sistemas extrativistas são aqueles onde há pouca ou nenhuma interferência humana no manejo da espécie. Por mais que existisse uma demanda local por açaí, o palmito de açaí era o principal produto de valor econômico extrativo da palmeira (RODRIGUES; MEDEIROS, 2021). Entretanto, em decorrência de descobertas benéficas à saúde, provenientes da polpa do açaí, nos últimos 25 anos, o fruto tem conquistado a aceitação de consumidores a nível nacional e global, acarretando um elevado potencial econômico que tem contribuído para a emergência da produção de novidades nessa cadeia.

Segundo Rodrigues e Medeiros (2023a), nas unidades de produção dos ribeirinhos das várzeas estuarinas do território cametaense, encontra-se uma riquíssima diversidade de espécies frutíferas. Contudo, os açazeiros se sobressaem entre as demais, com expressiva abundância. Segundo os ribeirinhos, atualmente o interesse pelos açazeiros deixou de ser para a exploração predatória do palmito, como ocorreu nas décadas de 1970 a meados de 1980, o que culminou na criação da Lei nº 6.576/78 que proibia essa prática predatória em território nacional. Agora ganhando novas roupagens, o fruto passa a ser o principal interesse econômico (SOBRINHO,

2005; HOMMA et al., 2006; RODRIGUES; MEDEIROS, 2023b), apesar do palmito ainda ser extraído no manejo, e comercializado.

Nesse processo, houve uma reconfiguração nos modos de produção. Os ribeirinhos passaram manejar os açazais nativos com maior intensidade para o aumento produtivo (AZEVEDO, 2010). Grossmann et al. (2004), Azevedo (2010), Santos, Sena e Homma (2012) e Araújo e Navegantes-Alves (2015) diferenciam quatro tipos de manejo de açazais adotados por ribeirinhos, no território paraense (intensivo, semi-intensivo, moderado e semi-moderado). Na comunidade estudada, a partir do ano 2000, todos os ribeirinhos entrevistados vêm aplicando algum desses tipos de manejo nos açazais. Diante disso, prevalecem as escolhas dos ribeirinhos na adoção do manejo, que pode ser influenciado por fatores externos, como participação em organização social, acompanhamento técnico, dependência dos tipos de canais de comercialização, realização de projetos de vidas em curto, médio ou longo prazo.

A produção de açaí é a maior fonte de renda entre as atividades agrícolas e agroextrativistas no território cametaense, como afirmaram os ribeirinhos e é comprovado pelo IBGE. Em 2022 a comercialização do fruto injetou R\$ 5.927.144 mil reais na economia do estado do Pará, e R\$ 666.781 mil reais em Cametá, segundo maior produtor (IBGE, 2022). Contudo, ainda se questiona quanto à sustentabilidade da sociobiodiversidade proveniente das escolhas dos ribeirinhos quanto ao tipo de manejo empregado nos açazais. Pompeu et al. (2021) constataram, em uma comunidade ribeirinha em Cametá, que aproximadamente 50% das famílias entrevistadas praticavam o manejo intensivo, caracterizado pela supressão das espécies florestais nativas para a adoção de sistemas produtivos de açazais que mais se aproximam ao monocultivo.

Nas pesquisas de Rodrigues e Medeiros (2021), identificou-se que nas unidades de produção dos ribeirinhos de Guajará de Baixo houve a expansão das áreas manejadas para a produção de açaí, principalmente a partir da entrada dos atravessadores e associados intermediários que preferem grande volume de açaí extrativo manejado. Ressalta-se que todos os ribeirinhos entrevistados acessavam o canal de comercialização via associado-intermediário e/ou atravessador para a venda do açaí. Embora a escolha por mais de um canal representasse 84% entre os 16 ribeirinhos não associados. A elevada preferência na escolha dos ribeirinhos por esses dois tipos de canais de comercialização, emergem de outras escolhas, como a flexibilidade na venda, uma vez que os associados-intermediários e atravessadores compram a produção diretamente nas residências dos ribeirinhos, independentemente da quantidade, com exigências de padrões mínimos de maturação do fruto, quando este se apresenta com coloração preto.

Além disso, constatou-se que, nas três famílias que comercializavam exclusivamente para esses dois canais de comercialização, as únicas fontes de renda eram da produção de açaí e de benefícios governamentais, como bolsa família e Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), localmente conhecido como “seguro defeso”<sup>4</sup>. O açaí por ser um fruto sazonal, contemplava a principal fonte de renda na safra, na entressafra o seguro defeso emergia como a renda principal. Nessas residências, pelo menos duas pessoas recebiam esse benefício. Embora a escolha desses ribeirinhos contemple os seus anseios de momento, conseqüentemente, essa pouca diversificação econômica influencia a prática do manejo intensivo para produção em larga escala do açaí. Segundo Lima e Pozzobon (2005) quanto

---

<sup>4</sup> No Art. 1º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, diz que o seguro-desemprego é um benefício governamental, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, pago durante 4 meses, no período de defeso de atividade pesqueira, ao pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar.

maior a dependência de um único produto, maior será a intensificação no modo de produção, colocando em risco a autonomia da família e a sustentabilidade do ecossistema.

Diversas pesquisas realizadas em comunidades ribeirinhas no Pará apontam que a redução da biodiversidade acarretada pela prática intensiva no manejo de açazais tem provocado o desequilíbrio ecológico e ambiental do ecossistema de várzea, interferindo na produtividade e qualidade do fruto de açaí, bem como na soberania e segurança alimentar dos ribeirinhos (HOMMA, 2006; CORRÊA, 2010; CIALDELLA; NAVEGANTES-ALVES, 2014). Na comunidade pesquisada foram citados pelos ribeirinhos vários problemas socioambientais, como o aparecimento de pragas e doenças nos açazais, secamento e aborto dos frutos, preenchimento incompleto de frutos nas ráquias, baixa produtividade, estagnação da produção, açaí com aparência física moqueada, folhas com aparência amarelada, caules e palmitos finos, assoreamento de igarapés e erosão à margem dos rios.

Na ilha Guajará de Baixo, embora a escolha do manejo seja individual de cada ribeirinho, todos são influenciados por atores sociais endógenos (ribeirinhos da mesma ilha) ou exógenos (ribeirinhos de outras ilhas, atravessadores, associados-intermediários, associação e cooperativa). A difusão dos diferentes tipos de manejos, que emerge a partir dessas relações sociais, por intermédios das trocas de conhecimentos, distancia ou aproxima de uma maior ou menor “açazização” da paisagem. As experiências mais expressivas, resultantes dessas relações, quanto a maior “açazização”, se manifestam nas relações dos ribeirinhos não associados com os atravessadores, que os incentivam a intensificar o manejo para a produção do fruto. Nesse mesmo sentido, alguns ribeirinhos mais experientes com o manejo de açazais mais homogêneos, são contratados por diárias, por outros ribeirinhos da mesma ilha ou ilhas diferentes para replicar o manejo semelhante em seus açazais, a fim de atender seus anseios. Nessas relações sociais, expressas nessas experiências do saber-fazer manejo, mesmo que atendam a curto, médio ou longo prazo os anseios dos ribeirinhos, as mesmas podem ser revistas e mudadas futuramente por outras escolhas.

No caso dos associados da Asmopac que, anterior à emergência da associação, praticavam o manejo intensivo, após a escolha em se associar, quando a associação emergiu a partir de 2007 como uma novidade no contexto ribeirinho cametaense, estes têm aderido à escolha por prática de manejo mais sustentável à sociobiodiversidade. Esses ribeirinhos buscam conciliar a produção de açaí com outras espécies florestais e frutíferas da sociobiodiversidade, como por exemplo cacau (*Theobroma cacao* L.), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), ucuúba (*Viola surinamensis* (Rol.) Warb.), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), mututizeiro (*Pterocarpus macrocarpus*), seringueira (*Hevea brasiliensis* L.), jutaizeiro (*Hymenaea* spp.), pracuúbeira (*Mora paraensis*), cinzeira (*Vochysia Tucanorum*), pitaiqueira (*Swartzia polyphylla*), ingazeiro (*Ínga edulis* Mart.), jambeiro, (*Syzygium malaccense* L.), mangueira (*Mangifera indica*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), ajuruzeiro (*Chrysobalanus icaco*), ameixeira (*Syzygium cumini*), bananeira (*Musa* spp.), araçazeiro (*Psidium* spp.), fruta-pãozeira (*Artocarpus altilis*) etc.

Nas trocas de experiências entre associação e cooperativa, associados e técnicos, um leque de oportunidades mercadológicas, de renda e de alimento, emergem e aproxima os sistemas de produção dos ribeirinhos associados à Asmopac ao Safta. Nesses tipos de sistemas de produção, o açaí extrativo manejado tem sua importância significativa para as familiares, assim como todas as outras espécies que compõem o sistema passam a ser percebidas pelos ribeirinhos associados com alguma utilidade e oportunidade de renda e/ou alimento. A maioria delas fornece algum produto de interesse econômico e alimentar, as de copas mais altas fazem o sombreamento para os açazeiros, ambas servem de habitat para animais e insetos que exercem a polinização dos frutos, além de contribuírem com a ciclagem de nutrientes.

Percebe-se que a escolha em se associar vai muito além em participar de uma organização social. No caso da Asmopac, inclui os múltiplos benefícios imateriais repassados

aos associados, da parceria entre Camta e Asmopac. A novidade do manejo dos açazais baseado no Safta é uma das mais importantes escolhas dos ribeirinhos associados que oportuniza o acesso a vários tipos de mercado, a maior diversificação de alimento e renda, na unidade de produção. Ressalta-se que esse dispositivo não se limita às propriedades dos associados. Para os ribeirinhos que escolhem comercializar a produção de açaí para os intermediários-associados, no ato da compra, os associados-intermediários difundem o conhecimento e incentivam os não associados na diversificação produtiva. Para Firth (1974), a socialização entre atores sociais influencia diretamente nas escolhas dos envolvidos. No caso do açaí, as escolhas dos ribeirinhos por um tipo diferenciado de manejo, por exemplo, podem ser motivadas por fins econômicos, sociais e ambientais. Mas em ambos os casos, sempre haverá relações, seja entre os próprios ribeirinhos, ribeirinhos/atravesadores, ribeirinhos/organizações sociais, entre outras.

Nos açazais diversificados, os ribeirinhos afirmam que se consegue estender a produção para a entressafra (janeiro a junho). Ainda que com uma redução de aproximadamente 70% em relação à safra (FURLANETO, 2020). Segundo os ribeirinhos, devido ao sombreamento dos cachos de açaí proporcionado pelas espécies florestais no estágio final da maturação, quando o açaí se encontra na coloração preto, cria-se um pó embranquecido que reveste o fruto, conhecido localmente como açaí “tuíra”, proporcionando maior durabilidade do açaí na palmeira sem que o resseque. Em açazais com incidência de insolação direta no fruto, dificilmente se consegue colher açaí “tuíra”. Rodrigues e Medeiros (2021) constataram que nos açazais diversificados se produz frutos de melhor qualidade, com maior rendimento de polpa e maior aceitação nos canais regionais de comercialização em relação ao açaí de sistema intensivo. Para os ribeirinhos que produzem açaí “tuíra”, na safra, torna-se mais vantajoso a comercialização nas feiras ou para os batedores artesanais. Nesses tipos de canais, em 2023, se alcançou em torno de R\$ 15,00 a mais, na lata, que o valor auferido pelos atravessadores e associados-intermediários que não diferem açaí comum de açaí “tuíra” no ato da compra. Ressalta-se que o preço do açaí *in natura* sofre variação diariamente em ambos os canais de comercialização.

Para os ribeirinhos, escolher diversificar a produção, vai muito além da escolha em produzir açaí de melhor qualidade. Abre-se novas possibilidades de retroalimentação e novidades no sistema. Os açazeiros se beneficiam com o sombreamento, ciclagem de nutrientes e visitas constantes de polinizadores, conferindo-lhes maiores cachos. Para os ribeirinhos associados se abrem novas oportunidades de mercados e confiabilidade dos clientes locais. Ademais, com a produção da entressafra, se consegue soberania e segurança alimentar para as famílias e para os consumidores locais e maiores renda com a comercialização. Ressalta-se que na entressafra o valor médio pago por lata de açaí nos canais regionais chega a duplicar em relação à safra, como constatado em 2023, quando o preço alcançou R\$ 45,00 na safra e R\$ 100,00 na entressafra.

Nessa concepção, salienta-se que a escolha na comercialização do açaí pelos ribeirinhos segue a lógica de relações sociais de amizade entre os atores sociais ribeirinhos e compradores, mas também é influenciada pela lógica econômica, mencionada por Firth (1974). Em Guajará de Baixo, independentemente do canal de comercialização acessado pelos ribeirinhos, o valor monetário é um dos influenciadores na escolha, sendo que se dá preferência ao canal que oferta melhor preço. Logo, entre atravessadores e associados intermediários, nas feiras e batedores artesanais, emergem as concorrências pela oferta do melhor preço. Entre atravessadores e associados intermediários, o maior preço auferido pode influenciar na compra de maior volume de açaí extrativo manejado. Nas feiras e batedores artesanais, o maior preço não ocorre exclusivamente pela compra de maior volume, mas pelo açaí de melhor qualidade, no caso, o “tuíra”.

Entretanto, seguindo a lógica da oferta e demanda, quando o volume da oferta de açaí nas feiras e bateadores artesanias, ultrapassa a demanda desses atores sociais, os ribeirinhos tendem a reduzir o preço da lata, em relação ao ribeirinho concorrente, para então se conseguir vender a produção total de açaí extrativo manejado. Nessa lógica, o açaí “tuíra”, figura sempre em vantagem nas escolhas de compra nesses mercados.

Desse modo, a emergência da Asmopac como novidade nesse contexto, influência nas escolhas dos ribeirinhos associados, e propicia diversas retroalimentações no sistema, que diferem dos não associados, constatando benefícios econômicos, sociais e ambientais decorrentes das escolhas dos associados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências analisadas no decorrer desse estudo mostram o protagonismo dos ribeirinhos associados e não associados, produtores do açaí extrativo manejado. Na prática do manejo dos açazais, os ribeirinhos realizam escolhas quanto a intensidade do manejo. As escolhas que melhor atendem suas necessidades momentâneas ou a médio e longo prazo, sofrem influências de atores sociais presentes na cadeia de comercialização do fruto, como organizações sociais, atravessadores, associados-intermediários e canais de comercialização regionais. A produção de novidades, nesse contexto, emerge principalmente a partir da valorização econômica do açaí, e pode ser percebida em diferentes práticas de manejo e na emergência da organização social para a venda do açaí diferenciado. Estar vinculado a uma organização social reflete diretamente na escolha por sistemas de produção mais diversificados decorrentes da influência da organização e dos benefícios coletivos. Contudo, algumas limitações estruturais dificultam a visibilidade da Asmopac para o alcance de um número maior de associados. Desse modo, prevalece a escolha da associação em permanecer com um número reduzido de associados. Quanto mais individualizado e dependente do mercado atravessador e do associado-intermediário na comercialização do açaí o ribeirinho estiver, maior é a intensidade do manejo nos açazais para atender esses canais, e a dependência da produção de açaí como fonte econômica de renda. Embora a difusão da novidade do manejo seja repassada pelos associados-intermediários na relação da compra de açaí dos ribeirinhos não associados, a efetivação se dá com a participação nos espaços de trocas de conhecimentos entre técnicos e ribeirinhos. À luz do conceito de escolhas, proposto por Firth (1974), as séries de relações envolvidas dentro da complexa cadeia do açaí extrativo manejado influenciam em todas as etapas produtivas. Para as agroindústrias operacionalizarem, exige-se grande volume de açaí *in natura* na safra, tornando-as ociosas na entressafra pela falta do fruto. Em decorrência, os ribeirinhos que escolhem comercializar exclusivamente para os associados-intermediários e atravessadores se veem pressionados por uma produção de açaí em larga escala, implicando diretamente na escolha pela intensificação do manejo. Assim, os açazais com manejos mais expressivos quanto à “açaixação” eram dos ribeirinhos com maior dependência na comercialização para os associados-intermediários e atravessadores.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**, v. 1, p. 399, 2008.

ARAUJO, C. T. D. de; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e

suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Belém - PA, v. 10, p.12-23, dez. 2015.

AZEVEDO, James Ribeiro de. **Sistema de manejo de açaizais nativos praticado por ribeirinhos**. São Luís/MA: EDUFMA, 2010.

BRONDÍZIO, Eduardo S. The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market. **Advances in Economic Botany**, v. 16, p. iii-403, 2008.

BULHÕES, F. M. **Conhecimento e inovação no manejo de sistemas agroflorestais por citricultores ecológicos no Vale do Cai/RS**. 309 f. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. **Sistema Agroflorestal De Tomé-Açu (Safta) – Tecnologia Social Da Amazônia**. Tomé-açu- PA, 2021. Disponível em: ><https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/sistema-agroflorestal-de-tome-acu-safta-tecnologia-social-da-amazonia><. Acesso em: 19 de jul. 2021.

CARNEIRO, E. J. “Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável”. In: In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARÃO-MARQUES, F. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CIALDELLA, Nathalie; NAVEGANTES-ALVES, Livia. O ouro negro “açaí” irá beneficiar a agricultura familiar na Amazônia Oriental? Reflexões sobre as mudanças recentes nas práticas de produção de açaí. In: **Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas e Produção, Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2014.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: Modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cametá- Pa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2010.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: ><https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/79157772/area-plantada-com-acaizeiros-de-terra-firme-gerados-pela-pesquisa-cresce-675-no-brasil#:~:text=Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20impacto%20da%20cultivar,indica%20o%20estudo%20conduzido%20pela%20Embrapa><. Acesso em: 22 de jun. 2023.

FIRTH, R. O contexto social da organização econômica. In: FIRTH, R. **Elementos de organização social**. Zahar, Editores, Rio de Janeiro, 1974, p. 138-173.

FURLANETO, Laura Badiz. Parâmetros tecnológicos, comerciais e nutracêuticos do açaí (*Euterpe oleracea*). **Revista Internacional de Ciências**, v. 10, n. 1, p. 91-107, 2020.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspectives and a case-study. **Research Policy**, Amsterdam, n.31, p. 1257-1274, 2002.

GEELS, F. W.; Schot, J. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research Policy**, n. 36, pp. 399-417, 2007.

GEELS, F. W. Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: Elzen, B.; Geels, F. W.; Green, K. **System Innovation and the Transition to Sustainability: theory, evidence and policy**. Cheltenham: Northampton: Edward Elgar, pp. 19-47, 2004.

GIOMBELLI, Giovana Paludo; TECCHIO, Andréia; BONI, Valdete. A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 186-204, 2022.

GROSSMANN, M. et al. Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açaiçais amazônicos e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L. GROSSMANN, M. (Ed.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 123 – 134. (Coleção Adolpho Ducke).

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex de. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

HOMMA, A. K. O. et al. Açaí: novos desafios e tendências. **Embrapa Amazônia Oriental- Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006. In: SILVA, J.G. da; STOLEKE, V. A **questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-63.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)**. Disponível em: ><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama><. Acesso em: 11 jun. 2023.

Kemp, R.; Schot, J.; Hoogma, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of Strategic Niche Management. *Technology Analysis & Strategic Management*, London, v. 10, n. 2, p. 175 – 196, 1998.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

MDA/MMA/MDS. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. 2009.

MEDEIROS, M. **Diversidade de saberes em situações de interface:** a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do Rio Grande do Sul. 2011. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural:** os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico. 2017. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MEDEIROS, M. et al. A constituição de uma novidade organizacional no Sul do Brasil: avanços e limites da participação da agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 26, 2021.

Mello, M. A. **Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina.** 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Editora Polis, p.191-211. 1987.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. In search of useful theory of innovation. **Research Policy**, 6(1), 36-76, 1977. [http://dx.doi.org/10.1016/0048-7333\(77\)90029-4](http://dx.doi.org/10.1016/0048-7333(77)90029-4)

NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C.; GARCIA, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. **Revista Ceres**, v. 60, p. 324-331, 2013.

OLIVEIRA, D. **Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: O caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS.** 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes: revista do desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 25, n. 1 (2020), p. 135-163.**, 2020.

OLIVEIRA, T. N., BRANDÃO, L. P.; PENA, H. W. A. Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Cametá, Amazônia-Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 194, 2014.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dynamic of novelty production. 2008. In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (Eds.) **Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development**. Van Gorgum. 262 p. 2008.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dynamic of novelty production. In J. D. Van der Ploeg & T. Marsden (Eds.), **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development** (262 p.), 2008. Assen: Van Gorgum.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

POMPEU, G do. S dos. et al. Manejo de agroflorestas na Amazônia Tocantina: percepções de famílias agricultoras para a educação agroflorestal. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Vol. 16, nº 1, p.40-52, 2021.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. A globalização do açaí e sua influência nas práticas agrícolas de camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 228-245, 2021.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. Atividades socioproductivas e tipologias de Unidades de Produção Familiar de camponeses-ribeirinhos em várzea do Baixo Tocantins. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, p. e264420, 2023a.

RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M. Estratégias coletivas de comercialização de açaí e ambiguidade discursiva em torno da sustentabilidade no nordeste Paraense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, p. 1264-1285, jul./dez. 2023b.

SANTOS, J. C dos.; SENA, AL dos S.; HOMMA, A. K. O. Viabilidade econômica do manejo de açazais no estuário amazônico: estudo de caso na região do Rio Tauerá-açu, Abaetetuba-estado do Pará. In: **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória. Agricultura e desenvolvimento rural com sustentabilidade: anais. Vitória: SOBER: UFES, 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, crédito, juro e o ciclo econômico**. 1985. Trad. Maria Silvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural, (1934).

SOBRINHO, S. A. S. A certificação do açaí na região. **riquezas**, v. 2, p. 23, 2005.

SOUZA, M. L. **Cooperativa agrícola resistência do Tocantins-CART: alternativa de organização sócio-productiva do pequeno produtor rural em Cametá/Pará**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

STUIVER, M. **Regime, change and storylines: a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch farming**. Netherlands: Wageningen Univol, 2008.

WISKERKE, J. S. C.; VAN DER PLOEG, J. D. **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture** (p. 1-28). Netherlands: Royal van Gorcum, 2004.

## A CONSTRUÇÃO DE UM DESIDRATADOR DE ALIMENTOS NA ABORDAGEM DE CONTEÚDOS DA MATEMÁTICA

Luis Andrés Castillo Bracho<sup>1</sup>  
Ivonne C. Sánchez<sup>2</sup>

### RESUMO

Este texto resulta de uma atividade da disciplina “Práticas Socioculturais e Educação Matemática I”, com o propósito de descrever os conhecimentos matemáticos e físicos presentes na prática sociocultural da construção de um desidratador solar. Ele fundamenta-se nos princípios teóricos das Práticas Socioculturais de Mendes e Farias (2014). As informações foram obtidas por meio da observação e descrição detalhada de um vídeo, no qual o artesão explica minuciosamente essa prática, vinculada ao campo da Permacultura. Após a análise do material audiovisual, identificaram-se os conhecimentos matemáticos e físicos, notadamente aqueles relacionados à geometria do caixote, envolvidos na construção e funcionamento do artefato. Ao organizar esses conhecimentos, torna-se possível contribuir para a mediação na sala de aula. Dessa maneira, é viável estabelecer uma conexão entre a escola e a cultura das regiões que incorporam essa prática em seu cotidiano, fomentando uma aprendizagem mais significativa e contextualizada para os estudantes dessas localidades.

**Palavras-chave:** Matemática. Práticas Socioculturais. Artefato Cultural. Desidratador Solar.

## BUILDING A FOOD DEHYDRATOR TO APPROACH MATH CONTENT

### ABSTRACT

This text is the result of an activity in the subject “Sociocultural Practices and Mathematics Education I”, with the aim of describing the mathematical and physical knowledge present in the sociocultural practice of building a solar dehydrator. It is based on the theoretical principles of Sociocultural Practices by Mendes and Farias (2014). The information was obtained through the observation and detailed description of a video, in which the craftsman explains this practice, linked to the field of Permaculture, in detail. After analyzing the audiovisual material, we identified the mathematical and physical knowledge, particularly that related to the geometry of the crate and physics, including geometric optics and thermodynamics, involved in the construction and operation of the artifact. By organizing this knowledge, it becomes possible to contribute to mediation in the high school classroom. In this way, it is possible to establish a connection between the school and the culture of the regions that incorporate this practice into their daily lives, fostering more meaningful and contextualized learning for students in these locations.

**Keywords:** Mathematics. Sociocultural Practices. Cultural Artifact. Solar Dehydrator.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta seção, descrevemos o encontro com o objeto de estudo: a construção de um desidratador solar de alimentos, focando em frutas. Essa exploração foi orientada pela disciplina Práticas Socioculturais e Educação Matemática, ministrada no segundo semestre de 2023 pelo

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará (PPGECM/UFPA), Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5174-9148>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4358821746569093>. E-mail: [luiscastleb@gmail.com](mailto:luiscastleb@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará (PPGECM/UFPA), Mestra em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2485-1059>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9964399535972053>. E-mail: [ivonne.s.1812@gmail.com](mailto:ivonne.s.1812@gmail.com).

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará. Os responsáveis pela disciplina foram os professores doutores Iran Abreu Mendes e Carlos Aldemir Farias.

Durante a disciplina, vivenciamos momentos que prepararam o terreno para a atual micropesquisa sobre uma prática sociocultural. O objetivo é identificar saberes matemáticos e físicos específicos na construção do desidratador solar, relacionando-os aos conteúdos disciplinares escolares.

A jornada começou com a compreensão das Bases Sociais e Culturais da Matemática, permitindo uma visão sociocultural da disciplina. Em seguida, focamos no processo de pesquisa sobre práticas socioculturais, utilizando como referência um vídeo sobre a construção de cisternas de placas. Este vídeo introduziu a prática das Bioconstruções, que buscam soluções ambientais sustentáveis.

As Bioconstruções, inseridas na Permacultura, constituem uma abordagem holística chamada “Cultura Permanente”. A Permacultura integra conhecimentos de diversas disciplinas científicas, visando a criação de ambientes humanos sustentáveis em harmonia com a natureza.

Concluimos a escolha do objeto de estudo, um vídeo intitulado “Desidratador Solar”, do canal Guia de Permacultura. Este vídeo apresenta um mestre artesão detalhando a construção do desidratador solar em aproximadamente 7 minutos. A decisão de escolher essa prática foi motivada pelo interesse em compreender como produtores artesanais enfrentam o desafio de preservar alimentos, sendo o desidratador uma possível solução para o consumo futuro.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Mendes e Farias (2014), as práticas socioculturais referem-se aos saberes (conhecimentos) e fazeres (ações) de grupos sociais dentro de uma cultura específica. Essas práticas surgem na tentativa de resolver problemas únicos que surgem na vida de diferentes comunidades humanas. Elas desempenham um papel crucial em superar os desafios diários enfrentados pelas sociedades, adaptando-se às suas dificuldades e atendendo às necessidades de cada grupo. Essas práticas podem ser tanto inovadoras quanto ancestrais, dependendo dos interesses individuais ou coletivos, sendo moldadas pelas características culturais do local em que se desenvolvem.

A ideia principal nas propostas de Farias e Mendes (2014) está centrada na promoção de uma educação matemática que indique maneiras de interpretar, entender e explicar o mundo, conferindo significado ao desenvolvimento da matemática em diferentes contextos socioculturais. Isso seria realizado mediante um processo de aprendizagem influenciado pela cultura. Isto é, uma aprendizagem apoiada em faculdades humanas como a curiosidade, criatividade e complementariedade, o que implica em exercitar um processo investigativo nos termos de Farias e Mendes (2014) com “um olhar uno, múltiplo, transversal e globalizante aos objetos e fenômenos da natureza e da cultura” (p. 41).

Nesse sentido, assumimos a construção do Desidratador Solar como uma prática sociocultural nos termos de Mendes e Farias (2014), pois é um artefato desenvolvido por um grupo social que imprime os elementos culturais locais nessa prática. Portanto, a feitura dessa prática sociocultural é concebida como saberes e fazeres característicos do referido grupo dentro dessa cultura específica.

Mendes e Farias (2014) destacam que essas práticas emergem na tentativa de resolver questões particulares que surgem na vida de diversas comunidades humanas. Contribuem para enfrentar os desafios diários das sociedades, superando os obstáculos conforme as necessidades específicas de cada grupo. Essas práticas podem assumir uma abordagem inovadora ou seguir tradições, refletindo os interesses individuais ou coletivos e adaptando-se às características culturais do contexto em que se desenvolvem. No caso do desidratador solar, ele surge para a

preservação de alimentos em ambientes nos quais não se possui energia elétrica e/ou equipamentos de refrigeração.

Pelo exposto anteriormente, a prática sociocultural descrita neste trabalho é a construção de um desidratador solar. Este artefato funciona usando a luz do sol como fonte de energia, e para ter uma boa eficiência é necessário que ele esteja o máximo possível voltado para o sol. A função do desidratador solar é fazer com que o ar em seu interior aqueça e seja empurrado para fora da caixa pela entrada de ar frio, provocando uma circulação cruzada entre as aberturas. Com o ar aquecido, também sairá pela abertura superior à umidade dos alimentos através da evaporação, desidratando assim os alimentos. Na seção seguinte, será descrita a prática de sua elaboração.

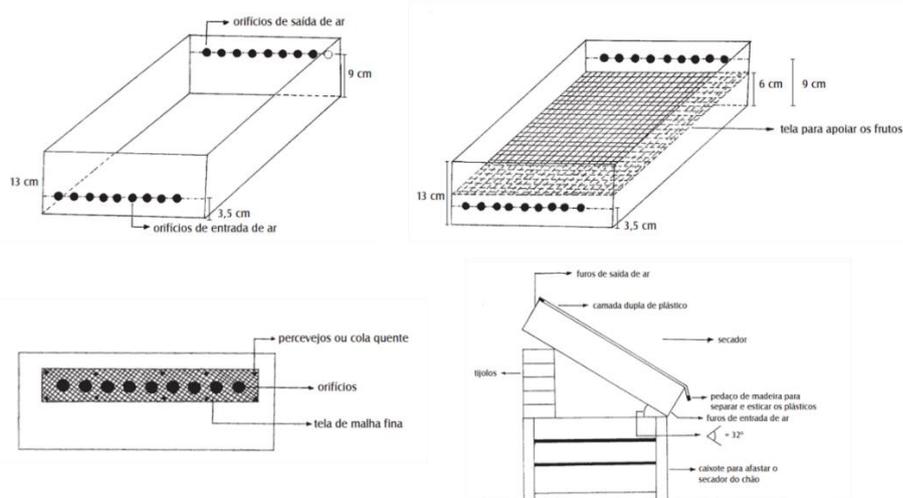
## 2 A PRÁTICA DE CONSTRUÇÃO DE UM DESIDRATADOR SOLAR

Nesta seção, descreve-se a construção do Desidratador Solar. No vídeo, Peter Cezar do Nascimento<sup>3</sup> do Laboratório Permacultura detalha a construção de um Desidratador Solar de Alimentos, especificamente para frutas. A seguir, são descritas as diversas etapas identificadas na construção do artefato.

### *Primeira etapa – O Projeto*

Nesta etapa, Peter Cezar do Nascimento explica o projeto do desidratador solar a ser construído. Começa por exibir o plano do projeto (Figura 1) e dar as considerações iniciais sobre comprimentos e medidas das partes que o compõem. Peter relata que a altura deste deve ser no máximo 13 centímetros, a altura do orifício de entrada do ar deve ser posicionada mais próxima do fundo do caixote, e a altura do orifício de saída do ar deve ser posicionada mais próxima da tampa de vidro. O vidro, por sua vez, deve ser liso, com no mínimo 0,2 centímetros de espessura. Nesse caso, Peter relata que, para este plano, o Desidratador tem 60 centímetros de largura por 90 centímetros de comprimento.

**Figura 1.** Plano do Desidratador Solar



**Fonte:** Reprodução de imagem do vídeo

<sup>3</sup> Nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), em 1974 e se formou em geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Depois de formado, trabalhou por um tempo com mineração, mas acabou se apaixonando pela permacultura. Assim, decidiu se mudar para a cidade interiorana de Moeda (MG), onde fundou o Laboratório Permacultura.

### Segunda etapa – Peças Laterais e Fundo

Nesta etapa, Peter e colaboradores, utilizando uma serra e outras ferramentas para trabalhar as tábuas de pinus e fazer as ripas laterais, começam a recortar as peças do caixote do Desidratador Solar. As laterais e o fundo foram feitos de madeirite de 14 milímetros. Logo após a obtenção da lista de materiais, foi realizada a montagem, com o apoio do martelo e formão, para fazer todos os encaixes. Com a ajuda do formão, foram realizadas as passagens de ar nas laterais do caixote, mas isso pode ser feito com outros materiais disponíveis. Ripas e outras estruturas do caixote foram pregadas. Em seguida, as peças foram unidas de acordo com o plano (Figura 2).

**Figura 2.** Construção da estrutura do caixote



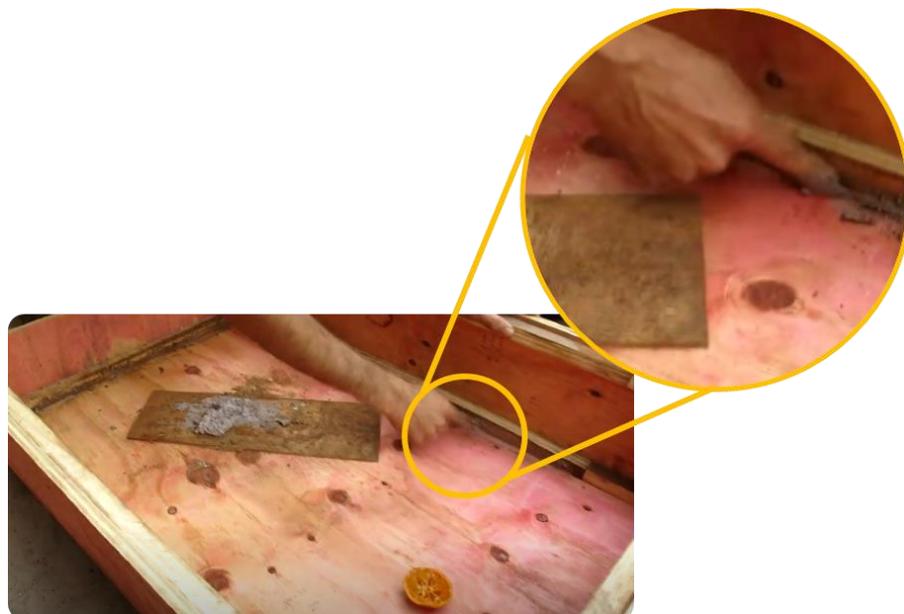
Fonte: Elaboração própria

### Terceira etapa – Vedação interna do caixote

Nesta etapa, Peter realiza a vedação interna do caixote com uma massinha de serragem fina, cola PVA<sup>4</sup> e suco de limão (Figura 3). Segundo Peter, isso é feito para tampar as frestas e evitar perda de calor. A mistura é aplicada para vedar todos os buracos presentes.

**Figura 3.** Selagem do caixote

<sup>4</sup> Também conhecida como Cola Branca é um produto formado através da mistura do polímero sintético chamado Poli-Acetato de Vinila com algumas outras substâncias químicas, e tem Água (H<sub>2</sub>O) como seu principal solvente



Fonte: Elaboração própria

#### *Quarta etapa – Prateleira*

Nesta etapa, é construída a grade que servirá como prateleira dentro do desidratador. A estrutura foi elaborada com ripas de eucalipto. Pequenos pés foram preparados para encaixar na diferença, proporcionando sustentação e separando a prateleira do fundo do caixote. Com a tesoura de corte, no vídeo ajustam a tela para encaixar na prateleira recém-criada. Com a ajuda de um grampeador, fixam a tela na prateleira do desidratador (Figura 4).

**Figura 4.** Construção da Prateleira do desidratador



Fonte: Elaboração própria

#### *Quinta etapa – Entradas e Saídas do Ar*

Nesta etapa, as entradas e saídas de ar do desidratador foram cobertas com sombrite para evitar que mosquitos tenham acesso ao interior do desidratador. Isso foi feito com um grampeador, que funciona bem, mas há outras formas de fixação. Além disso, no vídeo destaca-se que foi passada cola branca para fixar mais o sombrite ao caixote (Figura 4). Vale ressaltar que o sombrite não é feito para ser usado como mosquiteiro, mas é um material disponível e foi reutilizado com esse propósito.

**Figura 4.** Entradas e saídas de ar do desidratador



**Fonte:** Elaboração própria

#### *Sexta etapa – Pintar o exterior e interior do Caixote*

Nesta etapa, o caixote foi pintado tanto no exterior quanto no interior, cada seção com uma cor diferente, sendo preto e branco (Figura 5). É crucial que a tinta usada para essa pintura não seja tóxica. Portanto, considera-se o uso de uma forma alternativa de tinta utilizando pó de carvão, água e cola branca. Para preparar o pó de carvão, um saco plástico bem grosso é utilizado; alguns pedaços de carvão vegetal são colocados dentro, o saco é fechado e, com um martelo, o conteúdo é triturado o máximo possível. Em seguida, esse pó é peneirado em uma tela fina, como uma meia de seda ou um tecido de renda bem fino. Caso não seja possível, sugere-se o uso de tela mosquiteiro, resultando em um pó um pouco mais grosso, mas ainda utilizável.

A próxima etapa envolve a combinação de uma porção do pó com uma quantidade equivalente de água e três porções de cola. A mistura é cuidadosamente combinada e aplicada sobre a madeira com o auxílio de um pincel. Após a secagem, é recomendado passar levemente uma lixa nº 60 e repetir o processo de pintura. Esse procedimento deve ser repetido até que a pintura atinja uma firmeza satisfatória, eliminando qualquer ponto fraco. A tinta preta foi utilizada para a parte externa, as laterais e o fundo, com o objetivo de absorver o calor do Sol. Posteriormente, foi aplicada a tinta branca acrílica fosca no interior da caixa, pois os sujeitos procuravam refletir a luz do Sol entre as laterais internas. Na Figura 6, apresenta-se o desidratador solar completo e funcionando, desidratando manga.

**Figura 5.** Pintura do caixote



Fonte: Elaboração própria

Figura 6. O desidratador em funcionamento

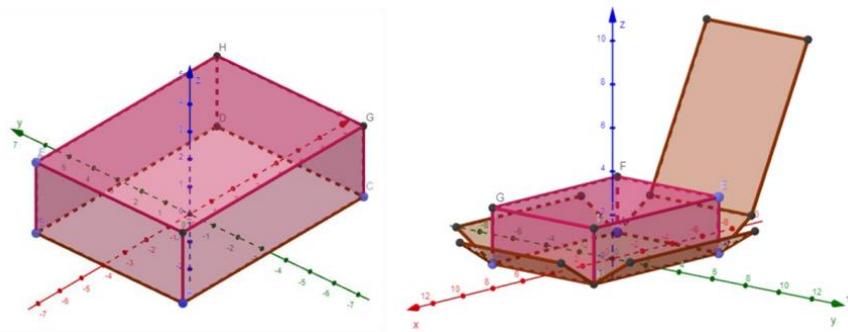


Fonte: Elaboração própria

### 3 SABERES MATEMÁTICOS NA CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO DO DESIDRATADOR

Nesta seção se fez uma matematização sobre a forma, elementos estruturais do desidratador e outros assuntos ao respeito da sua construção e funcionamento. Na figura 7 se mostra que o desidratador solar descrito na seção anterior, pode ser modelado matematicamente por um paralelepípedo retangular cujas medidas são 60 centímetros de largura por 90 centímetros de comprimento e com altura de 13 centímetros.

Figura 7. Volumem do desidratador



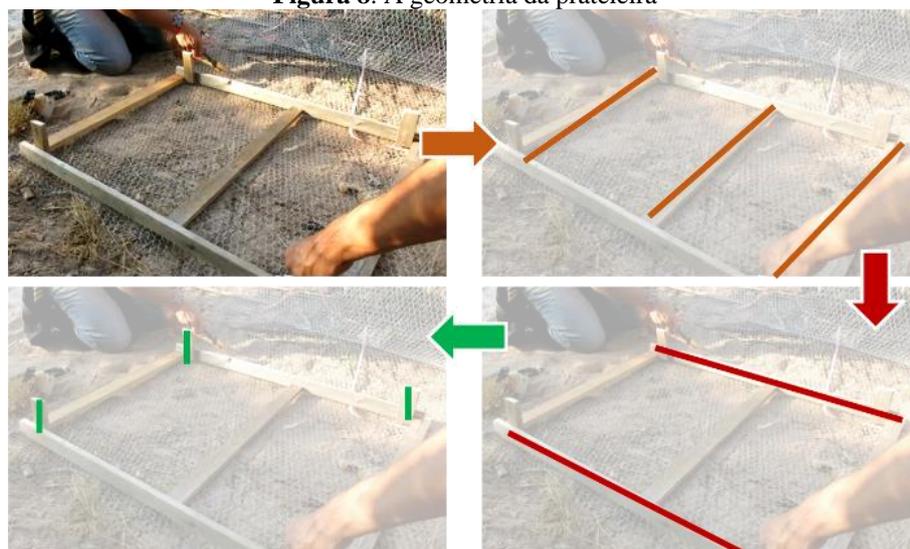
Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, podemos questionar qual é o volume que esse desidratador tem a multiplicar a medida do comprimento, da largura e da altura desse sólido geométrico.

$$\begin{aligned} \text{Volume} &= \text{comprimento} \times \text{largura} \times \text{altura} \\ \text{Volume} &= 90 \text{ cm} \times 60 \text{ cm} \times 13 \text{ cm} \\ \text{Volume} &= (90 \text{ cm} \times 60 \text{ cm}) \times 13 \text{ cm} \\ \text{Volume} &= 5,400 \text{ cm}^2 \times 13 \text{ cm} \\ \text{Volume} &= 70,200 \text{ cm}^3 \end{aligned}$$

Outro saber matemático a destacar são as relações de posição entre as ripas e entre ripas e pés da grade construída para servir como prateleira dentro do desidratador. Na figura 8, se observa que as ripas de menor comprimento se encontram a uma mesma distância de separação entre elas e com uma mesma direção, isto em termos matemáticos, pode dizer que elas são paralelas. Esse raciocínio visual pode ser analisado para as ripas de eucalipto de maior comprimento, entre estas se encontra a mesma relação de paralelismo. Mas quando analisamos a relação de posição entre as ripas menores e maiores em comprimento, inferimos que estas se encontram com uma relação de perpendicularidade, ou seja, o ângulo entre estas ripas é de 90° graus.

Figura 8. A geometria da prateleira



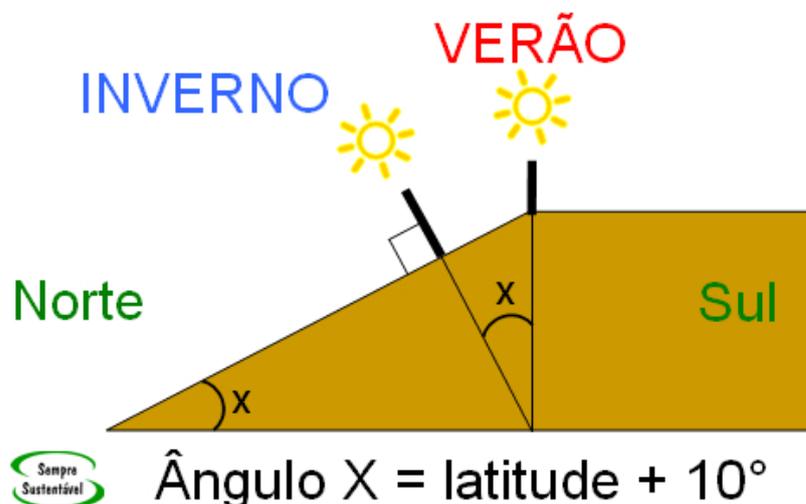
Fonte: Elaboração própria

O desidratador solar é um artefato que opera utilizando a luz solar como fonte primária de energia, e para otimizar sua eficiência, é essencial que permaneça direcionado ao sol durante

a maior parte do tempo. Dois fatores cruciais a serem considerados nesse contexto são a angulação e a direção solar, em termos matemáticos, o ângulo do sol com respeito ao desidratador.

Quanto à angulação, o desidratador deve estar voltado para o norte e sua inclinação deve ser  $0^\circ$  no verão. Na primavera e outono, deve ser latitude local. No inverno, a inclinação deverá ter a latitude local  $+ 10^\circ$ . Por exemplo, em Manaus, onde a latitude é de  $3^\circ$ , somando  $10^\circ$ , obtém-se uma inclinação de  $13^\circ$ . Isso implica que, durante o auge do inverno, ao meio-dia, o sol estará inclinado a  $13^\circ$ , e, conseqüentemente, o desidratador também deve ser inclinado nesse ângulo para captar o máximo de irradiação solar (Figura 9). No entanto, ao longo do ano e mesmo ao longo do dia, essa inclinação varia consideravelmente. No verão, ao meio-dia, essa inclinação chega a  $0^\circ$ , enquanto pela manhã e à tarde atinge até  $90^\circ$  durante o nascer e o pôr do sol, inviabilizando um acompanhamento preciso devido ao risco de deslocamento dos alimentos no interior do desidratador ao ser inclinado acima de  $30^\circ$ .

**Figura 9.** Ângulos no funcionamento do desidratador



**Fonte:** <https://www.sempresustentavel.com.br/solar/desidratador-solar/desidratador-solar.htm>

Assim, a solução ideal para garantir um aproveitamento eficaz ao longo do ano, sem que os alimentos escorreguem, é posicionar o desidratador em um ângulo aproximado de  $20^\circ$ . Quanto à direção, o cenário ideal seria realizar ajustes a cada meia hora, acompanhando o movimento solar do leste ao oeste. Contudo, devido à dedicação necessária para essa operação, é possível reduzir esses ajustes para no mínimo três vezes ao dia: de manhã, virado para o nordeste; próximo ao meio-dia, voltado para o norte; e à tarde, orientado para o noroeste.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta micropesquisa, realizada por meio de registros audiovisuais, evidenciou experiência da ação de descrever os conhecimentos matemáticos e físicos presentes na prática sociocultural da construção de um desidratador solar. Isto foi possível ao explorarmos como esse artefato cultural responde à necessidade de preservação dos alimentos em regiões onde não se possui energia elétrica ou pouco acesso a outros dispositivos de armazenamento de alimentos dependentes de energias artificiais.

Na prática, sociocultural abordada aqui, podemos observar a aplicação precisa de conceitos matemáticos e físicos na construção e no funcionamento do desidratador construído e registrado em vídeo. Embora possam surgir saberes de outras ciências, por exemplo, química,

geografia, astronomia. Reconhecer esses saberes depende em muito da visão e compreensão do sujeito que vivencia a prática, pois no isolamento e fragmentação epistêmica, qualquer prática sociocultural não seria tão enriquecedora. Isto, pela excessiva fragmentação das disciplinas e dos saberes escolares, que mantêm um vício de olhar os fenômenos só desde uma única perspectiva.

No entanto, por meio da experiência de descrever e mergulhar em saberes que podem surgir de uma prática sociocultural, nos faz perceber e refletir sobre a importância fundamental da matemática e de outros saberes na vida humana. Esse contexto, levado para a escola, pode se constituir numa abordagem para produzir um ensino e aprendizagem integradora da diversidade de saberes.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA) e da Universidade Federal do Pará.

## REFERÊNCIAS

FARIAS, Carlos Aldemir; MENDES, Iran Abreu. As culturas são as marcas das sociedades humanas. In: MENDES, Iran Abreu; FARIAS, Carlos Aldemir (Org.). **Práticas Socioculturais e Educação Matemática**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2014. p. 15-48.

EPIFANIA COTIDIANA, **Oficina de construção de cisterna de placas para armazenamento de água das chuvas**. YouTube, 20 de dezembro de 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mim\\_r6bH0E8](https://www.youtube.com/watch?v=mim_r6bH0E8).

GUIA DE PERMACULTURA, **Desidratador Solar**. YouTube, 11 de maio de 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5V4x6K\\_gCp4](https://www.youtube.com/watch?v=5V4x6K_gCp4).

MENDES, Iran Abreu; FARIAS, Carlos Aldemir. (Org.). **Práticas socioculturais e Educação Matemática**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2014 (Coleção Contextos da Ciência).

NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA DA UFSC. O que é permacultura? Disponível em: <https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura>. Acesso em: 08 novembro de 2023.

## **O GRITO DE UM POVO: BREVE ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG) – 1963-2016**

Vanderlei Vaselezk<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho avalia a atuação da Contag, desde sua fundação em 1963 até os dias atuais. Inicialmente, refletiremos acerca da fundação da entidade e de sua reconfiguração imediatamente após o golpe empresarial-militar de 1964. Passaremos por seu desenvolvimento durante o regime empresarial-militar, observando sua relação com o Estado, assim como com outros movimentos sociais rurais. Passa-se a pensar os caminhos da organização após a redemocratização, enfatizando sua mudança de foco da luta por reforma agrária para o apoio aos agricultores familiares, iniciada no governo Fernando Henrique (1995-2002) e consolidada durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).

**Palavras-chave:** Contag. Reforma Agrária. Regime Empresarial-militar. Neoliberalismo. Agricultores familiares.

### **THE CRY OF A PEOPLE: BRIEF ANALISES ABOUT THE TRAJECTORY OF CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG) -1963-2016**

### **ABSTRACT**

This work evaluates the role of Contag since its foundation in 1963 until our days. Initially we will reflect about Contag's foundation and its reorganization immediately after the corporate-military coup in 1964. We will discuss its development during the regime observing its relations with the State and other social rural movements. Afterwards we will analyze the organization's after the redemocratization process, emphacizing the change of focus from fighting for agrarian reform to supporting family farmers, which has begun in Fernando Henrique's government and has been consolidated in Partido dos Trabalhadores' government (2003-2016).

**Keywords:** Contag. Agrarian Reform. Corporate-military regime. Neoliberalism. Family farmers.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo é uma revisão relativa à atuação da Contag desde sua fundação até 2016. Realizaremos um balanço da atuação do movimento sindical rural, tendo como fio condutor A Contag. Não descuraremos a atuação de organizações como a Comissão pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST), mas nosso foco é a confederação. Maior estrutura do movimento sindical brasileiro na expressão de Rudá Ricci (RICCI, 2009), seus dirigentes conseguiram, com todas as dificuldades, manter a bandeira de reforma agrária em pleno regime empresarial-militar. Utilizaram a lei, que Thompson (THOMPSON, 1998) tão bem definiu como um espaço de lutas, para batalhar pela reforma e por direitos trabalhistas. Por mais que se fizesse relativamente pouco, era o possível. Posteriormente, perdida a batalha pela reforma na Constituinte de (1987-1988) lutou-se pela extensão da aposentadoria ao meio rural,

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: vvazelesk@gmail.com

equiparada às cidades, afinal obtida em pleno governo Collor, após o V Congresso da organização em 1991.

A partir de inícios dos anos noventa, as direções passaram a dedicar-se à agricultura familiar, adaptação para o fim do século XX do termo camponês. Mais ainda, a participação feminina expressou-se na marcha das margaridas, homenageando Margarida Alves, uma das três mulheres a participar dos cursos de formação, que prepararam o III Congresso de 1979, assassinada em 1983 em Alagoa Grande (PB) (TEIXEIRA, 2018).

Deste modo, aproveito este espaço para uma reflexão sobre a Contag desenvolvida em dois momentos: o primeiro da sua fundação ao fim dos trabalhos da Constituinte, quando a Reforma agrária e os direitos trabalhistas nortearam a atuação das diretorias, embora a ênfase fosse distinta em cada momento. No segundo instante, pensaremos a Contag sob o impacto do neoliberalismo dos anos noventa a 2016, quando a reforma agrária perdeu claramente a importância, sendo o seu foco voltado para o apoio aos agricultores familiares, bem como, momento da incorporação de bandeiras feministas ao movimento. Deste modo, mostramos um panorama da atuação da entidade e através dele perceberemos os embates desenvolvidos no movimento sindical camponês.

## **1 DA ÁRVORE DERRUBADA AOS NOVOS CULTIVOS: CONTAG DA ASCENSÃO DO REGIME EMPRESARIAL-MILITAR AO NASCIMENTO DO NEOLIBERALISMO (1963-1990)**

O golpe empresarial-militar de 1964 interrompeu um processo de mobilização social nos campos em pleno desenvolvimento. Os movimentos sociais atuavam em diversos níveis, questionando a estrutura de propriedade fundiária e reivindicando melhores condições de trabalho. Pela primeira vez em nossa história contava com o apoio explícito de lideranças nacionais como o presidente João Goulart (1961-1964) e governadores como Leonel Brizola no Rio Grande Do Sul (1959-1963) e Miguel Arrais em Pernambuco (1962-1964).<sup>2</sup> Ao nível local, desde a década anterior, lutas importantes haviam atraído a atenção da grande imprensa. Em Santa Fé do Sul (SP) e Orizona (GO), arrendatários lutaram para permanecer nas terras que haviam cultivado, contra o gado esparramado pelos proprietários sobre suas roças (MEDEIROS, 1989).

Posseiros também haviam desencadeado lutas importantes em diversos pontos do país. No Rio de Janeiro tratavam de impedir sua expulsão de Jacarepaguá para especulação imobiliária, bem como resistiam em vários pontos da Baixada Fluminense e na região da atual zona Oeste, mais precisamente em Guaratiba (SANTOS, 2005); (HERNANDEZ, 2010). No Paraná dois confrontos tiveram grande importância: entre 1948 e 1951 posseiros, de Porecatu, no norte do Paraná, com o apoio de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>3</sup> que, influenciado pela vitória da Revolução chinesa, apoiada no campesinato, tentava fazer da região ponto de partida da Revolução brasileira,<sup>4</sup> enfrentavam grileiros apoiados pelo governador do estado Moisés Lupión.

---

<sup>2</sup> Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) houvera tentativas de extensão da legislação social ao campo e a reforma agrária foi objeto de discussão, levando a criação da Comissão nacional de Política Agrária em 1951, mas a resistência do setor proprietário fosse de forma explícita pelas lideranças da Sociedade Rural Brasileira, que confrontava abertamente tais iniciativas, fosse na atuação da Sociedade Nacional de Agricultura, cujos dirigentes aparentavam aceitar tais medidas e as combatiam de dentro da burocracia de Estado, bloquearam quais quer possibilidades de atuação governamental (RIBEIRO, 2008, 132).

<sup>3</sup> O PCB denominava-se, originalmente, Partido Comunista do Brasil. Em 1961, visando reconquistar a legalidade mudou de nome para Partido Comunista Brasileiro. Uma cisão decidiu manter o nome Partido Comunista do Brasil, mas trocou a sigla para PCDOB).

<sup>4</sup> O Jornal O Globo em uma edição de 1950 chamava a atenção para a possibilidade de um Novo Porecatu a poucos quilômetros do Rio de Janeiro referindo-se a um conflito na região de Guaratiba (SANTOS, 2005, p. 46).

Embora a repressão tenha sido vigorosa, alguns posseiros receberam do novo governador, Munhoz da Rocha, terras em Jaguapitã também no norte do Paraná (WELCH, 2010). Em 1957, com a volta do governador Lupion outro enfrentamento de posseiros ocorreu, desta vez no Oeste do Estado, sem a presença do PCB. Os posseiros chegaram a controlar pequenas cidades e, no caso raro em nossa história, uma atuação do exército na região acabou lhes dando ganho de causa (AMÂNCIO, 2009). Em Goiás outra luta de posseiros marcou época no período entre 1953 e 1964: liderados por Pedro Porfírio, apoiados pelo PCB, posseiros da região Trombas e Formoso conseguiram manter a propriedade da terra, inclusive fazendo de seu líder deputado estadual em 1962, sendo criado o mito da República de Trombas por parte de parlamentares ligados aos pretensos proprietários. Após o golpe de 1964, os posseiros acabariam vendo desagregada sua comunidade e as terras passariam em grande parte para os pretensos proprietários.

Se no plano local as movimentações tinham grande magnitude, ocorrendo também greves de assalariados em diversos pontos do país, ao nível regional, duas organizações marcaram o período pré-1964. No Nordeste, as Ligas Camponesas e no Rio Grande do Sul, e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master). As ligas camponesas foram estruturadas inicialmente no período de legalidade do PCB entre 1945 e 1947, em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, e Pernambuco, desagregando-se face à repressão ao partido, desencadeada em 1947, após ser reposita na clandestinidade. Em 1955, ex-militantes do PCB formaram a que seria conhecida como Liga Camponesa de Galileia em Vitória do Santo Antão. A Liga foi reprimida pelos proprietários dos engenhos de açúcar, mas o apoio do deputado estadual socialista Francisco Julião possibilitou que os arrendatários lutassem na Justiça, sendo o Engenho Galileia desapropriado (STEDLY, 2006). Entretanto, a consequência política seria a ampliação das ligas camponesas para vários estados do nordeste, chegando no início dos anos 1960 a atuar em estados como Paraná e Pará, embora seu ponto central de ação sempre tenha sido os estados de Pernambuco e Paraíba. As ligas viveram importante crise a partir de 1962, quando um grupo extremado criou um campo de treinamento guerrilheiro em Goiás, detectado pela marinha, tendo recebido carregamento de armas cubano (ROLEMBERG, 2001).

A crise interna fez com que as ligas atuassem nos últimos meses do regime democrático, especialmente em Pernambuco. Quanto ao Master, seu trabalho ficaria mesmo limitado ao Rio Grande do Sul. A tática que utilizava eram os acampamentos visando pressionar as autoridades por desapropriações. Isso foi possível durante o governo Leonel Brizola, mas o governador não conseguiu eleger seu sucessor e o Udenista Hildo Meneghetti (1963-1967), já desencadeava a repressão antes mesmo do golpe de 1964, facilitando a desagregação do movimento.

No plano Nacional, a primeira tentativa de organização de trabalhadores rurais foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, criada na segunda Conferência de lavradores e trabalhadores agrícolas realizada em 1954 (a primeira fora no ano anterior), em São Paulo. Os comunistas editaram o Jornal Terra Livre, que buscava divulgar os direitos dos trabalhadores do campo, tática que a Contag utilizaria bastante em seu período, além de fazer a defesa da Reforma Agrária, com o confisco de terras não cultivadas (COSTA, 1996). Após uma crise política decorrente das cisões do PCB causadas pelas discussões em torno da desestalinização soviética a partir de 1956, a Ultab retomou sua atuação, sob direção do PCB, apostando as fichas no caminho legal. Em 1961, Ultab promoveu o Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. A ideia era promover mais a extensão de direitos trabalhistas ao campo, do que uma reforma agrária, mas a aliança entre representantes das Ligas Camponesas, sob Francisco Julião e do Master mudaria os rumos do Congresso: propunha-se a reforma agrária com a fixação de área máxima em quinhentos hectares, regularização dos arrendamentos, não esquecendo as questões trabalhistas. O brado Reforma Agrária na lei ou na marra mobilizou o congresso. Enquanto entidades de proprietários rurais, como a Sociedade Rural brasileira e Sociedade Nacional de Agricultura reagem chamando a atenção para o risco

da perda das propriedades, não apenas para eles, mas para o país como um todo <sup>5</sup> o governo do presidente João Goulart derrubava as medidas, que entravavam a sindicalização rural.<sup>6</sup> A partir daqui começava a corrida pelo reconhecimento dos sindicatos: o PCB já havia organizado muitos deles, mas enfrentaria uma competição com duas alas da Igreja Católica: a conservadora-moderada, (havia ultramontana, para quem sindicalização e revolução comunista eram sinônimos), e a ala influenciada pelo que ficaria conhecido como Teologia da Libertação, conformando a Ação Popular (AP) (MEDEIROS, 1989).

As disputas se deram também para o reconhecimento das federações e da confederação. Pela regulamentação do Ministério do trabalho, havia quatro categorias de trabalhadores que poderiam ser organizadas: agricultura, pecuária, indústrias extrativistas e pequenos proprietários. Em julho de 1963, federações de linha católica-moderada organizaram em Natal a Convenção Brasileira de sindicatos rurais, criando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (TEIXEIRA, 2018). Entretanto, esta confederação não foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, algo indispensável para seu funcionamento à época. Em dezembro, do mesmo ano realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso de Fundação da Contag, contando com 26 federações, forjando-se uma aliança entre o PCB e a Ação Popular, isolando o setor católico moderado. Lindolpho Silva seria empossado presidente da Contag em 31 de janeiro de 1964 e o movimento sindical estava em plena expansão. Contudo, os proprietários rurais brasileiros conseguiram um êxito que seus pares chilenos não obtiveram, sendo por isso afetado por amplo processo de reforma agrária: convencer industriais e a classe média de que seriam profundamente afetados pelo projeto reformista de João Goulart, já que o princípio da propriedade privada seria destruído. Quando João Goulart assinou o decreto de expropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias, as elites proprietárias clamaram pelo golpe militar, ocorrido menos de três semanas depois (RIBEIRO, 2021).

A atuação do regime empresarial-militar instalado a partir de 1964 teve um caráter multifacetado em relação à questão agrária. A repressão foi desencadeada sobre o movimento sindical. De um lado ocorreria a intervenção na Contag, com a cassação da diretoria recém-empossada, com a prisão ou a fuga para o exílio de dirigentes, como Lindolpho Silva, além da intervenção em federações e sindicatos. Além disso, a repressão privada fez-se de modo vigoroso com a expulsão de arrendatários das terras que cultivavam e mesmo o assassinato de dirigentes comprometidos com as lutas do período anterior. A impunidade estava assegurada para os autores e mandantes, pois era muito fácil acusar de comunista qualquer crítico<sup>7</sup>. Por outro lado, isso não significou a eliminação de qualquer estrutura sindical no meio agrícola, ainda que este fosse o objetivo de setores mais duros do regime e franjas extremadas entre os proprietários. Embora reacionário contra mobilizações populares, havia setores do regime, que desejavam mostrar-se modernizantes. Assim mesmo a reforma agrária não poderia simplesmente ser arquivada, como se jamais houvessem existido movimentos neste sentido.

Desta maneira, ainda que sob intervenção, o movimento sindical poderia continuar a desenvolver-se. O novo governo faz acordo com setor moderado da Igreja Católica e, além de José Rotta, da federação conservadora de São Paulo, que assumiu a interventoria da Contag, muitos sindicalistas de origem católica foram nomeados para dirigentes sindicais pelo

---

<sup>5</sup> Vale lembrar que no Brasil, face à dependência do país das divisas obtidas pela exportação de gêneros agrícolas, os proprietários sempre conseguiram mostrar seus interesses particulares, como interesses da nação, num processo similar à Argentina e Uruguai, e bem distinto do Chile e do Peru. Daí ter sido possível a reforma agrária nos dois últimos países e não nos primeiros.

<sup>6</sup> A sindicalização Rural era formalmente permitida desde 1944, Decreto-lei 7038. Entretanto, eram inúmeras as barreiras para registrar-se um sindicato, para não falar dos obstáculos impostos pelos proprietários rurais. Daí por exemplo, a forma Liga Camponesa ter sido muito eficiente para o caso nordestino (COSTA, 1996, p.19).

<sup>7</sup> O tema da Repressão no meio agrário durante o regime empresarial-militar ainda necessita mais estudos. Se a repressão sofrida pelos opositores de camadas médias ou mesmo operárias está relativamente bem documentada, no caso do meio rural, ainda há muitos temas a serem abordados. Ver, por Exemplo (MEDEIROS, 2016).

Ministério do Trabalho, coisa, aliás permitida pela legislação implantada a partir do primeiro governo Vargas. O próprio José Francisco, que dirigia o sindicato de Vicência em Pernambuco, recorda: “Tínhamos que agir como interventores dentro dos sindicatos.”<sup>8</sup> Mesmo no que tangia à reforma agrária, haveria disputas. Enquanto dirigentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) de São Paulo desejavam o fim de discussões sobre a reforma Agrária, no Rio de Janeiro, lideranças como Paulo Assis Ribeiro sustentavam a necessidade de algum encaminhamento para a questão. Depois da vitória da Revolução Cubana, que tivera na reforma agrária uma de suas principais bandeiras e da realização da conferência de *Punta del Este* (Uruguai) em 1961, a reforma passou a ser vista em toda América Latina por setores conservadores da Igreja Católica e de fora dela, como uma vacina contra a Revolução, sendo realizada com este objetivo fosse pelo governo eleito da Democracia Cristã no Chile, fosse pela ditadura militar do general Velasco Alvarado no Peru (RIBEIRO, 2009, 2021).

Assim, o governo do Marechal Castello Branco enviou a mensagem ao Congresso Nacional e usou o mecanismo do decurso de prazo<sup>9</sup> como meio de pressão para aprovar a emenda constitucional número X que permitia a indenização em títulos da dívida agrária em caso de expropriação para fins de reforma. A reação do setor proprietário seria distinta: dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura buscaram, como faziam desde o período varguista, negociar com o regime, conseguindo implantar medidas de seu interesse para o Estatuto da Terra, como o prazo de três anos para expropriação de imóveis considerados não explorados. Já os dirigentes da Sociedade Rural Brasileira falaram em começar tudo de novo, referindo-se à mobilização desenvolvida durante o pré-golpe de 1964 (BRUNO, 1995).

De todo modo, em novembro de 1964 era aprovado o Estatuto da Terra: estava dividido em duas partes e como no Chile, onde uma lei de reforma agrária fora aprovada dois anos antes, haveria dois órgãos federais para cuidar da questão: O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) cuidaria de temas como eletrificação rural, difusão de tecnologias e colonização, enquanto o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, (IBRA) se responsabilizaria por expropriações e assentamentos nos novos lotes. Pela primeira vez no Brasil, caracterizava-se o que fosse um latifúndio: por dimensão, seiscentas vezes o módulo fiscal, (propriedade considerada de tipo ideal para cada microrregião do país) e por inexploração, área pouco cultivada de acordo com as condições de cada região. Deste modo, tanto a atuação sindical, como a reforma agrária estavam dentro de marcos legais, ainda que bastante restritos.

O Ministério do Trabalho reduziu o número de federações em fevereiro de 1965, das 26 de 1963 para onze, pois as quatro categorias anteriores reduziram-se a uma única: trabalhadores rurais, englobando num mesmo sindicato trabalhadores assalariados e pequenos produtores com até dois empregados. Foram convocadas eleições para a diretoria da Contag e José Rotta, o interventor, tornou-se presidente ainda em 1965.

No ano seguinte, realizou-se o primeiro congresso da Contag, com o apoio do Inda. A memória da diretoria que assumiu a Contag a partir de 1968 pouco valoriza este momento: seria apenas um congresso para mostrar que o movimento existia. Entretanto, ao avaliar-se os anais do Congresso verifica-se que pautas do período anterior continuavam presentes: reivindicava-se, por exemplo, a instalação de arrendatários expulsos de suas terras nos projetos de reforma agrária, (isso ocorreu para os proprietários driblarem a legislação trabalhista), mais áreas prioritárias para reforma, bem como participação dos trabalhadores nos órgãos da Justiça do trabalho e do IBRA (BARCELOS, 2008).

---

<sup>8</sup> Entrevista de Josefa Lima dos Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva a Marco Antonio Santos Teixeira, Brasília, Centro de Convenção Ulysses Guimarães, março de 2017. Apud Teixeira, 2018.

<sup>9</sup> Tratava-se de um mecanismo implantado pelo novo regime de acordo com o qual, após um determinado tempo que uma proposta do executivo fosse enviada ao parlamento, seria aprovada automaticamente, caso não fosse votada.

No ano seguinte, marcado pela ascensão do segundo general-presidente, Artur da Costa e Silva, (1967-1969) a oposição ao regime empresarial-militar crescia sob impacto de manifestações de estudantes. No Rio de Janeiro realizou-se plenária intersindical e sindicalistas de Pernambuco, Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, todos com origem na ala moderada da Igreja Católica, mas descontentes com a atuação da Contag, promoveram a chapa de oposição, que venceria as eleições de 1968. Era o que os sindicalistas da nova diretoria chamavam de retomada, buscando um sindicalismo mais combativo. Neste ano greves pipocavam nos engenhos de Pernambuco, levando a presença do ministro do Trabalho, coronel Jarbas passarinho, que ameaçava com a vingança patronal, caso não voltassem ao trabalho, além de lutas pela terra em São Paulo, com tentativas de mediação da Igreja Católica<sup>10</sup>. Neste mesmo ano, a nova diretoria promoveu um encontro em Petrópolis, reunindo sindicalistas de diversos pontos do país. O objetivo era que se conhecessem e traçassem uma estratégia comum de luta. Na memória contagueana, observa-se um estranhamento, que marcaria por décadas a atuação da entidade: os nordestinos ao verem os pares gaúchos brancos, bem alimentados e com a acesso à terra, muitas vezes com sua propriedade comentavam entre si: “estes não são trabalhadores”; os sulistas ao verem os nordestinos mestiços, trabalhando sob um precário assalariamento questionavam-se: “Como trabalham tanto e não conseguiram a terra até hoje?” (TAVARES, 1992, p. 78). Esta divisão se refletiria até nossos dias, quando afinal a direção da Contag coordenada pelo gaúcho Alberto Bloch, promoveu a dissociação, ou seja, a criação de uma confederação específica para assalariados rurais (TEIXEIRA, 2018) em 2015.

Enquanto o movimento sindical se reorganizava, o regime empresarial-militar se endurecia a partir do Ato Institucional Nº 5, que permitia o fechamento do Congresso Nacional, impedia habeas corpus em caso de prisão por motivos políticos e reforçava a censura à imprensa. A direção, no que tange à Reforma Agrária, o IBRA sofrera uma intervenção em 1968 e o general Luiz Carlos Tourinho qualificava o órgão de “Desorganização organizada”, parecendo talhado para não funcionar. No interior do regime ainda havia disputas: a tendência dominante, sob o ministro da Fazenda Delfim Netto, era, em vez da reforma agrária, privilegiar a tecnificação de grandes proprietários através do incentivo à mecanização, uso de sementes selecionadas, agrotóxicos, à época chamados defensivos agrícolas. Por outro lado, o ministro do interior general Albuquerque Lima, homem da linha-dura, mas de tendência nacionalista pressionava pela implementação de uma reforma agrária. Embora deixasse o governo em fevereiro de 1969, seu nome era lembrado para sucessão de Costa e Silva, e isso talvez tenha influenciado a edição do Ato Institucional nº IX, que significava um rito sumário para que a justiça decidisse sua desapropriação (SILVA, 1971). Este ato institucional diferente do anterior, não teria consequências práticas. O Governo Costa e Silva terminaria abruptamente, com a doença do presidente. Um golpe silencioso impediu a posse do vice, o civil Pedro Aleixo, e uma junta militar entregou o mando ao general Emílio Médici, que seria eleito em candidatura única pelo Congresso Nacional reaberto.

Quanto ao Movimento sindical, os dirigentes contagueanos partiram do princípio de que os direitos existiam, mas não eram respeitados. Assim, influenciados pela tática já testada em momentos anteriores por dirigentes comunistas, buscou-se o encaminhamento administrativo e judicial da questão agrária. Do ponto de vista administrativo, tratava-se de denunciar invasões de terra e as duras condições de trabalho no campo ao executivo, bem como reivindicar a Reforma Agrária, como num extenso Memorial enviado a Médici em março de 1970. Ali argumentava-se a necessidade da reforma agrária, baseando-se na possibilidade de incorporar metade da população ao mercado interno para a indústria crescente, além da Justiça Social defendida em encíclicas do Papa Paulo VI e nos discursos do presidente da

---

<sup>10</sup> Cf. Ministro do Trabalho intermedia Greve em Pernambuco. Jornal O Estado de São Paulo, 2 de outubro de 1968, p. 3. Evidentemente, as ameaças do ministro não estão no Estadão (LIMA, 2003, p. 124).

República.<sup>11</sup>Entretanto, com a ascensão de Médici consolidou-se a perspectiva de tecnificação das grandes propriedades, visando aumentar a capacidade produtiva, sem realizar reforma agrária, no sentido de redistribuição da propriedade. Para os camponeses sem-terra, o governo Médici apresentou o projeto amazônico. A ideia seria levar milhares de sulistas espremidos pela falta de terras e nordestinos acossados pela seca para a Amazônia, para colonizarem às margens de rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a inviabilizada Perimetral Norte, que ligaria via Pará e Amazonas os territórios do Amapá e Roraima<sup>12</sup>. Entretanto, ao mesmo tempo que anunciava os projetos para colonizar com pequenos cultivadores, ainda que houvesse enormes dificuldades para estes, como a precariedade das estradas, distância de mercados consumidores, doenças e enfrentamentos com populações indígenas já estabelecidas, o regime tinha outra estratégia: incentivos fiscais para grandes empresas nacionais e estrangeiras se estabelecerem na região. O confronto foi inevitável: os posseiros desbravavam as áreas, mas logo eram visitados por grileiros, que armados de títulos falsos, jagunços e policiais, buscavam expulsá-los das terras que cultivavam (RIBEIRO, 2009, p. 37).

Com uma sindicalização ainda muito débil, o recurso para os camponeses era recorrer a padres católicos, muitos influenciados pela Teologia da Libertação, que propunha, em síntese, uma vida melhor aqui mesmo na terra, sem esperar a morte para alcançá-la. Não casualmente, partiu de São Félix do Araguaia a pastoral de D. Pedro Casaldágila, uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio, seguida de uma série de pastorais de outras regiões do país. (MITIDIERO JUNIOR, 2008). Vale salientar, que não só na Amazônia pipocavam conflitos de terras: bastava o governo anunciar a construção de uma estrada, como a Rio-Santos, e os posseiros eram visitados por grileiros com seu aparato (MEDEIROS, 1989).

Quanto ao sindicalismo rural continuava a estratégia de denunciar junto ao poder central, construir sindicatos em vários pontos do país e apoiar com advogados lutas judiciais. No Rio de Janeiro, por exemplo, houve vários casos onde buscava sustentar a luta de cultivadores, que ameaçados de expulsão das terras onde trabalhavam, caracterizavam-se como posseiros, a fim de tentar a permanência na terra, tornando cara a disputa para o proprietário. (BARCELOS, 2008). Esta tática seria muito criticada em anos posteriores, mas atualmente mesmo lideranças, que a qualificaram de acomodada à época, reconhecem que no período mais repressivo do regime empresarial-militar foi a forma possível de manter o tema agrário em cena. (TEIXEIRA, 2018).

O regime buscou outra função para o sindicalismo: agência previdenciária. Em 1971 foi regulamentada a aposentadoria para os trabalhadores do campo. Alegando não ter recursos para estender agências de previdência social ao campo, o regime impôs aos sindicatos a função de prestar assistência médica, odontológica e encaminhar os pedidos de aposentadoria. A reação na direção da Contag foi de dúvida: aceitar significaria atrelar-se mais ainda ao Estado, reforçando sua tutela, rejeitar era entregar os trabalhadores aos prefeitos. A decisão foi aceitar e avaliar. Os resultados foram distintos: houve sindicatos como de Goiás, que se limitaram basicamente à assistência médica, o que não era pouco dependendo da região (SILVA, 2014), houve os do Sul, mais ligados à FETAG local, mais dedicados à aposentadoria (PICOLOTTO, 2011), mas houve também sindicatos que tendo origem assistencialista, acabaram ganhando um caráter mais reivindicativo (TAVARES, 1992). Seja como for, o sindicalismo cresceu bastante durante os anos 1970, espalhando-se por centenas de pequenas cidades brasileiras. Se de um lado o governo atingiu seus objetivos, sendo o meio agrário o fiel depósito de votos para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), face à assistência Social (CARVALHO, 2001), de outro salienta-se que a possibilidade de reivindicações mais radicais estava posta.

---

<sup>11</sup> Cf. Memorial ao Senhor Presidente da República. Revista O Trabalhador Rural, Rio de Janeiro, CONTAG, abril de 1970, p. 3-15.

<sup>12</sup> Vale salientar que em 1970 o IBRA e o Inda foram fundidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Embora o movimento sindical se expandisse, a repressão nunca deixou de ser uma possibilidade muito concreta, especialmente após 1972, quando o exército detectou a presença de guerrilheiros do partido Comunista do Brasil no Sul do Pará. Era a Guerrilha do Araguaia. Embora fosse derrotada com relativa facilidade, o fantasma do comunismo no campo assombraria militares e seria manipulado como justificativa para a repressão. Regionalmente seria o alibi para grileiros, legitimados pelo Conselho de Segurança Nacional, que em 1976, acabaria justificando sua atuação, entendida como mal menor frente à possibilidade de guerrilha (MARTINS, 1984). Desta maneira, quando a Contag convocou o segundo Congresso em 1973, seus dirigentes foram pressionados a não discutir a Reforma Agrária. Argumentaram, entretanto, com a lei, explicando que a reforma prevista na Constituição outorgada pelo regime. Assim, no congresso aprovou-se a resolução, que pedia a reforma agrária, “onde o homem está”, questionando implicitamente o amazônico discurso do regime. Além disso, defendeu-se a lei do sítio, ou seja, dois hectares de terra para o trabalhador permanente criar seus animais e plantar nas fazendas que cultivava; tal medida era válida nos engenhos de açúcar, mas é importante observar que nos anos 1970 as fazendas modernizavam-se e cada vez mais utilizavam mão-de-obra temporária.

Enquanto a Contag mantinha a estratégia jurídico-administrativa, a articulação de bispos da Amazônia e do Centro-oeste, com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criava em 1975 a Comissão pastoral da Terra (CPT). Ela fazia parte de uma série de comissões pastorais, que a Igreja Católica vinha organizando desde a década anterior, visando apoiar os que mais necessitavam, dentro da chamada opção Preferencial pelos pobres, declarada desde 1968 na Conferência episcopal Latino-americana de Medellín (Colômbia). Havia um ponto em comum entre contagueanos e CPT: a defesa da ampliação do Estatuto da Terra. Um ponto dele, aliás seria importante no início dos anos 1980: a possibilidade de desapropriação pelo presidente da República de áreas em conflito. Contudo, o discurso da CPT era mais radical na defesa dos posseiros. A Contag, com o tempo, também se apropriou deste discurso, lembrando o artigo 502 do Código Civil, que permitia a defesa com armas da posse da terra, que se ocupa, desde que limitada àquele espaço (TEIXEIRA, 2018). No Rio de Janeiro, a Federação de Trabalhadores e a regional da CPT chegaram a construir parcerias. Entretanto, havia uma divergência de fundo: a proposta contagueana visava cumprir o Estatuto da Terra, que fora pensado especialmente para atender aqueles que já tinham acesso à terra, na condição de assalariados e arrendatários. Já a CPT progressivamente percebia que o Estatuto não fora pensado para os que perdiam a terra, fosse pela expulsão violenta, fosse como no Sul, face às dificuldades de mercado. Por outro lado, o discurso contagueano visava a extensão do capitalismo ao campo, possivelmente sob influência do PCB, que há décadas sustentava a necessidade de implantação deste modelo (o campo era visto por muitos comunistas, como feudal), para posteriormente chegar ao socialismo. Já os dirigentes da CPT viam o capitalismo chegar ao campo através dos megaprojetos e pensavam em uma saída comunitarista, que apontasse para alguma forma de socialismo (TAVARES, 1992), (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Enquanto isso, mudanças ocorriam no cenário nacional. O quarto presidente do regime empresarial-militar, Ernesto Geisel, assumia em março de 1974 em meio ao início de uma crise econômica, que marcaria o país durante décadas, caracterizada por altas taxas de inflação e relativamente baixo crescimento econômico. Deste modo, foi preciso realizar uma relativa abertura do regime. Os resultados não demoraram: vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição permitido à época, nas eleições parlamentares de 1974. Manifestações de rua após o assassinato do jornalista Wladimir Herzog em dependências do exército. Crítica de parte do empresariado ao plano econômico governamental, acusando de estatizante.

No campo, as lutas continuavam e o assassinato dos padres João Bosco e Benito Luckeben em 1976, marcaria um maior afastamento da Igreja católica face ao regime,

aprofundado com a aprovação da lei do divórcio em 1977 (MITIDIERO JUNIOR, 2008). A relativa abertura do regime e a cautela dos contagueanos não impediam problemas: dirigentes da Delegacia Sindical do Acre seriam presos em 1977 e a direção da Contag levaria um mês para ser empossada (TAVARES, 1992).

De todo modo, a atuação sindical começava a ser mais vigorosa e, em 1978, anunciou-se a realização do Terceiro Congresso. Foi um ano de preparação, com a efetivação de um trabalho de formação nos diversos estados. Neste momento, ainda havia pouquíssimas mulheres presentes (três fizeram os cursos), entre elas Margarida Maria Alves, que anos depois seria assassinada em Alagoa Grande na Paraíba (1983) e décadas mais tarde se tornaria símbolo da luta feminina. Na década de 1970, muitos sindicalistas resistiam à presença feminina no sindicato. Ela só poderia ser inscrita, como filha, irmã ou esposa. Entretanto, as comunidades eclesiais de base organizadas pelo setor progressista católico seriam o ventre da participação feminina nos movimentos de trabalhadores. A presença em espaços religiosos sempre fora recomendada para as mulheres, e foi a partir dela que encontraram seu *locus* de atuação junto aos sindicatos (AGUIAR, 2015).

Em 1979 assumia o quinto general presidente: João Figueiredo. O movimento pela anistia cresceria e ela foi aprovada num resistente congresso em agosto. Antes disso, a Contag realizava seu terceiro Congresso em maio. O clima social mudara, com a realização de greves no ABC paulista, que buscavam romper com a lei de greve do regime. No Congresso de maio, o ministro da agricultura Delfim Netto seria vaiado por declarações desastradas sobre a reforma agrária. A linha legalista da Contag foi confrontada por grupos ligados a CPT. Das decisões congressuais, cobrava-se que a propriedade fosse expropriada, não a partir dos módulos fiscais, mas de medição em hectares, variando de 250 a 750, conforme a região do país. Cobravam-se direitos previdenciários, cumprimento da legislação trabalhista, inclusive em relação aos acidentes de trabalho, e aceitava-se mesmo a Pluralidade sindical, além de se propor a construção de uma Central de Trabalhadores.<sup>13</sup> Não se tratava mais de solicitar às autoridades, mas de exigir delas o cumprimento das leis. A influência da CPT se fazia sentir na decisão de apoiar ocupações de terras não cultivadas, embora as federações vinculadas à Contag raramente tenham suportado tal prática.

Neste mesmo 1979, dois acontecimentos marcaram os movimentos camponeses do país. No Rio Grande do Sul, fazendas eram ocupadas e, pela primeira vez em muitos anos, o governador do Estado concedia a Licença de Uso. A CPT, do estado, organizara o movimento, que mais tarde, ocuparia outras áreas (MEDEIROS, 1989). Em Pernambuco eclodia após onze anos uma greve no setor canavieiro. Aqui, a greve seria diferente do que ocorria em São Paulo. Em Pernambuco seria importante cumprir a lei de greve do regime, com votação secreta em assembleia, prazo de dez dias de convocação da mesma, fiscalização pelo ministério do Trabalho (TAVARES, 1992). Buscava-se driblar a repressão estatal, embora não fosse possível fugir à pecha de “comunistas de Brasília”, nome como eram conhecidos os assessores da Contag, que chegavam para auxiliar o movimento (TEIXEIRA, 2018). O movimento foi bem sucedido embora tivesse de ocorrer lutas importantes pelo cumprimento do que fora acordado (LIMA, 2003). Gerou-se o chamado modelo Pernambuco, o esforço para realizar greves dentro dos marcos da legalidade existente, que se espalhou para regiões como os cafezais baianos e os canaviais mineiros e fluminenses em 1985. Entretanto, o modelo se esgotaria, face à crescente mecanização e ao uso de trabalhadores temporários em zonas cada vez mais amplas do país.

O governo Figueiredo (1979-1985) seria marcado por conflitos de diversas naturezas: no Acre os seringueiros liderados primeiro por Wilson Pinheiro e depois de seu assassinato em 1980, por Chico Mendes até seu homicídio em 1988, promoveu os empates, quando trabalhadores formavam correntes humanas para opor-se a motosserras, que derrubariam os

---

<sup>13</sup> Cf. III Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília, Contag, 1979. Entre diversas análises, ver: (MEDEIROS, 1989, p. 115) e (RICCI, 1990, p. 23-25).

seringais onde ganhavam seu pão. Na Baía e no Paraná, pequenos proprietários opunham-se à construção de barragens por hidrelétricas, criando o Movimento dos Atingidos por Barragens. Nos estados do sul, pequenos produtores bloqueavam estradas, protestando contra os baixos preços para seus gêneros, fumo, soja, suínos (PICOLOTTO, 2011); (CONTAG, 1981). Além disso, a CPT apoiara novas ocupações no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Promovia-se em 1982 encontro nacional dos Sem-Terra dos estados do sul e posteriormente, o encontro de representantes de doze estados em Goiânia. Em 1984 era criado oficialmente em Cascavel – Paraná, o Movimento dos Sem-terra. Em sua pauta de fundação punham como um de seus objetivos a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, apontando para uma sociedade socialista. A reação estatal e dos proprietários de terra não se fez esperar. No plano do Estado criou-se um ministério de assuntos fundiários, sob direção do general Danilo Venturini, sendo estruturado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins, que na prática, tendia a favorecer mais aos grileiros, legalizando o que já haviam feito (MARTINS, 1984, p.75); (ASSIS, 2007). Além disso, houve o esforço de enquadrar líderes da Contag, entre eles, José Francisco da Silva, na lei de Segurança Nacional. No plano da iniciativa privada, ocorreram vários assassinatos de lideranças, em especial na Amazônia, com a marca da impunidade para estes crimes, dentre os quais celebrou o de Margarida Alves, já citado.

A direção da Contag engajou-se na campanha por eleições diretas para presidente em 1984 e apoiou a candidatura de Tancredo Neves por via indireta em 1985. Tancredo prometia realizar uma reforma agrária e nomeou pessoas comprometidas com o processo, dentre elas José Gomes da Silva, para a presidência do Incra. O velho agrônomo poderia ter a oportunidade de implantar vinte anos depois o Estatuto da Terra. A Contag promoveu o IV Congresso, e pela primeira vez contou com a presença de um presidente da República, José Sarney, vice que assumira após a morte de Tancredo. Ali foi apresentada a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, que dentre outras coisas previa a desapropriação como principal meio para arrecadação de terras, o fim de projetos de colonização privados e a desativação de milícias privadas. No Congresso, a proposta foi aprovada, mas também se impuseram bandeiras do sindicalismo ligado à recém-lançada Central Única dos Trabalhadores (CUT), como o confisco de terras de titulação duvidosa e a possibilidade de desapropriação de terras pertencentes a empresas rurais. Além disso, considerou-se a necessidade de uma nova lei agrária após a Constituinte (MEDEIROS, 1989). Enquanto a direção da Contag apoiava as propostas governamentais, ainda que o IV Congresso procurasse aprofundá-las, o MST buscava atuar em diversos pontos do país, ocupando terras. Gaúchos deslocavam-se para Pernambuco, paranaenses para o Rio, tentando nacionalizar o Movimento (FERNANDES, 2000). As reações à proposta de reforma agrária e às ações do MST foram múltiplas: dentro do governo criaram-se planos de apoio ao pequeno produtor e projetos de desenvolvimento rural, visando desviar recursos da reforma agrária. No plano privado, além da reação de entidades tradicionais como a Sociedade Rural Brasileira, nascia a União Democrática Ruralista (UDR). A entidade formalmente fora criada para lançar candidatos à Constituinte, mas sua defesa fundamentalista do direito à propriedade, fosse ela obtida legalmente ou não, legitimava os assassinatos de padres, sindicalistas e advogados, que atuavam na defesa dos Sem-Terra. Ficou famoso o *slogan*: “para cada área invadida, um padre morto” (MEDEIROS, 1989, p. 145).

Quando em outubro de 1985 veio a luz o Plano de Reforma Agrária a negociação e não a desapropriação passava a ser o principal mecanismo de obtenção de terras, a revisão de incentivos fiscais prevista na proposta anterior, não tinha mais objetivo de devolver terras não cultivadas ao Estado, mas apenas corrigir seu uso e não se falava mais em áreas prioritárias para reforma agrária. O resultado foi a saída de José Gomes e sua equipe do Incra e a direção da Contag adotaria um tom mais crítico face ao governo Sarney (SILVA, 1987).

Derrotada a proposta de Plano de Reforma Agrária, Contag e MST juntaram-se na batalha da Constituinte. Tentava-se estabelecer uma área máxima de uma propriedade rural, a função social da propriedade. Rudá Ricci recorda as dificuldades da Contag, pois usava os argumentos da década de 1950, ou seja, que a reforma deveria ser feita para aumentar a produtividade no meio agrário. Os proprietários respondiam que o campo já se modernizara, (tecnologicamente isso era certo, mas não nas relações de trabalho) e, por outro lado, além de alimentar as cidades exportava ajudando o país a pagar a gigantesca dívida externa. Além disso, a batalha da constituinte contou com apedrejamento de defensores da reforma e pressão econômica dos proprietários. Afinal estabeleceu-se na constituição de 1988 o princípio da função social, mas também a impossibilidade de expropriação de terras consideradas produtivas, o que tornava difícil expropriar, pois toda terra, em princípio, pode vir a ser produtiva (RICCI, 1990; 1999).

Ao final dos trabalhos da constituinte enquanto o MST organizava-se em dezoito estados e promovia oitenta ocupações em 1989, forçando o governo Sarney assentar bem mais famílias do que se proporia (noventa mil segundo números oficiais) (FERNANDES, 2000), a Contag vivia uma situação paradoxal: desfrutava uma rede sindical que cobria virtualmente o país. Aliás, uma vitória na Constituinte foi que a aposentadoria rural passou de meio para um salário mínimo,<sup>14</sup> significando o coroamento de uma luta de mais de dez anos, especialmente dos sindicalistas do sul (PICOLOTTO, 2011), (COLETTI, 2005). Entretanto, a principal bandeira, a Reforma Agrária, não fora vitoriosa na Constituinte. Continuava a ser levantada, mas por um competidor: o MST. Rudá Ricci afirmava, escrevendo no calor da hora, que a Contag era um ator procurando o texto, ele seria encontrado na década seguinte.

## **2 NOVAS ÁRVORES: AGRICULTURA FAMILIAR E DIREITOS DAS MULHERES (1990-2016)**

A partir da década de 1990 pode-se afirmar que duas bandeiras caracterizariam a luta do movimento sindical mais afeto à Contag: o apoio aos agricultores familiares e a incorporação das mulheres ao movimento sindical e de suas pautas à plataforma de luta contagueana. A Reforma agrária se manteria como bandeira, entretanto muito menos mobilizadora, a não ser no que toca a algumas federações, como a de Pernambuco, que em meados da década de 1990, disputava espaços com o MST, ao ver os assalariados da cana desempregados e tentar reter seu público.

A vitória de Fernando Collor em 1990 marcou a implantação do modelo neoliberal no Brasil. O neoliberalismo é uma ideologia que prega a ausência do Estado em quase todas as atividades humanas, pois teóricos como Milton Freedman e Frederic Von Rayek sustentam ser a intervenção do Estado na economia um agente de escravidão. O trabalhador, com sindicato fortalecido, vê-se muito dependente do Estado, ao passo que o empresário fica escravizado por ele. Rayek chega mesmo a defender a importância do desemprego para garantir a liberdade dos agentes econômicos (COLETTI, 2005).

No que diz respeito à questão agrícola, o modelo neoliberal representou o fim dos juros negativos (abaixo da inflação) para o setor proprietário, além da concorrência com produtos estrangeiros. Isso foi gerando a quebra de pequenas propriedades e o desemprego nas grandes. Estamos observando a gestação da massa, que participará das ocupações de terra a partir de meados dos anos noventa (COLETTI, 2005).

Enquanto o MST reduzia suas ocupações face ao impacto da repressão do governo Collor, os sindicalistas contagueanos, agora aproximando-se de dirigentes da CUT, realizavam o V Congresso da entidade em 1991. Dali resultou importante manifestação, que obteve a

---

<sup>14</sup> Pode parecer pouco, mas em muitos lugares do Brasil a aposentadoria rural é a principal fonte de arrecadação.

conquista dos direitos de aposentadoria previstos na nova carta constitucional, mas que o INSS se recusava a pagar, por falta de um regulamento (TEIXEIRA, 2018). Neste mesmo ano após o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro no Pará, Contag, CUT e MST organizaram o Grito do campo: ocupando prédios públicos e promovendo atos de rua, protestavam contra a impunidade, bem como sustentavam a necessidade de reforma agrária e políticas públicas para o pequeno cultivador.

A partir de parcerias entre CUT e Contag e professores universitários realizaram-se no início dos anos noventa estudos a respeito dos pequenos produtores. O velho camponês, cuja morte fora anunciada tantas vezes por liberais e marxistas, mostrava-se vivo não só no sul do país, mas em diversos outros pontos, o que significava que precisava de apoio urgente. Daí em maio de 1994, enquanto as ocupações do MST cresciam durante o governo Itamar Franco, (COLETTI, 2005) Contag, MST, coordenação dos Povos indígenas do Brasil, Movimento nacional dos Pescadores, atingidos por Barragem realizaram em vários estados e no Distrito Federal “O Grito da Terra Brasil”: cobrava-se reforma agrária, política agrícola diferenciada para o pequeno produtor, bem como direitos trabalhistas e previdenciários (PICOLOTTO, 2011, 324).

O primeiro “Grito da Terra Brasil” obteve um primeiro Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP). Vinha num momento importante, pois o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que se elegeria presidente da República implantava o plano Real: em linhas gerais tratava-se de criar uma unidade monetária, que ancorava a moeda ao dólar, liberar as importações e aumentar muito os juros para atrair dólares que as pagassem (PEREIRA, 2009). Para o meio agrário tratou-se de aprofundar as consequências do que já ocorria no governo Collor, com um agravante: com a moeda paritária, o dólar além de não competir com produtos importados (pequenos cultivadores sulistas sofriam com os produtos argentinos e uruguaios), era difícil exportar. Aumentou o número de pequenos produtores falidos e de desempregados no campo.

Em 1995, a Contag, agora com forte influência dos cutistas especialmente do Sul, filiou-se à CUT e promoveu sozinha o Grito da Terra Brasil (TEIXEIRA, 2018). Por outro lado, o MST ou organizações a ele ligadas promoviam ocupações em diversos pontos do país. É importante lembrar que neste momento, embora a estratégia de ocupação fosse privilegiada pelo MST, ocorreram diversas ocupações promovidas por federações ligadas ao sistema Contag, (como vimos Pernambuco) e multiplicaram-se movimentos de luta pela terra: à esquerda o Movimento de Libertação dos sem-Terra, que pregava uma revolução socialista, à direita movimentos locais no Pontal do Paranapanema, no extremo-oeste de São Paulo.

Dois massacres marcaram uma virada na política do governo Fernando Henrique para o campo. Em agosto de 1995, Sem-Terras foram mortos, inclusive uma menina de sete anos, na ocupada Fazenda Santa Elina em Corumbiara (Rondônia). Como dois policiais foram mortos (o despejo fora feito de madrugada), pôde-se passar a ideia de confronto. Entretanto, em abril de 1996 19 sem terras foram mortos na rodovia PA 150, quando a interditavam em protesto exigindo a desapropriação da Fazenda Macaxeira (ASSIS, 2007).

A repercussão internacional foi gigantesca e o governo não teve outro remédio senão dar uma resposta. Aprovou-se um rito sumário para desapropriação, regulamentando a lei 8129, criou-se o Ministério de Desenvolvimento Agrário. O governo FHC apostaria suas fichas em alguns pontos: depois da marcha dos sem-terra a Brasília em 1997, buscou-se intensificar medidas repressivas como a proibição de negociar com ocupantes de prédios públicos. Ao mesmo tempo, procurou-se desenvolver a chamada Reforma Agrária de Mercado: associações de pequenos cultivadores levantam uma área para ser vendida e solicitavam-na ao governo, que com recursos públicos a comprava e os camponeses pagariam o financiamento. Do ponto de vista dos proprietários, aquilo sim, era a verdadeira Reforma Agrária, afinal não haveria um caráter punitivo pela expropriação, tão pouco haveria as incômodas visitas de funcionários do

Incrá para vistoriarem fazendas. Havia, entretanto, uma razão mais prática: os preços das terras baixaram muito durante o Plano Real. O Estado aqueceria o Mercado (LERRER, 2003). Quanto à Contag, tendo dirigentes como Ezydio Pinheiro, como membro do PSDB, teve um papel privilegiado neste momento, embora nas memórias de seus dirigentes, seja mais valorizada o diálogo com o governo Lula. No Governo FHC obteve o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (Pronaf), para que tivesse renda de até trinta mil dólares da época, quatro módulos fiscais, bem como o Pronafinho para pequenos cultivadores.

No que tange à Reforma Agrária de Mercado, os contagueanos acabariam rompendo com o MST, pois aceitaram o programa de crédito Fundiário financiado em parte pelo Banco Mundial, já que era uma antiga reivindicação em especial dos cultivadores do sul. Para os sem-terra, seria desviar recursos da Reforma Agrária, mas para muitos dirigentes da Contag era uma forma de facilitar a aquisição da propriedade. De acordo com João Márcio Pereira, o programa de Reforma agrária de Mercado era um sucesso do ponto de vista da adesão, já que lançado num período de seca, quando muita gente via na propriedade uma tábua de salvação; entretanto os adquirentes eram muito pobres e dificilmente se manteriam com a terra (PEREIRA, 2009).

No ano 2000 o governo FHC baixou um decreto proibindo por dois anos as vistorias em fazendas ocupadas. José Gomes da Silva, já filiado ao PT lamentava a manutenção deste decreto em 2008. De todo modo, a Contag continuaria levantando a bandeira de reforma agrária, porém com muito menos intensidade.

A partir da ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores em 2003 houve um fenômeno similar ao da Contag no início do governo Sarney em 1985. O Movimento dos Sem-Terra apostou suas fichas no segundo plano de Reforma agrária. Tanto Lula quanto Fernando Henrique afirmaram haver assentado centenas de milhares de famílias. De acordo com (COLETTI, 2005), (ASSIS, 2007) muito do que se afirmava ser assentamento era na realidade regularização fundiária. De fato, não era pouca coisa regularizar amplas faixas de terra, contudo, isso não era o mesmo que expropriar terras. Aliás, o governo Lula seria marcado pelo revivescimento do setor proprietário rural, sob o impacto do crescimento chinês e o consequente aumento do preço das *commodities*.

Quanto aos dirigentes da Contag perceberam que era muito mais viável lidar com os governos do PT. Os recursos para a agricultura familiar multiplicaram-se por seis, além de haver iniciativas como o Programa de aquisição de alimentos para as escolas, que incentivava a produção local. No plano sindical, a Contag viu a disputa num setor, que ela hegemonizara: se nos anos 1980 disputava os agricultores familiares, como agora são chamados com a UDR, nos anos 2000, a disputa deu-se no terreno da CUT. A entidade apoiara a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região sul, (FETRAFI-Sul, em 2001, e da Federação nacional (FETRAF-Brasil) em 2004 (TEIXEIRA, 2018). Daí a decisão de dirigentes da Contag filiados mais ao PCDOB (a CUT continua hegemonizada pelo PT) de se desfiliarem da CUT em 2009, durante o Décimo Congresso, havendo dirigentes ligados à CUT e à Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) vinculada ao PCDOB. A ideia dos comunistas é tentar conservar a unidade sindical, apesar das divergências. De todo modo, a entidade abandonou o trabalho, com os assalariados cada vez mais atuando de forma temporária. A direção da Contag, sob o gaúcho Alberto Ercílio Bloch, (2009-2017) organizou a criação da Confederação dos trabalhadores (as) assalariados (as) rurais em 2015, chamada por eles de dissociação.

Continuava-se a organizar o “Grito da Terra Brasil” a cada ano, mas os dirigentes da Contag percebiam certa acomodação na direção da entidade e na organização do grito: o governo Lula recebia para conversar, mas já sabia o que seria reivindicado e o que se responderia. Um tema que também ganhou visibilidade foi o do meio ambiente. Desde 2001, passou-se a defender a construção de um projeto de desenvolvimento Rural Sustentável. Aliás,

quando se fala em reforma agrária, tal qual em países como Peru e Chile, procura conectar-se a ideia de reforma agrária à de produção agroecológica.

Agroecologia, que é fundamental para pensarmos as mulheres. Como vimos, elas não participavam dos sindicatos até a década de 1970, passando a atuar neles em meados dos anos 1980. Tal atuação dinamizou-se a partir da criação da Comissão nacional de mulheres trabalhadoras rurais da CUT em 1986. Em 1989, haveria a primeira mulher participando da diretoria da Contag (Gedalva de Carvalho do Sergipe).

Em 1995, com a adesão da Contag, a CUT cria-se, após muita resistência dos dirigentes, uma secretaria de mulheres. Margarida Pereira da Silva (Ilda) recorda dos problemas psicológicos que enfrentou dentro da organização, face à pressão dos homens, que desqualificavam qualquer proposta vinda de uma mulher. Outras mulheres explicam, por exemplo que quando um dirigente de federação vai a Brasília, consegue ir de avião, mas quando é uma mulher, que precisa discutir pautas específicas das mulheres, tem de ir de ônibus. Vale salientar uma relativa insensibilidade percebida por elas nas discussões com os homens, já que temas como creche ou cuidado dos filhos são vistos como coisa de mulher. Ouvi esta mesma fala ao entrevistar a senhora Alicia Muñoz, dirigente da *Asociación Nacional de Mujeres rurales* e Indígenas em Santiago do Chile. A antiga moradora da província do Maule me falava que os homens não se preocupavam com estes temas e daí entenderam ser necessário deixar a *Confederación Ranquil* e criar sua entidade<sup>15</sup>.

Apesar de tudo, as dirigentes que se incorporavam à Contag, muitas com raízes em sindicatos filiados à CUT estabeleceram parcerias com diversas organizações feministas, de camponesas, como o Movimento de Mulheres Camponesas da região sul e das Quebradeiras de Coco, Pará, Maranhão, Piauí, além de organizações de cunho mais amplo como a marcha Mundial de mulheres e organizaram no ano 2000 no contexto da Promoção da Marcha mundial de Mulheres, o ato 2000 razões para Marchar era a primeira Marcha das Margaridas, homenageando Margarida Alves. O latifúndio tinha matado Margarida, diziam elas, mas como o corpo da indígena Mani na lenda da Mandioca, ela tinha virado semente. Neste momento havia relativamente pouca atenção governamental. Também reivindicaram o julgamento dos envolvidos no assassinato de Margarida Alves. O julgamento, depois de adiado duas vezes foi realizado em junho de 2001, com a presença de mulheres de todo o país. O acusado de ter mandado o assassinato, médico Zito Buarque foi absolvido. Segundo Raimunda de Macena ele não fora condenado, mas para elas, o fato de ser julgado, já equivalia a uma condenação (TEIXEIRA, 2018, 315). A partir de 2003, as margaridas passaram a marchar todo primeiro ano de governo. Neste momento conseguiam ser recebidas por autoridades e se obteve que a mulher figure com o marido como titular da terra em projetos de reforma agrária. Recorde-se que no período varguista, quando mulheres escreviam cartas a Vargas pedindo um lote de terras em projetos de colonização no contexto da chamada marcha para o oeste, lhes era respondido que não poderiam ser aceitas, pois só homens eram considerados chefes de família (RIBEIRO, 2008).

As bandeiras são múltiplas: da legalização do aborto, vista por elas como garantia de um direito ao corpo, ao direito à posse da terra, pelas quebradeiras de coco, pressionadas por pretensos proprietários, passando pelas questões ambientais. Lembram que sofrem o problema dos agrotóxicos duas vezes: ao lidar com eles no trabalho e ao lavar a roupa dos familiares (AGUIAR, 2015).

As marchas ganhariam maior visibilidade durante o governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Em 2015 foram acusadas pela mídia de governistas, por não encamparem as bandeiras de fora Dilma. Como lembra Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag, não se tratava de conivência com a corrupção, mas de entender que aquele governo

---

<sup>15</sup> Entrevista inédita de Alicia Muñoz ao autor. Santiago de Chile, 10 de julho de 2017.

era melhor para elas. Vale ainda salientar as tensões dentro da Contag: segundo alguns dirigentes, a entidade fica um pouco invisibilizada diante da profusão de entidades femininas participando da marcha. De uma forma ou de outra, as mulheres, que no início do período estudado não podiam sequer participar dos sindicatos, agora conquistavam espaço, havendo cotas de representação desde 1998 nas direções sindicais.

Ao final do período estudado, a Contag mudava de nome: Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, na agricultura, agricultores e agricultoras familiares. Deste modo, deixaria para trás o tema de assalariados e cada vez mais voltava para a atenção aos que, bem ou mal, já possuíam a terra. A deposição de Dilma em 2016 significaria o encerramento de um ciclo e uma fase mais aguda do modelo neoliberal, mas isso já seria outra história.

## CONCLUSÃO

Fundada num contexto de intensa mobilização social, a Contag sofreu vigorosamente o impacto do golpe empresarial-militar de 1964. Entretanto, apesar da intensa repressão, a razão não foi tão profunda quanto a chilena, no golpe do país andino em 1973. Haveria lugar para o sindicalismo na nova configuração de poder, ainda que subordinado, na qualidade de prestador de serviços previdenciários, como ficou claro na lei complementar 11/1971, que garantiu a aposentadoria aos rurais. Mesmo a reforma agrária, embora não aplicada foi tornada legal e a Igreja progressista, em momento de crise no início dos anos 1980 pôde apelar para desapropriação em áreas de conflito. Andando na “corda bamba” os contagueanos retomaram a atividade mais firmemente a partir de 1968, com toda cautela que o momento exigia.

Foi possível manter a bandeira de reforma agrária, apesar da Repressão. Face à abertura do regime, a moderação foi mantida e a greve de Pernambuco em 1979 testava os limites da legalidade do regime. O modelo deu seus frutos, mas esgotou-se face à mecanização e ao crescimento exponencial do trabalho temporário. Competindo com oposições sindicais e o MST a direção apostou suas fichas no Plano Nacional de reforma agrária do governo Sarney e, derrotado este, jogou as fichas na constituinte. Perdida esta batalha, o público foi afinal encontrado. Na parceria com cutistas observou-se a presença do agricultor familiar, o velho camponês não apenas não morreu, mas pode ser objeto de disputa, primeiro entre Contag e UDR e depois com as federações de agricultura familiar.

Finalmente, o tema do gênero, ou melhor as condições de vida das mulheres do campo progressivamente foram incorporadas aos programas da Contag. Diferente do Chile não foi preciso uma ruptura plena com a entidade sediada em Brasília. Tendo completado sessenta anos em 2023, a casa do Núcleo Bandeirante (sede da Contag) continua tendo certa relevância no cenário político nacional, como mostrou a visita do ex-presidente Lula em 2017, na abertura do Congresso no centro de Convenções Ulysses Guimarães. Diferente do MST parece ter conservado sua base social apesar do aprofundamento do neoliberalismo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Pacheco Porto. **Somos Todas Margaridas**: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo. Campinas, Unicamp, Tese de doutorado, 2015.

AMÂNCIO, Silvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje monumento histórico**: A revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná em suas Variadas versões. Maringá, Uem, Dissertação de Mestrado, 2009.

ASSIS, William Santos. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste Paraense**. Rio de Janeiro, UFRRJ, tese de doutorado, 2007.

- BARCELOS, Fernando Henrique. **Ação Sindical e Luta pela Terra no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.
- BRUNO, Regina Ângela. Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto. Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, **Revista Sociedade e Agricultura**, 1995. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/80/76>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- COLETTI, Claudiney. **A Trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 2005.
- COLETTI, Claudiney. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado, 1998.
- CONTAG. **Política Agrária e Conflitos no Campo**. Brasília, Contag, 1981.
- COSTA, Luis Flávio Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em Trincheiras: Rio de Janeiro (1948-1996). In: Sigaud, Lígia. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000**. Rio de Janeiro, Garamong, 2010.
- LERRER, Débora. **Reforma Agrária: os caminhos do impasse**. Porto Alegre, UFRGS, 2003.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962 – 1987**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, tese de doutorado, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **Conflito e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Consequência, 2016.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. São Paulo, USP, 2008.
- PEREIRA, João Marcio Mendes Pereira. **Política de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Rio de Janeiro, UFRRJ, tese de doutorado, 2011.
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Cuestiones Agrarias em el Varguismo y el Peronismo**. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. A Questão Agrária sob Regime Militar no Brasil e no Peru. In: Márcia Motta (Org). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava, Unicentro, 2009.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. As foices diante do palácio: os camponeses frente à política neoliberal do governo FHC (1995-2002). In: Keila Auxiliadora Carvalho, Janaina Martins Cordeiro, César Martins de Souza (Org). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil republicano**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019, v.1, p. 361-384.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Altas vozes da terra: proprietários rurais no Brasil e no Chile. Da luta contra a reforma agrária ao neoliberalismo (1958-1990). In: Vanderlei Vazelesk Ribeiro, Maria Verônica Secreto (Org). **O Rural em América Latina: Perspectivas**. Belo Horizonte, Fino Traço, 2021.

RICCI, Rudá. **Contag: um Ator à Procura de um Texto**. São Paulo, Cedec, 1990.

RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. Campinas, Unicamp, 1999.

RICCI, Rudá. A Maior Estrutura Sindical do Brasil: Papel do sindicalismo de Trabalhadores rurais no pós-1964. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (Org). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. O Campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**, São Paulo, Unesp, Brasília, Nead, 2009, Vol. 1, P: 321-339.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Um Sertão Entre Muitas Certezas: Luta pela terra no Sertão Carioca (1945-1964)**. Niterói, UFF, dissertação de Mestrado, 2005.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

SILVA, José Santana da. O sindicalismo rural em goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992). Goiânia, Universidade Federal de Goiás, tese de doutorado, 2014.

STEDLY, João Pedro. **História e Natureza das Ligas Camponesas**. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

TAVARES, Ricardo. **Contag: da Ditadura à Transição. Memória Social e Construção Política do Campesinato**. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1992.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos Sociais, Ações Coletivas e Reprodução Social: A Experiência da Contag (1963-2016)**. Rio de Janeiro, Uerj, tese de doutorado, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

WELCH, Clifford Andrew. **A Semente foi Plantada: As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

## A DEFESA DA DEMOCRACIA E DA FÉ CRISTÃ SEGUNDO A “FRENTE CONSERVADORA DE MARABÁ-PA”

Omar Alejandro Garcia Mendoza<sup>1</sup>  
Jerônimo da Silva e Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Composto por pessoas de distintas orientações profissionais, a “Frente Conservadora de Marabá” (FCM) é um movimento de cunho político e moral que tem como objetivo a construção de uma “nova direita”, alinhada em suas diretrizes com a preservação de “valores democráticos, liberais e cristãos”, no sudeste paraense. Segundo os membros, enfrentar de forma democrática o campo da esquerda ou o “marxismo cultural” e defender o conservadorismo político são as principais características. Por meio dos estudos de comunicação e de pesquisa de campo antropológica, tendo como recorte as postagens nas redes sociais, o artigo analisa como alguns membros constroem suas identidades e por outro lado, em sentido afirmativo, a valoração da moralidade cristã supostamente ligada aos princípios da direita.

**Palavras-chaves:** Conservadorismo. Frente Conservadora. Amazônia. Redes Sociais.

### THE DEFENSE OF DEMOCRACY AND THE CHRISTIANITY ACCORDING TO THE “FRENTE CONSERVADORA DE MARABÁ-PA”

### ABSTRACT

Composed of people from different professional orientations, the “Frente Conservadora de Marabá” is a political and moral movement that aims to build a “New Right”, aligned with its guidelines with the preservation of “democracy, liberal and Christian values” in the city of Marabá, in the southeast of Pará. According to the members of the group, the main characteristics are confronting the leftist democratically or “Cultural Marxism” and defending political conservatism. Through communication studies and anthropological research, having as a cutout the posts in social media, the article analyzes how the members construct their identities from the opposition to the “Marxist ideology”, and on the other hand, in an affirmative sense, of valuing a Christian morality supposedly linked to the principles of the right-wing.

**Keywords:** Conservatism. Frente Conservadora. Amazon. Social Media.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

### INTRODUÇÃO

A Frente Conservadora de Marabá é composta pelos movimentos Direita Marabá, Endireita Marabá, AMEI (Amigos Marabaenses mobilizados contra a Erotização Infantil) e Renova Pará. Trata-se de uma frente ampla composta por diversos movimentos caracterizados pela identificação com as ideias de direita, com forte atuação nas redes sociais e voltados para a afirmação dos valores “democráticos liberais e cristãos”. Neste artigo pretende-se identificar como as motivações morais e políticas que constituem as narrativas de pertencimento das tendências conservadoras se enlaçam nas postagens em redes sociais.

Mediante análise interdisciplinar se pretende compreender o papel das referências morais e políticas dos coordenadores do movimento por meio das postagens feitas no Facebook no decorrer de um ano (01 junho de 2019 até 01 junho de 2020), acompanhando a atuação nesta rede social. Estudos no campo da comunicação e antropologia são mobilizados neste contexto

<sup>1</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. <https://orcid.org/0000-0001-7816-605X>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. <https://orcid.org/0000-0001-7611-4790>

para visibilizar o enfrentamento político em relação ao grupo considerado pelos coordenadores da “frente ampla” como “opositor” ou dotados de “viés ideológico”.

Durante este período todas as postagens feitas pelo movimento na página de Facebook foram acompanhadas e, para isso, se ativou a função de Facebook “Favoritos” no sentido de cada vez que o movimento fizesse uma postagem o aplicativo nos notificasse, assim poderíamos seguir as atividades sem a dependência do algoritmo e sem ter que estar procurando a página o tempo todo, em razão de que os algoritmos respondem às interações com os usuários. Desta maneira o que se mostraria na linha de tempo seria a publicação com “maior sucesso”. A razão de fazer uma análise das postagens e não fazer uma análise dos analíticos, entendam-se “analíticos” como as curtidas ou reações, compartilhadas, comentários, pessoas alcançadas, engajamentos entre outros, é que perceberemos como eles pensam o movimento enquanto um ideal de conduta ética e política, portanto será uma abordagem qualitativa.

Ao finalizar a coleta das postagens, foram 253 capturas de tela, ou seja, uma publicação diária em média, e foram classificados em 22 eixos temáticos. Subsequentemente após recorte metodológico tivemos 28 postagens para ser analisadas, assim os eixos que ficaram com maior número de postagens foram: Esquerda e Liberalismo, com 04 cada uma; em seguida de Direita Marabá, Local-Marabá com 03 cada uma, e seguidamente Coronavírus, Diversidade Sexual e Feminismo com 2.

Entende-se o processo como uma extensão de seus posicionamentos políticos no ambiente virtual, tais postagens são intensificadas a partir das chamadas “Jornadas de Junho em 2013”, e em 2015 passou a unir diferentes pessoas para discutir sobre política mediante WhatsApp, e finalmente em 2017, quando o movimento foi levado para sua criação de diferentes perfis em diferentes redes sociais como: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e WhatsApp; para se manifestar e compartilhar seu ponto de vista.

A fim de acompanhar os elementos argumentativos e de sua pertença ao conservadorismo, as mudanças de pautas e eventualmente o alinhamento às diretrizes de Jair Bolsonaro, visibilizadas principalmente nas postagens que associam o conservadorismo com imagens ou discurso de Bolsonaro, como se necessariamente o conservadorismo dialogasse com o “bolsonarismo”, explicitando diferenças e aproximações que oscilam entre o conservadorismo, o neoliberalismo e os posicionamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Seguindo esse encadeamento, e a fim de elucidar como essas pessoas mobilizam e estruturam suas ideias neste movimento, apresentar-se-á aspectos do pensamento conservador, o contexto histórico e político de Marabá e em seguida relatos e postagens que permitem perceber como a Frente Conservadora de Marabá se percebe no espectro político nacional e regional.

## **1 PENSAMENTO CONSERVADOR [?]**

Compreender o conservadorismo político significa rever a constituição dos sistemas políticos contemporâneos. O que chamamos de "pensamento conservador" ou "conservadorismo político" remonta uma relação crítica de aproximação e distanciamento das ideias liberais, por um lado, e das ideias socialistas, por outro, no final do século XVIII e na segunda metade do século XIX, respectivamente. Um dos principais promotores do pensamento conservador foi Edmund Burke (1729-1797), orador político, filósofo e parlamentar em Londres, que dedicou parte de suas obras ao impacto do pensamento liberal na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos.

Em suma, Edmund Burke foi um testemunho cético do processo revolucionário francês, principalmente devido aos ideais predominantes de "progresso", "revolução" e "modernização", diante das mudanças sociais do seu tempo como processos que resultariam na perda de valores morais e na degeneração da sociedade. Segundo Burke (2012), “Em Reflexões sobre a

Revolução na França”, os processos revolucionários da época não teriam produzido as mudanças necessárias devido ao radicalismo e violência que as defendiam; mesmo defendendo as limitações do poder real e o fim dos privilégios da nobreza, valorizando parte da filosofia liberal, o autor vê em medidas contrarrevolucionárias e medidas alternativas reformistas/conciliatórias a necessidade para a preservação da ordem social.

A postura cética em relação aos princípios revolucionários e a busca da valorização das tradições e valores morais anteriores que nortearam as ideias de Burke foram decisivas para que fosse considerado o "pai do conservadorismo". Geralmente, três princípios expressam essa primazia conservadora: o primeiro, é a crença de que as mudanças sociais não devem ser decididas apenas pela racionalidade, mas que o peso do sistema de valores deve ser considerado; segundo, o postulado de que a organização da sociedade e a própria ordem do mundo obedecem a forças externas, independentes da razão humana; terceiro, na tentativa de defender seu conjunto de valores, o conservadorismo reconhece a autonomia das tradições de grupos específicos, não para assumir a integração, mas para naturalizar suas posições às custas do contrário, em uma escala de valores (LOSURDO, 2006).

No decorrer dos séculos XIX e XX, o conservadorismo político ramificou-se em várias tendências e adquiriu características consistentes com a realidade social de sua recepção, ou seja, a resistência aos processos de abruptos de mudança no modo de vida das pessoas passou a ser incorporado pelos conservadores como algo existente no pensamento liberal e no interior das doutrinas políticas ditas socialistas, portanto, não podemos pensar nessa configuração política apenas em termos de sua pluralidade, e sim na justaposição de princípios morais dificilmente identificáveis (LYNCH, 2017). Vários autores conservadores mantiveram também oposição aos princípios da filosofia política de Marx, como, por exemplo, Russell Kirk (1918-1994), responsável pela crítica da noção de ideologia em detrimento do que ele chamou de "A política da prudência". Para Kirk (2013), uma compreensão política do mundo baseada na capacidade de pensar valores e reconhecer que a realidade está rodeada de interesses econômicos e morais, e não somente de "valores abstratos", ou seja, na acepção de Kirk o conceito de "ideologia" em Marx seria apenas uma doutrina com fundo religioso, enquanto que a "prudência" seria o princípio conservador que livraria a sociedade do dogmatismo. O autor o expressa da seguinte forma:

Esta palavra – ideologia – significa, desde a Segunda Guerra Mundial, qualquer teoria política dogmática que consista no esforço de colocar objetivos e doutrinas seculares no lugar de objetivos e doutrinas religiosas; e que promete derrubar dominações presentes para que os oprimidos possam ser libertados (KIRK, 2013, p. 94).

No trecho acima, percebemos que uma das preocupações desse pensamento conservador é justamente a defesa dos valores morais e de certas tradições contra o que é chamado de "doutrinas seculares". Ou seja, o conceito de "ideologia", como usado por Marx, segundo Kirk, é um dogma que se cria através do valor abstrato da promessa de "derrubar os domínios atuais para que os oprimidos possam ser libertados" (KIRK 2013, p. 94), um valor abstrato que ignora o cotidiano dos costumes de uma determinada sociedade.

A adequação dos direitos, a conciliação dos interesses individuais e comuns, sem necessariamente ignorar as desigualdades sociais, não pode resultar na busca da mudança dos valores morais e minar as crenças políticas de um grupo. Roger Scruton, representante de um ramo do pensamento conservador na segunda metade do século XX, corrobora a busca por uma convergência dos interesses sem dar lugar a uma moralidade que separe "bons" e "maus", "opressores" e "oprimidos", como tal. Para Scruton essa suposição colocaria o Estado e a sociedade em constante perigo, obcecados com a estabilidade das tradições. Segundo o autor, a defesa da moral e das tradições não significa a defesa de um modelo moral baseado no julgamento incisivo do Estado ou de instituições sobre a moral e o interesse individual, mas na

assunção de tradições políticas que exigem a preservação de suas próprias doutrinas; caso contrário, o próprio conservadorismo cairia em regimes ditatoriais de direita e no próprio comunismo, regimes que em nome do Estado suplantariam a vontade do cidadão ou, no sentido contrário, mas igualmente perigoso, o avanço neoliberal nos costumes sociais, que alavancado pelo mercado financeiro, não problematiza o impacto negativo das políticas neoliberais (SCRUTON, 2015, p. 95-130).

Se não é possível definir, sem o devido corte histórico, como esse grande alcance das ideias políticas conservadoras dialoga com os liberais e se distancia criticamente dos marxistas, também não é prudente demarcar as etapas e a chegada dessas ideias ao Brasil sem o devido cuidado metodológico. Embora não seja viável pensar nas diferentes tendências do conservadorismo, é importante considerar que alguns desses princípios têm sido recebidos no mundo político brasileiro desde os anos 80, particularmente no debate político entre liberais, conservadores e progressistas durante o Império (LYNCH, 2017).

Certamente, o deslocamento de ideias filosóficas ou doutrinas morais encontrou uma variação significativa quando elas variam de seus lugares de origem, produzindo uma reconfiguração analítica e um impacto social inesperado, como é o caso, por exemplo, das ideias liberais no Brasil na época da proclamação da República (1889), do fascismo no contexto de Getúlio Vargas (1930-1945) e, mais recentemente, de uma leitura particular das ideias conservadoras no início deste século XXI (SCHWARZ, 1992).

A partir dos anos de 1940 no Brasil há a implementação de políticas positivistas com o objetivo de estimular o crescimento econômico, sendo parte deste novo regime a busca da integração das pessoas de baixa renda nos processos de urbanização das grandes cidades. acrescer que para o pensamento conservador era levantar a bandeira ao combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais, reproduzindo fenômenos como o fascismo, e o racismo (LOWY, 2015; SOUZA, 2016).

Com o término da ditadura militar em 1985, novos paradigmas foram replantados trazendo a nova constituição em 1988, o que se considera como a terceira república, como aponta Juan de Lima (2015), o desenvolvimento da mentalidade conservadora mudou no final do século XX e se dará no sentido da crítica ao pensamento liberal e socialista, com a crença em uma ordem moral, o reconhecimento dos costumes e das tradições, e a suspeição com relação à mudança com a ideia de que o povo brasileiro seria incapaz de se governar pela falta de controles sociais. Jamerson Souza (2016) considera que o conservadorismo repousará suas ideias sobre o idealismo, trazendo este pensamento ao conservadorismo contemporâneo.

Nesse sentido, no pensamento contemporâneo do conservadorismo, segundo Ferreira (2016), as características do discurso fazem parte da naturalização inquestionável das atividades humanas:

Uma das características da vida cotidiana, a repetição, faz com que tomemos por hábito diferentes ações no interior do mundo dos usos (costumes). O conservadorismo se alia a esse movimento de práxis repetitiva, uma vez que uma ideia conservadora aparece para nós como natural, inquestionável, e em razão da sua natureza de manter em permanência o que está estabelecido (justamente porque conserva) faz com que apareça também como coerente à própria personalidade do sujeito (FERREIRA, 2016, p. 5).

Sendo assim, que tudo aquilo que sempre foi natural não pode ser questionado, como assegura Bezerra Neto e Santos (2016), o que tem em comum os movimentos conservadores contemporâneos seria a defesa dos privilégios das elites, o fim dos programas sociais e a redução dos direitos dos trabalhadores.

Segundo Teixeira Da Silva (2019), no seu trabalho sobre discursos de ódio, aponta que a construção do conservadorismo atual tem uma linguagem em comum:

as ideias conspirativas como o complô do marxismo cultural, do globalismo e do ecologismo conspirativo etc. todos voltados pretensamente para a destruição do “reino do homem comum”, o hetero branco conservador e a decisão da defesa violenta de uma utopia regressiva (TEIXEIRA DA SILVA, 2019).

A constituição do conservadorismo no Brasil tem relação com elementos do liberalismo, embora não se confunda inteiramente com este. O conservadorismo então se delinea nas bases do ambiente bases no ambiente econômico e de justiça política capitalista, de forma que as mudanças sociais seriam influenciadas pelo papel do mercado, principalmente pela noção do mercado como uma entidade disputada através de postulados econômicos que preconizam a redução do poder do Estado através de diferentes discursos morais e a integração das pessoas nos processos de do dito desenvolvimento.

## 2 A CIDADE DE MARABÁ-PA

As promessas de desenvolvimento econômico em Marabá<sup>3</sup> tem uma longa trajetória na construção da cidade, como mostra Almeida (2008). Parte significativa da ocupação da cidade se deu pela dependência internacional da borracha provocada pela Segunda Guerra Mundial nos primeiros quartéis do século XX. Após a crise deste recurso natural pela concorrência asiática, a infraestrutura se tornou para a coleta da Castanha-do-Pará; assim em constante ocupação, os latifundiários se converteram nos grandes donos da extensão territorial pela necessidade da exploração dos recursos naturais, possibilitando um processo de mudança jurídica para que as leis fossem modificadas para outorgar o poder aos grandes donos da terra, que posteriormente introduziriam a pecuária; com o aumento da população e um novo mercado interno, a cidade se tornaria a mais importante da região na Amazônia oriental.

Assim, a transformação dos recursos naturais foi o principal meio para o desenvolvimento da cidade. Neste sentido, as principais atividades econômicas segundo a divisão de Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais do estado de Pará (IBGE, 2020), figuram 8 atividades predominantes nos últimos anos, com dados do IBGE, as quais são: 1) Indústria geral, 2) Indústrias extrativas e 3) Indústrias de transformação: fabricação de produtos alimentícios, bebidas, produtos de madeira, celulose, produtos de minerais não-metálicos e a metalurgia.

Para Ikeda (2014), entre os períodos de 1985 a 2012, na composição política de Marabá são notórios os movimentos populares pela luta da terra, pois os atingidos pelas barragens se manifestavam contra o saque do minério, sendo o fator econômico uma adesão ao seu entendimento para que, a cada ano eleitoral, o poder político seja composto e recomposto sem alterar o predomínio do poder econômico, com a narrativa da proteção da propriedade privada.

O que se percebe é a articulação de uma burguesia agrária e industrial, ligadas ao ramo da siderurgia e, também, de uma burguesia comercial e de serviços, que para viabilizarem seus negócios, a cada ano eleitoral, esforçam-se para manter influência ou o controle sobre o Poder Executivo (IKEDA, 2014, p.83).

Igualmente, a ocupação pela atração de incentivos fiscais e as migrações agressivas, as pessoas começassem a ser os latifúndios da cidade pela exploração dos recursos naturais, criando oligarquias econômicas e empresas privadas, ou seja, novos grupos no cenário político que buscavam a manutenção de políticas de capitalização de bens. Este processo desenvolvimentista foi instaurado na total ausência de políticas ambientais, permitindo a

---

<sup>3</sup> O município de Marabá tem uma extensão territorial de 15.128,058 km<sup>2</sup>; com uma população de 233.669 pessoas das quais na divisão da cor ou raça no último censo realizado em 2010 (IBGE, 2020), a distribuição constituiu na seguinte maneira: parda (69,93%), branca (21,14%), preta (7,72%), amarela (0,98%) e indígena (0,23%).

fragmentação do território a apropriação ilegal de terras e venda de hectares estruturando o latifúndio o que por sua vez, causa o deslocamento forçado das comunidades indígenas e camponeses, compondo o mosaico de conflitos sociais pela luta do território (SOUZA, 2015; LOUREIRO et al., 2005).

Um programa que permitiu essa reestruturação foi o Programa Grande Carajás (PGC) nos anos de 1980, que produziu mudanças na região devido à luta pelo espaço público, desde projetos de mineração e hidrelétricas, tendo como consequência a criação de novos monopólios devido à disputa pela terra e a busca dos limites do Estado motivada pelos diferentes grupos sociais (SOUZA, 2015; HÉBETTE, 2004).

Nas últimas décadas, para além das dinâmicas territoriais e econômicas, outro fator a ser considerado é a composição dos diferentes grupos religiosos na cidade. No censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com um total de 233.767 pessoas entrevistadas, entre as religiões mais preponderantes estão: 56,34% Católicos Romanos, 30,06% Evangélicos<sup>4</sup> e 0,87% Testemunhas de Jeová.

Os dados supracitados convergem com a ampla adesão do sudeste do Pará ao discurso conservador, classificado como de “direita”, os perfis nas redes sociais de lideranças religiosas e mesmo os oficiais das denominações sinalizaram para uma crescente simpatia com as pautas morais e religiosas, em detrimento das questões socioeconômicas. No âmbito do pleito eleitoral em que Jair Bolsonaro se tornou vitorioso a cidade de Marabá, bem como municípios circunvizinhos deram expressiva vitória a este candidato. Ainda que não se possa subestimar o apoio das elites agrárias, empresariais conjugadas ao perfil político desses grupos no uso do poder econômico massivo em propagando e pressão social, o componente moral-religioso emerge como digno de reflexão na pesquisa.

Nestas relações com o eleitorado no período de 2018, quando o atual presidente Jair Messias Bolsonaro concorria como candidato, nos resultados do 2.º turno, obteve 45,19%, dando-lhe a derrota no Pará, e só ganhou em 33 dos 144 municípios que compõem o estado. Segundo o detalhe da cidade de Marabá, Bolsonaro ganhou com 55,91% nos núcleos mais urbanizados, como podemos observar na seguinte tabela:

**Tabela 01 - Núcleos Urbanos Marabá**

| No.   | MARABÁ                          | FERNANDO HADDAD |        | JAIR MESSIAS BOLSONARO |        | Total Geral |
|-------|---------------------------------|-----------------|--------|------------------------|--------|-------------|
|       |                                 | Votos           | %      | Votos                  | %      |             |
| 1     | CIDADE NOVA                     | 406,00          | 24,49% | 1.252,00               | 75,51% | 1.658,00    |
| 2     | NOVO HORIZONTE                  | 917,00          | 30,30% | 2.109,00               | 69,70% | 3.026,00    |
| 3     | BELO HORIZONTE                  | 2.778,00        | 31,59% | 6.016,00               | 68,41% | 8.794,00    |
| 4     | LARANHEIRAS                     | 2.172,00        | 37,18% | 3.670,00               | 62,82% | 5.842,00    |
| 5     | NOVA MARABÁ                     | 14.265,00       | 39,19% | 23.088,00              | 60,81% | 37.353,00   |
| 6     | AMAPÁ                           | 1.578,00        | 38,58% | 2.512,00               | 61,42% | 4.090,00    |
| 7     | MARABÁ PIONEIRA                 | 3.535,00        | 43,26% | 4.637,00               | 56,74% | 8.172,00    |
| 8     | AEROPORTO                       | 242,00          | 47,92% | 263,00                 | 52,08% | 505,00      |
| 9     | LIBERDADE                       | 3.661,00        | 48,43% | 3.898,00               | 51,57% | 7.559,00    |
| 10    | NOSSA SENHORA APARECIDA         | 691,00          | 49,57% | 703,00                 | 50,43% | 1.394,00    |
| 11    | REGIÃO DO TAPIRAPÉ - ZONA RURAL | 245,00          | 53,80% | 218,00                 | 46,20% | 473,00      |
| 12    | NOVO SÃO FÉLIX                  | 1.986,00        | 37,08% | 1.827,00               | 47,92% | 3.813,00    |
| 13    | INDEPENDÊNCIA                   | 1.702,00        | 32,58% | 1.535,00               | 47,42% | 3.237,00    |
| 14    | BOM PLANALTO                    | 1.576,00        | 53,21% | 1.386,00               | 46,79% | 2.962,00    |
| 15    | MORADA NOVA                     | 2.865,00        | 56,62% | 2.195,00               | 43,38% | 5.060,00    |
| 16    | CAPOEIRAS - ZONA RURAL          | 105,00          | 59,32% | 72,00                  | 40,68% | 177,00      |
| 17    | SÃO FÉLIX                       | 1.860,00        | 59,92% | 1.244,00               | 40,08% | 3.104,00    |
| 18    | ZONA RURAL                      | 6.970,00        | 62,20% | 4.235,00               | 37,80% | 11.205,00   |
| 19    | JARDIM UNIÃO                    | 724,00          | 67,41% | 350,00                 | 32,59% | 1.074,00    |
| Total |                                 | 48.278,00       | 44,09% | 61.220,00              | 55,91% | 109.498,00  |

**Fonte:** Organizado pelo autor com dados do TREP, 2020.

<sup>4</sup> Entre os Evangélicos, a segunda crença com maior presença na cidade, encontram-se os Missionários, conformados pelos Adventistas, Batistas, Congregacionais, Luteranos, Metodistas e Presbiterianos, e os Pentecostais, que incluem as ordens da Assembleia De Deus, Casa Da Bênção, Comunidade Evangélica, Congregação Cristã Do Brasil, Deus É Amor, Evangélica Renovada, Igreja Do Evangelho, Quadrangular, Igreja Universal Do Reino De Deus, Maranata, Nova Vida, O Brasil Para Cristo, entre outras. Com os resultados da tabela podemos determinar que, na parte Pentecostal, a Assembleia de Deus é a mais proeminente, e já com a Missionária Evangélica, os Adventistas.

Além disso, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TREP) no estado tem o registro de 33 partidos que participam da cena política: Avante, Cidadania, Democracia Cristã, Democratas, Movimento Democrático Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista Do Brasil, Partido Da Causa Operária, Partido Da Mobilização Nacional, Partido Da Mulher Brasileira, Partido Da Social-Democracia Brasileira, Partido Democrático Trabalhista, Partido Dos Trabalhadores, Partido Liberal, Partido Novo, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, Partido Republicano Da Ordem Social, Partido Social Cristão, Partido Social Democrático, Partido Social Liberal, Partido Socialismo E Liberdade, Partido Socialista Brasileiro, Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Trabalhista Cristão, Partido Verde, Patriota, Podemos, Progressistas, Rede Sustentabilidade, Republicanos, Solidariedade e, Unidade Popular.

É portanto, também um campo de luta pelo poder pelas diferentes oligarquias que estão representadas nos poderes do estado, isso para proteger seus interesses particulares encobertos muitas vezes como interesses políticos do bem social, com o argumento de manter uma economia “saudável”, porque a não ordenação poderia trazer convulsões sociais que poderiam afetar essa acumulação do capital quando é entendida como uma ameaça, que são os laços mantidos pelo grande conflito de interesses com os diferentes atores na cidade de Marabá.

Podemos observar que no agrupamento das diferentes postagens não se identificou outros líderes políticos que não estejam alinhados com o bolsonarismo, mas sim, a recorrente exposição dos líderes do movimento visto que na maioria das publicações aparecem seus rostos.

Assim, esta imagem habitual foi utilizada quando um dos líderes do movimento se candidatou para vereador da cidade, dado que já se tinha um trabalho de anos, ao que o poder do movimento “Direita Marabá” pode ser utilizado para suportar uma campanha eleitoral pela quantidade pessoas que já seguem o movimento. Lembramos que este último elemento não constitui objeto da pesquisa.

A seguir, algumas fotografias do blog “Olhar do Alto”, que pertence a um dos membros do movimento, no qual registrou diferentes momentos da campanha eleitoral, aparentemente fizeram parte do movimento “orgânico” gerado na cidade de Marabá que teve participação do presidente em um dos eventos de apoio: veja a (fig. 1 – Frente Conservadora presenteia Jair com faixa presidencial e miniatura da bandeira, fig. 2 – “Marabá com Bolsonaro”):

**Figura 1:** Marabá com Bolsonaro



Fonte: Blog: Olhar do Alto, 2020.

**Figura 2:** Manifestação pública



Fonte: Blog: Olhar do Alto, 2020.

Partimos também dos pressupostos de que as regras do Facebook são regras de mercado e não políticas de Estado, pelo fato de que as redes sociais começaram a ter mecanismos de controle em resposta ao mercado, pela interação das relações que são criadas mediante o intercâmbio que fazem as pessoas, criando redes sem necessidade da tutela ou autorização do Estado.

O principal interesse é o trânsito de publicidade, assim, neste caso, o Facebook não se interessa diretamente pelas postagens políticas compartilhadas em sua plataforma, e não são limitados ou restritos, permite assim que qualquer um pode compartilhar pensamentos, ideias, motivações, desde que as regras do negócio sejam respeitadas, sem necessidade de que tenham alguma consequência (RHEINGOLD, 2004; CASTELLS, 2006; 2009).

Nesta adaptação das regras de mercado às políticas de Estado, as redes sociais têm se normalizado em nosso cotidiano, assim como o conceito de democracia se tem ampliado, dado que as redes sociais são utilizadas para procurar referências políticas.

Assim, podemos encontrar os perfis dos políticos, páginas dos partidos políticos, grupos ou páginas em favor de algum político ou pensamento/ideologia política, porém as redes sociais estão sendo nas últimas décadas um importante suporte de mobilização social. Assim, a normalização das redes sociais e o efeito do poder no cotidiano de sua utilização não podem ser considerados como algo secundário na compreensão da experiência social (GOMES, 2018).

Consequentemente como estabelece Gomes (2018), as redes sociais começaram sua participação na sociedade, tornando-se a chave para a digitalização das conexões humanas mediante diferentes dimensões, “os ambientes digitais cumprem funções de referência política, ideológica, identitária etc. de acordo com a clivagem que cada um considerar importante e usar como critério para selecionar as conexões que manterá online” (GOMES, 2018 p.82).

Assim os indivíduos já organizados nas redes sociais começaram a atuar nos novos meios digitais que iam se integrando nosso cotidiano. As pessoas passaram a ter mais contato com muitas informações sobre a política e as instituições representativas, assim como descobriram e passaram a atuar em novos meios de comunicação, publicando e discutindo temas políticos (CASSANAVA; CERVI, 2019, p.89).

### **3 FRENTE CONSERVADORA DE MARABÁ**

Ao finalizar a coleta das postagens, foram 253 capturas de tela, ou seja, uma publicação no dia em média, e foram classificados em 22 eixos temáticos. Subsequentemente após a depuração, tivemos 28 postagens para ser analisadas. A seguir algumas amostras e análise do material da pesquisa de campo:

A publicação do Facebook está composta pela captura de tela do Twitter do Max, (Fig.3), – ex-Policial Militar, 25 anos, acadêmico de Engenharia Mecânica, nas horas vagas é motorista de aplicativo.

O recorte da publicação acompanha uma fotografia dele mesmo. No conteúdo da postagem podemos observar, que utiliza uma notícia onde se explica que um militar da comitiva do Presidente foi preso por tráfico de drogas na Espanha. O que se sabe sobre a prisão do militar com 39 kg de cocaína em avião da FAB na Espanha: Um sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) foi detido nesta terça-feira (25) sob a acusação de transportar 39 quilos de cocaína dentro do avião da equipe que dá suporte à comitiva do presidente Jair Bolsonaro (PSL) (BBC News Brasil, 26 jun. 2019).

O argumento da publicação é utilizar dois eventos, o primeiro sobre a legalização das drogas, e o segundo, a suspeita da pessoa, na qual a esquerda “determina” que o Presidente deve ser culpado pelo ato do militar ao estar em posse de drogas.

**Figura 3:** Publicação Esquerda 01

Fonte: Pesquisa de Campo - <https://www.facebook.com/direitamaraba/>

A narrativa da publicação é construída mediante os dois eventos expostos, com o encerramento de uma verdade pronta, na qual o leitor não precisa fazer uma análise da situação, pelo fato da publicação concluir com “a desonestidade ou a hipocrisia da esquerda”, a qual tem como objetivo fazer que o leitor entenda que o Presidente não tem relação com o sucedido, e a esquerda estaria criando outra um factóide, conforme destacam Gomes e Dourado nos fenômenos da comunicação política (2018, p.34) “há cada vez mais reivindicações de verdade e há cada vez mais mentiras no que se refere às histórias que, presumivelmente, dão conta dos fatos da política”. Desde que a publicação propõe uma verdade pronta, se deve dar um sentido de urgência à publicação, na qual o usuário deve conhecer sobre o que a “esquerda” está fazendo e ficar atento.

Na publicação seguinte (fig. 4) aborda o caso do filho do Presidente, Eduardo Bolsonaro. Em uma entrevista, ele falou que se a “esquerda se radicalizar se aplicará o AI-5” (Ato Institucional nº 5)<sup>5</sup>, e um dos coordenadores do movimento, neste caso, Max utilizou seu Twitter pessoal para comentar sobre a situação e tirou uma captura de tela para fazer uma publicação no Facebook onde adicionou mais informações. Essa publicação tem uma narrativa similar à anterior, o que procura é se posicionar sobre o evento, além de que faz uma comparação com dois casos: o primeiro é a consequência do outro, ou seja, se tem as ferramentas necessárias, mas se a “esquerda” chegar até lá, em outras palavras como ele propõe, “sequestrando aviões”, “explodindo quartéis”, a força do Estado poderia ser utilizada, dando assim um sentido de urgência, o qual o leitor precisaria se informar para ter conhecer profundamente os supostos planos de poder da “esquerda”.

Também, se pode observar a defesa da narrativa do deputado, em razão de que mostra apoio por parte do movimento.

<sup>5</sup> UOL (Brasil). Eduardo Bolsonaro fala em novo AI-5 “se esquerda radicalizar”. Universo Online, São Paulo - Brasil, p. Não se aplica, 31 out. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-fala-em-novo-ai-5-se-esquerda-radicalizar.htm>. Acesso em: 13 ago. 2020.

**Figura 4:** Publicação Esquerda 02

Fonte: Pesquisa de Campo - <https://www.facebook.com/direitamaraba/>

Seguidamente a (fig. 5) apresenta uma publicação que começa com uma pergunta para se responder com uma ironia, o que propõe é que não existe uma “esquerda cristã”; a publicação é feita em resposta à visita que à época o ex-presidente Lula fez no dia 12 de fevereiro de 2020 ao Papa Francisco<sup>6</sup>.

A postagem está composta de um jogo de palavras, na qual faz uma relação de Lula com Lúcifer e do Papa Francisco com Fidel Castro, para fazer referência ao regime comunista da Cuba, e que o ex-presidente em nome do PT (Partido dos Trabalhadores) faria qualquer coisa pelo poder, relacionando finalmente o Papa com o diabo.

**Figura 5 -** Publicação Esquerda

Fonte: Pesquisa de campo - Direita Marabá Facebook

<sup>6</sup> TELESUR. Lula y Francisco se reúnen en Vaticano: Hablan de un mundo más justo y fraterno: El expresidente brasileño viajó al Vaticano para una audiencia privada con el Sumo Pontífice. TeleSur, [S. l.], p. Não se aplica, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/papa-francisco-lula-encuentro-vaticano-20200213-0023.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

Nesta publicação (fig. 5), o elemento é de “desengano” para os usuários, na qual devem estar alerta do que está fazendo a esquerda, se associando com a depravação moral, o ateísmo sob a fachada da Igreja Católica. Na maioria dos casos, o autor da postagem evita falar sobre religião, não comenta quais são os valores “cristãos”, mas os utiliza assumindo que todos sabem quais são.

Nos recursos visuais, aparece o líder do movimento cumprimentando o Presidente Bolsonaro, e nos cantos inferiores é ele mesmo, mas agora como se estivesse dando uma palestra e, num outro canto, com o uniforme de polícia militar, com o propósito de complementar ou repetir seus ideais políticos, e seus origines. Nas imagens da esquerda podemos analisar que as postagens sempre são no sentido de construção de oposição, que constroem seus ideais em que não são eles ao colocar as narrativas como “adversários”, entendendo-se o que se tem que combater, além do reforço visual em quem são eles.

Na postagem seguinte (fig.6) existem diferentes elementos, um dos primeiros é estar a favor do Golpe de Estado ocorrido em 1964, momento em que o Brasil teve uma intervenção militar, mas na publicação é chamada de “56.º Aniversário desde o movimento que salvou o Brasil da ditadura comunista”.

**Figura 6:** Publicação Direita Marabá



**Direita Marabá**  
2 min · Facebook for Android · 📱

31 de Março!

Quantas vezes comemorei em silêncio essa data, por na época ser um Militar da ativa.

Como todos sabem, enquanto estive no poder esquerda havia proibido os quartéis de celebrar esse glorioso dia. Hoje comemoramos o 56º Aniversário do movimento que salvou o Brasil de uma ditadura vermelha, a ditadura do proletariado.

Não teria data melhor pra anunciar que eu, Max Souza, pré-candidato deste movimento, consegui - contra toda as expectativas - Me filiar a um partido que me GARANTIU INDEPENDÊNCIA para continuar defendendo nossos valores.

Escolher o partido não foi uma decisão fácil. Desde o racha do presidente com seu antigo partido, o PSL deixou de ser uma opção. Então, eis que surge uma luz no fim do túnel chamada "Aliança pelo Brasil". Fomos às ruas colher assinaturas. Muitas vezes o povo de Marabá foi lá cooperar. Mas graças a morosidade do TSE, o primeiro partido conservador a surgir no Brasil deixou de ser uma opção para as eleições 2020.

E se só ganhar quem gasta dinheiro público? Então, perderemos sem medo de sermos felizes e com a consciência limpa de não abrir mão dos valores que defendemos por qualquer cargo público que seja.

Então, continuamos e em reunião com presidente do PTB de Marabá, pastor Ronisteu, ouvi "Nesse partido você será livre para continuar defendendo seus valores". Pois bem, a decisão era quase certa! Depois de uma longa reunião entre os coordenadores, votamos entre todos os partidos que nos convidaram e o movimento entendeu que o PTB era a melhor opção.

Agradecemos a todos os nossos seguidores pelo apoio, quero deixar o registro de que só chegamos até aqui graças a vocês, a todos nossos amigos meu muitíssimo obrigado!

- Max Souza

#direita #direitamaraíba #direitaconservadora  
#Bolsonaro #Bolsonaro2018 #Bolsonaro2020  
#direitamaraíba2020 #maraba #marabá #marabapa  
#leicoes2020 #31demarço

Como eu disse, escolher o partido que irá acolher o futuro candidato do Direita Marabá não foi uma decisão fácil. Porém, parando pra pensar, o que mesmo foi fácil até aqui? Nada! O fato é que, independentemente da minha DECISÃO, eu seria julgado. Muitos dirão, porque não escolheu esse ou a aquele. Outras pessoas se acharão no direito de determinar qual caminho este movimento deve seguir. RESPEITO SUAS OPINIÕES. Mas eu fiz um escolha, escolhi ouvir quem ao longo desses quatro anos esteve lutando ao meu lado. Cidadãos de trabalho ferrenho, voluntários e determinados.

Primeiro pontuamos, garantir ao pré-candidato do DIREITA MARABÁ independência para continuar defendendo os valores que sempre defendemos. Mas qual partido poderia garantir isso? Confesso que minhas expectativas não eram as melhores. Foi uma longa caminhada até a decisão. De reunião em reunião, de conversa em conversa, ouvindo muitos "vocês estão loucos" ou "a política Municipal não é assim", ou ainda "Não se ganha sem dinheiro", "Você vai ter que apoiar nosso candidato à prefeito".

Mas, nós não nos demos por vencidos e estávamos decididos, vamos até o fim sem nos render ao sistema. E se não der, não concorreremos! Mas parar, JAMAIS.

2020  
1964  
31 DE MARÇO

SE ANOS REGAL O MOVIMENTO QUE SALVOU O BRASIL DA DITADURA VERMELHA

NO 56º ANIVERSÁRIO DO MOVIMENTO 64  
OFICIEI MINHA FILIAÇÃO AO PTB.  
PARTIDO QUE ME GARANTIU  
INDEPENDÊNCIA COMO PRÉ-CANDIDATO  
MEUS VALORES SEMPRE ESTARÃO  
ACIMA DE QUALQUER PLEITO!  
O MOVIMENTO DIREITA MARABÁ SEMPRE  
SERÁ A MINHA PRIORIDADE!

UMA Vez PTB  
SEMPRE FOI

Fonte: Pesquisa de Campo - <https://www.facebook.com/direitamaraiba/>

Posteriormente, utiliza a data para se manifestar como possível pré-candidato a vereador da cidade, onde ele expõe seus motivos pelos quais escolheu um partido político para se candidatar, aclarou que o partido Aliança pelo Brasil não obteve o registro, e para continuar com seu trabalho político em Direita Marabá optou pelo partido PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), assim também explica as causas para participar na política da cidade.

A publicação não oferece explicações sobre a opinião do “Golpe Militar” ou “Aniversário desde o movimento que salvou o Brasil da ditadura comunista”, apenas enfatiza os questionamentos do *status quo*, vinculando a situação da candidatura como vereador da cidade. Tem-se a utilização de referências históricas sem relação direta ao tema, de uma maneira de igualar os entes envolvidos na questão para despertar a atenção de quem faz a leitura da postagem pela sua participação na política.

Outros elementos que podemos destacar é a utilização dos valores cristãos como se fossem uma compreensão social, na qual todos “temos”. No entanto, entendemos do que está falando. A postagem é criar empatia com o usuário, além de que se mostra com o presidente, com o uniforme de polícia militar, e palestrando algum evento; para fazer alusão da trajetória de Max.

Assim também, podemos analisar o jogo político que faz o Movimento ao mostrar as alianças que são criadas na cidade pelo poder político, ainda assim a filiação a um partido também traz outro tipo de relações, neste caso seu público (seguidores), potenciais eleitores; desse modo a plataforma de Direita Marabá se converte em um foro para manifestar suas convicções políticas.

Na mesma direção pode-se perceber seu crescimento argumentativo para justificar seu sentido de pertença ao conservadorismo mediante suas intervenções e, enquanto seu pensamento vai mudando com as pautas, por exemplo, alinhando-se às diretrizes de Jair Bolsonaro, as postagens associam o conservadorismo com imagens ou discurso, como se necessariamente o conservadorismo dialogasse com o “bolsonarismo”, explicitando diferenças a aproximações que oscilam entre o conservadorismo e os posicionamentos do outrora Presidente Jair Bolsonaro.

Igualmente, nota-se uma insuficiente análise sobre os autores conservadores explícitos nas postagens das redes sociais da Frente Conservadora; dialogam mais com notícias que são uma “paráfrase” do pensamento conservador, não se trata de negar ou mensurar o quanto seriam conservadores ou não, mas de perceber que as referências dos teóricos do(s) conservadorismo(s) são menos acionadas nas postagens em detrimento do dito “enfrentamento democrático” que julgam assumir contra as tendências de esquerda, mobilizando assim postagens sobre dados institucionais em temas de impacto social, como a diversidade sexual ou política de armamento.

O objetivo do movimento que se tem na página de Facebook é “Movimento político apartidário de Direita dedicado ao estudo do conservadorismo em Marabá-PA”, mas no decorrer das publicações aparecem relatos que buscam justificar a posição de pertença aos quadros políticos de direita, sempre em oposição à esquerda. O conceito que o referido movimento de Direita tem de si, portanto, segundo a pesquisa, embora formado criativamente a partir da articulação entre certas compreensões do conservadorismo e do alinhamento do dito “Bolsonarismo”, carece de profundidade analítica na sustentação de muitos argumentos apresentados nas redes sociais e entrevistas presenciais.

Neste processo, o movimento conservador que vem da Europa e Estados Unidos não se apresenta nas publicações, de modo que não percebemos uma quantidade de leituras mais expressiva sobre os próprios autores que dizem utilizar para se fundamentar, mas podemos perceber que transformam seu conhecimento em memes ou em postagens de uma maneira mais, digamos, acessível, fazendo que o Movimento seja baseado em impressões retiradas de postagens nas redes sociais. Em função disso, as divulgações são feitas sobre matérias

jornalísticas para se apoiam em fatos que posteriormente são interpretados pelos seus “conhecimentos empíricos”.

Além disso, uma característica das postagens nas redes sociais é que a pesquisa não seja sob as audiências ou públicas. Ou seja, nota-se pela predileção de utilizar um “modelo” baseado em um acontecimento postado em uma matéria e posteriormente seguida de interpretação pelos líderes do movimento, apelando para a “simpatia” dos seguidores da página, o que seria uma estratégia mesma do movimento, reforçando a leitura imediata e compulsiva das postagens e da atualização da linha do tempo, aspectos característicos das redes sociais como um todo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a Frente Conservadora de Marabá, como qualquer tendência ou organização política, tem o potencial de revelar as mudanças sociais e as suas motivações na cosmovisão engendrada por determinadores setores da população. Certamente, aspectos gerais norteiam o significativo aumento de movimentos ou tendências ditas conservadoras na sociedade brasileira, dentre eles, o ataque sistemático aos movimentos de esquerda, o discurso religioso voltado para demonização do campo progressista ampliando e massificando a intolerância no país e por fim o próprio avanço da extrema direita personificada na eleição do ex-Presidente Jair Bolsonaro (2018-2022).

Embora existam pesquisas no Brasil sobre o conservadorismo, no estado do Pará, particularmente Sul e Sudeste da região, não se constatou trabalhos acadêmicos sobre a temática. No artigo apresentou-se brevemente as origens gerais do pensamento conservador no século XIX até a sua recepção no Brasil afim de entender, resumidamente, determinadas mudanças no pensamento conservador nos últimos séculos, e como cada movimento busca objetivos diferentes.

A Frente Conservadora de Marabá exerce influência, direta ou indireta sobre outros grupos, sejam políticos, econômicos ou religiosos, amparam suas propostas sem necessidade de pertencer algum grupo aludido, ou seja, procuram elaborar identificações homogêneas, que é o que caracteriza o movimento. Ainda que muitos dos relatos pareçam parte do senso comum ou tendencialmente óbvios é importante construir um olhar objetivo sobre o tema do conservadorismo, para assim compreender as suas idiossincrasias e o quão exercem ou refletem as ideias políticas baseadas na moralidade e religião na sociedade da qual fazem parte.

As redes sociais são utilizadas para gerar um enfrentamento político mediante a afinidade, o que é importante para criar comunidade nas redes digitais, as quais agem para explicar acontecimentos locais, regionais ou nacionais, atraindo assim outros grupos com pensamento similar e criando uma rede de “consciência conservadora” na qual se apoiam em diferentes posicionamentos em oposição às pautas de esquerda. Poder-se-ia dizer que replicam as interpretações do presidente (Jair Bolsonaro), fazendo que se crie uma rede de apoiadores com os mesmos interesses pela competição do poder da representatividade política, muito embora não se possa assumir tal forma de operar como universal.

Nas publicações podemos observar aspectos particulares, como notícias ou acontecimentos, relevantes para o movimento (ou que procuram se posicionar como relevantes para o movimento), mas também indicar outros aspectos da Frente Conservadora de Marabá. As publicações são interpretações deles sobre a realidade levadas à disputa “em nome da democracia” produzindo elaborações polarizadas acerca da informação. Não se pretendeu obviamente apontar que as informações que eles compartilham sejam falsas ou verdadeiras e sim observar como elaboram esse processo nas mídias, na qual o tempo todo se constrói outra verdade sobre um fato em razão de que todas as pessoas apresentam a sua “verdade”.

Entendemos, por outro lado que este grupo é só uma pequena parte dos diferentes grupos de direita que podem existir e que podem ser heterogêneos ou homogêneos em seu pensamento.

Também se constata que seu comportamento é similar pelas motivações morais e políticas que constituem as narrativas de pertencimento ao movimento de direita, mas, o objetivo seria mais ampliar o entendimento, as especificidades deste tipo de grupo e o seu reconhecimento social do que necessariamente formar um juízo de valor sobre a consistência ou não dos posicionamentos políticos em tela. Futuras pesquisas no contexto amazônico são esperadas para ampliar a compreensão e revelar eventuais particularidades.

Por fim, vale ressaltar que esta pesquisa está datada em determinado contexto das tendências de direita no Brasil, portanto, não pretende discorrer sobre o futuro do movimento com as respectivas mudanças. Talvez a continuidade das reflexões por meio de outros pesquisadores possa ampliar as relações entre direita, conservadorismo e bolsonarismo nos anos vindouros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008, p. 15-153.

BBC News Brasil, 26 jun. 2019. **O que se sabe sobre a prisão de militar com 39 kg de cocaína em avião da FAB na Espanha**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48773880>. Acesso em: 29 out. 2020.

BEZERRA Neto, L.; SANTOS, F. R. dos. **Neoconservadorismo, movimentos sociais e educação no campo no Brasil**. *Crítica Educativa*. v. 2, n. 1, p.52-65, 2016.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Vide Editorial, 2012

CASTELLS, Manuel. El poder en la sociedad red. In: CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. España: Alianza Editorial, 2006, p. 33-81.

CASTELLS, Manuel; HERNANDEZ, Maria, **Comunicación y poder**, 1. ed. Madrid: Alianza, 2009.

CERVI, Emerson; CAVASSANA, Fernanda; MASSUCHIN, Michele. Radicalização e distanciamento entre representantes e representados em redes sociais digitais: um estudo sobre o caso da morte de Fidel Castro. **Razón y Palabra**. v. 22, ed. 3. 2019.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. O Discurso de Ódio: análise comparada das linguagens dos extremismos. **Revista NuestrAmérica**; Vol. 7, núm. 13, Jenero-junio 2019.

FERREIRA G. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**. Vol. 20(36), 166-178, 2016.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. São Paulo, Brasil: Edições Sesc São Paulo, 2018.

GOMES, Wilson. Por que a mídia é tão parcial e adversária da minha posição? A hipótese da 'hostile media perception'. **Revista compolítica**, v. 6, n. 1, p. 7-29, 2016.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol I. Belém. EDUFPA, 2004, p. 245-311.

IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. **A composição do poder político em Marabá/Pará (1985-2012)**. Expansão do capital, luta de classes e poder local na amazônia: um estudo sobre a composição do poder político no município de Marabá/Pará (1985-2012). 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, 2014.

KIRK, Russell. **A Política da Prudência**; tradução de Gustavo Santos e Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2013, p. 91-115.

LIMA, J. de. O pensamento liberal e conservador no Brasil: dinâmicas e repercussões. **Revista Sem Aspas**. v. 3, n. 1, p. 109–117, 2015.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Roma: 2006.

LOUREIRO, V R; PINTO, J N A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, USP, V. 2, n. 54, p 77-98, 2005.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Centre National de la Recherche Scientifique**. Paris, vol. 27 jul. 2015

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista**. São Paulo: ed. Lua Nova, 2017, pp. 313-362, 2017.

RHEINGOLD, Arnold L. **Multitudes inteligentes: la próxima revolución social**. Barcelona: Gedisa, 2004.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SCRUTON, Roger. **O que é Conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015, p. 95-130.

SOUZA, M. V. M de. **Ação do Estado e as transformações socioespaciais da Amazônia na segunda metade do século XX e implicações no Sudeste Paraense**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Uberlândia: UFMG, 2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serv. Soc**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, 2016.

## **SEÇÃO LIVRE**

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/18 ATRAVÉS DO  
TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE  
EDUCAÇÃO, DE UMA ESCOLA EM TRACUATEUA, PARÁ, AMAZÔNIA –  
BRASIL**

Rafaela Santos Rosário<sup>1</sup>  
Luis Basílio Bouza Nunez Junior<sup>2</sup>  
Marcos Ferreira Brabo<sup>3</sup>  
Norma Cristina Vieira<sup>4</sup>

**RESUMO**

A experiência da perda de seu único filho, Lucas, tornou - se o motivo para a mãe, Alessandra Begalli, lutar por uma lei que até então não compunha a legislação brasileira. Lucas Begalli perdeu a vida em uma excursão de sua escola. Motivo da morte: asfixia mecânica por engasgo. A Lei Lucas (Lei Nº 13.722/18, obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros. O objetivo desta pesquisa foi implementar a Lei Lucas através de treinamento em Suporte Básico de Vida para Profissionais em educação em uma escola do município de Tracuateua. A escola foi selecionada por conveniência, cujo o pré-requisito de ainda, não ter implementado a Lei. Grande parte dos profissionais envolvidos nunca havia feito qualquer tipo de treinamento em Suporte básico de vida e não sabiam como agir em situações de emergência, no entanto após o treinamento realizado na escola o cenário foi completamente diferente, os profissionais aprenderam como agir em situações que gerem risco de vida aos alunos e as alunas.

**Palavras-Chave:** Saúde. Educação. Suporte Básico de Vida. Amazônia.

**IMPLEMENTATION OF THE LUCAS LAW - LAW No. 13,722/18 THROUGH TRAINING  
IN BASIC LIFE SUPPORT FOR EDUCATION PROFESSIONALS, AT A SCHOOL IN  
TRACUATEUA, PARÁ, AMAZON- BRAZIL**

**ABSTRACT**

The experience of losing her only son, Lucas, became the reason for her mother, Alessandra Begalli, to fight for a law that until then was not part of Brazilian legislation. Lucas Begalli lost his life on a school trip. Reason for death: mechanical asphyxia due to choking. The Lucas Law (Law No. 13,722/18, obliges public and private schools, of early childhood and basic education, to prepare for first aid care. The objective of this research was to implement the Lucas Law through training in Basic Life Support for Education professionals at a school in the municipality of Tracuateua. The school was selected for convenience, the prerequisite being that it had not yet implemented the Law. Most of the professionals involved had never undergone any type of training in Basic Life Support and They did not know how to act in emergency situations, however after the training carried out at school the scenario was completely different, professionals learned how to act in situations that pose a risk to the lives of students.

**Keywords:** Health. Education. Basic Life Support. Amazon.

**Data de aprovação:** 29.12.2024

---

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Médicas- ICM (UFPA). E-mail: clivinhadatitia@gmail.com

<sup>2</sup> Médico, especialista em cardiologia. Professor do curso de medicina da universidade federal do pará (UFPA), perito instituto médico legal do Pará. E-mail: bouzas.net@gmail.com

<sup>3</sup> Engenheiro de pesca, doutor em ciência animal (UFPA) – Campus Bragança, Professor da Faculdade de Engenharia de Pesca, UFPA/Campus de Bragança. E-mail: marcos.brabo@hotmail.com

<sup>4</sup> Pedagoga, doutora em Biologia Ambiental, Professora da Faculdade de Educação (FACED), UFPA/Campus de Bragança e do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Saberes da Amazônia. E-mail: normacosta@ufpa.br

## INTRODUÇÃO

O pequeno Lucas Begalli tinha apenas 10 anos quando perdeu a vida em uma excursão, causa mortis: asfixia mecânica<sup>5</sup> e parada cardiorrespiratória (PCR). Ele se engasgou com um pedaço de salsicha do cachorro quente servida no lanche, no entanto não recebeu os primeiros socorros de forma rápida e adequada. Lucas chegou a ser transferido em uma Unidade de Terapia Intensiva – UTI móvel para o hospital, entretanto acabou falecendo. Ele sofreu 7 (sete) paradas cardíacas em 50 minutos de tentativas de ressuscitação. Provavelmente, se houvesse tentativas de reanimá-lo antes da chegada da UTI móvel ele estivesse vivo – o tempo nesses casos é um dos mais importantes fatores para a sobrevivência do paciente.

Por causa do seu filho único, a Lei nº 13.722/2018, se tornou o motivo para Alessandra Begalli, a mãe do menino Lucas se manter viva para continuar lutando por uma causa até então inexistente na legislação brasileira. Ela não se conformou com a situação de morte do filho. Afinal, se houvesse pessoas treinadas na escola – pelo menos para os primeiros socorros – ele poderia ter sido salvo.

A Lei Lucas (13.722/18) foi sancionada dia 04/10/2018. Ela obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica, a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros, as instituições de ensino devem ministrar cursos que capacitem professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros. Ressalta-se que haverá penalidades em caso de descumprimento da lei. A punição se inicia pela notificação do descumprimento da lei. Após isso, pode haver multa e até mesmo a cassação do alvará ou responsabilização patrimonial.

O objetivo da Lei Lucas (Lei 13.722/18) é garantir que todos saibam agir nos primeiros socorros até que a assistência médica especializada chegue ao local. Visando conter altos índices de mortes de crianças devido à falta de treinamento e capacitação para agir em situações de emergência, a nomenclatura da lei foi criada prestando homenagem a Lucas Begalli.

Diante de situações como a de Lucas, temos o chamado Suporte Básico de Vida (SBV) que é conhecido como um atendimento inicial para situações de emergência, voltado para pessoas leigas e profissionais em saúde para que possam colaborar nos primeiros momentos de emergência. As condutas de Suporte Básico de Vida (SBV) são definidas como ações iniciais ofertadas por pessoas treinadas às vítimas acometidas por mal súbito, acidentes e/ou em risco iminente de morte. (EVERETT, 2016). Assim, entende-se que o Suporte Básico de Vida (SBV), é o conjunto de medidas e procedimentos básicos que objetivam o suporte de vida à vítima.

O primeiro atendimento realizado em situações de emergência é o SBV, essencial para diminuir algumas complicações e prevenir sequelas até que o socorro especializado chegue para prestar atendimento e encaminhar ao hospital mais próximo. No SBV estão incluídas, as manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) nas vítimas em Parada Cardiorrespiratória (PCR), a desfibrilação por meio dos Desfibriladores Externos Automáticos (DEA) e as manobras de desobstrução de vias aéreas devido a corpo estranho (OVACE) através da manobra de Heimlich + RCP.

A reanimação cardiopulmonar (RCP) ou reanimação cardiorrespiratória (RCR) é um conjunto de manobras destinadas a garantir a oxigenação dos órgãos quando a circulação do sangue de uma pessoa para de funcionar (parada cardiorrespiratória).

O Desfibrilador Automático Externo (DEA), é um aparelho que diagnostica o ritmo elétrico do coração e sugere a aplicação do choque, se usa comandos verbais e de sinais sonoros, realiza Desfibrilação precoce e diagnóstico automático. Qualquer pessoa treinada pode utilizá-lo, em toda situação de reanimação, é importante avaliar nível de consciência, pedir ajuda 192

---

<sup>5</sup> Asfixia por obstrução das vias respiratórias com obstáculos à passagem do ar – narina, boca, laringe.

ou 193 e iniciar RCP. Não podemos tocar no doente quando o DEA estiver avaliando o ritmo cardíaco, o toque interfere com a leitura e a interpretação.

Obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) consiste na obstrução de vias aéreas causada por aspiração de corpo estranho, geralmente localizado na laringe ou traqueia. Ao prestar atendimento a uma pessoa com OVACE, deve – se classificar o grau de obstrução e em seguida realizar manobras de desobstrução, conforme a faixa etária. Obstrução leve: capacidade de responder, tossir e respirar preservadas; Obstrução severa: vítima consciente ou inconsciente, não consegue respirar ou apresenta ruídos à respiração e/ou tosse silenciosa.

Para desobstrução de vias áreas por corpo estranho, temos a manobra de Heimlich (tração abdominal) é um procedimento rápido de primeiros socorros para tratar asfixia por obstrução das vias respiratórias superiores por corpo estranho, tipicamente alimentos ou brinquedos. Se necessário, pode-se utilizar também compressões torácicas e percussão nas costas.

A escola é o segundo local com mais ocorrências de acidentes, ocorrendo principalmente em creches e pré-escolares, com idades de 0 a 6 anos. Contribuindo para este estudo alguns achados de uma pesquisa realizada pela ex-chefe de enfermagem Shirley Rangel Gomes, do Hospital São Camilo, de São Paulo, revela um dado alarmante, em 62,3% dos casos atendidos no Hospital, o local em que se deram os acidentes envolvendo crianças foi sua própria casa ou a de parentes e a escola desponta como o segundo palco dos acidentes infantis: 15,7%.seguida da rua, onde ocorrem 11,1% dos casos (MARCHIORI; CHIABAI, 2007).

A incidência de intercorrências como a parada cardiorrespiratória (PCR) na infância gera dilemas e discussões pelo fato de não ser evitável e da deficiência da assistência de qualidade dentro das escolas e fora delas, o que visibiliza a necessidade de formação inicial e contínua para os profissionais da educação voltada para a saúde, de forma que diminua ou evite qualquer situação que ofereça riscos aos alunos, sobretudo crianças e adolescentes.

Engasgos, quedas e a PCR são agravos comuns, e requerem assistência ágil e eficaz, além da responsabilidade legal que a unidade escolar tem para o alunado nas situações de emergência. Contudo, as principais causas de mortes em crianças e adolescentes na faixa etária de 01 a 14 anos são acidentes, gerando um preocupante problema de saúde pública (CRIANÇA SEGURA, 2018).

As experiências vivenciadas em atendimento de emergência ou treinamento para escolas pode contribuir para o salvamento de vidas, amenizar sequelas além de proporcionar conhecimento técnico para servidores e educadores para o atendimento básico de situações de emergência.

A pesquisa foi realizada com profissionais em educação na E.E.E.I Francisco Nascimento, na parte rural do município de Tracuateua, no estado do Pará, durante o ano de 2023. A escola foi selecionada por conveniência, cujo pré-requisitos de ainda, não ter implementado a Lei Lucas, Lei 13.722/2018, e estar sob administração municipal, em período matutino e vespertino. A sequência da aplicação da intervenção seguiu a ordem de aceitação em participar da pesquisa.

E por tratar-se de uma escola pólo, onde a amplitude de Treinamento em Suporte Básicos de vida poderá ser disseminada de forma a alcançar um número relevante de servidores treinados para eventuais necessidades. Esta instituição de ensino, local de pesquisa compõem um Pólo com mais 5 escolas anexas, deste modo, o acesso a treinamentos para ao menos a base do corpo docente do Pólo contribuirá significativamente para o conhecimento e implementação da Lei Lucas no município de Tracuateua.

A escola torna-se um espaço privilegiado para práticas de educação à saúde e prevenção de agravos, sendo necessário despertar em cada indivíduo a capacidade para enfrentar problemas do cotidiano, com estímulos a atitudes e comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar (BRASIL, 2011). O Estado, através de suas

instituições, precisa garantir meios de práticas formativas para todos que fazem parte do universo escolar, objetivando reduzir possíveis acidentes que levem a perda de uma vida.

A legislação Brasileira nos indica os agentes responsáveis pela proteção efetiva e integral das crianças e dos adolescentes e as formas de amparo legal, considerando ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com prioridade “a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990).

O cumprimento da lei torna-se determinante para o adequamento da vida escolar dos indivíduos, proporcionando que funcionários de escolas, creches, berçários públicos e particulares e estabelecimentos de recreação infantil tenham conhecimentos básicos de primeiros socorros e que possam modificar histórias de vida.

Diante da situação vivenciada pela família Begalli, alguns questionamentos norteiam esta pesquisa: Como implementar a Lei Lucas através do treinamento em Suporte Básico de vida para Profissionais em educação em uma escola, em Tracuateua – PA? Como podemos avaliar o grau de informações acerca dos suportes básicos de vida por esses profissionais? Como podemos apresentar as manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) nas vítimas em Parada Cardiorrespiratória (PCR), a desfibrilação por meio dos Desfibriladores Externos Automáticos (DEA), as manobras e desobstrução de vias aéreas devido a corpo estranho e como reavaliar o resultado do conhecimento teórico-prático adquirido através do treinamento em Suporte Básico de Vida, antes e após o ensino de SBV aos profissionais em educação do município de Tracuateua?

Buscando suprir as indagações deste estudos nosso principal objetivo foi Implementar a Lei Lucas (Lei Nº13.722/2018) através de treinamento em Suporte Básico de Vida para Profissionais em educação, avaliar o grau de informações acerca dos suportes básicos de vida com base em questionários fornecidos a esses profissionais, apresentar as manobras de desobstrução de vias aéreas devido a corpo estranho, apresentar as manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) nas vítimas em Parada Cardiorrespiratória (PCR), e a desfibrilação por meio dos Desfibriladores Externos Automáticos (DEA).

Destaca-se também o propósito a promoção de educação comunitária escolar em saúde, com foco na prevenção e manejo de emergências no espaço escolar, notadamente, a OVACE.

## 1 METODOLOGIA

Para início deste estudo, realizamos uma análise documental e bibliográfica, na qual tivemos como embasamento na sequência proposta por Pimentel (2001), tendo como primeira prática a busca de fontes para a organização do material, e como segundo procedimento a análise documental e bibliográfica em si, para melhor compreensão da trajetória da Lei desde sua elaboração, tramitação e, por fim, chegando à sua implementação.

Nessa linha metodológica os documentos pesquisados não são “um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentido” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Serão apresentados, com metodologia descritiva, os resultados deste estudo e da efetividade das oficinas realizada a partir da aplicação de questionário de conhecimentos, pré e pós-intervenção. As dinâmicas oferecidas pela pesquisa contemplaram atividades teóricas e práticas relacionadas ao reconhecimento e manejo de OVACE, assim como a sugestão da produção de instrumentos de educação em saúde, tais como banners e cartilhas informativas voltadas à comunidade escolar.

Como já relatado para coleta dos dados da pesquisa, utilizou-se questionários, em que o grupo experimental foi o seu próprio controle e apresentou seu conhecimento acerca da Lei

Lucas, Lei 13.722/2018 através do SBV na E.E.I.F. Francisco Nascimento. Parte das respostas do questionário foi organizada em gráficos.

A pesquisa foi realizada com profissionais em educação em uma escola rural do município de Tracuateua, no estado do Pará, durante o ano de 2023. A escola localiza-se na comunidade tradicional de Santa Maria, 6 km da sede do município. A escolha desta escola para este estudo deu-se por conveniência, cujo o pré-requisito de ainda, não ter implementado a Lei Lucas, Lei 13.722/2018, e estar sob administração municipal, em período matutino e vespertino. A sequência da aplicação da intervenção seguiu a ordem de aceitação em participar da pesquisa.

O primeiro contato com a escola foi realizado diretamente com a direção escolar para definição de data e horário para a realização de oficinas dentro do espaço físico da própria escola. Os encontros foram realizados ao longo do ano de 2023 com periodicidade semestral.

A escola Pólo EMEIF FRANCISCO NASCIMENTO possui a seguinte estrutura: quantidade de salas: 04, cozinha: 01, secretaria: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 03, hall de entrada: 01 e o número de profissionais: 30.

Conta ainda com 4 escolas anexas com os seguintes dados: EIMEIF Maria Lucimar, salas: 04, cozinha: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 04, hall de entrada: 01, número de profissionais: 05 / EMEIF Antônio Rosa, salas: 02, cozinha: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 03, hall de entrada: 01, número de profissionais: 06/ EMEIF João Florêncio de Sousa, salas: 01, cozinha: 01, sala de leitura: 01, banheiro: 02, depósito: 01, hall de entrada: 01, número de profissionais: 04 / EMEIF Guilhermina Maia, salas: 01, cozinha: 01, área: 01, banheiro: 02, número de profissionais: 02 / EMEIF João de Deus Rosa Reis, salas: 02 , cozinha: 01, área lavanderia: 01, refeitório: 01, secretaria: 01, banheiro: 02, hall de entrada: 01, número de profissionais: 03.

As escolas anexas no primeiro momento da pesquisa não foram inclusas, devido à dificuldade de acesso dos profissionais em relação a horários e deslocamento para a escola pólo. Vale salientar, as escolas anexas localizam-se em comunidades diferentes da escola pólo e o acesso entre elas, quase sempre é complexo, principalmente devido as condições das estradas vicinais.

Em junho de 2023, foi apresentada a escola, a proposta da IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/18 ATRAVÉS DO TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO. Neste primeiro momento, foram distribuídos entre os profissionais da escola, questionários pré- formulados para verificação do conhecimento de cada educador acerca do assunto abordado.

Em dezembro de 2023, houve a execução da IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/18 ATRAVÉS DO TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO realizada através de uma Oficina que teve duração aproximada de duas horas tendo como moderadora, uma discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Pará no 10ª período do curso, sob orientação do preceptor da pesquisa. O treinamento contemplou os aspectos teóricos (com a projeção em multimídia) e práticos (por meio de simulações) referentes às ações a serem realizadas em diferentes situações tais como: asfixia por OVACE, RCP e PCR, além da distribuição de questionários durante os treinamentos para verificação do conhecimento adquirido pelos profissionais. Houve registro da oficina e as imagens utilizadas na pesquisa foi autorizada pelos/as participantes.

O Ministério da Saúde (2003) define primeiros socorros como os cuidados imediatos que devem ser realizados a vítima de acidente ou de mal súbito a fim de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada.

A conduta sugerida pelo Ministério da saúde foi bastante esclarecedora para que as principais dúvidas fossem sanadas e simuladas, focando no aprendizado dos profissionais ali presentes.

O grupo de funcionários da escola são denominados profissionais em Educação, para esta pesquisa foram respeitados os aspectos éticos da pesquisa, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sem possibilidade de identificação individual. Além disso, já se obteve o consentimento da instituição envolvida para o desenvolvimento das atividades.

**Figura1:** Profissionais em Educação – Treinamento em SBV (EMEIF Francisco Nascimento, 2023)



Fonte: Acervo Pessoal.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lei Lucas Nº 13.772/2018 foi aprovada com o propósito de exigir a capacitação de todos os profissionais de educação sobre primeiros socorros. Algo que antes não era obrigatório nas escolas brasileiras, mas apesar disso, a execução da lei Lucas ainda está em processo de implementação em muitos lugares.

Muitos desconhecem que o sancionamento desta lei veio a partir do sofrimento de uma mãe, que tem transformado esse sentimento em uma luta contínua. Como se sabe, Alessandra Begalli buscou forças para que a lei 13.722/2018 fosse criada com o objetivo de salvar outras crianças, evitando o acidente que ocorreu com seu único filho Lucas, em 2017, durante um passeio na escola.

Acreditamos que através da formação de profissionais em educação na EMEIF FRANCISCO NASCIMENTO sobre Suporte Básico de Vida, no município de Tracuateua, demonstrou significativa as ações de prevenção para toda comunidade escolar, não apenas nesta escola, mas em todo o sistema de ensino municipal. Isto porque os professores que participaram da formação sofrem mobilidade, em grande medida, entre um ano letivo e outro, em diferentes escolas dentro da rede municipal.

Não se pode negar a importância desta lei, sobre a própria segurança do trabalho, quando refere que qualquer profissional da educação precisa ter em seu currículo capacitação de primeiros socorros, haja vista que os primeiros socorros são atividades determinantes e fundamentais no atendimento inicial de pessoas até a chegada da ajuda especializada.

No caso como o de Lucas Begalli a aplicação da manobra de Heimlich, evitaria quem sabe a parada cardiorrespiratória, e o ajudaria até a chegada de ajuda especializada. Assim a Lei Lucas, Lei 13.772/2018, contribui significativamente para mais cuidado nas escolas, fazendo

com que todos os profissionais se tornem aptos a socorrer uma pessoa durante um acidente no ambiente escolar.

É importante ressaltar que a lei dispõe que todos funcionários e profissionais de espaços de infância e escolas possuam treinamento sobre técnicas de primeiros socorros e o mesmo se repita a cada dois anos; a lei serve para escolas públicas ou privadas, todos os estabelecimentos precisam contar com kit de primeiros socorros em sua instalação; os kits precisam ficar em um local visível assim como a certificação que comprove a realização da capacitação dos profissionais; e o não cumprimento da determinação poderá acarretar multa e até mesmo cassação do alvará escolar caso o não cumprimento seja recorrente.

Antes da realização da oficina na escola Francisco Nascimento, foi aplicado um questionário aos profissionais que atuam na referida escola, no intuito de compreender o perfil do grupo, sobretudo tempo de profissão e a diagnose sobre as questões que atravessam a pesquisa: Suporte Básico de Vida e seus elementos.

No grupo de profissionais da escola Francisco Nascimento, a maioria destes possui mais de 15 anos de profissão, trata-se aqui de um público jovem e com experiência na Educação Básica, o que nos permite avaliar que a formação destes sendo extremamente relevante para o ensino e aprendizagem no contexto escolar.

Sobre a participação em algum treinamento sobre Suporte Básico de Vida, todos os profissionais em educação da escola responderam que nunca participaram de qualquer treinamento sobre Suporte Básico de Vida, vale destacar que dos 30 profissionais da escola pólo apenas 13 responderam os questionários antes e depois das oficinas teórico-práticas, bem como participaram das mesmas.

Quanto a importância da massagem cardíaca, 12 profissionais citaram reconhecer ser fundamental a massagem cardíaca e apenas 1 não respondeu.

Quanto a realização de técnicas de Suporte Básico de Vida com alunos na escola, os educadores relataram, que até o momento nunca foram necessárias, embora todos os profissionais acreditem que seja importantíssima a introdução de treinamento de Suporte Básico de Vida nas escolas, no currículo escolar. Citaram ainda não haver na unidade escolar projeto ou qualquer ação que abordasse sobre o ensino de Suporte Básico de Vida, assim como não se sentiam preparados para agirem em alguma situação de emergência.

Segundo Fiorin (2008), espera-se que os docentes levem os discentes a refletirem sobre a aplicabilidade dos conceitos que aprendem. Os métodos pedagógicos deveriam conter estratégias baseadas em interligar conceitos de diferentes disciplinas. Porém, a realidade é que grande parte dos educadores perpassam verdades isoladas e simplificadas, tratando as disciplinas de formas separadas. Por conta disto, é de grande preocupação a formação docente e a carestia de uma revisão no currículo estudantil (PIRES, 1998).

Após o treinamento em SBV, os profissionais reforçaram que gostariam de ter a oportunidade para realizar treinamento sobre suporte básico de vida. Embora todos respondessem que saberiam reconhecer uma pessoa vítima de engasgo, a grande maioria não saberia o que fazer para socorrer uma pessoa sufocada ou engasgada, outros disseram que chamariam o Serviço de Atendimento Médico de urgência – SAMU. Dos profissionais entrevistados, apenas 05 (cinco) disseram que fariam massagem cardíaca em uma pessoa desconhecida e desacordada, outros 08 (oito) relataram que não fariam, mas consideraram fundamental saber fazer massagem cardíaca.

Relataram por unanimidade, não saber reconhecer uma vítima com Parada Cardíaca e nem como maneja-la para que se pudesse realizar a massagem cardíaca de forma correta, nem o local do corpo adequado para se realizar a massagem, nem a quantidade de vezes se realiza a massagem cardíaca e em que tipo de situação deverá ser utilizado o desfibrilador externo automático, conhecido como DEA.

de conhecimento dos Ressalta -se que estes manejos são poucos conhecidos dentro da comunidade escolar, a própria Secretaria de Saúde Municipal não disponibilizava de um DEA, bem como nunca disponibilizou treinamento específico para a comunidade escolar, em parceria com a Secretaria de Educação Municipal.

É reduzido o número de escolas públicas com equipes treinadas para prestar atendimento de primeiros socorros, entre os quais destaca-se a reanimação cardiopulmonar. (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014). Além disso as dificuldades no manejo em casos de acidentes escolares são confirmadas na literatura pela deficiência de conhecimentos pelos professores sobre as condutas corretas a serem tomadas nas diferentes situações. (SILVA, 2017).

Os autores acima, corroboram a necessidade do treinamento desses profissionais em todas as redes de ensino, no que diz respeito a prática de primeiros socorros, tornando a prática algo que deva ser incluído permanentemente na proposta pedagógica escolar e na formação de profissionais da educação infantil ao fundamental.

Diante da falta profissionais que atuam na rede educacional, mais difícil será a reversão da situação-problema em casos de acidentes (LEITE, 2018). Significa dizer que, o profissional de educação, sem o devido preparo, pode atuar na prestação da assistência e adotar condutas inadequadas, as quais poderão agravar ainda mais o caso.

Após o Treinamento em Suporte Básico de Vida, os profissionais em Educação realizaram perguntas e tiraram dúvidas sobre Manobras de desobstrução de vias aéreas por corpos estranhos (OVACE), Ressuscitação Cardio Respiratória em casos de Paradas Cardiorrespiratória, Compressões Torácicas e Abdominais, assim como foi perceptível observarmos a segurança demonstrada durante as simulações após o treinamento.

É importante destacar que a grande maioria dos profissionais da Escola Francisco Nascimento desconhecia a Lei Lucas, nº 13.722/2018 bem como Suportes Básicos de Vidas. Após Apresentação teórica e a Oficina de Treinamento em Suporte Básico de Vida, o conhecimento e a prática de simulações em Primeiros socorros foram fundamentais para a segurança em situações de emergências. Foram realizadas 2 oficinas práticas, com 120 minutos.

Na parte teórica apresentada no início da Oficina foram apresentados os conceitos de: Suportes Básicos de Vida, Parada Cardio Respiratórias, Ressuscitação Cardio Respiratória, a Lei nº 13.722/2018, Manobras de desobstrução de Vias áreas, com 23 participantes.

**Figura 2:** Profissionais em Educação – Apresentação Teórica sobre em SBV (EMEIF Francisco Nascimento, 2023).



**Fonte:** Acervo Pessoal.

**Figura 3:** Profissionais em Educação – Treinamento em SBV com simulação, (EMEIF Francisco Nascimento, 2023).



Fonte: Acervo Pessoal.

**Figuras 4 e 5:** Profissionais em Educação – Treinamento em SBV, simulação de Compressões e Reanimação de Parada Cardiorrespiratória em Lactentes e Crianças. (EMEIF Francisco Nascimento, 2023),



Fonte: Acervo Pessoal.

O profissional ao se ver diante da sua responsabilidade precisa adquirir saberes que possam auxiliá-lo com maior resolutividade no enfrentamento de emergências que possam vir acontecer. Uma vez que a falta de conhecimento e de preparo nos leva muitas vezes ao desespero e a sensação de impotência, principalmente o sentimento de culpa, pois procedimentos ineficazes ou até mesmo a falta de ação podem provocar complicações como a omissão de socorro ou má manipulação da vítima.

Um dos principais fatores dificultadores da pesquisa deu-se devido a compatibilidade de horários em que os funcionários da escola estariam reunidos, coincidindo com a disponibilidade de datas e horários para a realização das oficinas teórico-práticas.

Um outro entrave foi o uso do espaço e da estrutura física da escola para as capacitações, as salas de aula eram pequenas, não havia auditório e assim tudo ocorreu em pátio externo,

prejudicando a projeção dos slides e o preenchimento do questionário devido à baixa iluminação.

Por outro lado, no que diz respeito aos fatores positivos, destaca-se o interesse da direção do pólo escolar em trabalhar o tema e aceitar de imediato a proposta para o treinamento, mais ainda pelo fato de que poucas ou nenhuma outra escola do sistema municipal já havia recebido capacitação prévia semelhante sobre SBV.

Durante as oficinas, os participantes mostraram-se muito interessados em desenvolver seus conhecimentos sobre primeiros socorros, o que representou um fator determinante para enriquecer pesquisa e a interação diante das práticas entre os profissionais participantes. Foi proporcionado trocas de experiências entre os funcionários, além de contribuir para a consolidação de relações de afeto e respeito mútuo no ambiente de trabalho, todos relatando o grande momento de aprendizado, reconhecendo a importância da abordagem da temática e demonstrando maior confiança e preparo para atuar diante de casos OVACE, PCR e RCP.

Assim, a formação voltada aos primeiros socorros e a sensibilização para a necessidade e seriedade relacionadas a implementação da lei Lucas, tornam-se indispensáveis aos profissionais em educação, para que em momentos que exijam intervenção, estejam seguros e possam atuar com preparo técnico, coerência e equilíbrio de suas emoções, ajudando a vítima de forma correta até a chegada de ajuda especializada.

### 3 CONCLUSÃO

O profissional em educação em escolas de educação infantil e básicas, assume o risco de acidentes, pois a faixa etária atendida nas instituições de ensino é marcada pela inserção da criança na sociedade. O aluno busca explorar suas potencialidades e há um aumento dos riscos de várias outras ocorrências dentro e fora do ambiente escolar. No entanto, isso não pode ser indicativo como uma falha ou deficiência da escola.

Entender como devemos cuidar e educar vai além dos números ou estatísticas apresentadas. Todos nós, pais, mães, sociedade em geral e profissionais em educação somos atingidos pelos acidentes onde crianças estão envolvidas, todas as vezes que ocorre um acidente, um registro, um óbito no cotidiano que envolva a comunidade escolar nossas vidas são fortemente afetadas.

É fundamental mobilizarmos a comunidade escolar, realizarmos acolhimento, treinarmos para situações que nos exijam cuidados e encaminhamentos para as mais variadas ocorrências.

Treinamento de Suportes Básicos de vida, para sabermos como agir em ambiente escolar é um fator contribuinte para a estatísticas dos acidentes. Embora saibamos que infelizmente não é possível afastar tais ocorrências, isso significa dizer que se esperam alguns incidentes ou acidentes provenientes da exploração e descoberta do mundo por nossas crianças.

Mas é importante que a escola também assuma seu papel como responsável a observar e prever possíveis situações que coloquem em risco a integridade física crianças, bem como a movimentação que está acontecendo em volta delas e como podemos estar disponíveis para agir em caso de uma necessária intervenção.

Devemos estar preparados para aguçarmos o olhar de educador, facilitando a identificação de situações de risco e um trabalho preventivo no cuidado das crianças. É de suma importância que ocorra um bom planejamento e o apoio de auxiliares para execução de treinamentos e atividade, bem como parcerias no que diz respeito a realização de projetos, treinamentos ou palestras acerca do tema saúde e educação.

Ressaltamos que todas as decisões devem ser acompanhadas por muita prudência, com a avaliação dos riscos e a real necessidade de desenvolver qualquer atividade e conteúdo na Educação Infantil ou básica.

Nesse sentido, acredita-se que a pesquisa tenha alcançado seus objetivos, com a ressalva de que, trabalhos como este devam ser permanentes junto ao público abordado. As capacitações periódicas alcançarão resultados sólidos quanto à eficiência no manejo de emergências, se tornaram-se uma prática cotidiana no ambiente escolar.

Nesse contexto, também se destaca como parte fundamental do processo de aprendizado a relevância do eixo da comunicação dentro das iniciativas extensionistas, no que se refere ao diálogo com outros agentes sociais, citamos escolas, Secretarias Municipais de Saúde e Educação e em relação com seus públicos de intervenção, alunos, familiares e os profissionais em educação.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm). Acesso em: 05 agosto 2022.
- BRASIL, Ministério da Saúde e da Educação. **Passo a Passo – Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade**. Brasília (DF): Ministério da Saúde e da Educação;2011 46p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz**; 2003.
- CRIANÇA SEGURA BRASIL. **Relatório institucional 2015/2016. São Paulo: Criança segura, 2018**. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/wp-content/uploads/2020/12/relatorio-institucional-crianca-segura-2015-2016.pdf>. Acesso em: 05 agosto 2022.
- EVERETT-THOMAS R, Yero-Aguayo M, Valdes B, Valdes G, Shekhter I, Rosen LF, et al. **An assessment of CPR skills using simulation: Are first responders prepared to save lives?** Nurse Educ Pract. 2016;19:58-62. doi: 10.1016/j.nepr.2016.05.003
- FIORIN, J. L. **Linguagem e interdisciplinaridade**. Alea Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 29-53, 2008.
- LEITE HSN, Bonfim CR, Formiga HJB, Ferreira AM, Barbosa ABA, Martins ENX. **Primeiros Socorros na Escola: conhecimentos da equipe que compõe a gestão educacional**. Temas em Saúde. 2018: 290-312.
- MARCHIORI, A. F. & CHIABAI, E. M. **Saberes Necessários ao Profissional da Educação Infantil: docência em Educação Física**. In: I Seminário dos Dinamizadores de Artes e Educação Física da Rede Municipal de Vitória, 2007, Vitória. Anais... Vitória, CEFD/UFES: 2007.
- PIMENTEL, A. **O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PIRES, M. F. C. **Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no ensino.** Interface, Botucatu, v.2, n.2, p. 01, 1998.

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, Art. 1º Esta **Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.**

SHIROMA, E.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico--metodológicos para análise de documentos. Dossiê - Políticas públicas e Educação no Contexto da Globalização.** v. 23, n. 2, 2005.

SILVA LGS, Costa JB, Furtado LGS, Tavares JB, Costa JLD. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino.** Enferm. Tipo de trabalho: Trabalho completo 12 Foco. 2017; 8(3):25-9

TINOCO, VA, Reis MMT, Freitas LN. **O enfermeiro promovendo saúde como educador escolar: atuando em primeiros socorros.** Revista Transformar. 2014; 6.

## **PRIMEIROS SOCORROS: DESAFIOS E NECESSIDADES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA)**

Carlos Alberto Sousa da Silva<sup>1</sup>  
Sergio Ricardo Pereira Cardoso<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Acidentes são comuns de acontecer no ambiente escolar havendo a necessidade de formações de professores em primeiros socorros, pois são os primeiros a estar em contato com os alunos em situações de urgência. A deficiência de conhecimento técnico-científico apropriado pode levar a procedimentos inapropriados no atendimento de escolares vítimas de acidentes, ocasionando sequelas e podendo evoluir para óbitos. O estudo objetivou investigar em que medida os trabalhadores da educação do IFPA possuem conhecimentos e domínio em primeiros socorros. Afim de discutir quais seriam os desafios e necessidades que possuem referente aos primeiros socorros dentro do ambiente escolar. A amostra desta 135 trabalhadores da educação, com representação de todos os 18 campi e da reitoria, e das três categorias: docentes, técnicos administrativos e terceirizados. Onde pode se constatar que é real a deficiência de grande parte dos trabalhadores da educação em atuarem em situações de precisam de conhecimento e domínio em primeiros socorros, assim como o desconhecimento da Lei nº 13.722 de 2018 que trata da obrigatoriedade dos estabelecimentos de educação básica, de capacitar seus professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros.

**Palavras-Chave:** Educação. Trabalhadores da educação. Primeiros Socorros.

### **FIRST AID: CHALLENGES AND NEEDS OF EDUCATION WORKERS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF PARÁ (IFPA)**

### **ABSTRACT**

Accidents are common to happen in the school environment with the need for teacher training in first aid, because they are the first to be in contact with students in emergency situations. The deficiency of appropriate technical-scientific knowledge can lead to inappropriate procedures in the care of schoolchildren victims of accidents, causing sequelae and may evolve into deaths. The study aimed to investigate to what extent IFPA education workers have knowledge and mastery in first aid. In order to discuss what would be the challenges and needs they have regarding first aid within the school environment. The sample of these 135 education workers, with representation of all 18 campuses and the rectoria, and the three categories: teachers, administrative technicians and outsourced. Where it can be seen that the deficiency of a large part of education workers in working in situations of need of knowledge and mastery in first aid is real, as well as the lack of knowledge of Law No. 13,722 of 2018 that deals with the obligation of basic education establishments to train their teachers and employees in the basics of first aid.

**Key Words:** Education. Education workers. First Aid.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Santarém, Pará, Brasil. ORCID: 0000-0001-7360-8234. E-mail: carlos.alberto@ifpa.edu.br.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Bragança, Pará, Brasil. ORCID: 0000-0001-5634-5604 . E-mail:sergio.ricardo@ifpa.edu.br

## INTRODUÇÃO

Primeiros Socorros (PS) são os cuidados iniciais que precisam ser prestados ligeiramente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em ameaça a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e impedir o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de ajuda qualificada. Qualquer pessoa treinada poderá prestar os PS, conduzindo-se com calma, compreensão e confiança. O conhecimento sobre noções básicas em primeiros socorros é uma temática pertinente no atual contexto de ensino brasileiro e principalmente no ensino básico.

Políticas públicas educacionais tem sido criadas afim de garantir maior seguridade para os estudantes, dentre elas temos a Lei nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, popularmente conhecida como Lei Lucas, nome dado devido ao falecimento de Lucas Begalli, por asfixia durante um passeio escolar, causada por engasgo com um pedaço de salsicha do cachorro quente, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de educação básica, seja público ou privado, de capacitar seus professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros (BRASIL, 2018).

Lei essa, que abrange professores e funcionários da escola, que trataremos como trabalhadores da educação, termo utilizado para designar indistintamente todos os segmentos que compõem o quadro de pessoal de uma escola: professores/as, especialistas e funcionários/as. No caso do IFPA, docentes, técnicos administrativos e prestadores de serviços terceirizados. O termo surge no Brasil em uma conjuntura de mobilizações dos trabalhadores, devido as greves de 1978-1979, evidenciando uma tendência organizativa das entidades estaduais de professores nesse período, e a partir da promulgação da Constituição de 1988 e das reformas na Legislação Sindical, permitindo a greve e a sindicalização no setor público, várias entidades estaduais se reestruturam ou se unificam, dando origem a sindicatos que trazem em sua denominação a nomenclatura “trabalhadores da educação” (CARDOSO, 2010).

Esse contexto impõe alguns questionamentos: Os trabalhadores da educação do IFPA possuem conhecimentos acerca dos primeiros socorros? Os trabalhadores da educação do IFPA estariam recebendo formações bem como preconiza a legislação? Quais dos desafios e necessidades referente a temática de PS que os trabalhadores da educação do IFPA possuem?

Essas indagações conduziram à identificação de uma necessidade no campo das pesquisas circunscritas no Ensino Básico que se voltem para os sujeitos desse processo, o que nos leva a identificar, no contexto escolar, o que pensam e o que querem os trabalhadores da educação no que tange a tônica dos PS.

Neste artigo, objetivamos investigar em que medida os trabalhadores da educação do IFPA possuem conhecimentos e domínio em primeiros socorros. Afim de discutir quais seriam os desafios e necessidades que possuem referente aos PS dentro do ambiente escolar. Consideramos avançar nessa pesquisa ao apresentarmos como esses trabalhadores se situam nesse processo de formação, frente à implementação da Lei Lucas.

Isto posto, este texto se propõe a contribuir com uma reflexão autêntica e reveladora, a partir do olhar do trabalhador da educação, problematizando a atual situação quanto aos seus níveis de conhecimentos em PS, e suas reais necessidades em seu cotidiano escolar.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

O IFPA teve seu início como Escola de Aprendizes e Artífices e abarcava o ensino primário, cursos de desenho e oficinas de marcenaria, funilaria, alfaiataria, sapataria e ferraria. Em 1930, a Escola de Aprendizes transforma-se em Liceu Industrial do Pará e, em 1942, em Escola Industrial de Belém. Já na década de 1960, alterar-se em Autarquia Federal com autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. Assim passa a proporcionar a educação

profissional de nível médio e cursos técnicos de edificações e estradas, passando a ser nomeado de Escola Industrial Federal do Pará, quando foram instituídos os cursos de agrimensura e eletromecânica (IFPA, 2023).

Com a Lei Federal que regulamenta a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, no seu artigo 5º, inciso VIII, "mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá", o IFPA é oficialmente criado. E hoje, o IFPA é formada por 19 unidades, sendo 18 *Campi*, dentre estes 1 *Campus* Avançado, e a Reitoria, e tem como visão "promover educação profissional, científica e tecnológica com base cidadã, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, colaborando com o desenvolvimento sustentável da região amazônica" (IFPA, 2022).

O IFPA atualmente conta com mais de três mil trabalhadores da educação, termo utilizado para designar indistintamente todos os segmentos que compõem o quadro de pessoal de uma escola: professores/as, especialistas e funcionários/as. No caso do IFPA, docentes, técnicos administrativos e prestadores de serviços terceirizados. O termo "trabalhador em educação", apesar de parecer auto explicativo, pode provocar inúmeras e distintas interpretações, não sendo, ele mesmo, consenso entre os profissionais da educação, que procuram uma nomenclatura mais adequada ao atendimento das demandas pela construção da identidade.

A tentativa de se constituir uma identificação homogeneizadora, sob o termo "trabalhadores da educação", seria um modo de assegurar uma espécie de cerne comum a todos os membros de uma classe, conferindo-o uma base identitária supostamente mais intensa e substancial, que extrapola suas individualidades ou especificidades de atuação, situada na ideia de que todos constituiriam trabalhadores (MARTUCCELLI, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96), propõe uma concepção de escola, onde, em seu artigo 1º, propõe uma nova concepção de educação, que passa, de agora em diante, a ser definida como processo abarca à formação global do indivíduo, vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática. Materializa-se assim, gradativamente, uma concepção de educação cidadã, que se afasta de modelos pedagógicos padronizados e excludentes, em favor de um espaço de aprendizagens colaborativas e interativas, que considerem todos os integrantes da escola protagonistas do processo educativo, o que significa que todos os trabalhadores da educação de uma escola são agentes diretos na formação do estudante (BRASIL, 2004).

Sendo todos os trabalhadores agentes da formação dos estudantes, todos precisam estar em constante capacitação do seu fazer. De acordo com Pimenta (2007), a formação de continuada tornou-se uma das inquietações da escola contemporânea, uma vez que:

Levando em consideração que o processo formativo do ser humano integral é uma contínua resignificação de saberes, valores e atitudes, chegamos ao consenso de entender essa formação como uma educação permanente, que necessita de continuidade ao longo da carreira - formação contínua (PIMENTA, 2007, p. 71)

A formação de trabalhadores da educação tem sido entusiasmada pelas mudanças sociais, tecnológicas, científicas, ambientais que transcorrem em sua volta, e diante destas mudanças, percebe-se que a formação continuada, poderá buscar o aprimoramento constante das ações do desse trabalhador, para que possa melhorar a práxis educacional. Deste modo, a formação continuada, consiste em táticas voltadas para a obtenção de conhecimentos e aperfeiçoamento de capacidades para potencializar a atuação dos trabalhadores da educação na escola (RODRIGUES, 2006).

Gatti et al., (2019) ponderam que a composição da profissionalidade do trabalhador da educação, demanda que o mesmo possua uma formação inicial consistente e formação

continuada como ampliação e atualização. Nesta perspectiva, para as autoras “com vistas a construção da profissionalidade docente, os caminhos formativos se definem mediante a condução dos conhecimentos de senso comum preexistentes aos conhecimentos fundamentados que sustentam práticas pedagógicas” (GATTI et al., 2019, p. 40).

As formações continuadas são imprescindíveis a todos trabalhadores da educação e principalmente os da educação profissional e tecnológica, principalmente as que atendam políticas públicas educacionais. Uma dessas políticas públicas educacionais, resulta da parceria realizada entre os atores governamentais Ministério da Saúde e Ministério da Educação, apresentada como Lei nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, popularmente conhecida como Lei Lucas, nome dado devido ao falecimento de Lucas Begalli, por asfixia durante um passeio escolar, causada por engasgo com um pedaço de salsicha do cachorro quente, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de educação básica, seja público ou privado, de capacitar seus professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros (BRASIL, 2018).

Primeiros Socorros (PS) são os cuidados iniciais que precisam ser prestados ligeiramente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em ameaça a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e impedir o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de ajuda qualificada. Qualquer pessoa treinada poderá prestar os PS, conduzindo-se com calma, compreensão e confiança.

Em vista desse contexto, os trabalhadores da educação podem contribuir para salvar a vida de muitos estudantes, diminuindo a taxa de mortalidade e acidentes que ocorrem no ambiente escolar, haja vista que com condutas incorretas, potencializar os traumas sofridos pelos estudantes na tentativa de auxiliar na emergência, ou ainda, não prestar socorro. Formações continuadas em PS, assume uma função essencial nas escolas, pois a ausência de conhecimento do trabalhador da educação, pode ocasionar numerosos problemas, como a manipulação incorreta de vítimas e a solicitação, às vezes, desnecessária do socorro especializado (GUERREIRO et al., 2014; FIORUC et al., 2008). Entende-se que as ações executadas de imediato no local da ocorrência do infortuno contribuem para a sobrevivência da vítima (OLIVEIRA et al., 2015).

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de campo, descritivo com abordagem quali-quantitativa, devido está voltado a um grupo de indivíduos e pretende-se, com a coleta de dados, a obtenção, compreensão, interpretação e descrição de forma sistemática das informações referentes a um problema, para o qual se busca encontrar respostas ou soluções. (MARCONI & LAKATOS, 2010). O cenário desta investigação foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Tendo como os locais para a realização da pesquisa os 18 *campi* e uma reitoria.

No que se refere a amostragem da pesquisa, foi utilizada a tipologia "não probabilística" por conveniência/acessibilidade, ou seja, os participantes não foram selecionados aleatoriamente. Assim, a amostragem que envolve trabalhadores da educação do IFPA foi escolhida de forma que atenda aos objetivos deste estudo e atendendo aos critérios de ser servidor no IFPA e possuir mais de três anos de serviço na instituição, o que provavelmente faria com que o mesmo tivesse mais conhecimento do objeto de pesquisa dentro do IFPA. Participaram da pesquisa 135 trabalhadores da educação, com representação de todos os campi e da reitoria, e das três categorias: docentes, técnicos administrativos (TAE) e terceirizados.

A coleta de dados ocorreu no período de setembro de 2023 a novembro de 2023, mediante a aplicação de um questionário *on-line*, que foi enviado aos *e-mails* dos participantes, com perguntas abertas e fechadas, que permitiu o levantamento de informações referentes aos conhecimentos em primeiros socorros. Os dados obtidos através da aplicação do referido

instrumento foram tabulados e transformados em tabelas e gráficos. Assim, procedeu-se a análise e discussão dos achados com base na literatura produzida sobre o tema.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, e, em seguida, direcionada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº 69026923.9.0000.5173, sendo aprovado com o parecer nº 2.031.689.

### 3 RESULTADOS

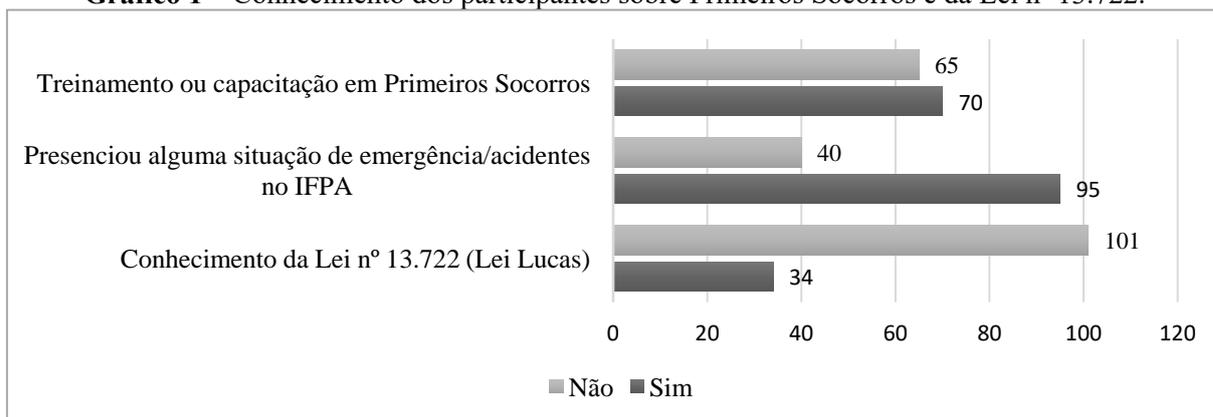
Com base nos dados coletados, participaram da pesquisa 135 trabalhadores da educação, sendo 54,8% homens e 45,2% mulheres, sendo eles 58,5% docente, 40% Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e 1,5% terceirizados. Quanto à formação, 5,9% possuíam graduação, 34,1% possuíam especialização, 40,7% possuíam mestrado, 17,8% possuíam doutorado e 1,5% possuíam pós doutorado. Em relação ao tempo de vínculo com o IFPA, 18,5% atuavam a menos de 3 anos, 29,6% atuavam de 3 a 6 anos, 23,7% atuavam de 7 a 10 anos, 18,5% atuavam de 11 a 14 anos e 9,7% atuavam a mais de 15 anos. Podemos verificar a caracterização dessa amostra na Tabela 1. No que diz respeito à atuação profissional apenas 77% (104) trabalhadores da educação que atuavam diretamente com o ensino básico.

**Tabela 1-** Caracterização dos participantes

| Variável                    | Significado    | n = 135 | %     |
|-----------------------------|----------------|---------|-------|
| Sexo                        | Masculino      | 74      | 54,8  |
|                             | Feminino       | 61      | 45,2  |
| Grupo de servidores         | Docente        | 79      | 58,5% |
|                             | TAE            | 54      | 40%   |
|                             | Tercirizado    | 2       | 1,5%  |
| Tempo de vínculo com o IFPA | < 3 anos       | 25      | 18,5% |
|                             | 3 - 6 anos     | 40      | 29,6% |
|                             | 7 - 10 anos    | 32      | 23,7% |
|                             | 11 - 15 anos   | 25      | 18,5% |
|                             | > 15 anos      | 13      | 9,7%  |
| Formação acadêmica          | Graduação      | 8       | 5,9%  |
|                             | Especialização | 46      | 34,1% |
|                             | Mestrado       | 55      | 40,7% |
|                             | Doutorado      | 24      | 17,8% |
|                             | Pós-doutorado  | 2       | 1,5%  |

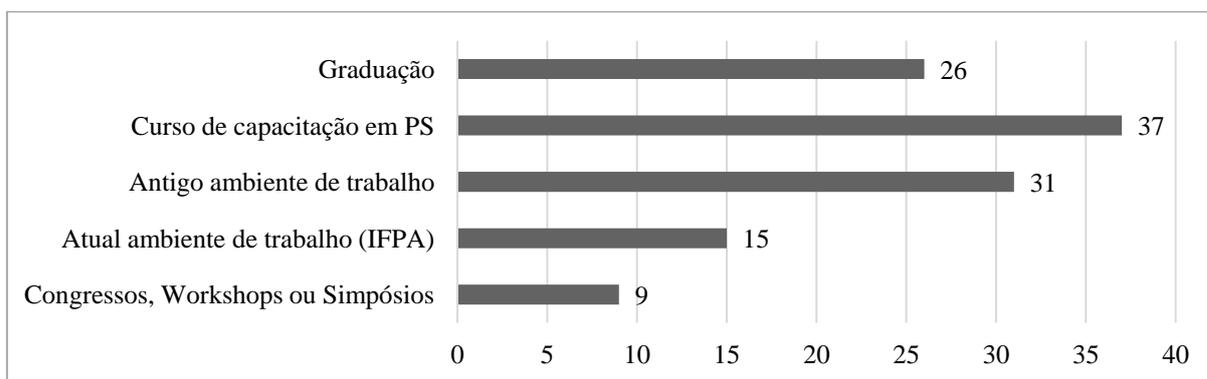
**Fonte:** Autoria Própria.

No que se refere ao conhecimento dos trabalhadores da educação do IFPA sobre a Lei nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, popularmente conhecida como Lei Lucas, 74,8% não conheciam e 25,2% já conheciam. Em relação às capacitações referentes a primeiros socorros, 51,9% possuíam e 41,8% não possuíam formação sobre a temática. Sobre as vivências dos participantes em presenciar situações de primeiros socorros no IFPA, 70,4% afirmaram terem presenciado e 29,6% afirmaram que não tiveram presenciado situações de emergências no IFPA, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Conhecimento dos participantes sobre Primeiros Socorros e da Lei nº 13.722.

Fonte: Autoria Própria.

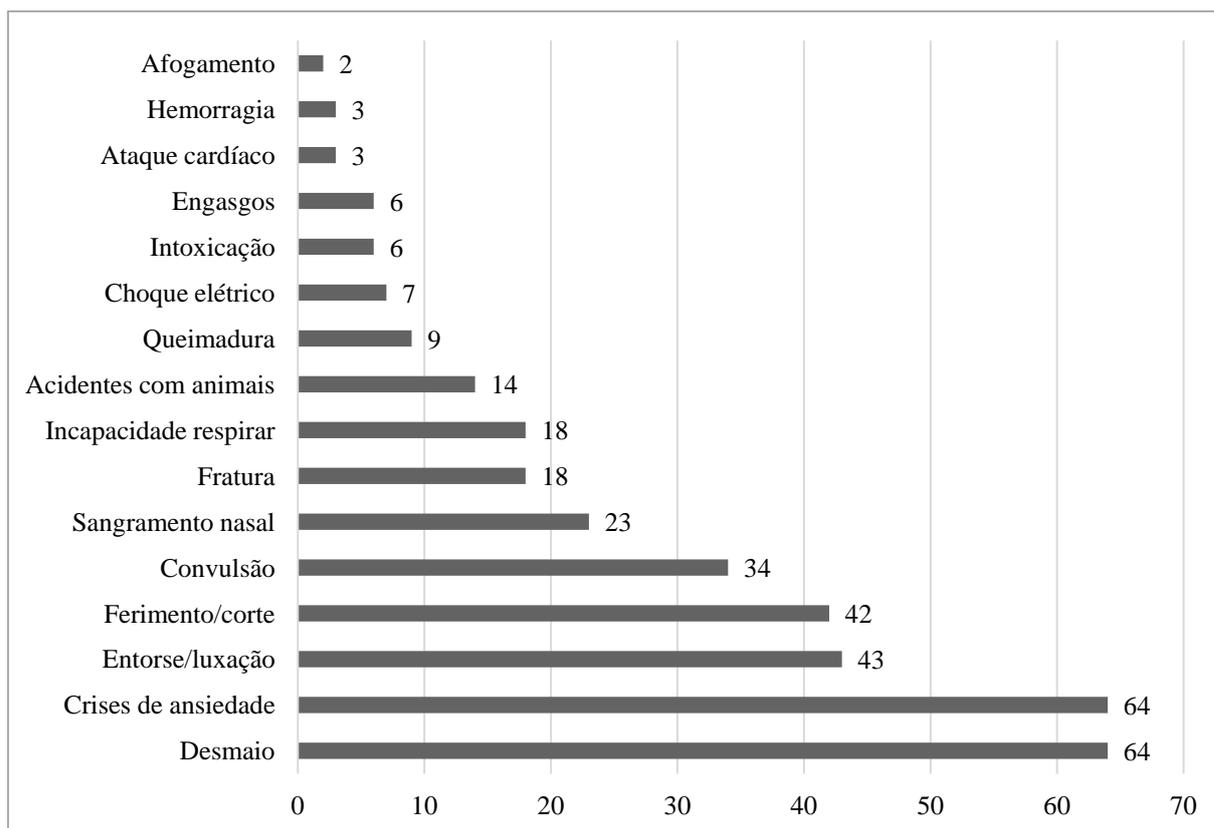
Quanto aos locais onde os 65 participantes tiveram as capacitações referentes a primeiros socorros, puderam responder em mais de um local, tivemos 26 participantes que tiveram essa capacitação na graduação, 37 participantes fizeram em algum curso específico de PS, 32 participantes tiveram em seus antigos empregos, 15 participantes tiveram no IFPA e 9 participantes tiveram essa capacitação em algum congresso/workshop/congresso, conforme o Gráfico 2.

**Gráfico 2:** Locais onde os participantes já obtiveram capacitações em PS.

Fonte: Autoria Própria.

Ao analisar os resultados quanto as principais situações de urgência/emergência presenciadas pelos participantes no IFPA, puderam responder mais de um tipo, tivemos: afogamento (2), hemorragia (3), ataque cardíaco (3), engasgo (6), intoxicação (6), choque elétrico (7), queimadura (9), acidente com animal peçonhento (14), incapacidade de respirar (18), fratura (18), sangramento nasal (23), convulsão (34), ferimento/corte (42), entorse/luxação (43), crise de ansiedade (64) e desmaio (64), conforme Gráfico 3.

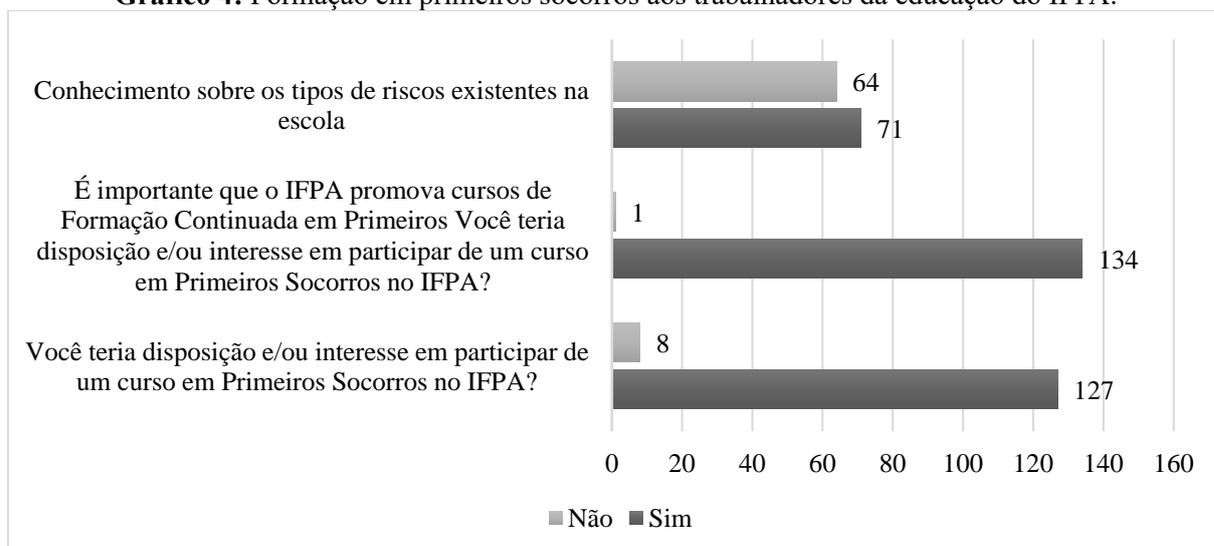
**Gráfico 3:** Principais situações de urgência/emergência presenciadas pelos participantes no IFPA



Fonte: Autoria Própria.

Sobre questões referentes aos conhecimentos dos participantes quanto aos tipos de riscos existentes no ambiente escolar 52,6% afirmaram conhecer e 47,4% desconhecem. Quanto à disponibilidade de participação em uma formação aos trabalhadores da educação do IFPA, referente a primeiros socorros, 94,7% afirmaram ter interesse e 5,9% não. Sendo que 99,3% afirmaram ser importante que o IFPA promova formações continuadas em primeiros socorros aos seus servidores, conforme Gráfico 4.

**Gráfico 4:** Formação em primeiros socorros aos trabalhadores da educação do IFPA.



Fonte: Autoria Própria

## 4 DISCUSSÃO

A Lei Lucas surgiu devido ao falecimento do menino de 10 anos. Lucas Begalli Zamora, em setembro de 2017 estava sob supervisão dos funcionários da escola em um passeio escolar, se engasgou com um cachorro quente, apresentou asfixia mecânica, sete paradas cardíacas e depois de cinquenta minutos de tentativas falhadas em lhe prestarem os primeiros socorros, veio a óbito. Diante disso, a criação dessa Lei tende proporcionar e oferecer aos pais e responsáveis, um cenário de maior conforto e segurança, para que seus filhos não estejam expostos a situações de emergências no âmbito escolar e recreativo. Acidentes ocorrem a todo lugar e momento, assim tornando-se obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimento de recreação infantil (PROJETO DE LEI, 2018).

Assim como em um estudo realizado na cidade de Belém no estado do Pará, que teve como um dos objetivos analisar o entendimento dos funcionários de uma escola de ensino fundamental sobre primeiros socorros, teve como resultado que dentre os profissionais que realizaram a pesquisa, 90% desconheciam a existência e finalidade da Lei Lucas, assim como em nosso estudo onde a maioria dos participantes também não tinha esse conhecimento (FREITAS et al., 2023).

Incidentes nos ambientes escolares são frequentes, e o fato é que ainda há carência de conhecimentos em primeiros socorros pelos trabalhadores da educação e dos centros de recreação infantil. Apesar da importância sobre essa temática no Brasil, o ensino de primeiros socorros ainda é pouco disseminado, pois o desconhecimento sobre o assunto e o auxílio a vítimas em situações de urgência/emergência ainda é considerável apenas pelo impulso da solidariedade, sem treinamento apropriado, o que pode causar danos irreparáveis (SOUZA et al., 2020; MOURA et al., 2018)

Em estudos sobre o tema, notou-se os *déficit* dos trabalhadores da educação acerca dos primeiros socorros, onde muitos não se sentem preparados para atuarem em situações que necessitem deste conhecimento, o que se percebeu que os professores da área de educação física são os que normalmente possuem alguma formação sobre a temática dentro da escola, algumas vezes por ter sido ofertada no seu currículo de formação ou por ter ido em busca desse conhecimento devido muitos dos acidentes ocorrerem em suas aulas práticas. Outros estudos demonstram o despreparo em relação aos primeiros socorros, desde a formação do professor, o que corrobora para seu pouco conhecimento e dificuldade de prestar o socorro corretamente (CABRAL; OLIVEIRA, 2019; COSTA; NUNES, 2016).

Nossos achados corroboram com um estudo realizado com profissionais de nível superior de sete escolas no estado do Mato Grosso (MT), verificou que 43% destes profissionais nunca fizeram um treinamento referente a noções de primeiros socorros, assim como neste estudo onde 41,8% não possuíam formação sobre a temática, ainda no estudo no MT, no teste de conhecimento demonstraram média de acerto de 46,1% mostrando déficit de conhecimento (BRITO et al., 2020). No estudo de Leite et al., (2018) em uma escola no estado de Pernambuco, encontrou que 88% dos trabalhadores da educação pesquisados em seu estudo, afirmaram nunca receberam nenhum tipo de treinamento ou capacitações sobre Primeiros Socorros. Resultado que é ainda mais alarmante, pois assinalam uma carência muito grande no que diz respeito a treinamentos e capacitações sobre os primeiros socorros voltados para os trabalhadores da educação.

Como podemos ver apenas 26 participantes tiveram em sua graduação o conteúdo de primeiros socorros, por se tratar de trabalhadores da educação, onde a maioria das licenciaturas não ofertam esse conteúdo, quase que exclusividade em algumas licenciaturas em educação física, entende-se um dos motivos dessa falta de formação, ainda quando comparamos aos dados

das formações em primeiros socorros dentro do IFPA, onde apenas 15 participantes afirmaram ter tido, traz à tona essa carência dentro da instituição.

Quanto as vivências dos participantes em presenciar situações de primeiros socorros no IFPA, a porcentagem que afirmou já ter vivenciado é muito similar ao estudo de Ilha *et al.* (2021), onde em seu estudo 71,1% afirmaram terem presenciado situações de primeiros socorros na escola e 28,9% afirmaram que não tiveram contato com situações que exigissem essas ações.

A escola embora seja considerando um ambiente seguro, está sujeita a ocorrência de incidentes, principalmente em aulas práticas, como as aulas práticas de educação física, visto que aproximadamente 50% das lesões e acidentes escolares, ocorrem nela (SOLTOVSKI *et al.*, 2017). Segundo Conti e Zanata (2014), os cinco principais acidentes que nos deparamos no contexto escolar, são: quedas, fraturas, escoriações, cortes com vidro e choque elétrico.

A comunidade escolar possui fundamental importância na efetivação de ações que buscam à melhora da qualidade de vida de seus alunos e das condições de promoção à saúde e educação, direitos fundamentais previstos pela legislação (KIRST, 2015).

Referente as principais situações de emergência vivenciadas pelos trabalhadores da educação do IFPA, percebeu-se as crises de ansiedades e desmaios como as mais incidentes, o que não se percebe na literatura sobre o tema, assim como em estudos sobre primeiros socorros no ambiente escolar não se apresenta uma conduta para situações de crises de ansiedade. De acordo com Andrade, De Souza (2020), muitos estudantes se deparam em alta pressão psicológica. Por parte da família, que cobra o sucesso do estudante. Outras vezes, a escolar que exige um nível elevado de nas disciplinas ofertadas. Além desses, outro ponto colaborador é a auto cobrança que é internalizada pelo jovem/adolescente, que escuta tanto sobre a perspectiva de futuro da idealizada graduação ou emprego de sucesso. É imprescindível debater e pesquisar sobre ansiedade nos jovens/adolescentes, pois ela está em volta de extremos fatores que se limitam na decisão e no agir durante seu percurso formativo ou entrada no mercado de trabalho.

Formações sobre socorros psicológicos no ambiente escolar devem ser realizadas afim de capacitar os trabalhadores da educação diante desse novo dado encontrado no estudo. Positivamente encontramos interesse e disponibilidade da maioria dos participantes da pesquisa em participarem de formações em primeiros socorros como observado no gráfico 4.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acidentes ocorrem em uma diversidade de locais, como no caso ambientes escolares, e com os mais variados públicos, as pessoas que prestam os primeiros socorros à vítima precisam ter aptidões para executá-los corretamente pois, os cuidados prestados de forma inadequada podem agravar o quadro das vítimas do acidente. Os trabalhadores da educação, por serem os sujeitos mais próximos aos discentes acidentados no ambiente escolar, precisam de noções sobre primeiros socorros, uma vez que muitas vidas podem ser salvas, traumas e sequelas minimizadas quando o socorro é prestado de imediato (SILVA *et al.*, 2017).

Os resultados encontrados reiteram a precariedade dos conhecimentos e habilidades em primeiros socorros pelos trabalhadores da educação do IFPA, onde o assunto ainda é pouco disseminado no meio escolar, sendo limitado na maioria das vezes aos profissionais da área da saúde, ou relacionado a ela. Podendo levar a atitudes impróprias nos atendimentos às vítimas de acidente, tendo como consequências sequelas e até mesmo o óbito. Diante disto, ações educativas em primeiros socorros devem ser planejadas e realizadas, devendo ser realizadas anualmente conforme o disposto na Lei nº 13.722 de 2018.

A escola tem um papel necessário e crescente, na promoção da saúde, controle e prevenção de acidentes para seus diversificados públicos, tornando-se, assim, primordial a presença de profissionais capacitados para avaliar e conduzir as situações emergenciais que,

eventualmente, possam ocorrer no ambiente escolar. Afinal, apesar da educação em saúde já existir a muito tempo, sua ação evidencia atualmente, muita fragilidade na sua concretização, tendo em vista que os serviços de saúde dão pouca importância às ações educativas, assim como a escola deixa tais formações apenas para após o acontecimento de incidentes (BRASIL, 2014).

Para tanto, se faz necessário a busca incessante por estratégias que auxiliem no planejamento formações em primeiros socorros nos ambientes escolares, ações que atendam as principais situações de urgência/emergência encontradas no estudo. Sugerem-se novos estudos que investiguem o conhecimento dos trabalhadores da educação em primeiros socorros, assim como as formações em primeiros socorros no ambiente escolar, afim de concluir qual metodologia é mais efetiva na melhoria de conhecimentos e habilidades desses profissionais sobre a temática. Também, faz-se necessário incentivar a parceria entre os trabalhadores da educação e da saúde a fim de executarem formações no ambiente educacional, auxiliando a construção de novos conhecimentos, estratégias, competências e habilidades em para atuar em situações de primeiros socorros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018.** Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 4 out. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, da Constituição Federal.** Art. 2. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 08 out. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação:** em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRITO JG, OLIVEIRA IP, GODOY CB, FRANÇA AP. Efeito de capacitação sobre primeiros socorros em acidentes para equipes de escolas de ensino especializado. **Rev. Bras. Enferm.** [Internet]. 2020; 73( 2).

CABRAL EV, OLIVEIRA MF. Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores. **Revista Práxis.** 2019; 11(22): 97-106.

CARDOSO, M.E. Trabalhadores da educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

CONTI, Késia L. M. de; ZANATA, Shalimar C. **Acidentes no ambiente escolar** – uma discussão necessária. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2014. Curitiba: SEED/PR, 2016, V. 1 (Cadernos PDE).

COSTA OC NUNES LA. Nível de conhecimento em Primeiros Socorros dos Professores de Educação Física das Escolas de São Luís/MA. **Revista Ceuma Perspectivas.** 2016; 28(2).  
DE SOUZA, C. M. **Ansiedade e Desempenho Escolar no Ensino Médio Integrado.** Pouso Alegre: Univás, 2020.

FIORUC, B.E.; et al. Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo. **Rev Eletr Enf** [Internet]. 2008 Jul/Sept [cited 2017 Dec 22];10(3):695-702.

FREITAS, Jessika Brenda Quaresma de; et al. Lei Lucas: primeiros socorros em uma escola estadual de ensino fundamental. **Revista de Enfermagem UFJF**, 2023; 9(1): 1-14.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de Almeida (Org.). **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GUERREIRO, E.M.; TORRES, C.A.; RODRIGUES, D.P.; QUEIROZ, A.B.A; FERREIRA, M.A. Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal: sentidos atribuídos por puérperas. **REBEn** [Internet]. 2014 Jan/Feb [cited 2017 Dec 22];18(1):55-60.

IFPA. **Histórico do IFPA**. Disponível em: <https://dti.ifpa.edu.br/o-que-e-rss/2-uncategorised/299-historico-do-ifpa>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

IFPA. **Resolução Conselho Superior (CONSUP) IFPA/CONSUP - N° 675/2022, de 29 de abril de 2022**. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/resolucoes-ifpa>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

ILHA, A.G.; COGO, S.B.; RAMOS, T.K.; ANDOLHE, R.; BADKE, M.R.; COLUSSI, G. Educational actions on first aid for early childhood education teachers: a quasi-experimental study. **REV ESC ENFERM USP**. 2021;55:e20210025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0025>.

KIRST, F.S.D. **Os programas 'Saúde Na Escola' e 'Saúde e Prevenção nas Escolas': dos riscos biopolíticos à estratégia de governo dos sujeitos escolares**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2015.

LEITE, Hellen Samara Nunes *et al.* Primeiros socorros na escola: conhecimento da equipe que compõe a gestão educacional. **Temas em saúde FIP**. Edição Especial. João Pessoa, 2018. ISSN 2447-2131. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/10/fip201819.pdf>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo. Atlas, 2010.

MARTUCCELLI, D. **Grammaires de l'individu**. Paris: Gallimard, 2002.

MOURA, R. L. et al. Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores. In: **Anais Do I Congresso Norte Nordeste De Tecnologias Em Saúde** [internet] 2018; 1(1). Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/connts/index>.

OLIVEIRA, M.R. et al. Concepção de graduandos de enfermagem sobre a prática de educação em saúde em primeiros socorros. **Rev Rene**, v.16, n. 2, p. 150-158, mar-abr, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12643>. Acesso em: 05 out. 2022.

PIMENTA, J. I. P. B. **Necessidades formativas e estratégias de Formação Contínua de Professores: observação e análise de um programa de formação de professores.**

Dissertação (Pós-Graduação em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

PROJETO DE LEI. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1639155](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1639155)>. Acesso em 21 de março de 2024.

RODRIGUES, M.A.P. **Análise de práticas e de necessidades de formação.** Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

SILVA LGS, COSTA JB, FURTADO LGS, TAVARES JB, COSTA JLD. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente: intervenção em unidade de ensino. **Rev. Bras. Enferm.** 2017; 8(3):25–9.

SOLTOVSKI, Wesley; SOUZA, Geovana de; COSTA, Cristiane A. **Principais lesões encontradas nas aulas práticas de educação física em três escolas da rede estadual de ensino da cidade de Ponta Grossa – PR.** 2017. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Sant’Ana, Ponta Grossa, 2017.

SOUSA, Ana Paula Moreira de; RIZZO, Deyvid Tenner de Souza; DOMINGUES, Gisele da Silva Barbosa. Conhecimento do professor de educação física sobre primeiros socorros no ambiente escolar. **Intinerarius Reflectionis.** v. 16 n. 3. 2020.

SOUZA, M.F.; et al. Conhecimento dos educadores dos centros municipais de educação infantil sobre primeiros socorros. **Revista Nursing** [internet] setembro de 2020; 23 (268):4624-4629. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/871/975>.

## “POESIA-EXPERIÊNCIA”: PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DA CRÍTICA E TRADUÇÃO DE MÁRIO FAUSTINO NO *JORNAL DO BRASIL*

Thiago André Veríssimo<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objeto de investigação as traduções de poesia de Mário Faustino, publicadas em “Poesia-Experiência”, resultado da colaboração do crítico-tradutor no jornalismo cultural do Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1956 e 1958. Trata-se de um estudo de história da tradução de poesia, em que se procurou mapear, organizar e descrever a experiência tradutória presente no projeto “pedagógico” da página de poesia. Ao reunir os trabalhos de tradução de poesia, repensou-se a trajetória do jornalista enquanto intermediário em prol da cultura poética, em que o jornalismo se diluía nas funções de crítico, antologista, tradutor e editor.

**Palavras-chave:** Mário Faustino tradutor. História e tradução de poesia em jornal. “Poesia-Experiência”.

## “POETRY-EXPERIENCE”: RESEARCH AND ORGANIZATION OF THE CRITICISM AND TRANSLATION OF MÁRIO FAUSTINO IN *JORNAL DO BRASIL*

### ABSTRACT

The present academic article aims at investigating the translations of poetry made by Mario Faustino, published in “Poesia-Experiência”, which resulted from the collaboration by the translator-critic to cultural journalism in the Sunday Supplement at *Jornal do Brasil*, between 1956 and 1958. This is a study about the history of poetry translation, in which we tried to map, organize and describe the translation experience present in the “pedagogical” project of this poetry section. When gathering the translations of poetry by Faustino, the journalist's trajectory was rethought as an intermediary in favor of poetic culture, in which journalism was diluted in the functions of critic, anthologist, translator and publisher.

**Key words:** Mário Faustino translator. History and translation of poetry in newspapers. “Poetry-Experience”.

**Data de aprovação:** 29.12.2023

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar os caminhos tomados na construção do arquivo dos textos de crítica e traduções de poesia de Mário Faustino (1930-1962), divulgadas no *Jornal do Brasil*, a exemplo do que fizemos em *À procura do Mário Faustino tradutor* (2014)<sup>2</sup>, um mapeamento das traduções poéticas anteriores ao trabalho de “Poesia-Experiência”, transformando o material coligido numa série de arquivos anotados, reunindo informações e

---

<sup>1</sup> Professor do Ensino Básico e Tecnológico da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Estudos da Tradução (PGET – Pós-Graduação em Estudos da Tradução, UFSC). Possui Mestrado Acadêmico em Estudos Literários (PPGL – Pós-Graduação em Letras, UFPA). Tem experiência nas áreas de Língua Portuguesa e respectivas literaturas; produção textual; estudos críticos sobre tradução de poesia e recepção da literatura brasileira. E-mail: thasverissimo@gmail.com.

<sup>2</sup> Dissertação de Mestrado realizado na Universidade Federal do Pará sobre as primeiras traduções de Mário Faustino nos jornais paraenses, entre os anos de 1947 e 1951, sob orientação da Professora Doutora Izabela Leal.

documentos, a fim de explicitar experiência do escritor no campo da crítica e da tradução de poesia em jornal<sup>3</sup>.

O ato de traduzir acompanhou toda a produção intelectual de Mário Faustino. Por exemplo, é após a primeira tradução poética (1947)<sup>4</sup> que começou a escrever crônicas e alguns contos, para depois escrever os primeiros poemas, em 1948. Sendo a atividade tradutória um instrumento de inserção no ambiente de trabalho remunerado, tanto no campo jornalístico quanto na tradução profissional, as notas bibliográficas sobre o escritor, presentes em muitos dos livros publicados postumamente, nos artigos de jornais, bem como nos estudos a seu respeito, a exemplo da biografia literária<sup>5</sup>, reforçam essa ideia, uma vez que a estreia do escritor no jornalismo, aos 16 anos, se deu por meio da tradução de matérias e telegramas internacionais.

Igualmente, os trabalhos de tradutor e intérprete de inglês – realizado no Curso de Planejamento Regional<sup>6</sup> do professor norte-americano John Friedmann, no período de outubro de 1955 a janeiro de 1956, em Belém, editado em livro, em 1960 (FGV) – e as atividades desempenhas no Departamento de Informações Públicas da ONU, em Nova York – durante o ano de 1960, onde atuava como tradutor e preparada os *press releases*, editando, reescrevendo o material colhidos pelos repórteres – ratificam o significado dessa atividade, não só como promotor de cultura, mas também como uma atividade financeira.

Nessa época, Faustino testemunhou a agitação das sessões impactadas pela Revolução Cubana (1953-1959), mencionado a Benedito Nunes, em carta:

Querido Bené,

Escrevo-te enquanto se faz história, a poucos metros de mim. Neste momento, aqui na ONU, o Conselho de Segurança está reunido, aqui mesmo, no segundo andar do edifício, de onde te escrevo. Eu estou numa sala não longe, aguardando as notas que são enviadas pelo repórter, ou melhor, pelos repórteres que se revezam em tomar apanhados dos discursos, à medida que são feitos; à medida que me vão chegando, vou-os “editando”, isto é, corrigindo, cortando, acrescentando, colocando subtítulos, etc (Carta, 14 set. 1960, *in* Faustino, 2017, p. 151).

Nessas cartas, Faustino comentava sobre o momento político da época, da vida em Nova York, do seu futuro no Brasil, e, claro, da poesia que fazia e dos projetos de futuras traduções, expresso na carta ao poeta Walmir Ayala (1933-1991):

Richard Howard, novelista e um dos mais férteis e melhores tradutores americanos, é também meu bom amigo: planejamentos vagamente, agora, traduzir para o inglês, juntos, uma antologia de contos de Machado de Assis. Silêncio também sobre isso. Detesto publicidades que depois não dão em nada. Conto-te essas coisas para que

<sup>3</sup> O presente texto é uma versão resumida da pesquisa de doutoramento: *Poesia-Experiência*: história e tradução de Mário Faustino no *Jornal do Brasil* (2019), realizada na Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Doutor Walter Carlos Costa.

<sup>4</sup> Mário Faustino traduziu “Farewell” de Pablo Neruda para o jornal *A província do Pará*. No entanto, nas páginas de “Poesia-Experiência”, enquanto crítico traduziu um ensaio “O Mito Neruda”, em que afirmava que “Sempre nos pareceu Neruda um mal poeta. Apenas isso: um mau poeta, nem mesmo *un gran poeta malo* como quer esse verdadeiro grande poeta Juan Ramón Jiménez” (Faustino, PE, n. 079, 13 abr. 1958, p. 6).

<sup>5</sup> Em 2004, a escritora e professora Lilia Chaves publicou a sua pesquisa de doutorado (UFMG) sobre a vida e obra literária Mário Faustino: *Mário Faustino*: uma biografia literária.

<sup>6</sup> O Curso de Planejamento foi uma parceria entre a Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) – atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) –, da qual Faustino trabalhou como redator no setor de Coordenação e Divulgação, tendo como chefe o seu amigo Benedito Nunes. Esse trabalho resultou na tradução da versão inglesa *Introduction Regional Planning* (1956), lançado pela FGV, em 1960, sob o título de *Introdução ao planejamento regional*.

saibas o que estou fazendo por aqui (Faustino, Carta, Nova, jul. 1960, *in*: Chaves, 2004, CD-ROM).

De fato, nos escritos de Mário Faustino, desde crônicas, poemas, ensaios, cartas, a tradução esteve presente no horizonte intelectual de criação. A relação com o poeta e tradutor Richard Howard<sup>7</sup> ratifica a intensa ligação com crítica e tradução, nesse caso, num projeto tradutório não realizado sobre um importante autor brasileiro.

Reconhecendo a tradução como gesto de crítica e instrumento didático das seções de “Poesia-Experiência”, a nossa pesquisa previu, na primeira parte, o levantamento bibliográfico dessas traduções, uma vez que mesmo reunidas, em parte, em edições díspares a partir da página poética (1960, 1968, 1983/93, 1977, 1985a, 1985b, 2004). Esses percursos tradutórios não estavam organizados de acordo com as seções para as quais elas foram criadas, pois, nos livros editados, as traduções estão colocadas num horizonte de antologia, sem muitas explicações sobre a origem das publicações.

Por isso, primeiro, mapeamos todo o Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*<sup>8</sup>, disponível virtualmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, parte integrante da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Aqui, cabe salientar que a constituição dessa plataforma digital só virou uma realidade por meio de investimento público, com a criação, em 2006, da Biblioteca Nacional Digital, integrando vários projetos de coleções digitalizadas desde 2001. A partir de 2008, com aporte financeiro do Ministério da Cultura (MinC), vinculado ao Programa Livro Aberto, a plataforma tem a ampliação e democratização efetivada, sendo disponibilizados de forma gratuita os documentos da base de dados do seu acervo. A partir disso, em 2012, a Biblioteca Nacional lança a Hemeroteca Digital Brasileira, proporcionando o acesso amplo a cinco milhões de páginas de acervo:

jornais, revistas, boletins, relatórios e outras publicações periódicas são fontes primárias de informação histórica – cultural, científica, técnica, política, etc. – trata-se, pois, de um acervo público, que requer ampla difusão e fácil acesso por todos os cidadãos não só brasileiros como de todo o mundo (BETTENCOURT; PINTO, 2013, p. 9).

Na esteira desse empreendimento, cabe lembrar o trabalho de outros institutos, que têm o mesmo foco da Biblioteca Nacional de investigação em revistas e periódicos brasileiros, realizados pelas instituições públicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB), bem como as dezenas de bibliotecas públicas municipais, estaduais e universitárias do país<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> O escritor norte-americano é um tradutor conhecido no campo da tradução de poesia, ficção e textos filosóficos de língua francesa, tendo traduzido livros de Michel Foucault, André Gide, Simone de Beauvoir, Albert Camus, Antoine de Saint-Exupéry, Charles Baudelaire, entre outros escritores. Cf. Entrevista de Richard Howard, para a revista *The Art of Poetry*, n. 86. Disponível em: <<https://www.theparisreview.org/interviews/29/richard-howard-the-art-of-poetry-no-86-richard-howard>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

<sup>8</sup> O Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, empreendimento criado e dirigido pelo jornalista e poeta Reynaldo Jardim (1926-2011), dinamizou a cultura brasileira por meio de artigos, ensaios, traduções e manifestos sobre arte, literatura e filosofia, apostando em nomes desconhecidos do grande público da crítica de jornal e do cenário sociocultural do Brasil, como Mário Faustino e Benedito Nunes, por exemplo. Da experiência radiofônica da Rádio do Jornal do Brasil, Jardim estendeu a experiência sobre arte para o jornal, entre 03 de junho de 1956 até 23 de dezembro de 1961, totalizando 285 edições do caderno cultural.

<sup>9</sup> Somados aos institutos nacionais de pesquisa, fizemos inúmeras pesquisas ao banco de dados bibliográficos e literários internacionais ou de outras nações, como a *Internet Archive* (<https://archive.org/>), a *Gallica* – a biblioteca digital da Biblioteca Nacional Francesa (BNF) (<https://gallica.bnf.fr>) e o *Projeto Gutenberg* (<https://www.gutenberg.org>).

Se, por um lado, o acesso aos periódicos é facilitado pela tecnologia, por outro, a organização e o mapeamento desses dados ainda são tarefas complexas e que demandam de um tempo específico de compreensão e análise dos dados, uma vez que investigar os suplementos culturais brasileiros requereu compreender várias questões de estudos da história literária, como o contexto e a intenção dessas publicações, por exemplo.

José Aderaldo Castello (2004), em “A literatura brasileira: história e pesquisa”, a partir de uma longa experiência com a pesquisa em arquivos sobre a literatura brasileira, aponta alguns caminhos para a pesquisa historiográfica da literatura brasileira, em que observa a importância do estudo das revistas e periódicos. Segundo ele, a partir do século XIX, com o surgimento da historiografia literária e a implementação do Romantismo, o papel das revistas e dos jornais foi algo fundamental, visto que esses veículos funcionavam como divulgadores da literatura brasileira e estrangeira, por meio da criação, da crítica, da história literária, e nas diversas pesquisas biográficas e bibliográficas, bem como a transcrição de documentos históricos e literários (CASTELLO, 2004, p. 512). O contexto estabelecido no século XIX se estende para o século XX, sobretudo com a implementação de vários suplementos literários, fortalecendo a função do jornal como meio difusor do debate crítico e literário. Nesse ambiente, a tradução – que não é destacada pelo historiador –, também tem função significativa quando vemos a quantidade de textos traduzidos nos jornais, seja de textos em prosa, seja em poesia. Sendo assim, é indispensável, tanto para a história literária quanto para a história da tradução no Brasil, compreender a contribuição dos periódicos e jornais, porque a função difusora desses veículos “e agregadora unifica ou aproxima os indivíduos em grupos ativos e participantes, caracteriza e representa o papel e as posições desses grupos e até de gerações” (CASTELLO, 2004, p. 513).

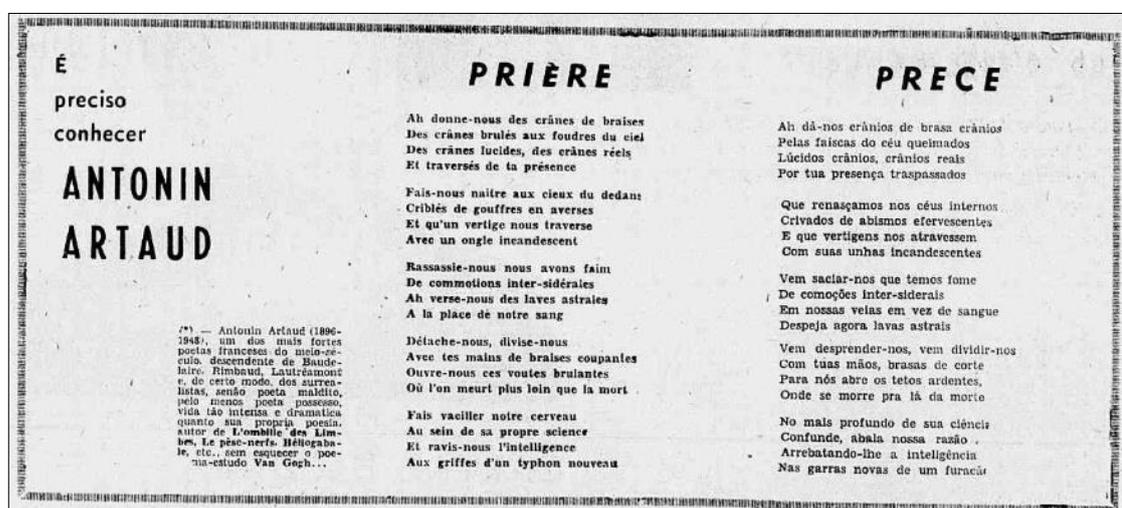
Iniciada no Romantismo brasileiro, a contribuição dos periódicos torna-se presente no século XX, acentuando-se a partir dos anos de 1920, 1930 e 1940, persistindo com raras exceções até hoje. Esse debate toma uma dimensão regular durante a década de 1950, com a criação dos suplementos literários nos diversos jornais no Brasil, capitaneado, sem dúvida, pelo Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil* e pelo Suplemento Literário d’*O Estado de S. Paulo*, ambos criados em 1956.

De porte desse material, seccionamos toda a publicação de “Poesia-Experiência”, de 23 de setembro de 1956 a 11 de janeiro de 1959, quando saiu o último número da página. Trata-se de um extenso material, dividido em 105 edições, contendo todas as seções dedicadas à poesia. Em seguida, organizamos as publicações de crítica, poesia e tradução que estavam fora de seção, resultado de um material divulgado, às vezes, na primeira página do Suplemento Literário, outras, como as resenhas da página “Bibliografia”, bem como os poemas e as traduções publicadas na primeira página do Suplemento.

A segunda etapa da pesquisa foi dedicada à organização do material, coligindo, primeiro, os textos de crítica da poesia brasileira e portuguesa (“O poeta novo”, “O melhor em português”, “Poesia em dia”, “Evolução da poesia brasileira”; e os textos publicação fora das seções). Em seguida, os textos de teoria da poesia (“Diálogos de oficina”, os textos de tradução da crítica de poesia: “Antologia de crítica”, Subsídios de crítica” e “Texto-pretérito para discussão”); depois vêm os textos de tradução de poesia, reunindo as traduções feitas em verso: “É preciso conhecer”, “Clássicos vivos”, “Pedras de toque”; e as publicadas em outras páginas do Suplemento; por último, organizamos os textos de crítica e tradução de poesia, saídos na seção “Fontes e correntes da poesia contemporânea”. Assim, para cada texto publicado nessas seções, mereceu uma notação específica através de uma ficha catalográfica, seguida do fac-símile da publicação – no caso, as traduções, da transcrição do poema inteiro (texto de origem e tradução, no caso das publicações bilíngues), notas de crítica e tradução. A seguir, podemos ver um exemplo desse arquivo anotado, em que reúne todas as informações necessárias para a

compreensão da publicação feita por Mário Faustino, o que facilitou a descrição das seções dedicadas à tradução de poesia.

**Figura 1:** ANTONIN ARTAUD. Tradução e nota de Mário Faustino. Primeiro número de “É preciso conhecer”, de 23 set. 1956.



| FICHA DA PUBLICAÇÃO  |  |
|----------------------|--|
| TÍTULO               | ANTONIN ARTAUD   |
| AUTOR                | Antonin Artaud, 1896-1948 (França)   |
| TEXTO ORIGINAL       | “Prière”   |
| TEXTO TRADUZIDO      | “Prece”  |
| TRADUTOR             | Mário Faustino   |
| PUBLICAÇÃO           | Bilíngue: francês-português  |
| IDIOMA               | Francês  |
| QUANTIDADE           | Poemas: 01   |
| TIPO DE TRADUÇÃO     | Tradução direta em versos.   |
| DATA                 | 23 set. 1956   |
| SEÇÃO                | “É preciso conhecer”   |
| EDIÇÕES DE JORNAL    | PE, n. 001. SD, n. 017. JB, n. 222. – 1956.  |
| PUBLICAÇÃO (JORNAL)  | Rio de Janeiro: <i>Jornal do Brasil</i> . 23 set. 1956, 2º Caderno. Suplemento Dominical, “Poesia-Experiência”, Seção “É preciso conhecer”, p. 15.   |
| PUBLICAÇÃO (LIVRO)   | ANTONIN ARTAUD. In: FAUSTINO, Mário. <i>Poesia completa. Poesia traduzida</i> . Organização, introdução e notas de Benedito Nunes. São Paulo: Max Limonad, 1985, p. 302-03. Publicação bilíngue. |
| PUBLICAÇÃO (DIGITAL) | <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/65969">http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/65969</a>  |
| DESCRIÇÃO            | Tradução do poema “Prière” de Artaud, com publicação bilíngue dos poemas (ladeados), acrescido de nota sobre o autor traduzido.  |
| NOTA                 | Nota explicativa sobre o autor e sua poesia.   |

Acervo CPDocJB; Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital).

Como podemos verificar, tentamos reunir o máximo de informações a respeito das publicações, inserindo as *biodatas* dos poetas publicados, como ano de nascimento e morte, local de origem, local de produção poética, título dos poemas, nome do tradutor – porque alguns tradutores colaboraram nas seções –, tipo de publicação (monolíngue ou bilíngue), tipo de tradução (direta ou indireta), idioma traduzido, quantidade de traduções, data, seção da

tradução, referência da publicação em jornal, se a tradução já havia sido publicada em livros, referência digital, descrição da publicação e se há ou não notas de crítica e tradução.

Assim, reuniu-se o *corpus* de tradução em quatro seções e as traduções esparsas (sem seção definida), com o máximo de anotações a respeito do material coletado, como as antologias feitas em cada seção, a quantidade de traduções, os tipos de tradução, de quais textos poéticos Mário Faustino e os colaboradores traduziram, a nacionalidade dos autores traduzidos, resultando em quadro sinótico das colunas tradutórias.

Além disso, durante o processo de pesquisa, criei um panorama das publicações, por seções, por temas ou por autores, de cada ano, como se pode ver a seguir.

**Tabela 1:** Textos de poesia brasileira e portuguesa (seleção, antologia e crítica)

| Seção / Página                               | Publicações          |
|--|----------------------|
| “O poeta novo”                               | 1956: 06 publicações |
|  | 1957: 12 publicações |
|  | 1958: 04 publicações |
| “O melhor em português”                      | 1956: 15 publicações |
|  | 1957: 11 publicações |
| “Poesia em dia”                              | 1957: 02 publicações |
|  | 1958: 04 publicações |
| “Evolução da poesia brasileira”              | 1958: 09 publicações |
|  | 1959: 01 publicação  |
| “Vária”                                      | 1956: 03 publicações |
|  | 1957: 26 publicações |
|  | 1958: 02 publicações |
| “Vária” (balanços sobre a poesia Brasileira) | 1957: 02 publicações |
|  | 1958: 01 publicação  |
| Bibliografia (resenhas)                      | 1957: 06 publicações |
| <b>Total</b>                                 | 104 publicações      |

Nas páginas sobre a “poesia em português”, Mário Faustino trabalhou bastante para divulgar, primeiro, poetas importantes da poesia portuguesa, sobretudo os antigos escritores como Luís Vaz de Camões. Em seguida, queria que da sua página saíssem bons poetas brasileiros tidos como “poetas novos”, seguramente, da sua geração, além, claro, de pensar sobre a poesia do passado (“Evolução da poesia brasileira”), bem como as várias resenhas sobre a poesia brasileira da época, a exemplo do texto “‘50 poemas’ escolhidos pelo autor Carlos Drummond de Andrade” (PE, 031, 21 abr. 1957, p. 5), em que reclama dos poemas ali selecionados, pois, segundo ele, não se enquadra numa seleção de importantes poemas do autor.

**Tabela 2:** Textos de teoria poética (crítica e tradução)

| Seção / Página  | Publicações          |
|---|----------------------|
| Diálogos de Oficina   | 1956: 15 publicações |
| Crítica:<br>Antologia de crítica/Subsídios de crítica / Texto-pretexto para discussão | 1956: 15 publicações |
|   | 1957: 12 publicações |
| <b>Total</b>  | 42 publicações       |

Um outro lado da visada do projeto de crítica da página de Faustino estava inserida no trabalho sobre o pensamento teórico ou apenas reflexões a respeito do fenômeno da poesia. Por isso, ele tratou de elaborar um conjunto de textos que sintetizavam reflexões fundamentais, ao seu ver, sobre esse gênero literário, reunidos nos “Diálogos de poesia”: “Para que poesia?”, “O poeta e seu mundo” e “Que é poesia?”. Esses textos figuram com a ideia dialogada de dois poetas que tentavam responder esses questionamentos, inseridos muitas vezes numa estratégia

socrática, o que cansou um pouco o crítico, conforme declarou na síntese sobre a página<sup>10</sup>. E num grande esforço traduziu o pensamento teórico da poesia nas seções sobre crítica teórica, no sentido balizar os leitores e o próprio exercício de crítico.

**Tabela 3:** Textos de crítica e tradução de poesia

| Seção / Página                               | Publicações          |
|--|----------------------|
| “Fontes e correntes da poesia contemporânea” | 1957: 28 publicações |
|  | 1958: 23 publicações |
| “Vária” (crítica e tradução)                 | 1957: 03 publicações |
|  | 1958: 01 publicação  |
| Bibliografia (resenhas)                      | 1957: 8 publicações  |
|  | 1958: 02 publicações |
| <b>Total</b>                                 | 65 publicações       |

Na terceira tabela, a partir de 1957, Mário Faustino faz um dos maiores empenhos, acredito, em “Poesia-Experiência”: divulgar um conjunto de autores da poesia moderna para entender a poesia contemporânea da sua época. Nos textos de “Fontes e correntes da poesia contemporânea”, ele reuniu, digamos, o cânone da poesia ocidental, divulgando os movimentos de vanguarda de pouca expressão no ambiente de jornal, como a poesia dadaísta.

**Tabela 4:** Textos de tradução de poesia

| Seções                        | Publicações            |
|-------------------------------|------------------------|
| “É preciso conhecer”          | 1956: 14 publicações   |
|                               | 1957: 04 publicações   |
| “Clássicos Vivos”             | 1956: 11 publicações   |
|                               | 1957: oito publicações |
| “Pedras de toque”             | 1956: 14 publicações   |
|                               | 1957: 25 publicações   |
|                               | 1958: 02 publicações   |
| “Vária” (traduções de poesia) | 1957: 05 publicações   |
|                               | 1958: 05 publicações   |
| <b>Total</b>                  | 88 publicações         |

As seções “É preciso conhecer” e “Clássicos vivos” nasceram quase juntas, mas tinham objetivos distintos. Na primeira, tratava-se de divulgar poetas contemporâneos de pouco alcance no Brasil, mas de grande relevância para a poesia ocidental. Na segunda, ele reuniu a poesia antiga e clássica, sendo autores de referência para a poesia universal. Por fim, “Pedras de toque”, reuniu versos e fragmentos de “ouro” para a poesia de todas as épocas, em que, segundo seleção, representavam o que de melhor foi feito no fenômeno poético.

**Tabela 5:** Textos de colaboradores (crítica e tradução)

| Colaboradores     | Publicações  |
|-------------------|--|
| Augusto de Campos | 1956: três publicações (Clássicos Vivos, Fontes da poesia contemporânea, Quatro poetas da Espanha) |
|                   | 1957: duas publicações (É preciso conhecer, Clássicos vivos)                                       |
| Haroldo de Campos | 1957: uma publicação (Futurismo II)  |
| Benedito Nunes    | 1957: uma publicação (ensaio)  |
| Décio Pignatari   | 1957: duas publicações (Futurismo IV, V)   |
| Michel Debrun     | 1956: dois textos (crítica)  |

<sup>10</sup> No aniversário de um ano de “Poesia-Experiência”, Mário Faustino publica um balanço de seu percurso enquanto crítico de jornal, em “Um ano de experiência em poesia”, publicada em 06 de outubro de 1957. Uma Parte desse texto foi republicado em livro, em *De Anchieta aos concretos* (2003, p. 483-500), organizado por Maria Eugenia Boaventura.

|  |   |
|--|---|
| Ivo Barroso  | 1956: uma publicação (O poeta novo)<br>1957: uma publicação. (Tradução-criação) |
| Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari | 1957: uma publicação (trad. Pound, poema)                                       |
| <b>Total</b>   | 14 publicações  |

Mário Faustino, embora fizesse todo o trabalho “sozinho”, deu espaço para diversas colaborações para os autores de geração, a exemplo sobretudo de Augusto de Campos, que publicou várias versões das suas traduções, muitas delas sendo publicadas em livro bem depois da página poética.

**Tabela 6:** Textos sobre a página “Poesia-Experiência”

| <b>Páginas / Textos</b>             | <b>Publicações</b>  |
|-------------------------------------|---------------------|
| Entrevista                          | 1956: 01 publicação |
| Um ano de experiência em poesia     | 1957: 01 publicação |
| “Poesia-Experiência” e o “Panorama” | 1958: 01 publicação |
| <b>Total</b>                        | 03 publicações      |

Durante os quase três anos de “Poesia-Experiência”, Mário Faustino, num exercício de honestidade intelectual, refletiu sobre os textos publicados na página, reconhecendo erros ou avaliações apressadas, mas sobretudo defendendo suas posições sobre a poesia brasileira e estrangeira. Nesse panorama, podemos citar também a abertura que ele deu à poesia concreta, cedendo espaço a ela, mesmo não sendo participante do abandono do verso longo ou nas experiências gráficas dessa poesia. Para Faustino, a poesia concreta balançou as estruturas poesia brasileira, sendo fundamental o debate o posicionamento a respeito desse movimento.

**Tabela 7:** Textos sobre a “poesia concreta”

| <b>Textos</b>                                       | <b>Publicações</b>         |
|---|----------------------------|
| Os poetas concretos antes da poesia concreta        | Seleção. MF – 10/02/57     |
| A poesia “concreta” e o momento poético brasileiro  | Crítica. MF – 10/02/57     |
| Décio Pignatari: “Arte concreta: objeto e objetivo” | Introdução (MF) – 21/04/57 |
| Décio Pignatari: “Nova poesia concreta”             | 05/05/57                   |
| Augusto de Campos: Poesia concreta                  | 12/05/57                   |
| <b>Total</b>  | 05 publicações             |

**Tabela 8:** Textos sobre tradução (crítica, nota, comentário)

| <b>Textos</b>  | <b>Seções / Publicações</b>           |
|--|---------------------------------------|
| Nota sobre tradução de poesia. (Ivo Barroso/ Rilke)                                  | “O poeta novo” (tradutor) – 18/11/56  |
| Camões musicado. Comentário de tradução em inglês.                                   | “Camões musicado” – 10/03/57          |
| “Sonetos”, recriado em português. Comentário sobre a tradução de Jerônimo Aquilo.    | Vária. Crítica de tradução – 24/03/57 |
| “Em torno de uma poesia de Ezra Pound”.<br>Análise crítica de tradução.              | Vária. Crítica e tradução – 09/06/57  |
| “Hugh Kenner e as traduções de Pound”.<br>Trechos traduzidos que tratam de tradução. | Vária. Tradução da tradução. 03/11/57 |
| <b>Total</b>   | 05 publicações                        |

Os textos da tabela 8 reúnem um pouco pensamento sobre a tradução de Mário Faustino, em que acreditava ser o gesto tradutório tão importante quanto à poesia dita original ou vernácula. Ele invejava as traduções inglesas da bíblia, por exemplo. É por meio da tradução que, sem dúvida, a sua visada de poeta se complementa.

**Tabela 9:** Textos dedicados a Ezra Pound (crítica e tradução)

| <b>Textos / Seções</b> | <b>Publicações</b> |
|------------------------|--------------------|
|------------------------|--------------------|

|  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| Ezra Pound: Camões (Livro de ensaio)                                     | Tradução de crítica. 02/09/56.       |
| Epígrafe de <i>Abc</i> de Pound.   | Tradução de fragmento – 23/09/56     |
| Ezra Pound: conselhos a quem começa a escrever (Antologia de crítica)    | Tradução de fragmentos. – 30/09/1956 |
| Em torno de uma poesia de Ezra Pound                                     | Crítica de trad. – 09/06/57          |
| Notícias de Ezra Pound.  | Notícias. 15/09/57                   |
| Hugh Kenner e as traduções de Pound                                      | Tradução de crítica. 03/11/57        |
| Textos-pretextos para discussão: Ezra Pound: o artista sério             | Tradução de crítica. 10/11/57.       |
| Textos-pretextos para discussão: Ezra Pound: o artista sério (conclusão) | Tradução de crítica. 17/11/57.       |
| Ezra Pound I (Fontes e correntes da poesia contemporânea)                | Crítica e tradução. 01/06/58         |
| Ezra Pound II (Fontes e correntes da poesia contemporânea)               | Crítica e tradução. 08/06/58         |
| Ezra Pound III (Fontes e correntes da poesia contemporânea)              | Crítica e tradução. 15/06/58         |
| Ezra Pound IV (Fontes e correntes da poesia contemporânea)               | Crítica e tradução. 22/06/58         |
| Ezra Pound V (Fontes e correntes da poesia contemporânea)                | Crítica e tradução. 06/07/58         |
| Ezra Pound: “Canto XLIX” (Fontes e correntes da poesia contemporânea)    | Tradução. 10/08/58                   |
| Ezra Pound VI (Fontes e correntes da poesia contemporânea)               | Crítica e tradução. 10/08/58         |
| Ezra Pound VII (Fontes e correntes da poesia contemporânea)              | Crítica e tradução. 17/08/58         |
| Ezra Pound VIII (Fontes e correntes da poesia contemporânea)             | Crítica e tradução. 24/08/58         |
| Ezra Pound: “Canto XLVII” (Fontes e correntes da poesia contemporânea)   | Tradução. 07/09/58                   |
| Ezra Pound: “Canto XXIX”   | Tradução. 29/09/58                   |
| <b>Total</b>   | 19 publicações                       |

Ezra Pound foi uma referência significativa para a crítica de Mário Faustino. Como se vê, ele dedicou em torno de 19 textos sobre o autor norte-americano. No conjunto desses textos, destaca-se a orientação de “Poesia-Experiência”, quando Faustino pensa que a poesia do passado pode ser atualizada ou revivida por novos poetas, por meio da tradução. Além de Pound, o crítico levou em consideração o pensamento de Eliot, conforme os textos elencados abaixo.

**Tabela 10:** Textos dedicados a T. S. Eliot (crítica e tradução)

| <b>Textos / Seções</b>   | <b>Publicações</b>             |
|--|--------------------------------|
| Ezra Pound: Camões (Livro de ensaio). Faustino cita Eliot, como aparato crítico. | Tradução de crítica. 02/09/56. |
| Antologia de crítica: T.S. Eliot: “Poesia difícil”                               | Tradução da crítica. 23/09/56. |
| Bibliografia: resenha do livro de George Williamson. O livro refere-se a Eliot.  | Resenha. 14/07/57              |
| Textos-pretextos para discussão: T. S. Eliot: “Sobre poesia e sobre poetas”      | Tradução de crítica. 12/01/58. |
| Bibliografia: T.S. Eliot.  | Resenha. 12/01/58.             |
| <b>Total</b>   | 04 publicações                 |

Por fim, os poetas franceses ou de língua francesa fizeram parte do rol da literatura poética abordada por Faustino, basta ver o conjunto de textos dedicados a Apollinaire, a Mallarmé e, por último, a Saint-John Perse.

**Tabela 11:** Textos dedicados a Mallarmé (crítica e tradução)

| <b>Textos</b>   | <b>Publicações</b>           |
|---|------------------------------|
| XX – Stéphane Mallarmé (1) – Fontes e correntes da poesia contemporânea | Crítica e tradução. 19/05/57 |
| XX – Stéphane Mallarmé (2) – Fontes e correntes da poesia contemporânea | Crítica e tradução. 26/05/57 |
| Citação de Mallarmé (negrito e caixa alta)                              | Tradução. 28/07/57           |
| <b>Total</b>  | 03 publicações               |

**Tabela 12:** Textos dedicados a Apollinaire (crítica e tradução)

| <b>Textos</b>   | <b>Publicações</b>            |
|---|-------------------------------|
| Fonte e correntes da poesia contemporânea:<br>Futurismo III: Ainda Marinetti. No ensaio, Faustino reproduz o manifesto de Apollinaire, em italiano. | Crítica e tradução. 08/12/57  |
| Fontes e correntes da poesia contemporânea:<br>Cubismo: Apollinaire I.  | Crítica e tradução. 26/01/58. |
| Fontes e correntes da poesia contemporânea:<br>Cubismo: Apollinaire II.   | Crítica e tradução. 02/02/58. |
| Fontes e correntes da poesia contemporânea:<br>Cubismo: Apollinaire III.  | Crítica e tradução. 09/02/58. |
| Textos-Pretextos para discussão:<br>Guillaume Apollinaire: O novo espírito e os poetas.   | Tradução de crítica. 09/02/58 |
| Fontes e correntes da poesia contemporânea:<br>Cubismo: Apollinaire IV.   | Crítica e tradução. 16/02/58. |
| Textos-Pretextos para discussão:<br>Guillaume Apollinaire: O novo espírito e os poetas (conclusão)  | Tradução de crítica. 16/02/58 |
| Fontes e correntes da poesia contemporânea:<br>Cubismo: Apollinaire V.  | Crítica e tradução. 09/03/58. |
| <b>Total</b>  | 08 publicações                |

**Tabela 13:** Textos dedicados a Saint-John Perse

| <b>Textos</b>                           | <b>Publicações</b> |
|---|--------------------|
| Bibliografia, n. 13: Saint-John Perse   | Resenha. 11/08/57  |
| Tradução de “Dédicace” ( <i>Amers</i> ) | Tradução. 11/08/57 |
| <b>Total</b>                            | 02 publicações     |

**Tabela 14:** Textos dedicados a Jorge de Lima

| <b>Textos</b>               | <b>Publicações</b>          |
|-----------------------------|-----------------------------|
| Reverendo Jorge de Lima I   | Crítica de poesia. 28/07/57 |
| Reverendo Jorge de Lima II  | Crítica de poesia. 04/08/57 |
| Reverendo Jorge de Lima III | Crítica de poesia. 11/08/57 |
| Reverendo Jorge de Lima IV  | Crítica de poesia. 18/08/57 |
| Reverendo Jorge de Lima V   | Crítica de poesia. 25/08/57 |
| Reverendo Jorge de Lima VI  | Crítica de poesia. 01/09/57 |
| Reverendo Jorge de Lima VII | Crítica de poesia. 08/09/57 |
| <b>Total</b>                | 07 publicações              |

Além dos autores estrangeiros, Mário Faustino dedicou-se a um poeta de sua predileção: Jorge de Lima, pois reconhecia nele um dos autores mais importantes da poesia brasileira, mesmo com todos os “nãos” visto na poesia dele.

A página de “Poesia-Experiência” teria o objetivo de criar um ambiente de diálogo intelectual, contribuindo para o debate da criação poética, por meio do conhecimento prático e teórico da poesia. Para tanto, a sua visada pedagógica se dá através do método de “exame-amostragem”, extraído de experiências com as de Ezra Pound e T. S. Eliot, reconhecendo na tradição os caminhos para a construção da poesia contemporânea, montando um panorama de poetas nacionais e estrangeiros, por meio de investigações críticas e tradutórias, sem esquecer da seleção da nova poesia brasileira, ou do poeta novo.

Mário Faustino apresentou, nos quase três anos de semanário poético, um panorama da poesia ocidental e nacional, apontando uma série de questões sobre o estado da poesia de sua época. Dessa série, os pontos mais pertinentes dizem respeito à função da página e da avaliação que faz da poesia brasileira. Nesse sentido, ele acreditava haver “uma crise do verso”, ao mesmo tempo que reconhece que, mesmo assim, ainda se faz o bom verso, pois não se pode abandonar o velho, a tradição, por uma tecnologia nova: “Que o verso é importante meio de comunicação – ainda que não se trata de linguagem poética propriamente dita: a importância do verso como

utensílio didático, mnemônico – fixação e transmissão de experiências” (Faustino, PE, n. 053, 06 out. 1957).

Além disso, ele reuniu um conjunto de aspectos válidos para a compreensão do problema da linguagem poética, o que revelava o pensamento crítico depois de um ano de experiência em poesia, em “Um ano de experiência em poesia”. Tratava-se de conceber a poesia como uma arte complexa, sendo ela “um meio de criação, portanto de realização pessoal, portanto de identificação com o universo, portanto de doação e de comunicação”. E no caso brasileiro, era preciso “paralelamente aos esforços de retaguarda no sentido de enriquecer nossa tradição de poesia – criticando, ensinando, discutindo, traduzindo...” (Faustino, PE, n. 053, 06 out. 1957).

Em “Poesia-Experiência”, Mário Faustino estabeleceu um programa de poesia em jornal, de valor pedagógico e instrumental, próprio de um laboratório de crítica e tradução. Durante os 105 números da experiência em poesia, movimentou os conteúdos do seu “curso de poesia”, em seções que expressavam seu pensamento sobre a poesia. Tomado de consciência crítica e jornalística, Faustino se preocupou com a formação dos jovens poetas, preparando e organizando o material literário, com vistas à construção de meios básicos para o debate sobre a linguagem poética, o que também provocou polêmicas e críticas, uma vez que cobrava dos seus pares uma militância além da escrita poética, como evidenciou o seu posicionamento a respeito de Drummond. Assumiu, portanto, várias funções para atingir os objetivos da página, fazendo as vezes de editor, antologista e tradutor, todas as faces do crítico.

A experiência da página pode ser descrita também como “roteiros de poesia”, em vez de disciplinas de um curso acadêmico do texto poético, cujos tópicos podem ser organizados, primeiro, pelos textos dedicados à “poesia brasileira e portuguesa”, em que a crítica era exercida por pequenas antologias. Segundo, com os textos de “teoria da poesia”, em que colocou em debate o pensamento sobre a linguagem poética, bem como traduziu e divulgou um conjunto de textos sobre teoria, prática e crítica do fenômeno. Em seguida, a “tradução de poesia”, textos saídos nas seções “É preciso conhecer”, “Clássicos vivos”, “Pedras de toque”, além das traduções publicadas fora de seções, tanto em sua página quanto nas outras partes do Suplemento. Por fim, os textos de “crítica e tradução de poesia”, em que ele procurou discutir as fontes da poesia contemporânea a partir da poesia moderna ocidental, realizando, além de comentário crítico, traduções de poemas, geralmente, em prosa, bem como nos textos publicados fora de seções, ou em resenhas publicadas na página de “Bibliografia”, do Suplemento Dominical.

## REFERÊNCIAS

- BETTENCOURT, Angela Maria Monteiro; PINTO, Monica Rizzo Soares. A hemeroteca digital brasileira. **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia**, Documentação e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. p. 9.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **BNDigital**: histórico. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/?sub=historico>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **HEMEROTECA**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.gov.br/>>. Acesso em 14 out. 2018.
- CAMPOS, Geir. (org.). **Poesia alemã traduzida no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MEC (Ministério da Educação e Cultura), 1960. Nessa coleção, há algumas traduções de Mário Faustino.
- CASTELLO, José Alderado. A literatura brasileira: história e pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 2. p. 507-520.
- CHAVES, Lilia. **Mário Faustino: uma biografia**. Belém: Secult; IAP; APL, 2004.
- CHAVES, Lilia Silvestre. Mário Faustino: uma biografia literária. (**Tese Doutorado em Estudos Literários**). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2004. CD-ROM.
- FAUSTINO, Mário. Introdução. In: POUND, E. **Camões**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 set. 1956. Suplemento Dominical, n. 014, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/65328](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/65328). Acesso em: 16 set. 2017.
- FAUSTINO, Mário. Antonin Artaud (“É preciso conhecer, nota). Jornal do Brasil, 23 set. 1956, 2º Caderno. **Suplemento Dominical**, n. 017, “Poesia-Experiência”, n. 001, s/d.
- FAUSTINO, Mário. Um ano de experiência em poesia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 out. 1957, 2º Caderno. **Suplemento Dominical**, n. 071, “Poesia-Experiência”, n. 053, s/d. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/79494](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/79494). Acesso em: 10 fev. 2016.
- FAUSTINO, Mário. O mito Neruda (Apresentação). Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 abr. 1958, **Suplemento Dominical**, n. 098, “Poesia-Experiência”, n. 079, p. 6-7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/86390](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/86390). Acesso em: 15 mar. 2017.
- FAUSTINO, Mário. **Poesia-Experiência**. Organização e Introdução de Benedito Nunes. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FAUSTINO, Mário. **Poesia completa**. Poesia Traduzida. Organização, introdução e notas de Benedito Nunes. São Paulo: Max Limonad, 1985a.
- FAUSTINO, Mário. **Melhores poemas de Mário Faustino**. Seleção de Benedito Nunes. 3. ed. São Paulo: Global, 1985b. (Coleção Melhores poemas, n. 14).
- FAUSTINO, Mário. **De Anchieta aos concretos: poesia brasileira no jornal**. Organização Maria Eugenia Boaventura. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FAUSTINO, Mário. **Artesanatos de poesia**: fontes e correntes da poesia ocidental. Organização Maria Eugenia Boaventura. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Textos com traduções de Mário Faustino.

FAUSTINO, Mário. **Meu caro Bené**: cartas de Mário Faustino e Benedito Nunes. Organização Lilia Chaves. Belém: Secult/PA, 2017.

FRIEDMANN, John R. P. **Introdução ao planejamento regional** (Com conferência especial à Região Amazônica). Tradução de Mário Faustino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

POUND, Ezra. **Ezra Pound**: poesia. Organização, Introdução e notas de Augusto de Campos. Tradução de Augusto de Campos, Décio Pignatari, Haroldo de Campos, José Lino Grünewald, Mário Faustino. Lisboa: Ulisseia, 1968.

POUND, Ezra. **Ezra Pound**: poesia. Organização, Introdução e notas de Augusto de Campos. Tradução de Augusto de Campos, Décio Pignatari, Haroldo de Campos, José Lino Grünewald, Mário Faustino. São Paulo: HUICITEC; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

HOWARD, Richard. **Entrevista de Richard Howard para a revista The Art of Poetry**, n. 86. Disponível em: <<https://www.theparisreview.org/interviews/29/richard-howard-the-art-of-poetry-no-86-richard-howard>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

VERÍSSIMO, Thiago André dos Santos. À procura do tradutor Mário Faustino. 2014. 129 p. **Dissertação (Mestrado em Letras)** – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém-PA, 2014. Orientadora: Izabela Leal.

VERÍSSIMO, Thiago André dos Santos. **Poesia-Experiência**: História e tradução de Mário Faustino no Jornal do Brasil. 2019. 561 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis-SC, 2019.

## **ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS**

## GRADES URBANAS EM BELÉM DO PARÁ

### URBAN RAILINGS IN BELÉM OF PARÁ

Gutemberg Armando Diniz Guerra <sup>1</sup>  
Samuel Antonio Silva do Rosario <sup>2</sup>

**Data de aprovação:** 29.12.2023

#### O que se pode dizer das grades?

Construídas e instaladas como instrumentos de delimitação e impedimento de passagem de um lado para o outro, as grades podem se transformar em objetos de contemplação, evocando o conceito de conversão semiótica utilizado por Loureiro (1995, p. 36). As mais frequentes são retilíneas, posicionadas com as suas barras verticais, mas podemos encontrar essa disposição em situações muito diversas, como horizontais e deitadas. O poema a seguir chama atenção para aspectos desse equipamento que traduz transformações antropológicas e sociológicas importantes no centro da cidade de Belém, em particular nos bairros do Reduto, Campina, Centro Histórico, Umarizal, Nazaré e São Braz, podendo ser encontrados também em todas as partes da metrópole.

Análises sobre as transformações na cidade de Belém podem ser encontradas se referindo aos aspectos socioambientais, particularmente no que se refere ao uso dos igarapés, ampliação da malha de transporte urbano, redução das áreas verdes e verticalização das moradias e estabelecimentos comerciais (CARDOSO et al. 2015, CARDOSO et al. 2016). A proposta desse texto é provocar, a partir do detalhe, uma reflexão ampla sobre o que as fachadas e detalhes das construções urbanas podem oferecer como possibilidade de leitura da vida de uma cidade.

Por todos os lados elas estão a nos conter, amparar, desafiar!  
Grades no espaço mundo civil, religioso e militar!  
Grades nas portas da frente,  
Grades nas portas dos fundos,  
Grades nas portas laterais,  
Grades nas janelas da frente,  
Grades no porão e no portão,  
Grades na varanda e no quintal,  
Grades no térreo e nas alturas.

---

<sup>1</sup> Engenheiro agrônomo (UFBA), Especialista em Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (SEPLANTEC-BA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/UFPA) e Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess/Paris).

<sup>2</sup> Professor do Instituto Federal do Pará (IFPA). Pós-doutorando em Agriculturas Amazônicas (UFPA). Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Especialista em Matemática (UFPI) e Ciências Sociais (UFPI). Licenciado em Matemática (UEPA) e Física (IFPA/FAFIBE). Bacharel em Ciências da Natureza (UNESA) e em Ciências da Exatas (UNESA).

Grades no porto e no cais.  
 Grades nos jardins e nas praças públicas.  
 Grades no Horto, no Museu Goeldi e no Bosque Rodrigue Alves.  
 Grades no Bar do Parque, no Teatro da Paz.  
 Grades no Porto Futuro e na Estação das Docas.  
 Grades nos cemitérios e nos túmulos.  
 Grades nos quartéis, nos templos, nas vilas.  
 Grades nas lixeiras contra humanos e animais.  
 Grades nas garagens e estacionamentos,  
 Grades que aumentam e atijam o medo  
 Do cão e do ladrão.  
 Grades de fato e de arremedo.  
 Grades que agradam e desagradam.  
 Grades nas mesas  
 Grades nos bancos e cadeiras.  
 Grades que impedem e orientam o caminho,  
 Grades de controle do outro e de si.  
 Grades para que não entrem.  
 Grades para que não passem.  
 Grades para que não caiam.  
 Grades para que não saiam.  
 Grades para os mal-intencionados e para os inocentes.  
 Grades para os delinquentes.  
 Grades para os idosos e dementes.  
 Grades nos hospitais e clínicas.  
 Grades para as árvores meninas  
 E para os troncos velhos e frondosos nas ruas das cidades.  
 Grades nas bocas de lobo dos esgotos  
 Grades nas subidas das calçadas  
 Grades nas prisões e nos conventos.  
 Grades em cadeias e reformatórios.  
 Grades em abrigos e sanatórios.  
 Grades onde há gente viva, almas santas e penadas  
 Grades que agitam e que acalmam.  
 Grades no parapeito  
 Grades no canal.  
 Grades em todo o canto para cercar o amigo e o rival.  
 Grades que impedem a liberdade  
 E o sentimento de voar.  
 Grades que apreendem o canto de curiós e sabiás.  
 Grades que turvam os olhares dos idosos nas janelas  
 Grades planas ou curvas para ampliar a possibilidade de movimentos.  
 Grades como varais e nos apartamentos.  
 Grades nos comércios da periferia,  
 Nas farmácias e conveniências,  
 Nos lugares onde se vendem água, gás, cervejas, vinhos, aguardentes,  
 Quinquilharias e alimentos.  
 Grades nas boutiques e nos botecos,  
 Grades nas bancas de revista  
 E nas barraquinhas onde se vende coco nas praças Brasil e Batista Campos.  
 Grades para cercar galináceos e jumentos.  
 Não há mais como não enxergar grades em tudo.  
 Velhas casas ainda resistem sem grades.  
 São poucas, mas existem  
 E são belas por serem destemidas.  
 As cidades são gradelândias,  
 Grades falam, gritam, sussurram, dão sinais, alertam e orientam.  
 Gradeloquentes.  
 Não há mais como viver sem grades a cercar  
 Casas, ares condicionados, splitz e botijões,

Portas, janelas, portões  
Térreos, andares e porões.  
De alto a baixo  
Há que tudo proteger dos afanares  
Que existem onde não se imagina  
No cotidiano  
Em cada rua, avenida, logradouro,  
Reta ou esquina.  
Grade na ladeira e na rampa  
Grade no plano, no inclinado e na vertical.  
Grade na escada.  
Há, dizem, outra grade que libera  
Que faz sonhar  
Que libera dopamina.  
Que nas sextas feiras se esvaziam  
Que nos sábados se eliminam.  
Grades de cerveja  
De garrafas de refrigerantes  
De hortaliças  
De treliças.  
Grades nos caminhões boiadeiros  
Grades nos camburões.  
Grades degradantes  
Grades gradativas  
Degradés  
Degredadas.  
Grades de ferro,  
De alumínio,  
De ligas de metal.  
De metalon.  
Grades de madeira.  
Grades de cimento  
Grades de concreto armado.  
Grades leves e pesadas.  
Grades quase telas, grades quase muros.  
Grades frágeis e grades reforçadas.  
Grades maleáveis e grades fortalezas.  
Grades sozinhas e grades associadas.  
Grades pontiagudas, com farpas,  
Com cadeados e travas.  
Grades automatizadas.  
Grades eletrificadas.  
Grades com pontas envenenadas,  
Com lâminas afiadas e farpas  
Para conter e cortar.  
Grades atrás de grades  
E na frente de outras grades.  
Grades nas casas humildes,  
Grades nos condomínios de luxo!  
Grades em torno dos altares, nos adros, em torno das igrejas.  
Grades no claustro e no confessionário.  
Grades no sacrário.  
Grades protegendo estátuas.  
Grades no monumento.  
Grades nos motéis.  
Grades nos caminhões de carga de inflamáveis.  
Grades retangulares e em arco  
Grades como guia e como marco  
Grades arabescas nas sacadas  
Grades presas e grades retiradas.

Grades tortas e grades abauladas.  
Grades nas escolas e orfanatos.  
Grades no básico, fundamental, médio e universidade.  
Grades a serem reparadas, trocadas e fincadas.  
Grades retas, retangulares, alinhadas  
Grades rebuscadas, rendadas, desenhadas.  
Grades de dentro de nós.  
Grades do exterior.  
Grades de se esconder.  
Grades de se expor.  
Grades! Grades! Grades!

Fonte: elaboração própria, 2024.

## Conclusão

A quantidade desse tipo de barreiras que podemos encontrar na cidade de Belém pode ser um indicativo do grau de violência que se manifesta na cidade, do receio e medo instalado no conjunto das pessoas, da prevenção que se pretende ter utilizado esse equipamento como um marcador, um delimitador de território, propriedade, ameaça e alerta. Eles não são os únicos, embora sejam muito evidentes. Esse registro sugere além dessa, outras leituras sobre o que tem sido a modernidade, esse tempo medonho, temeroso, temerário, em que as pessoas não se sentem seguras e estão sempre desconfiadas.

Por outro lado, pode-se fazer uma leitura do grau de elaboração estética com a imitação de elementos florais, humanos, animais, religiosos e astrológicos ou por uma preocupação pela simetria, proporcionalidade, harmonia e equilíbrios entre os componentes desses equipamentos. Pode-se deduzir a alteração significativa nos padrões estéticos das grades ao se tornarem praticamente obrigatórias em todas as partes vulneráveis das edificações.

A densidade e peso dos materiais usados são também características que estão associadas com a evolução do tempo e dos usos do espaço das cidades, além da associação com outros componentes que dão maior eficácia aos gradis e contenções. O recorte temático com o olhar atento permite, como se demonstrou, muita reflexão. As imagens permitem ir muito além do que o texto tentou traduzir, principalmente se associado a outros analistas que têm pensado as transformações da cidade considerando a segregação e o caráter desigual da composição da renda nas metrópoles.

## Referências

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Julio Ferreira; VENTURA NETO, Raul; RODRIGUES, Roberta Menezes; PONTE, Juliano Ximenes. **Forma urbana de Belém e seus desdobramentos para a formação de um sistema de espaços livres acessível à população.** Disponível em <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Forma-urbana-de-Bel%C3%A9m-e-seus-desdobramentos-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-um->

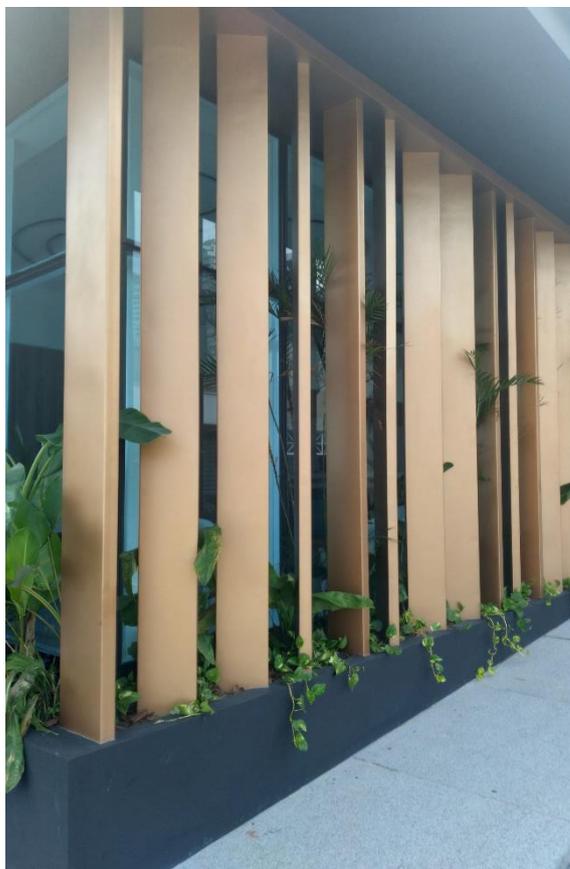
Sistema-de-Espaço-Livres-acessível-popular.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; MIRANDA, Thales Barroso; COSTA, Christiane Helen Godinho. Transformações urbanas e socioambientais na cidade de Belém: a contramão perversa. **XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL.**

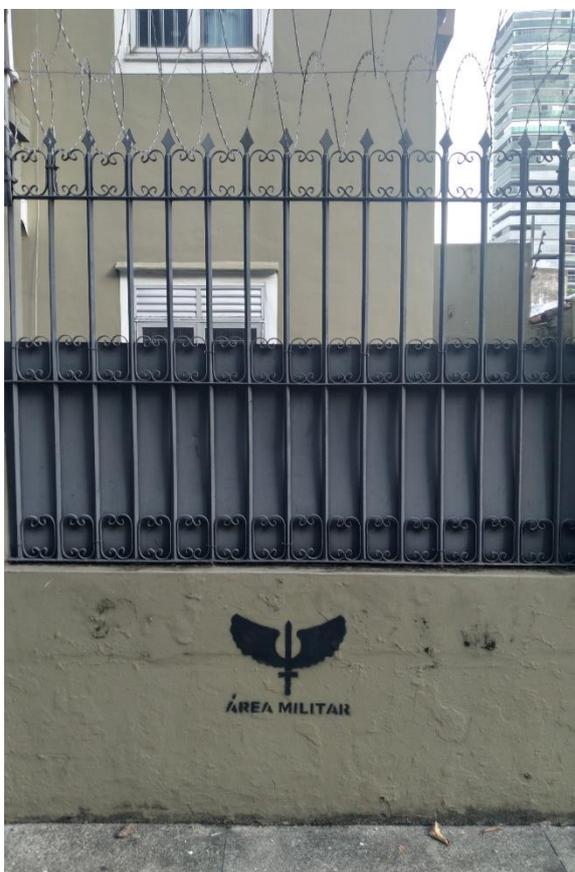
SALVADOR – BAHIA – UFBA, 2016. Disponível em <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/TRANSFORMAÇÕES-URBANAS-E-SOCIOAMBIENTAIS-NA-CIDADE-DE-BELÉM-A.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura Amazônica. Uma poética do imaginário.** Belém, CEJUP, 1995.













## SABER TRADICIONAL: PRODUÇÃO DE FARINHA NO QUILOMBOABACATAL (ANANINDEUA-PA, AMAZÔNIA)<sup>1</sup>

### TRADITIONAL KNOWLEDGE: FLOUR PRODUCTION IN QUILOMBO ABACATAL (ANANINDEUA-PA, AMAZÔNIA)

Danilo Gustavo Silveira ASP<sup>2</sup>

**Data de aprovação:** 29.12.2023

O Quilombo do Abacatal localiza-se no bairro do Aurá, município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará. Atualmente a comunidade abriga cerca de 121 famílias, abrangendo aproximadamente 600 pessoas que “constituem grupo étnico e cultural organizado sob uma lógica de economia extrativista e agrícola combinada à concepção de uso comum dos recursos naturais” (ARAÚJO et al., 2017).

Historicamente, a comunidade remonta ao século XVIII (1710)<sup>3</sup>, e está relacionada ao antigo Engenho Uriboça, às margens do igarapé Uriboquina, pertencente então ao conde português Coma Mello. Segundo consta, ele teve 3 filhas com sua escrava de nome Olímpia, e foram estas que herdaram a propriedade quando o senhor retornou à Europa por volta de 1790. Neste contexto foi se formando o Quilombo (MARIN; CASTRO, 1999), pois, com a retirada dos brancos e a posse das terras pelos escravos outros passaram a migrar para a localidade dando origem, assim, à atual comunidade do Abacatal (PAVÃO, 2009).

A convite e no intuito de registrar imagicamente as atividades conduzidas por educadores e alunos da Escola Municipal Geraldo Manso Palmeira (Ananindeua-PA) no Quilombo do Abacatal, em 2014, o pesquisador filmou e fotografou aspectos sociais e culturais daquela comunidade os quais resultaram na produção de material audiovisual intitulado “Caminho das pedras” (ASP, 2014)<sup>4</sup>, e foi a partir desta experiência que se elaborou o texto em mãos.

Nesse sentido, trata-se aqui de um trabalho desenvolvido no campo da antropologia visual, de “tipo etnográfico” (KOHATSU, 2007)<sup>5</sup>, por fazer uso de imagens não apenas como instrumento de análise na seara da metodologia etnográfica, mas abordando fotografias como discurso – como linguagem que se expressa também narratologicamente. Portanto, considera-se que

Nesta proposta [...], a comunicação visual passa a ser entendida não como uma mera representação da realidade, mas como uma extensão desta. A fotografia enquanto instrumento narrativo constitui-se assim de uma “extensão” do olhar. “É fato que o homem conhece o mundo agindo sobre ele e para tal ação, ele cria extensões de seus sentidos, aumentando seu conhecimento no tempo e no espaço”. (BATISTA, 2010, p. 06).

---

<sup>1</sup> Ensaio etnofotográfico produzido enquanto requisito avaliativo do autor na disciplina “Linguagem através da Imagem”, durante o curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança.

<sup>2</sup> Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA/UFPA). Analista I no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Coordenação de Educação Patrimonial (CEP/DECOF/IPHAN). E-mail: danilo.asp@iphan.gov.br.

<sup>3</sup> Ver em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/07/pROTOCOLO-aBACATAL.pdf>

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3AAJgKryOhg&t=25s>

<sup>5</sup> Com isto se quer dizer que o presente ensaio não se trata de uma etnografia, que demanda longa duração de imersão na cultura estudada, mas sim, que a pesquisa utilizou instrumentos da etnografia para realizar seu trabalho de campo.

Com efeito, no processo geracional de transmissão de saberes da Comunidade do Abacatal, os mais jovens apreendem com os mais velhos, tanto o beneficiamento e maneja da mandioca quanto o seu cultivo no âmbito da agricultura familiar. Tal aprendizado se constrói paulatinamente, no cotidiano, mas igualmente se dá de forma empírica, posto que os meninos e meninas desde cedo são inseridos, aos poucos, nas atividades rotineiras da produção, enquanto que os menores estão brincando ao redor, sendo familiarizados com as etapas e os procedimentos produtivos no dia a dia da comunidade, no seio familiar, conforme as observações e de acordo com o que apontam os relatos dos moradores do Quilombo do Abacatal.

As narrativas dos moradores são um importante elemento definidor de sua identidade, resumindo a dialética da memória. Aponta-se, portanto, na direção de que a constituição da Comunidade do Abacatal se dá como espaço de luta e resistência identitária e cultural do povo negro, decorrente de

[...] uma concepção de identidade relacionada às narrativas dos moradores pela ideia de pertencimento ao local estabelecido, na relação com a natureza e na utilização dos recursos naturais como forma de subsistência, nas vivências nos espaços físicos e sociais da Comunidade. As práticas culturais e tradicionais desenvolvidas pelo Quilombo funcionam tendo como base econômica as pessoas da comunidade e desenvolvem-se por meio do trabalho no extrativismo e na agricultura familiar (SANTIAGO; SMITH JÚNIOR; SOUZA, 2018).

Os moradores da Comunidade vivenciam experiências culturais, como no caso do trabalho na produção de farinha enquanto momento de prática educativa também (instrução e treinamento para os mais jovens), que se dá na utilização de recursos da natureza e da agricultura, de forma coletiva, e que garantem modos de auto-sustento para muitas famílias.

Assim sendo, o presente ensaio interpreta que a produção de farinha nesta comunidade é um saber tradicional, pois seus modos de “se fazer” são transmitidos de geração a geração, num contexto onde os pré-adolescentes desenvolvem sua participação no processo produtivo aprendendo na prática as etapas do beneficiamento da mandioca para a produção da farinha, traço cultural marcante no Quilombo Abacatal, assim como o é em grande parte das comunidades tradicionais da Amazônia oriental.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Allyne dos Santos (et al.). “Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil”. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/view/2466/v7n1p30-37.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2019.

ASP, Danilo Gustavo Silveira. “O caminho das pedras”. (Vídeo documentário curta metragem). Duração: 13’17”. Produção: Kleversom Lima. Co. Inspiração Amazônica Filmes, 2014. Disponível em: <https://youtu.be/3AAJgKryOhg>. Acesso em 07 de outubro de 2023.

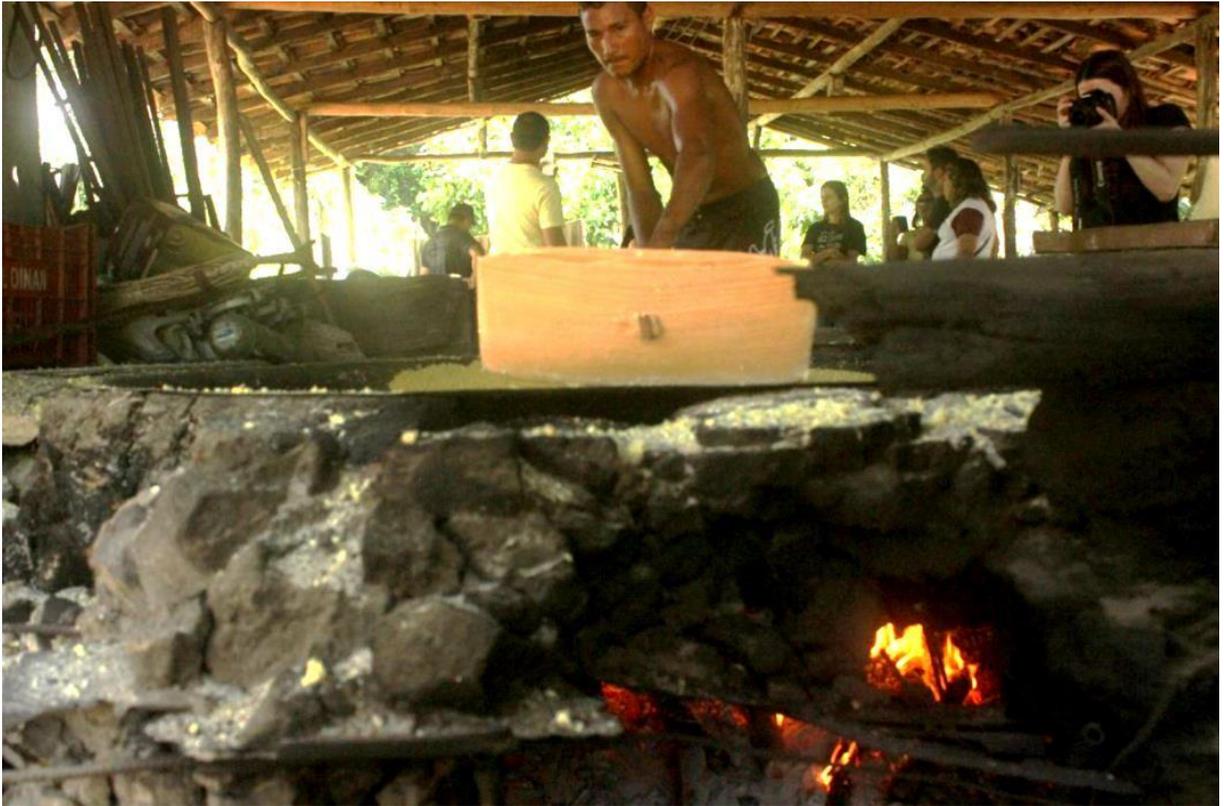
BATISTA, Jandré Corrêa. “A fotografia como discurso: alteridade, etnografia e comunicação”. In: **Anagrama**, ano 3, ed. 04, jun./ago. de 2010, São Paulo, USP.

KOHATSU, Lineu Norio. **O uso do vídeo na pesquisa de tipo etnográfico: uma discussão sobre o método**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em 11 de maio de 2019.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. **No caminho das pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará.** Universidade Federal do Pará/ NAEA. Belém, 1999.

PAVÃO, Madalena Corrêa. “**A História da Comunidade Remanescente de Quilombo de Abacatal pelos estudantes do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de Belém-PA.**” Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/resumos/resumos/4273.htm>. Acesso em 11 de maio de 2019.

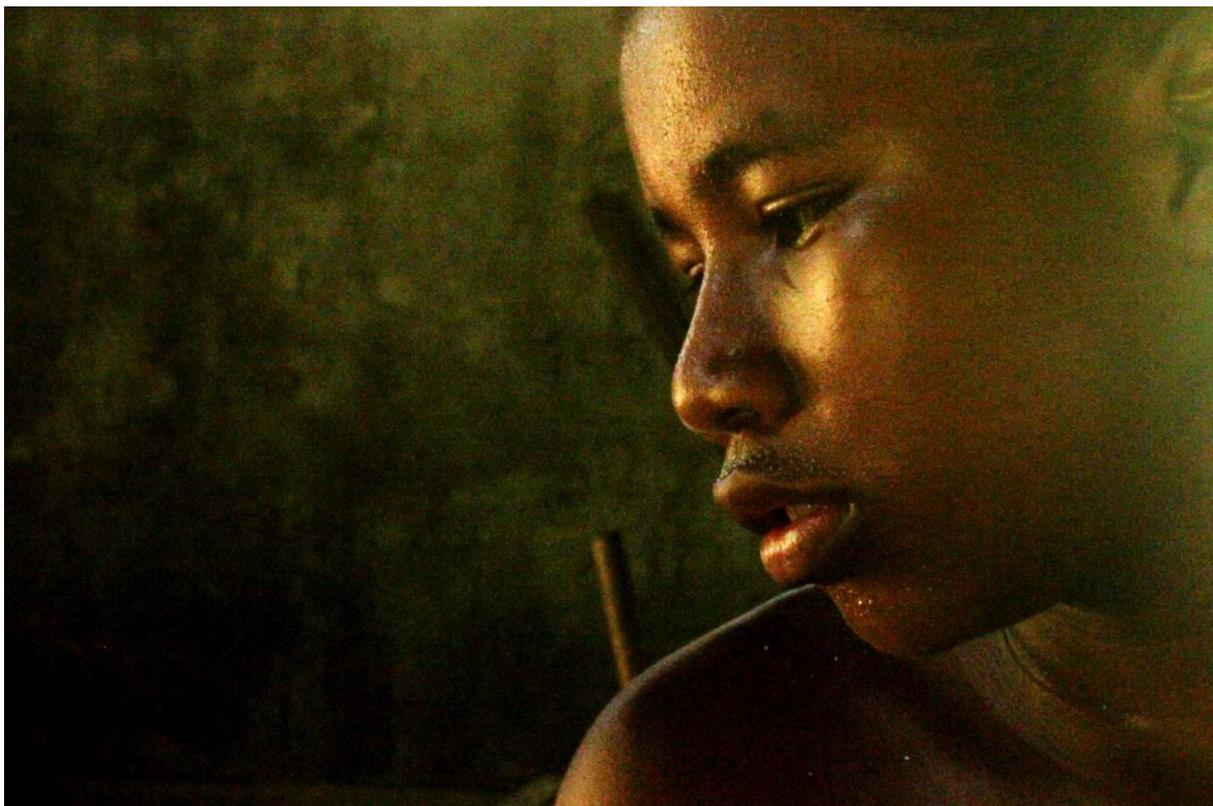
SANTIAGO. K. L.; SMITH JUNIOR. F. P.; SOUZA. A. P. V e. **Migração negra interna e identidade cultural no Quilombo do América: uma contribuição.** Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/download/6471/5200>. Acesso em 11 de maio de 2019.













## **RESENHAS**

## GOSTO DE AMAZÔNIA – JAMBO ROSA

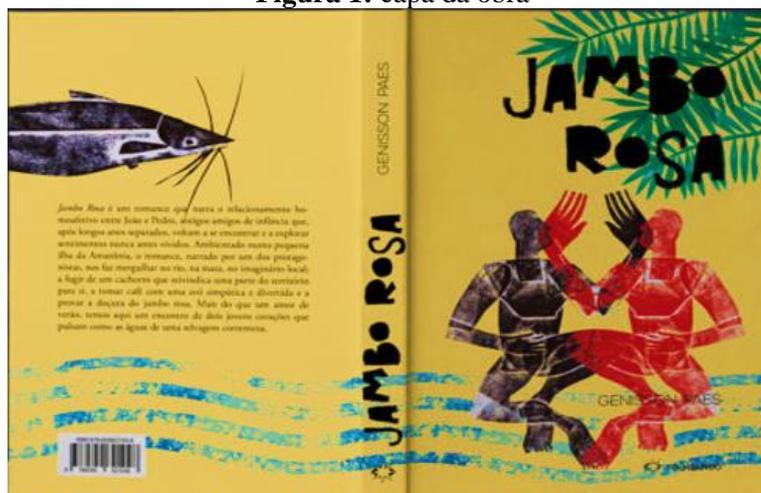
PAES, Genisson. **Jambo rosa**. Belém: Folheando, 2022. 111 p.

Kátia Barros Santos<sup>1</sup>

Logo de início, apresento Genisson Paes, escritor cametaense da obra Jambo Rosa (Editora Folheando), tem uma trajetória acadêmica robusta, passando pelas Ciências Sociais, com concentração em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Pedagogia e Especializações em Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento pela UFPA; Educação Especial e Inclusiva pela UNINTER; Sociologia pela Universidade Cândido Mendes – UCAM; Mestre em Agriculturas Amazônicas pela UFPA e Embrapa Amazônia Oriental. E Doutor em Agriculturas Amazônicas da UFPA e Embrapa Amazônia Oriental. Atualmente professor da Secretaria de Educação do município de Parauapebas. Desenvolve estudos na área da Antropologia Rural, especialmente sobre Camponeses da Amazônia, focando saberes, conhecimentos tradicionais, cosmologias e relação cultura-natureza.

A obra literária tem gosto de Amazônia – Jambo Rosa, seguindo por todo o texto o gosto de saborear cada linha lida, pois a cada aventura ou mesmo devaneio das personagens, pode-se ter variadas percepções do rio, da mata, do chão, dos bichos, das paisagens, dos espaços, das gentes e dos imaginários, a capa já é um convite (figura 1).

**Figura 1:** capa da obra



**Fonte:** Imagem da Editora Folheando.

Uma leitura leve e agradável aos sentidos, com certas pitadas de introspecção “Ia seguro nas mãos da avó” (PAES, 2022, p.94) ou quando revisita as memórias da avó Ana, da saudade dos encontros, da relação maternal, dos conselhos e até na sensibilidade de ver e sentir – na descrição daquela casa, numa disposição peculiar de poucos utensílios domésticos ou com o aroma e com o gosto do café “como sinto falta disso!” (PAES, 2022, p.12).

A escrita envereda por muitos caminhos sensoriais e também pelas interfaces de uma memória individual e coletiva. A obra, a meu ver perpassa, ora por um universo imagético que se depara com a fluidez do espaço e da natureza, “senti o gosto de infância lembrar o doce-azedo do cacau e trazer um pãozinho cheio de memórias” (PAES, 2022, p.09). Ora transcorre pelo universo simbólico através do imaginário amazônico “O povo iria dizer que eu

<sup>1</sup> Doutoranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (DAFDS), pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia - Universidade Federal do Pará (UFPA/Bragança). E-mail: katiabarrosatm@gmail.com

tinha virado bicho d'água ou quem sabe uma santa. Ana, a santa do rio. A protetora dos pescadores” (PAES, 2022, p.15).

O que remete para esta leitura inicial? Bem, Jambo Rosa, fruto conhecido em nossa região amazônica, de origem asiática, adaptou-se bem nas regiões norte e nordeste. Traz também, um cenário apresentado pelo escritor, de uma Amazônia repleta de singularidades, com narrativa descritiva perceptível do lugar, a ilha chamada Saracá “porções de várzea esquecida pelo tempo, morada de pescadores e extrativistas que do rio” (PAES, 2022, p.9), no rio Tocantins, uma relação entre rural e urbano com a cidade de Cametá – lugar de reciprocidade que envolve o sujeito do campo e da cidade, mas a narrativa tem outros meandros a serem percebidos.

O espaço é desenhado e narrado, de forma que redefine e delimita os ambientes: a ilha Saracá, um lugar de vivência e ambiente cercado pela natureza; tempo da memória, com rememorações da paisagem e principalmente a ligação íntima com a avó Ana; espaço dos encantados pode-se perceber a descrição de alguns episódios do imaginário amazônico, como o da pata branca, do bicho d'água; o tesouro debaixo da seringueira e de encontrar a imagem dentro do rio e o tempo psicológico são as introspecções, os sonhos e os questionamentos.

Contudo, a escolha do título Jambo Rosa, talvez inconscientemente reverbera a beleza da árvore e do fruto, e de certa forma ecoe o sentido exótico e, ao mesmo tempo no desabrochar das flores, o chão se transforma num tapete nupcial para então o nascer do fruto, a cor rosa como simbolismo pode ter o sentido de ternura, para tanto, condiciona a relação amorosa. Desencadeando assim, no movimento do texto literário, um erotismo, não supérfluo, mas com um cuidado na escrita para não deixar vulgar, entre as personagens João e Pedro.

O romance Jambo Rosa de Genisson Paes está incrementado de comparações e metáforas. A narração acontece em primeira pessoa, as ações estão remodeladas com várias histórias de uma comunidade ribeirinha, um composto de várias experiências vivenciadas, escutadas, observadas e lidas em outras esferas ou mesmo criadas pelas verossimilhanças da realidade, elas são encaixadas como em um quebra-cabeça, até se tornarem um todo, o romance.

Os lugares são delimitados para que as cenas sejam executadas de maneira linear, com a apresentação da criação literária em seus devaneios e seus cursos de realidade. Quanto ao tempo do romance, na minha percepção aparecem dois tempos, o cronológico – o tempo do rio, por exemplo, e o psicológico – nas visões e na mente da personagem principal, João.

Elementos urgentes são apresentados, mesmo que a crítica social esteja embutida nas entrelinhas, sejam somente sugestivas pelo escrito, por exemplo, ao alterar o tom do discurso sobre cotas, violência doméstica e homossexualidade, há certo desabafo da personagem quanto a esses temas caros à sociedade, a personagem João enfrenta com uma fala ativa de desabafo “Tive vontade de chorar, mas a ânsia de enfrentá-la falou mais alto. Era como se cada célula do meu corpo erguesse escudos e espadas e partisse para a guerra” (PAES, 2022, p.101). Foi uma narrativa mais conflituosa que o narrador deu à personagem para sobressaltar-se no romance. E nos diálogos com a tia (sofre a violência doméstica), sempre se apresenta em tons ásperos sobre essas temáticas, e mesmo depreciando a personagem João “Infeliz dos infernos! Tomara que tu pegues uma doença bem feia e apodreça!” (PAES, 2022, p. 102).

Outros assuntos são abordados: o preconceito de quem mora no interior e vai para a cidade “Lembro da primeira vez que fui pra cidade [...] Escutei uma mucura dizer que ia mudar de horário porque tinha muita gente do sítio e ela não queria ficar perto desse tipo de gente que nem sabe falar direito. Aquilo doeu tanto [...]” (PAES, 2022, p.82) e os impactos ambientais para os moradores e pescadores “A vovó disse que desde a construção da hidrelétrica de Tucuruí que o peixe desconfiou dessas bandas. Muitas espécies até desapareceram. Ela falou que nunca mais provou a carne do jaraqui e da pirabanha” (PAES,

2022, p.97). Temas que podem ser discutidos em outras áreas do conhecimento – educação, ambiente, sustentabilidade, entre outros.

Para outros leitores, talvez a linguagem amazônica e mítica exiba uma semântica que se diferencia de outras culturas, por isso, um glossário seria pertinente ao final da obra. Termos como “Maré morta”; “bicho d’água”, “banzeiro”, “cipó títica”, “xerimbabo”, “jotoxi”, e outros, podem não fazer parte do repertório linguístico de futuros leitores deste romance.

O romance amazônico *Jambo Rosa* não está emoldurado numa só corrente literária, ele versa por correntes como a naturalista, com certo determinismo embutido no contexto “homem não controlava nada, nem mesmo a si. A natureza é que edificava suas vontades” (Paes, 2022, p.22); e pelo surrealismo, com a mitologia cerceada pela oralidade e com a valorização do inconsciente e criação de uma realidade paralela “Começara a ficar estranho. Aquela velha horrorosa queria que eu fosse fuçar o pé das seringueiras” (PAES, 2022, p.51).

Ora, sem forçar nessas categorizações, a narrativa transcorre no tempo rio, inunda os pensamentos, mas também inunda o que tiver por perto “força enlouquecedora das águas transforma-se em um gigante animal, engolindo embarcações, armadilhas de pesca, ilhas e cidades” (PAES, 2022, p. 22). Na calma e no banzeiro da escrita, assim se estende a narrativa de Genisson Paes, descrevendo um pedacinho da Amazônia e suas interfaces, circundada pelo imaginário da (re)criação do mundo do caboclo amazônico, através de histórias contadas, “Tudo o que se pode fazer é saborear o prazer de sua contemplação. Tudo é reino de aparências, isto é, uma imagem, uma ficção, uma metáfora. É como a história real de nossos sonhos, contada por nós para nós mesmos” (LOUREIRO, 2000, p. 325), e pelas vivências das personagens, no contexto ribeirinho, com histórias e memórias transfiguradas em realidades e em teias cósmicas do rio, da mata e do lugar que enreda as narratividades da ilha de Saracá. O convite está feito! Uma obra realmente com gosto de Amazônia! Deliciem-se!

## Referência

LOUREIRO, Paes. **Obras reunidas**. São Paulo. Escrituras Editora, 2000. v.3. 267-379 p.

PAES, Genisson. **Jambo rosa**. Belém: Folheando, 2022. 111 p.

**Nova Revista Amazônica**

[novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com](mailto:novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com)